

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA LÚCIA ARAUJO BORGES

**GÊNESE, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FACEU - FACULDADE DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE UBERLÂNDIA-MG (1962-1978)**

UBERABA, MG

2020

ANA LÚCIA ARAUJO BORGES

**GÊNESE, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FACEU - FACULDADE DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE UBERLÂNDIA-MG (1962-1978)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE), Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos

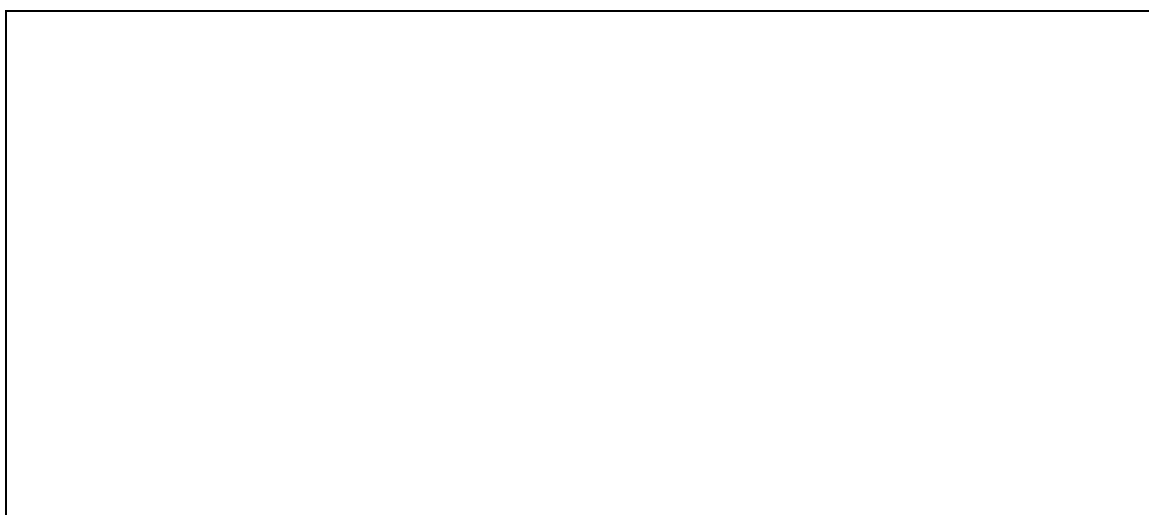
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UBERABA, MG

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTOAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

A large empty rectangular box with a thin black border, intended for a catalog card. The box is currently blank.

Dedico ao meu filho, Renato Júnior.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, meu refúgio e minha fortaleza.

Agradeço ao meu orientador Dr. Wenceslau Gonçalves Neto pela sabedoria e competência. Com certeza, sua parceria me trouxe muita tranquilidade e confiança. Obrigada pelo aprendizado.

Agradeço ao apoio da equipe de professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Uniube.

Agradeço aos professores Dr^a Giseli Cristina do Vale Gatti e Dr. José Carlos Souza Araújo pela participação na banca de qualificação.

Agradeço aos meus colegas de turma e pelas discussões, em especial, na disciplina de Seminário de Tese.

Agradeço à Dr^a Kárem Cristina de Sousa Ribeiro, diretora da Fagen, pela autorização de acesso à documentação da Faceu, no Setor de Arquivo da UFU.

Agradeço aos funcionários do Setor de Arquivo da Universidade Federal de Uberlândia pela competência e presteza no atendimento.

Agradeço ao IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro pela concessão de afastamento por quatorze meses, para cursar o doutorado. Foi essencial.

Agradeço a todos os colegas professores e técnico-administrativos do IFTM pelo apoio na jornada.

Agradeço aos meus pais e irmãos pela paciência e compreensão.

Agradeço aos meus amigos, em especial, Amália, Ilza, Fabrício, Luciana, Júnior, Liris e Kelly pelas mensagens de força nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus alunos por me inspirarem a buscar outros saberes.

A todos, muito obrigada!

BORGES, Ana Lúcia Araújo. **Gênese, implantação e consolidação da Faceu** – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia-MG (1962-1978). 2020. 239f. Tese (Doutorado em Educação). Uniube – Universidade de Uberaba, 2020.

RESUMO

A tese registra a história da Faceu – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia. Nesse sentido, o objetivo geral foi o de investigar o processo de gênese, implantação e consolidação da Faceu entre 1962 e 1978. A Faceu oferecia os cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração. A pesquisa teve abordagem qualitativa por meio da realização de pesquisa bibliográfica e documental. Os objetivos específicos foram: a) investigar e analisar a pré-história da Faceu, o processo de reconhecimento dos cursos e a independência e complementaridade entre os três cursos oferecidos; b) investigar e analisar o processo de expansão e interiorização do ensino superior na Cidade de Uberlândia, na conjuntura das lideranças locais e institucionais; c) investigar e analisar a história da Faceu na perspectiva dos professores, a partir da análise da prática e perfil dos docentes; d) investigar e analisar a atuação dos estudantes no contexto da Reforma Universitária e formação da UnU; e) investigar e analisar a vida escolar na Faceu, no contexto das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e 1971. Para cada um destes objetivos foi estruturado um capítulo na tentativa de aceitar ou refutar as seguintes teses correspondentes a cada um dos objetivos específicos estabelecidos para esta tese: a) a Faceu foi privilegiada com a implementação de três cursos superiores, devido à proximidade teórica e metodológica dos três cursos relacionados entre si; b) o Ensino Superior na Faceu teve sua gênese e desenvolvimento a partir do empenho de lideranças locais e dirigentes da instituição; c) a maioria dos professores da Faceu foi reconhecida por suas atuações; d) o diretório acadêmico da Faceu contribuiu com o desenvolvimento desta instituição e a comunidade universitária, aspirava, desde o início da Faceu, uma reforma nos moldes da Reforma Universitária de 1968, e em especial, a integração da Faceu à UnU – Universidade de Uberlândia em 1969; e) não foram encontrados sérios empecilhos em torno das orientações e normas de ambas as LDBs, no contexto da Faceu. Para tanto, foram analisadas as legislações do período e os documentos da Faceu. Em relação aos antecedentes históricos ressaltamos que a Faceu foi fundada por professores da Faculdade de Direito de Uberlândia. O Curso de Ciências Contábeis, primeiro curso a ser

implantado na Faceu, foi autorizado em dezembro de 1962 e reconhecido em novembro de 1966, momento em que também foi autorizado o funcionamento do curso de Ciências Econômicas, o qual foi reconhecido em novembro de 1971 juntamente com o curso de Administração, que havia sido autorizado em abril de 1969. Destacamos a relevância desta tese para a preservação da memória e identidade institucional da Faceu por meio do resgate histórico de fatos relevantes dessa instituição. Assim, esperamos uma melhor compreensão das particularidades da Faceu em meio à trajetória dos três cursos inter-relacionados entre si e responsáveis pela demanda em termos sociais, culturais e políticos para o desenvolvimento das ciências empresariais no país.

Palavras-chave: História das Instituições. Ensino Superior. Curso de Ciências Contábeis. Curso de Ciências Econômicas. Curso de Administração. Universidade Federal de Uberlândia.

BORGES, Ana Lúcia Araújo. **Genesis implantation and federalization of Faceu** – Faculty of Economic Sciences of Uberlândia-MG (1962-1978). 2020. 239 f. Thesis (Doctorate in Education). Uniube – University of Uberaba, 2020.

ABSTRACT

The thesis records the history of Faceu – Faculty of Economic Sciences of Uberlândia. In this sense, the general objective was to investigate the process of genesis, implantation and consolidation of Faceu between 1962 and 1978. Faceu offered courses in Accounting, Economics and Administration. The research was descriptive with a qualitative approach through bibliographic and documentary research. The specific objectives were: a) to investigate and analyze Faceu's history, the process of recognizing the courses and the independence and complementarity between the three courses offered; b) investigate and analyze the process of expansion and internalization of higher education in the city of Uberlândia, in the context of local and institutional leaders; c) investigate and analyze the history of Faceu from the perspective of teachers, from the analysis of the practice and profile of teachers; d) investigate and analyze the performance of students in the context of University Reform and the formation of UnU; e) to investigate and analyze school life at Faceu, in the context of the National Education Guidelines and Basis Laws of 1971 and 1971. For each of these objectives, a chapter was structured in an attempt to accept or refute the following theses corresponding to each of the specific objectives established for this thesis: a) Faceu was privileged with the implementation of three higher education courses, due to the theoretical and methodological proximity of the three related courses; b) Higher Education at Faceu had its genesis and development based on the commitment of local leaders and directors of the institution; c) the majority of teachers at Faceu were recognized for their performance; d) the academic directory of Faceu contributed to development of this institution and the university community aspired since the beginning of Faceu, to reform along the lines of the University Reform of 1968, and in particular, the integration of Faceu into the UnU, University of Uberlândia in 1978; e) no serious obstacles were found around the guidelines and standards of both LDBs, in the context of Faceu. To this end, the legislation of period and Faceu's documents were analyzed. Regarding the historical

background, we emphasize that Faceu was founded by professors from the Faculty of Law of Uberlândia. The Accounting Sciences Course, the first course to be implemented at Faceu, was authorized in December 1966 and recognized in November 1966, at which time the course in Economic Sciences was also authorized, which was recognized in November 1971 together with the Administration course that had been authorized in April 1969. We highlight the relevance of this thesis for the preservation of the memory and institutional identity of Faceu through the historical retrieval of relevant facts of this institution. Thus, we hope a better understanding of Faceu's particularities amidst the trajectory of the three interrelated courses that are responsible for the demand in social, cultural and political terms for the development of business sciences in the country.

Keywords: History of Institutions. University education. Accounting Sciences Course. Economic Sciences Course. Administration course. Federal University of Uberlândia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Leis Orgânicas do Ensino	34
Quadro 02: Cursos de nível superior na área de Administração entre 1941 a 1954.....	41
Quadro 03: Autorização e reconhecimento dos cursos da Faceu.....	47
Quadro 04: Disciplinas básicas dos quatro primeiros períodos.....	51
Quadro 05: Disciplinas dos quatro últimos períodos.....	52
Quadro 06: Indicadores da cidade de Uberlândia em 1962 e 1966.....	63
Quadro 07: Indicadores da cidade de Uberlândia em 1962 e 1966 – Atividade Industrial....	64
Quadro 08: As disciplinas dos três departamentos da Faceu.....	71
Quadro 09: Tabela de horários de aulas da Faceu.....	73
Quadro 10: Convites à Faceu.....	86
Quadro 11: Oferta de bolsas de estudo para a Faceu.....	98
Quadro 12: Professores de todo o período analisado.....	112
Quadro 13: Formações acadêmicas dos professores.....	115
Quadro 14: Correlação entre a área de formação acadêmica e a disciplina ministrada.....	116
Quadro 15: Instituições de Ensino Superior em que os docentes da Faceu concluíram sua graduação.....	117
Quadro 16: Ranking dos Estados de formação acadêmica dos professores.....	117
Quadro 17: Naturalidade dos Professores.....	118
Quadro 18: Manchetes do jornal <i>O Economista</i>	142
Quadro 19: Balanço do diretório acadêmico, referente à gestão 1970/1971.....	148
Quadro 20: Relações de compras dos recibos encontrados em 1970/1971.....	150
Quadro 21: Resultado do primeiro vestibular da Faceu.....	167
Quadro 22: Dados sobre os Exames de Habilitações nos anos de 1967, 1968 e 1969.....	167
Quadro 23: Quantidade de estudantes matriculados e aprovados de 1967 a 1969.....	174
Quadro 24: Relatório de aproveitamento dos estudantes em Matemática.....	178
Quadro 25: Demanda e conclusão dos cursos de Economia e Administração da Faceu.....	183
Quadro 26: Quantidade de estudantes matriculados nos três cursos oferecidos.....	184
Quadro 27: Quantidade de estudantes matriculados durante as eleições do D.A.....	185

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Reformas de Francisco Campos relacionado ao Ensino Comercial e Superior.....	26
Figura 02: Categorias de divisão do ensino comercial.....	37
Figura 03: Localização de Uberlândia.....	58
Figura 04: Estrutura Física da Faceu.....	81
Figura 05: Fluxograma do processo avaliativo da Faceu.....	174

Sumário

RESUMO.....	6
ABSTRACT	8
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: PRÉ-HISTÓRIA DA FACEU, RECONHECIMENTO DOS CURSOS E CORRELAÇÃO DISCIPLINAR ENTRE OS CURSOS.	20
1.1 Ensino Comercial	21
1.2 Primeiro Período da Era Vargas (1930-1934).....	24
1.3 Governo Ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945)	33
Quadro 01: Leis Orgânicas do Ensino.....	34
1.4 Redemocratização do Brasil (1946-1963)	39
1.5 Trajetória inicial, reconhecimento dos cursos e correlação entre os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração.	43
Considerações Parciais	55
CAPÍTULO 2: LIDERANÇAS LOCAIS E INSTITUCIONAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA FACEU	57
2.1 Uberlândia e suas lideranças locais	60
2.2 Faceu e os dirigentes institucionais	70
2.3 Interlocuções e articulações na Faceu	85
Considerações Parciais	100
CAPÍTULO 3: PROFESSORES DA FACEU: ASPECTOS FORMAIS, PRÁTICA DOCENTE, PERFIL E HOMENAGENS.....	102

3.1 Designações e atribuições dos professores	102
3.2 Alguns aspectos da prática docente.....	105
3.3 Perfil dos professores.....	109
Considerações Parciais	119
CAPÍTULO 4: DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACEU: CONTRIBUIÇÕES PARA A INSTITUIÇÃO E ASPIRAÇÕES PELA REFORMA E INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	121
4.1 Reforma Universitária.....	121
4.2 Universidade de Uberlândia - UnU	123
4.3 O ensejo dos estudantes pela reforma universitária, o funcionamento e as contribuições do diretório acadêmico para a Faceu	132
Considerações Parciais	154
CAPÍTULO 5: A VIDA ESCOLAR NA FACEU NA VIGÊNCIA DAS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	156
5.1 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961 e 1971).....	156
5.2 A vida escolar na Faceu.....	160
Considerações Parciais	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERENCIAS.....	197

INTRODUÇÃO

A tese tem como objeto de estudo a Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia – FACEU (1962-1978), que englobava os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração. Faceu é o nome atribuído à faculdade que originou a Faculdade de Ciências Contábeis, a Faculdade de Gestão e Negócios e o Instituto de Economia e Relações Internacionais da estrutura atual da Universidade Federal de Uberlândia. Neste sentido, o objetivo geral da tese foi o de investigar o processo de gênese, implantação e consolidação da Faceu entre 1962 e 1978. Os objetivos específicos foram:

1. Investigar e analisar a pré-história da Faceu, o processo de reconhecimento dos cursos e a independência e complementaridade entre os três cursos oferecidos na Faceu;
2. Investigar e analisar o processo de expansão e interiorização do ensino superior na Cidade de Uberlândia, na conjuntura das lideranças locais e institucionais;
3. investigar e analisar a história da Faceu na perspectiva dos professores, a partir da análise da prática e perfil dos docentes;
4. investigar e analisar a atuação dos estudantes no contexto da Reforma Universitária e formação da UnU.
5. investigar e analisar a vida escolar na Faceu, na vigência das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e 1971.

Para tanto, encaramos a pesquisa documental como uma oportunidade para desvendar fatos desconhecidos ou pouco explorados e criação de novas abordagens explicativas. Assim, se torna possível sistematizar as ocorrências no tempo e no espaço, bem como articular conceitos na busca de uma aproximação com a realidade e afastamento de posições e processos que, em geral, no início das investigações se mostram lineares.

Em nível de detalhamento, é necessário que o imediatismo de suposições, que pode conduzir a visões distorcidas, seja descartado. Para tanto, esse estudo está firmado em uma articulação fundamentada para que a análise dos documentos possa retratar com a fidedignidade possível a realidade dos fenômenos.

E, para a compreensão do todo, é necessária a análise do singular, ou seja, dos aspectos particulares do real, representada nesse estudo pela Faceu, como instituição isolada

em meio ao conjunto de organizações de Ensino em ciências empresariais. Nesse aspecto, é importante considerar que “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” (MARX, 1983, p. 20).

Convém esclarecer que, no âmbito da história das instituições escolares, embasamos os aspectos metodológicos desta tese nas orientações de Buffa e Nosella (2013), no que diz respeito ao mérito de escolha pelo Materialismo Dialético. Esse método foi considerado como essencial ao desenvolvimento do pensamento crítico, o qual tem prevalecido nas pesquisas sobre instituições escolares (BUFFA; NOSELLA, 2013).

Apropriando-se da expressão de Edward Palmer Thompson, historiador inglês, de que “sem cultura, não há produção” (THOMPSON, 2001, p. 258), esta tese buscou também fundamentações teóricas na Nova História Cultural. Nas últimas décadas, essa especificidade da história tem prevalecido em estudos científicos, por enfatizar a relevância da análise das práticas, representações e apropriações culturais (CHARTIER, 1991, 1998, 2002). Também serão mostrados outros aportes teóricos, que foram julgados como necessários para o alcance do objetivo desta tese.

E, a partir do entendimento da relevância da história das instituições escolares em seus processos históricos de gênese e consolidação na história destas instituições, esta pesquisa se classifica em relação à sua natureza como básica; de abordagem qualitativa. Em relação aos objetivos é descritiva e exploratória, frente à ausência de estudos científicos que tiveram como base as documentações dos atores que compuseram a história deste lócus. Os procedimentos técnicos foram pesquisa bibliográfica e documental, em fontes primárias, enquanto possibilidade de interpretação da relação entre objeto e sujeito. O recorte temporal abrange desde a fundação da Faceu em 1962, enquanto faculdade isolada, até sua federalização, ocorrida em 1978, quando deixou de existir passando seus cursos para a estrutura da Universidade Federal de Uberlândia.

Esclarecemos que o motivo de interesse pela Faceu é devido à formação da pesquisadora em Administração e pelo fato de querer conhecer mais como se deu o processo de constituição das ciências empresariais em seus anos iniciais no âmbito da UFU. Além disso, a pesquisadora foi funcionária efetiva da UFU por vinte e um anos e gostaria de contribuir com a história dessa instituição, buscando respostas para o seguinte problema de pesquisa: Como se deu o processo de gênese, implantação e consolidação da Faceu? A hipótese da pesquisa é que o processo de constituição e desenvolvimento da Faceu foi um

processo complexo que visou ao atendimento das demandas sociais, culturais e políticas da cidade e das elites de Uberlândia.

Enquanto justificativa desta tese, ressaltamos a importância dos arquivos históricos, notadamente das instituições escolares, que permitiram a conclusão desta pesquisa e abrem caminho para futuras investigações. Para melhor compreensão da relevância do presente estudo, citamos um artigo da Revista de Administração Pública, que tem como um dos autores a professora Tânia Fischer, consagrada no ensino de Administração, no país (FISCHER; WAIANDT; FONSECA, 2011). Nele, é denunciada a carência de estudos das instituições escolares em Administração. E, ainda é proposta uma agenda de ações no sentido de institucionalizar o subcampo de história do ensino de Administração, inserido no campo da história das instituições escolares. Ademais, essa carência de estudos também é sentida por profissionais, em geral, da área de ciências empresariais, como um todo.

No plano social, este trabalho se volta para a evidência da correlação entre as iniciativas locais e os diversos movimentos da história que ocorreram no mesmo período. Nesse percurso, muitos acontecimentos do país tiveram de ser levados em consideração, como mudanças na estrutura política e na economia brasileira, bem como adequações às legislações educacionais e identificação da influência dos Estados Unidos da América nos rumos do Curso de Administração, entre outros. No plano cultural, esta tese visa compreender melhor as nuances existentes nas práticas e representações contidas nos discursos da época, por diferentes atores.

A contribuição prática centra-se na importância do enfoque interdisciplinar oferecido por esta investigação, que busca na integração de três campos distintos (História das Instituições, Ensino Superior e Ciências Empresariais) respostas para questões que envolvam o nosso objeto de estudo. Ainda ressaltamos a importância da construção dos sujeitos e da sociedade por meio da formação e continuidade da identidade das instituições e da preservação da memória das instituições.

Os resultados apresentados representam uma verdadeira “caça ao tesouro”, por meio da qual foi possível explorar três preciosas caixas de arquivo de papelão no arquivo geral da Universidade Federal de Uberlândia. Elas estavam designadas com os seguintes termos de pesquisa: “Faceu”, “Ciências Contábeis e Ciências Econômicas” e “Administração”.

As três caixas e os documentos inseridos nelas estavam muito maltratados, devido ao tempo, poeira, umidade e ácaros. O primeiro impulso, ao ver todo aquele material reunido à

minha frente, foi explorar seu conteúdo, ao invés de pegar os arquivos e analisá-los separadamente. Enfim, de luvas e máscara, foi iniciada a empreitada com muita satisfação.

Na lombada de cada caixa, encontrei as seguintes denominações:

- documentos diversos da Faculdade de Economia;
- processo de reconhecimento: Economia e Administração;
- Faculdade de Ciências Econômicas – 1963 a 1969.

Ainda foram encontrados:

- Livro de atas das reuniões do conselho departamental, datadas de oito de fevereiro de 1963 a 17 de agosto de 1977;
- Livro de atas de registro de provas de dezembro de 1965 a 28 de fevereiro de 1967;
- Livro de atas das reuniões do denominado na época, como segundo departamento, do conselho departamental, com data de abertura em oito de setembro de 1969 a 11 de novembro de 1969;
- Pasta contendo correspondências expedidas e recebidas, incluindo telegramas. (1965-1973);
- Pasta com planos de ensino. (1963 a 1970);
- Pasta contendo recortes de jornais informativos e recortes de publicações relevantes no diário oficial. (1961 a 1974);
- Dois regimentos, em caixas diferentes. (1965 e outro sem data);
- Três livros com registro de notas de provas escritas, orais e segunda época dos estudantes (1963 a 1969);
- Atas das reuniões do D.A. – Diretório Acadêmico “22 de Setembro”, da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia. De 14 de março de 1966 a 29 de novembro de 1966;
- Livro de termo de posse de professores. (1962 a 1970);
- Documentos diversos, com respectivas folhas espalhadas no interior das caixas. (1963 a 1974);
- Papéis ou documentos avulsos fixados com grampos. (1963 a 1970);
- Relatórios anuais que eram elaborados pelo diretor da Faceu, mas continham depoimentos dos professores. (1963 a 1968).

Assim, o desafio naquele momento era o de decidir por qual material iniciar a leitura e registros. Optei pelo “Livro de atas das reuniões do conselho Departamental”, devido à sua abrangência no recorte temporal definido para esta tese. A cada página lida, as lembranças vinham à mente, em referência ao tempo passado, no qual ainda eram acentuadas palavras

como: “professôra”, “bôlsa”, “agôsto”, “dêsse”, “acôrdo”, “emprêsa”, “govêrno”, “sôbre” e outras mais¹. Em forma de tabela, iniciei o registro das 120 reuniões constantes no livro.

Em seguida, foram organizadas, no mesmo formato as pautas, decisões, datas, locais e convocações das atas da congregação, além dos currículos de professores, atas das reuniões do D.A., correspondências e assim por diante, até concluir essa etapa com a leitura dos dois regimentos encontrados. Após isso, o próximo desafio foi o de decidir pela estrutura desta parte do texto, de forma a extrair da documentação suas contribuições e informações mais significativas para a compreensão da história da Faceu, sem tornar este texto repetitivo e cansativo. Até que cheguei à conclusão de que tudo estava envolto nas normatizações daquela época.

Assim será seguida uma estrutura cronológica que terá início no período da pré-história da Faceu e se estenderá até à consolidação da Faceu em 1978. Foram estabelecidos cinco capítulos, cada qual com as suas considerações parciais.

Nesta perspectiva, para descrever melhor a estrutura desta tese, apresentaremos, de forma sucinta, de cada um dos cinco capítulos desta tese. No capítulo 1 intitulado: “Pré-história da Faceu, reconhecimento dos cursos e correlação disciplinar entre os cursos”, apresentamos os seguintes itens: a) Ensino Comercial; b) Primeiro Período da Era Vargas (1930-1934); c) Governo Ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945); d) Redemocratização do Brasil (1945-1963) e, e) trajetória inicial, reconhecimento dos cursos e correlação entre os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração. Nosso objetivo, em termos de estrutura, aqui foi estabelecer uma relação dos acontecimentos históricos no Brasil no que concerne ao ensino superior relacionados com o advento da Faceu.

O capítulo 2 foi intitulado: “Lideranças locais e institucionais no processo de expansão e interiorização do Ensino Superior no Contexto da Faceu”. Apresentamos, aqui, as seguintes subdivisões: a) Uberlândia e suas lideranças locais; b) Faceu e os dirigentes institucionais; e c) Interlocuções e articulações na Faceu. O objetivo estrutural neste capítulo foi registrar o papel das lideranças locais e dos dirigentes institucionais no desenvolvimento da Faceu, no contexto da cidade de Uberlândia.

No capítulo 3, denominado: “Professores da Faceu: aspectos formais, prática docente, perfil e homenagens” descreveremos o texto na seguinte estrutura: a) designações e

¹ A reforma ortográfica de 1971 (Lei Federal nº 5.765 de 18 de dezembro de 1971), aboliu esses acentos e grafias da Língua Portuguesa.

atribuições dos professores; b) alguns aspectos da prática docente e c) perfil dos professores. O objetivo, nesta perspectiva, foi descrever o reconhecimento atribuído aos professores da Faceu.

No capítulo 4: “Diretório Acadêmico da Faceu: contribuições para a instituição e aspirações pela reforma e integração universitária”, ressaltaremos os seguintes itens: a) Reforma Universitária; b) Universidade de Uberlândia – UnU; c) o ensejo dos estudantes pela reforma universitária, o funcionamento e as contribuições do diretório acadêmico para a Faceu. Neste capítulo, relataremos a forma como os estudantes se organizaram para buscar alterar os rumos do ensino superior, em especial, na Faceu.

E, o capítulo 5: “A vida escolar na Faceu na vigência das leis de diretrizes e bases da educação nacional” mostrará: a) Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961 e 1971); b) a vida escolar na Faceu. Neste espaço, temos como objetivo, mostrar as questões pedagógicas que foram delineadas ao longo do processo de constituição e consolidação da Faceu. Encerraremos com as considerações finais.

Esclarecemos que cada capítulo corresponde a um dos objetivos específicos propostos para esta tese. Encerraremos as considerações finais com as contribuições, desafios, limitações e sugestões para novas pesquisas.

CAPÍTULO 1: PRÉ-HISTÓRIA DA FACEU, RECONHECIMENTO DOS CURSOS E CORRELAÇÃO DISCIPLINAR ENTRE OS CURSOS.

A trajetória histórica do ensino em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e em Administração no Brasil nos remete aos primórdios do Ensino Comercial no país, o qual foi o antecessor histórico dos três cursos mencionados, os quais não resultaram no Ensino Superior de Comércio, pois originaram as três formações acadêmicas de forma autônoma e fez com que o Ensino Comercial perdesse status frente aos novos desafios que passaram a ser apresentados no contexto brasileiro e do status de curso passou para disciplina, em sua maioria. Na atualidade tanto o Curso Técnico em Comércio como o Curso Superior em Gestão Comercial, ministrados como, por exemplo, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro nos mostram que apesar do declínio em comparação com outros cursos, continua existindo.

Esclarecemos que este capítulo foi estruturado em cinco partes, além das considerações iniciais e parciais. As dimensões a serem tratadas em cada uma das cinco subdivisões desse capítulo mostram, de forma sucinta, os acontecimentos mais relevantes relacionados aos seguintes eventos históricos: a) O Ensino Comercial; b) Primeiro Período da Era Vargas (1930-1934); c) Governo Ditatorial de Getúlio Vargas. (1937-1945); d) Redemocratização do Brasil (1946-1963); e) Trajetória inicial da Faceu, reconhecimento dos cursos e correlação entre os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração.

A hipótese estabelecida para esse capítulo é que a Faceu foi privilegiada com a implementação de três cursos superiores, devido à proximidade teórica e metodológica dos três cursos relacionados entre si, gerando assim economia de recursos e permitindo a expansão do ensino superior na cidade de Uberlândia pela integração de três cursos em um mesmo espaço acadêmico. Sabemos que essa hipótese poderá ser questionada, pois atualmente, os três cursos são ministrados de forma isolada, cada qual com seu espaço, estrutura administrativa e gestão acadêmica independente, apesar de continuarem fazendo parte da mesma instituição. Por enquanto, fica a dúvida, se ocorreu alguma ocorrência nos

primeiros tempos da Faceu ou durante a sua consolidação que fez com que tomassem a decisão por seguirem adiante, de forma isolada. Em relação a isto, devemos considerar que são tempos diferentes, a sociedade mudou e os cursos também.

1.1 Ensino Comercial

O Ensino Comercial no Brasil representa as origens do ensino nos cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração. Esta modalidade de ensino teve início com a chegada da família real no país, em 1808, período no qual foi inicializada a cadeira de Economia² Política no Rio de Janeiro. Em 1809, começaram as Aulas de Comércio, as quais já existiam em Portugal e foram frutos das reformas instituídas pelo Marquês de Pombal.³

No decreto de 09 de janeiro de 1825 foi elencada a disciplina obrigatória de Economia Política na estrutura curricular de um curso jurídico. Em 1846 com o decreto 456, responsável por regulamentar as aulas de Comércio, a disciplina de Economia Política também é incluída no Ensino Comercial, juntamente com a disciplina de guarda-livros⁴. Assim, dentre os três cursos relacionados à área de Negócios, o curso de Economia e Contábeis representavam maior destaque, em seus primórdios, em comparação com o curso de Administração. E, nesse contexto, a demanda por profissionais capacitados para o comércio permitiu o desenvolvimento de outras conquistas, tais como a criação do Código Comercial Brasileiro com a Lei nº 556 de 1850.

Outra reforma nas aulas de Comércio, ocorreu por meio do Decreto 769 de 1854, que fixou em até vinte mil réis, a “contribuição” dos estudantes, bem como determinou que o Imperador não poderia exceder nas despesas a quantia de cinco contos de réis, que era o custo do ensino.

Em 1856, a partir do decreto nº 1763 foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que substituiu as iniciativas anteriores e foi responsável por sistematizar as técnicas comerciais no país. Nesse decreto, foram incluídas duas disciplinas relevantes ao desenvolvimento da área de negócios: Direito Mercantil e Economia Política com aplicação

² As origens do Ensino Superior em Ciências Econômicas no Brasil são atribuídas, em especial, a Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa – 1756-1835) a partir da publicação da obra: Princípios de Economia Política, em 1804. (SCHMIDT, 2000).

³ Primeiro ministro de Portugal de 1750-1777. (na época do rei Dom José I) – Na verdade o cargo do Marquês de Pombal se chamava: Secretário de Estado (que na prática corresponde ao que se chama habitualmente de Primeiro-Ministro).

⁴ Guarda-livros era a denominação atribuída aos técnicos em contabilidade, na época.

ao comércio e indústria, o que permitiu uma maior aproximação da área econômica com a área do Direito, enquanto disciplina que também poderia ser ministrada para os futuros advogados.

Para o curso de Ciências Contábeis merecem destaque, em especial, os seguintes acontecimentos:

- a) Promulgação da Lei nº 1083, em 1860, que determinava a fixação de conteúdos sobre bancos de emissão, das companhias e sociedades, considerada por vários estudiosos, (Silva, 1980; Franco, 1988; Schmidt, 2000) como a primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil;
- b) fundação da Associação de Guarda-Livros, em 1869;
- c) reconhecimento oficial do Estatuto da Associação de Guarda-livros por meio do Decreto Imperial 4475 de 1870.

E, assim a profissão de contador, se tornou uma das primeiras profissões liberais regulamentadas no Brasil e primeira do rol das profissões relacionadas às ciências empresariais. Além disso, no decreto de reconhecimento profissional foram estabelecido que para o ensino da profissão deveriam ser elencadas as disciplinas de Direito Mercantil e Economia Política, por serem estas de grande utilidade para a profissão (Art. 1º, § 3).

E, assim, enquanto o Curso de Ciências Contábeis se desenvolvia mais em termos profissionais, o curso de economia, mostrava mais consolidação na área do ensino, pois em 1873, com a constituição formal dos cursos de Engenharia, disciplinas na área de economia também se tornaram obrigatórias, favorecendo, assim o advento do Ensino de Economia, posteriormente. Dessa forma, os preceitos do ensino de economia se mostravam relevantes no ensino comercial, jurídico, contábil e da engenharia.

No decorrer do século, tivemos também outros decretos para o ensino comercial, os quais em suma, foram responsáveis por reformas curriculares e na carga horária. No entanto, poucos estudantes demandavam estes cursos e uma explicação para isto seria o desprestígio atribuído aos cursos dessa natureza, pois o foco era a formação de engenheiros, advogados, militares e médicos. (ARANHA, 1996).

Para uma melhor compreensão desse contexto, enquanto o Curso Superior de Direito contou com 826 estudantes matriculados em 1864, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em suas Aulas de Comércio tinha 38 estudantes em 1875. O número reduzido de estudantes nessas aulas, também ocorreu em outras datas (CANABRAVA, 1984). Isso justifica “o fato de até 1931 não haver ainda um curso superior específico que formasse pessoas nas áreas

econômica, administrativa ou contábil, já que esses não eram cursos direcionados aos filhos e filhas das elites”. (BARROS, 2013, p. 86).

Outro marco relevante em relação ao Ensino Comercial foi à institucionalização da Academia de Comércio do Rio de Janeiro a partir do Decreto 1.339, de 09 de janeiro de 1905 (BRASIL, 1905). Ela foi, então, destinada à educação superior do comércio, como instituição de utilidade pública, passando assim a reconhecer os diplomas por esta instituição conferidos. Esse mesmo decreto também estabeleceu as condições e normas para ingresso, progressão e conclusão dos cursos e atribuiu o reconhecimento estatal à Escola Prática de Comércio de São Paulo, atual Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que havia sido fundada em 1902 (BRASIL, 1905).

Em relação à expansão do Ensino Comercial pelo território brasileiro, ressaltamos que foi fundada em 1894 a Academia de Comércio na Cidade de Juiz de Fora (YAZBECK, 1999). “Na década de 1910 foram criadas escolas comerciais em outros Estados, além de duas existentes no Paraná e uma em São Paulo. Até 1912 foram criadas escolas no Amazonas, Maranhão e Pernambuco”. (SOUZA, 2006, p. 380).

Em termos de universidade pioneira na oferta do Ensino Comercial, temos a Universidade do Paraná, criada em 1912, que oferecia os seguintes cursos: Direito, Engenharia, Farmácia, Odontologia e Comércio. Entretanto, ela somente foi reconhecida como instituição de Ensino Superior em 1946, pois o governo federal, amparado no Decreto-lei nº 11.530, de março de 1913, justificou que a cidade tinha menos de 100.000 habitantes, o que não significou a ausência de seu funcionamento, mesmo não sendo oficializada.

Convém ressaltar que o Brasil foi um dos últimos países da América do Sul a ter uma Universidade, mas cursos superiores existiam desde a época em que a família real portuguesa esteve no Brasil. O reconhecimento da primeira instituição brasileira de Ensino Superior ocorreu em 1920, por meio do decreto 14.343. Uma das explicações para esse atraso é atribuída aos nossos colonizadores que “eram favoráveis a cursos técnicos profissionalizantes, considerando a universidade anacrônica para o Novo Mundo” (OLIVEN, 1992, p. 89).

Dentre os três cursos analisados nesta tese, ressaltamos que em 1919, sem reconhecimento formal, foi criada a primeira faculdade de Economia: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Em 1926, o Decreto 17.329 formaliza os cursos profissionalizantes ou de ensino técnico comercial e também reconhece o título de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais. No entanto, não era atribuído o título de bacharel,

pois este título era reservado somente aos formados em Medicina, Engenharia e Direito. Assim, mais uma vez, constatamos o caráter discriminatório referente ao status dos cursos, em especial, da área de negócios.

Esse mesmo decreto aprovou a oferta de cursos nas seguintes condições:

- Curso de formação geral: com duração de quatro anos e idade mínima de 13 anos para acesso e concessão do diploma de contador.

- Curso de nível superior: com duração de três anos, idade mínima de 17 anos e atribuição do título de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais.

Nesse contexto, ressaltamos outra dimensão norteadora sobre o antecedente histórico, desta vez, do curso de contabilidade, a partir da seguinte determinação

Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal”. Em seu artigo 11, era determinado “conceder diplomas sómente aos alumnos que concluirem os cursos regulares, sendo o de contador após o curso geral. (BRASIL, 1926).

Dessa forma, era exigido o título de contador (ensino médio) para o ingresso no Curso Superior de Ciências Econômicas e Comerciais, mantendo dessa forma uma dependência e exigências entre as formações. Além disto, o decreto não estabelecia a formação em nível de bacharelado, como havia sido previsto nos decretos destinados aos cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

Em termos gerais, o Ensino Comercial no Brasil evoluiu vagarosamente ao longo do século XIX, assim como outros cursos também. Mas, veremos a seguir que a estruturação do Ensino Superior no país por meio de legislações na área educacional contribuiu para o desenvolvimento do Ensino Comercial e implantação dos três cursos relacionados às ciências empresariais no século XX.

1.2 Primeiro Período da Era Vargas (1930-1934)

O período que antecede o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) abrigou a existência de dois movimentos antagônicos. Um destes é o conservador, representado por grupos confessionais, que consideravam a interferência do Estado na educação uma ameaça ao monopólio exercido pela Igreja Católica. O outro é composto pelos renovadores, os quais conquistaram um espaço no debate nacional, a partir da fundação da Associação Brasileira de

Educação (ABE), em 1924, no Rio de Janeiro. Os idealizadores desse projeto tinham como objetivo a discussão de políticas educacionais e sugestões pautadas no diálogo com a sociedade civil.

A adesão a ABE era voluntária e reunia, além de professores, diferentes membros da sociedade, interessados em mudanças nos rumos da educação nacional. Ainda “representava, antes, a tomada de consciência e o compromisso assumido por um grupo no engajamento por uma luta que iria perdurar por alguns decênios” (ROMANELLI, 2007, p. 129). Além disso, a associação era “resultado da influência das ideias então vigentes nos Estados Unidos e na Europa e consubstanciadas, às vezes vistas de maneira impropriamente reunidas, sob o nome de ‘Movimento de Escolas Novas’” (ROMANELLI, 2007, p. 129).

A “Escola Nova” surgiu no século XIX, trazendo à tona críticas à escola tradicional e à defesa pelo direito de todos à educação. Nesse contexto, defendiam-se a igualdade entre os homens, a aprendizagem ativa, o “aprender fazendo”, estudo laico, com destaque para as dimensões psicológicas e sociológicas na educação, dentre outros princípios.

Os embates entre esses dois movimentos foram intensos, até que em 1930 os renovadores assumiram o poder com Getúlio Vargas no governo provisório. Para tanto e atendendo aos preceitos de modernização do país, logo, em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse contexto, era iniciado o primeiro período do governo de Getúlio Vargas.

Nesse contexto, Francisco Campos (1891-1968), considerado um reformador na educação do Estado de Minas Gerais assumiu o posto de ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública e sistematizou algumas medidas, denominadas como Reforma Francisco Campos. Suas ações contemplavam a efetivação de vários decretos, por meio dos quais as universidades começaram a ganhar força.

Enquanto uma das principais características desta reforma, convém citar que pela primeira vez na história da educação no Brasil a organização do ensino foi colocada em nível nacional, e não estadual, como acontecia em períodos anteriores (ARANHA, 1996). Nesse contexto, ela surgia como uma prioridade na agenda do governo federal. Para o propósito desta tese, convém citar as quatro medidas da Reforma Francisco Campos, mencionadas na Figura abaixo.

Figura 01: Reformas de Francisco Campos relacionado ao Ensino Comercial e Superior.

Criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931)

Organização do Ensino Superior no Brasil e adoção do regime universitário – Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931)

Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931)

Organização do ensino comercial e regulamentação da profissão de contador (Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931)

Fonte: elaborada pela autora.

No que concerne ao Conselho Nacional de Educação (Primeiro item da ilustração acima), sua finalidade foi assim descrita: “destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propositos de elevar o nivel da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação.” (BRASIL, 1931a, ART. 2º). Ainda, a composição desse conselho obedeceria aos seguintes critérios:

- I - Um representante de cada universidade federal ou equiparada.
- II - Um representante de cada um dos institutos federais de ensino do direito, da medicina e de engenharia, não incorporados a universidades.
- III - Um representante do ensino superior estadual equiparado e um do particular também equiparado.
- IV - Um representante do ensino secundário federal; um do ensino secundário estadual equiparado e um do particular também equiparado.
- V - Três membros escolhidos livremente entre personalidades de alto saber e reconhecida capacidade em assumptos de educação e de ensino. (BRASIL, 1931a, ART. 3º, § 1º).

Podemos partir do pressuposto de que esse conselho era representado por diferentes membros da sociedade. Contudo, tal representação era vulnerável diante da dependência tanto administrativa como burocrática das universidades⁵ em relação ao Ministério da Educação, de cunho altamente centralizador foi estabelecido,

nas universidades officiaes, federaes ou estaduaes, quaesquer modificações que interessem fundamentalmente á organizacção administrativa ou didactica dos

⁵ Existiam algumas faculdades isoladas pelo país, cursos de licenciatura e de bacharelado. Três destas, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito, localizadas no Rio de Janeiro, foram integradas e originaram a primeira universidade no Brasil, denominada Universidade do Brasil, a partir do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920 (BRASIL, 1920).

institutos universitarios, só poderão ser effectivadas mediante sanção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1931b, Art. 9º, Parágrafo único).

Essa citação nos permitiu adentrar em nosso segundo item de análise mostrado na figura 01 o Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931b). Cabe ressaltar que este era responsável por estabelecer que o Ensino Superior, preferencialmente, deveria ser oferecido em universidades.

Quanto à finalidade dessa modalidade de ensino, era previsto que “As universidades brasileiras desenvolverão acção conjuncta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras”. (BRASIL, 1931b, ART. 4º). Com o passar do tempo, essa finalidade passou a ser assumida de forma cada vez mais vigorosa e ampliada, como será visto na revisão do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Em termos de níveis institucionais e administrativos, foram definidos os cargos de reitor, conselheiro universitário e diretor, em ordem decrescente de hierarquia. Havia também a existência de uma assembleia universitária.

Foi ainda estabelecida à exigência de “congregar em uma unidade universitária pelo menos três dos seguintes cursos do Ensino Superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Enfermagem e Faculdade de Educação, Ciências e Letras” (BRASIL, 1931b, Art. 5º, I), não sendo, assim, consideradas como essenciais nenhuma das formações relacionadas às ciências empresariais. Ademais, foi feita referência não somente ao ensino, mas também à pesquisa e à extensão.

Em relação ao Decreto 19.852 de 11 de abril de 1931 (1931c), mostrado no terceiro item da figura 01, desta mesma reforma, foi estipulada a organização da Universidade do Rio Janeiro, a primeira universidade fundada no Brasil, na época denominada Universidade do Brasil (Brasil, 1920).

Enquanto medida da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931c), a Universidade do Rio de Janeiro passaria a oferecer os seguintes cursos:

- Faculdade de Direito;
- Faculdade de Medicina;
- Escola Politécnica;
- Escola de Minas;
- Faculdade de Educação, Ciências e Letras;
- Faculdade de Farmácia;

- Faculdade de Odontologia;
- Escola Nacional de Belas Artes;
- Instituto Nacional de Música.

Podemos observar que, mais uma vez nos decretos de Francisco Campos, não foi implantado nenhum curso diretamente relacionado ao ensino das ciências empresariais. A graduação que manteve maior proximidade a essa temática foi a de Direito, que compreendia em sua grade curricular as disciplinas de Direito Comercial, Direito Administrativo, Economia Política e Finanças.

A ausência mencionada foi assim justificada:

§ 2º Oportunamente serão organizadas e incorporadas pelo Governo à mesma Universidade a Escola de Higiene e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

§ 3º Os institutos, de que trata o parágrafo anterior, destinados a preparar técnicos que se propõem ao exercício de funções sanitárias ou ao desempenho de atividades administrativas, públicas e privadas, obedecerão a regulamentos a serem expedidos pelo ministro da Educação e Saúde Pública. (BRASIL, 1931c, ART. 1º).

Analisando, em específico a Reforma Francisco Campos (último item da figura 01), em relação à organização do Ensino Comercial (Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931) é possível perceber o caráter formativo para o trabalho, tanto em termos de ensino básico, por um lado, que oferecia o curso elementar de Auxiliar de Comércio e contemplava as seguintes disciplinas: caligrafia, datilografia, português, inglês, aritmética, contabilidade (noções preliminares) e contabilidade mercantil.

Por outro lado, temos a formação técnica oferecida no Ensino Secundário, que oferecia os seguintes cursos: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador. Assim, “os cursos básicos e médios preparavam os estudantes para o mercado de trabalho; de outro, um ensino propedêutico destinado a grupos mais abastados da sociedade visava permitir o acesso aos bacharelados”. (BARROS, 2013, p. 86).

Nesta perspectiva, o terceiro artigo do Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, especificou que a admissão e seleção para os cursos propedêuticos e de auxiliar do comércio se dariam pelo exame em provas escritas e orais das disciplinas de português, francês, aritmética e geografia. Entretanto, o sistema primário não oferecia o curso de francês e, dessa forma, somente a elite poderia pagar pelos custos extraescolares de seus filhos, impedindo que as classes menos favorecidas tivessem acesso aos cursos propedêuticos que visavam o acesso à graduação.

Tal prática tendenciosa é confirmada no parágrafo primeiro deste mesmo artigo no seguinte teor: “Será considerado aprovado o candidato que obtiver, além de nota igual ou superior a três em cada disciplina, como média das notas de prova escrita e prova oral, média igual ou superior a cinco no conjunto das disciplinas” (BRASIL, 1931, Art. 3º, § 1º). Isso nos permite verificar que a obtenção de êxito em todas as outras disciplinas não bastaria, pois a prova de francês não poderia ser zerada, devido à exigência de a nota mínima ser três.

Além disto, podemos analisar que a aprovação para o curso de Auxiliar de Comércio também era dependente da nota na prova de francês. Assim, encontramos mais um processo de exclusão, em que apesar de terem previsto a oferta do curso, não teríamos estudantes aprovados e assim a oferta se tornaria inviável.

Ademais, outra contradição excludente está presente no parágrafo segundo: “Fica dispensado do exame de admissão o candidato que exhibir certificado de aprovação na 1ª série do Colégio Pedro II, dos estabelecimentos de ensino secundário a ele equiparados [...] fiscalizados ou mantidos pela União ou pelos Estados”. (BRASIL, 1931, Art. 3º, § 2º). No entanto, nem todos conseguiam acesso a esses colégios e eles nem mesmo existiam em todas as cidades e para entrar neles havia também processos seletivos.

Outra relevante contribuição da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931d), diante da necessidade de inserção no processo de modernização foi à criação da graduação de Administração e Finanças e organização do currículo. Enquanto particularidade desse decreto, os formados no curso superior de Administração e Finanças recebiam a designação de bacharéis em Ciências Econômicas, o que mostra que faltavam definições importantes em relação às diferenças entre ambos, bem como, os limites de cada uma dessas áreas.

Além disto, os bacharéis em Ciências Econômicas tinham preferências por ocupar cargos públicos e por assumir funções de docentes nos estabelecimentos de Ensino Comercial. Já os profissionais de prestígio em suas áreas, como por exemplo, em direito, poderiam ser convidados a lecionar, sem, no entanto, possuir a formação de bacharelado em Ciências Econômicas⁶.

⁶ Na década de 1970, começaram a ser exigidos os cursos de bacharelado e exercício profissional, pois

recentemente, os professores universitários começaram a se conscientizar de que a docência, como a pesquisa e o exercício de qualquer profissão, exige capacitação própria e específica. O exercício docente no ensino superior exige competências

Em termos de gestão hierárquica e conforme os preceitos estabelecidos na organização do Ensino Superior (Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931), em especial, essa reforma também implementou diretrizes para o Ensino Comercial. Assim, foi estabelecida a Superintendência do Ensino Comercial, antes denominada como Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, que tinha como incumbência a responsabilidade de fiscalizar e emitir reconhecimentos às fundações e sociedades particulares, nos âmbitos estadual e municipal (BRASIL, 1931d, Art. 34).

Enquanto crítica fica evidente a centralização das decisões com rígida fiscalização e consequente controle da estrutura de ensino, o que tornava a estrutura de ensino inflexível. Em especial, a partir da menção “Os programas serão aprovados todos os anos pelo superintendente que, em caso de protesto por parte da escola, os remeterá ao Conselho Consultivo do Ensino Comercial” (BRASIL, 1931d, ART. 23, § ÚNICO).

O mesmo pode ser constatado no seguinte trecho: “para tudo o que estiver fora dos preceitos e das instruções expedidas pela Superintendência do Ensino Comercial, podendo propôr a suspensão das regalias das escolas se estas não atenderem às suas exigências”. (BRASIL, 1931d, ART. 25).

O artigo 32 (BRASIL, 1931d) foi responsável pela criação do Conselho Consultivo do Ensino Comercial. Ele também esclarecia que o cargo de presidente efetivo seria destinado ao ministro da educação, e seu vice seria o superintendente do Ensino Comercial. O decreto também exigia que as instituições de Ensino Comercial deveriam estar equiparadas ao padrão federal, em atendimento ao disposto no artigo 35.

Todos os estabelecimentos de ensino comercial, de ciencias economicas e de administração, pertencentes a fundações, sociedades particulares, estados e municipios, para que gosem dos favores legais devem ser equiparados ao padrão federal, requerendo fiscalização e reconhecimento pela Superintendencia do Ensino Comercial. (BRASIL, 1931d, Art. 35).

No que tange a formação em economia, em 1935 surgiu o curso de Estudos Econômicos, na recém-criada Universidade de Porto Alegre que foi criada em novembro de 1934, a partir da integração de escolas que ministravam os seguintes cursos: Engenharia; Astronomia; Eletrotécnica e Química Industrial; Medicina; Odontologia e Farmácia;

específicas, que não se restringem a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou ainda, apenas o exercício de uma profissão. Exige tudo isso, além de outras competências próprias. (MASETTO, 1998, p. 11).

Agronomia e Veterinária; Filosofia; Ciências e Letras, Instituto de Belas Artes e, a Faculdade de Direito, que contava com uma Escola de Comércio.

Prosseguindo em nossas discussões, mais especificamente na análise da última medida da Reforma Francisco Campos (figura 01), nos deteremos à Regulamentação da profissão de contador, conforme o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931.

A Reforma Francisco Campos eliminou a dissonância estabelecida no decreto 17.329 (BRASIL, 1926) de exigência do título de contador para o ingresso no Curso Superior de Ciências Econômicas e Comerciais. E, assim, o Curso de Contabilidade foi o primeiro a ser reconhecido diante das outras duas formações diretamente relacionadas ao comércio: Administração e Economia.

Em suma⁷, antes desse decreto, aos estudantes de cursos técnicos existia o impedimento de realização de determinados cursos superiores, como por exemplo, os estudantes do Curso Técnico em Comércio só poderiam se matricular em cursos diretamente relacionados à formação anterior, na época, representado pelos cursos de Ciências Econômicas ou Comércio Superior.

⁷ As Leis de Flexibilização e Equivalência.

Lei nº 1.076 de 31/03/1950	Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências.	Flexibilização parcial: “Exame das disciplinas não estudadas”
Lei nº 1.821 de 12/03/1953	Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.	Equivalência Parcial: “Exames de Adaptação”
Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961	LDB de 1961	Equivalência Plena: “a articulação sem restrições entre os ensinos secundário e profissional”

Fonte: elaborado pela autora.

A aprovação das leis, primeiramente de Flexibilização parcial (BRASIL, 1950), Equivalência parcial (BRASIL, 1953) e posteriormente de equivalência plena (BRASIL, 1961), favoreceram o processo progressivo de revogação das restrições de cursos não equivalentes e consequentemente beneficiou a migração de estudantes entre os diferentes campos das Ciências Empresariais, devido à falta de impedimentos, ou seja, da formação anterior em Contabilidade para a matrícula, como por exemplo, no curso de Ciências Econômicas ou Administração.

O decreto 20.158 (Brasil, 1931d) também estabeleceu que aos formados do curso técnico, seria atribuído o título de perito-contador, o que foi alterado somente em 1939 por meio do decreto-lei 1.535 de 23 de agosto de 1939 para o título de contador.

E, nesse período de efervescentes mudanças iniciadas com o golpe e a tomada de poder pelo presidente Getúlio Vargas, as novas elites política e econômica brasileiras aspiravam a modernização do país e nesse contexto, Vargas buscou implementar algumas medidas visando agradar a classe mencionada. Para tanto, foi fundado, em 1931, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Ele tinha como objetivo disseminar os conhecimentos oriundos das abordagens administrativas, espelhadas no modelo estadunidense.

Nesse teor, o Idort inaugurou no Brasil o início da história da aplicação das teorias da Administração no país e foi declarado como utilidade pública com sede em São Paulo, por meio do Decreto nº 1.155, de 19 de outubro de 1936 (BRASIL, 1936) e assim foi iniciado o processo de aplicação e consequente dependência do Brasil em relação a teorias administrativas estrangeiras.

E, por nos referirmos aos acontecimentos e reformas educacionais no país, desse período, convém acrescentarmos, nesta parte do texto, mais um movimento ocorrido, na primeira era Vargas: o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional”, publicado em 1932. Este é resultado de um documento redigido por 26 líderes do Movimento Renovador, fruto de aceções diversas dos reformadores bem como da adoção de discursos e instabilidades na aplicação dos ideários da Escola Nova.

Foram apresentados, nesse manifesto, a necessidade de os professores terem formação universitária, do ensino laico, obrigatório, gratuito e público, sem privilégios destinados a uma minoria. Era mais um movimento a ser acrescentado na pauta de discussões entre as correntes conservadoras e reformadoras em que

a inconsistência, porém, acompanhou a execução dessas reformas e movimentos. E isso por causa de seu principal defeito: eram reformas regionais, parciais, portanto. Não faziam elas parte de uma política nacional de educação, estando, então, sujeitas a todas as consequências advindas de reformas limitadas a segmentos do território e da população e sujeitas às instabilidades do poder público local, e inseridas num contexto territorial, demográfico, econômico, político e cultural desigualmente desenvolvido. (ROMANELLI, 2007, P. 130).

Nesse período, em 1932, o país contava com duas universidades: no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Essa última foi fundada pelo Decreto nº 956 (BRASIL, 1927) a partir da integração de quatro faculdades: Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e Farmácia.

Vale ressaltar que a Universidade de São Paulo, terceira universidade a ser fundada no Brasil, foi instituída a partir do Decreto 6.284, de 25 de janeiro de 1934. Na obra: *A Universidade da Comunhão Paulista*, são descritos os embates ideológicos travados nessa instituição. Ela foi responsável por implantar a formação de elites e dirigentes do país, em vez de apresentar conquistas relacionadas aos objetivos educacionais renovadores, conforme Cardoso (1982).

Adentrando o território nacional, Anísio Teixeira foi o responsável pela criação da Universidade do Distrito Federal e implantação da Faculdade de Educação. Entretanto, por motivos financeiros e políticos, ela teve a curta duração de quatro anos, de 1935 a 1939.

Em termos políticos convém mencionar que Anísio Teixeira era líder dos educadores liberais e defendia a escola pública, laica e universal. Contudo, essas ideias contrariavam os setores conservadores vinculados à Igreja Católica, que foram responsáveis por gerar perseguições e embates pessoais, em vez de prezar pelo que era considerado importante para a educação brasileira.

Nesse contexto, dentre as mudanças impostas pela introdução da industrialização, foi abordado nesse Manifesto, a necessidade de diversificação do Ensino Superior. Partimos do pressuposto de que essa demanda contribuiu para a progressiva estruturação dos cursos da área de negócios.

1.3 Governo Ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945)

A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e a reforma Francisco Campos, em 1931, aliadas à reforma implementada por Gustavo Capanema⁸, que será descrita adiante, foram responsáveis por instituir “os aportes oficiais necessários para a sistematização do ensino profissional comercial no país” (CINTRA, 2009, p. 242). Nesse contexto, além do Ensino Comercial, também tivemos o advento de legislações referentes à organização do Ensino Industrial. Assim, temos como objetivo retratar o período da história brasileira que

⁸ Gustavo Capanema foi o 4º ministro da Educação do Brasil (1934-1945) e o 17º Presidente de Minas Gerais de 05 de setembro de 1933 a 15 de dezembro de 1933.

teve início em 10 de novembro de 1937, no qual o governo Getúlio Vargas, apoiado pelos militares, implantou a ditadura. Esse período ficou conhecido como Estado Novo (1937-1945).

Nesse contexto, constatamos mais uma vez o caráter autoritário e centralizador de Getúlio Vargas responsável por mais um golpe em 1937 e posse de todo o poder nacional, inclusive com o fechamento do legislativo.

Um dos acontecimentos que merecem destaque nesse período foi a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, em 30 de julho de 1938, por meio do decreto-lei 579, que visava reformas na administração pública brasileira e estava previsto na Constituição de 1937.

Logo, isso favoreceu a criação da Escola Superior em Administração e Negócios (Esan), em 1941, sendo esta considerada a primeira escola a oferecer o ensino superior em Administração. Nela eram aceitos estudantes que não haviam concluído o ensino secundário. Ainda, seu modelo foi baseado no curso superior de Administração de Harvard, com formação de dois anos, adicionada a um ano de especialização. No entanto, somente a partir de 1961 que ela foi reconhecida e pode emitir diplomas, como poderá ser notado adiante.

Mas, no momento de sua fundação, a Esan não oferecia graduação em Administração, e sim os cursos superiores de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Ambos foram reconhecidos em 1931 e 1935, respectivamente, momento no qual existiam apenas as formações profissionais, em nível de bacharelado de Medicina, Advocacia e Engenharia, apesar da demanda por outras instruções acadêmicas. Convém enfatizar que, apesar de essa instituição fazer referência aos conceitos de “administração e negócios”, na realidade eram oferecidos somente como disciplinas nas primeiras graduações mencionadas.

Outro marco delimitador para a educação brasileira nesse período, refere-se às contribuições do nosso quarto ministro da Educação (1934-1945), Gustavo Capanema (1900-1985), advogado, político e professor mineiro⁹. Tais colaborações foram institucionalizadas a partir da Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que contemplou os decretos apresentados no Quadro abaixo:

Quadro 01: Leis Orgânicas do Ensino

⁹ Convém salientar que, no final do mandato de Getúlio Vargas, mais especificamente nos decretos a partir de 30 de outubro de 1945, as legislações que estavam sendo tramitadas foram assinadas por Raul Leitão, por ter assumido o Ministério da Educação após Gustavo Capanema.

DECRETO Nº	DATA DE PUBLICAÇÃO	RESUMO DA EMENTA
4.073	30 de janeiro de 1942	Organizou o Ensino Industrial.
4.048	22 de janeiro de 1942	Instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).
4.244	9 de abril de 1942	Organizou o Ensino Secundário em dois ciclos: o ginásial, em quatro anos, e o colegial, em três anos.
6.141	28 de dezembro de 1943	Reformou o Ensino Comercial.
8.529	2 de janeiro de 1946	Organizou o Ensino Primário em nível nacional.
8.530	2 de janeiro de 1946	Organizou o Ensino Normal.
8.621 e 8.622	10 de janeiro de 1946	Criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).
9.613	20 de agosto de 1946	Organizou o Ensino Agrícola.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas legislações desse período.

Esclarecemos que dentre os decretos acima, teremos como foco apresentar e discutir os conteúdos do decreto que contribuiram para o advento dos Cursos relacionados às Ciências Empresariais. Schwartzman (2005) ressaltou que o ministro Capanema se preocupou em oferecer o Ensino Secundário baseado nos ginásios ou liceus da Europa, que ofereciam formação humanística e científica como preparação para o ingresso nas universidades. Mas, na prática, foram vivenciadas situações em que a formação para o trabalho prevaleceu e a universidade continuou sendo destinada a elite. (ROMANELLI, 2007).

Nesta perspectiva, além da ênfase atribuída ao Ensino Comercial, enquanto base para a origem dos Cursos relacionados às Ciências Empresariais convém atribuímos também o mérito ao ensino industrial enquanto propulsor do desenvolvimento das três áreas profissionais.

O ensino das ciências empresariais focado no ambiente industrial passou a ser priorizado a partir da gestão presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961), apesar de ter sido valorizado nos governos de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema. Em suma, “A Revolução de 30, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder pelas velhas oligarquias” (ROMANELLI, 2007, p. 60) permitiu o desenvolvimento das bases para a implantação do capitalismo industrial no Brasil, em uma conjuntura “profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática”. (ROMANELLI, 2007, p. 61).

E, foi com o Decreto 4.073 (BRASIL, 1942) em 30 de janeiro de 1942 que o Ensino Industrial foi organizado com a seguinte menção

Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos

trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (BRASIL, 1942, Art. 1º).

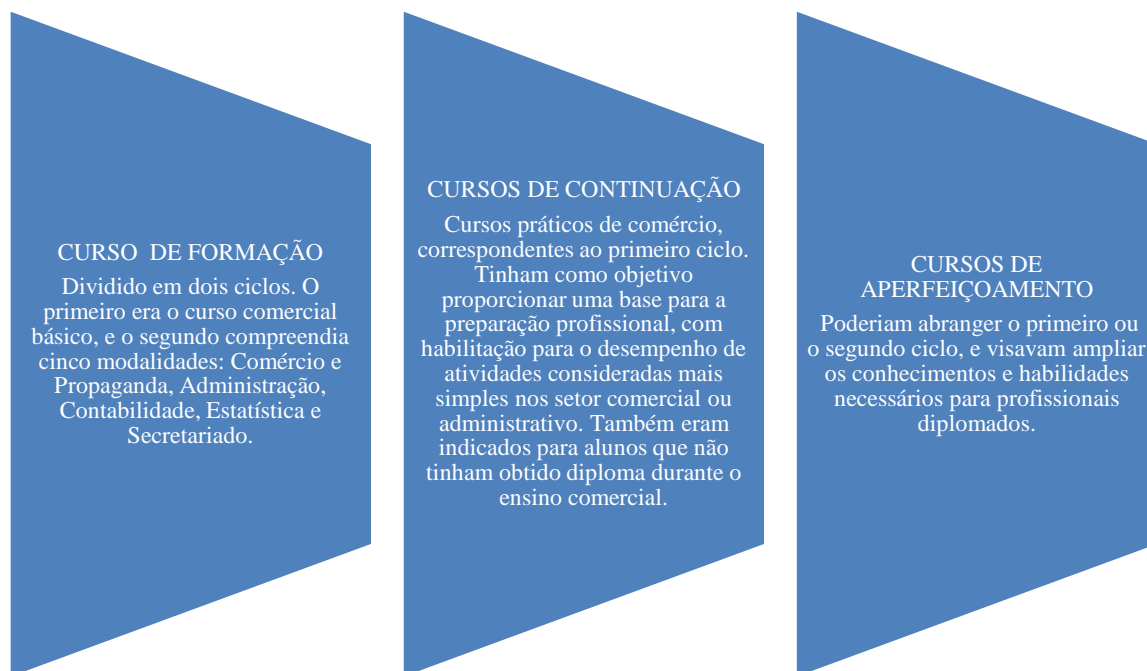
Em suma, esta lei representava as novas exigências que a industrialização exigia, pois se tornou necessário o Estado prover mão de obra qualificada a um número crescente de pessoas que vinham do campo para os centros urbanos em busca de melhoria do padrão de vida e trabalho. Para tanto o ensino industrial necessitava ser organizado, “pois a leitura e a escrita passam a ter preço, são sentidas como úteis e benéficas e a demanda do ensino normalmente se eleva, ao mesmo tempo, que maiores recursos advindo de maior produção, possibilitam maior e diferenciada oferta”. (ROMANELLI, 2007, p. 60). Enfatizamos, que mesmo após um século de independência, oitenta por cento da população era de analfabetos. (LEITE, 2005) e esclarecemos que apesar dessa tese ter como o foco o ensino superior, a capacitação profissional nas indústrias, seja em nível básico ou intermediário ofereceu fundamentos para uma melhor compreensão do ensino superior nas áreas de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração.

E, em se tratando do decreto 6.141 de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943) que teve como objetivo: reformar o ensino comercial, enquanto curso de nível de Ensino Secundário, foram estabelecidas as seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei. (BRASIL, 1943, Art. 1º).

Portanto, esses cursos eram voltados para a inserção ao mercado de trabalho e não para a continuação dos estudos. No artigo 3º, do decreto 6.141, foram estabelecidas novas categorias e cursos para o Ensino Comercial, como ilustrado na Figura abaixo.

Figura 02: Categorias de divisão do ensino comercial



Fonte: elaborada pela autora, com base na legislação (BRASIL, 1943).

Como pode ser observado, os cursos referentes à formação básica para o Ensino Comercial foram alterados, em comparação à Reforma de Francisco Campos, pois antes eram disponibilizadas as seguintes modalidades: caligrafia, datilografia, português, inglês, aritmética, contabilidade (noções preliminares) e contabilidade mercantil. A partir dessa legislação passou a ser oferecido o Curso de Contabilidade e também de Administração.

Isso nos permite concluir que as modalidades relacionadas à profissionalização para o comércio estiveram mais presentes no cotidiano. Em relação à estrutura curricular, existiu a preocupação em oferecer tanto conteúdo de cultura geral como de cultura técnica. Com isso, partimos do pressuposto de que havia um contínuo empenho com a profissionalização no ensino, para atender ao mercado de trabalho. Por força desse decreto (6141/1943), o curso de Administração e Finanças passou a ser jurisdição da diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação, promovendo melhor status aos egressos, que antes era circunscrito à diretoria do Ensino (BRASIL, 1943).

No art. 44 do Decreto 6.141 de 28 de dezembro de 1943, foi estabelecido que “o ensino comercial será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular” (BRASIL, 1943). Na mesma data deste decreto, também foi regulamentada a estrutura dos cursos de formação do Ensino Comercial, que o incorporou ao Ensino Médio.

Convém ressaltar aqui que nesse período surgiram as instituições Sesc – Serviço Social do Comércio e Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, enquanto

entidades privadas com fins públicos, que visavam atender a formação de técnicos para a demanda por profissionais tanto no comércio como na indústria. Ambas foram geradas após a criação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que é uma associação sindical patronal, fundada em 4 de setembro de 1945 e reconhecida pelo Decreto-Lei nº 20.068 (BRASIL, 1945). Essa confederação tinha dois objetivos principais: congregação do empresariado na representação de seus direitos, em troca de contribuições compulsórias para a manutenção e o desenvolvimento das instituições citadas. Elas ficavam sob responsabilidade administrativa da confederação, o que perdura até os dias atuais.

Dessa forma, foi iniciado o ensino técnico profissional no Brasil, tanto para o comércio como para a indústria, proveniente da limitação de exportação de mão de obra qualificada no período da segunda guerra mundial e para prover a população com produtos industrializados. Nesse contexto, o Governo teve como objetivo

engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de o ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente. (ROMANELLI, 2007, p. 155).

Esse engajamento estava resguardado pela Lei 4.073 em seu artigo 67 que tornou obrigatória a formação profissional na própria indústria dos empregados por seus empregadores e não podemos esquecer que tal capacitação favoreceu a valorização das técnicas administrativas, contábeis e econômicas.

Nesse contexto, entre os avanços e retrocessos no tocante ao desenvolvimento dos cursos relacionados às Ciências Empresariais, enfatizamos que, em 1945, o Decreto-lei 7.988 definiu o surgimento do Curso Superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos e assim passou a conceder o título de bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis e Atuariais. Nesse contexto, os dois cursos se tornaram cursos de nível superior, equiparados a cursos como medicina, direito e engenharia. Além disso, o Decreto-lei 7.988, enfatizou o seguinte: “Ficam extintos a partir do ano escolar de 1946 o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário, de que trata o Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931” (BRASIL, 1945, Capítulo VI, art. 9º). Assim, é possível compreender que ocorreu uma alteração na contribuição promovida por Francisco Campos. O último decreto mencionado tinha como objetivo: dispor “sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais” e, a partir daí, o curso de Administração perdia status, por não ter entrado no rol de graduações regulamentadas.

Com essa legislação, as disciplinas relacionadas ao ensino da área foram atribuídas aos cursos de Contabilidade. Por outro lado, conteúdos teóricos e quantitativos foram destinados

aos cursos de Economia. Conforme Sanson e Nicolau (2006), essa divisão foi baseada nos moldes estadunidenses. Quanto a isso, Coelho (2006) ressaltou que antes desse decreto, o Ensino Superior de Administração era baseado no modelo europeu, que tinha como ênfase as Ciências Jurídicas. Com a nova determinação, a formação técnica em Administração passou a ter foco em técnica e práticas, tendo como objetivo o desenvolvimento pragmático. Conforme Paula (1991), esse foi um momento decisivo para a reorganização das faculdades que ministravam o curso de Administração e Finanças.

Nesse contexto, até 1945, São Paulo contava com três escolas com cerca de 500 bacharéis formados no curso superior de Ciências Econômicas (SCWARTZMANN, BOMENY, COSTA, 1984). No Rio de Janeiro, em 1945/1946 é implementada a Faculdade Nacional de Política e Economia¹⁰ e firmada a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro¹¹, de cunho privado. E, assim, tornou-se a primeira faculdade federal, agora denominada: Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, a oferecer o Curso de Economia no Brasil por ter se vinculado à Universidade do Brasil (SCWARTZMANN, BOMENY, COSTA, 1984). Esclarecemos que essa faculdade já havia sido prevista na Reforma Francisco Campos, mais especificamente, na organização da Universidade do Rio de Janeiro.

1.4 Redemocratização do Brasil (1946-1963)

O debate sobre a redemocratização no país culminou em movimentos pela modernização do Ensino Superior, que deveria ser público, gratuito e de qualidade. Além disso, o acesso a ele deveria ser ampliado e planejado a serviço da sociedade. Tais ações contaram com o apoio da UNE – União Nacional dos Estudantes, que havia sido criada em 1938.

Mais precisamente em 1946, foi iniciado o movimento de democratização do país. Assim, o voto popular direto levou Gaspar Dutra ao poder (1946-1951), o qual, com objetivos populistas, ofereceu apoio à união de educadores sob a liderança de Anísio Teixeira. Em 1946, é criado o Conselho Federal de Contabilidade e dos conselhos regionais

¹⁰ Criada, formalmente, em 1937, por meio da Lei 452 de 05 de julho de 1937, como pertencente à Universidade do Brasil.

¹¹ Criada em 1938.

de contabilidade, por meio do Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, para a fiscalização as profissões de contador e guarda-livros.

Ainda, em 1946, é fundada a Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da USP – FEA. Em meio à ampliação do ensino no cenário nacional, em 1947 foi criado o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), baseado nos padrões de qualidade do ensino aplicados nos Estados Unidos e influenciou a modernização dos rumos educacionais do Ensino Superior no Brasil. A Universidade de Brasília - UNB, nesse contexto, visava atender a necessidade de profissionais para atuar na burocracia governamental. Além disso, a UNB foi responsável pela atualização e incentivo da pesquisa no Ensino Superior, viabilizando a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948.

Ainda, em 1948, representantes da Fundação Getúlio Vargas visitaram universidades estadunidenses que ofereciam o curso de Administração Pública, por meio do discurso e representação de cooperação técnica entre Brasil-EUA. Naquele momento, eram percebidos sinais de avanços com os processos de modernização e evolução do conhecimento científico, os quais também permitiram a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES), ambos em 1951. Um ano depois, a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) também passou a ministrar cursos de treinamento nesse campo. Do mesmo modo, em 1951, a Fundação Getúlio Vargas havia iniciado cursos dessa modalidade com suporte da ONU.

À medida que o país se desenvolvia economicamente, aumentava progressivamente o debate, as pressões e demandas por melhorias nas condições básicas para a maioria de seus habitantes. Uma das medidas adotadas para “acalmar os ânimos” foi a elaboração do Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Salte), que vigorou de 1948 a 1951. Ele contou com o apoio dos Estados Unidos nas áreas mencionadas, e, como podemos perceber, a educação não estava inclusa nos campos alcançados por tal medida.

É importante salientar que, por meio de acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, foi possível trazer professores e técnicos ao Brasil para a criação de cursos de Administração Pública (FISCHER, 1985). Na década de 1950, também foi responsável por trazer os primeiros consultores e professores da área ao país, além de oferecer bolsas de estudos a brasileiros nos Estados Unidos.

Além disso, a partir da década de 1950, ocorreram inúmeras discussões sobre os rumos da educação no país, em especial por causa do modelo de desenvolvimento que excluía

considerável parcela da população, devido aos interesses privatistas nos diálogos relativos ao ensino nacional. Dessa forma, surgiram mudanças relevantes no cenário educacional com a posse em 1951 de Anísio Teixeira para a função de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep).

Em 13 de agosto de 1951 é estabelecida a regulamentação da profissão de economista (Lei 1.411) e assim foi consolidado o nível universitário aos Cursos de Ciências Econômicas. Em 1952, foi fundada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), no Rio de Janeiro. Em 1954, entrou nesse cenário a Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), em São Paulo.

Conforme Fischer (2001), antes da participação da Ebap/FGV de São Paulo e Rio de Janeiro no convênio PBA 1, o apoio era recebido pela ONU. Ele prevaleceu de 1951 a 1958, e era considerado um programa com amplitude maior, que também contemplava as duas outras faculdades mencionadas. A EAESP, como representante brasileira nessa situação, atuou no estabelecimento das diretrizes curriculares mínimas do curso de Administração. Em relação a isso, Taylor (1968) enfatiza que houve pouca margem para diálogo sobre a organização do curso entre a EAESP e as autoridades estadunidenses, por conta de imposições dessas últimas. Nessa mesma perspectiva, Alcadipani e Bertero (2012) e Taylor (1968) pontuam que os brasileiros eram vistos como atores secundários no processo de decisões. Inclusive, o título de docente era reservado aos estadunidenses, e aos brasileiros, o título de apoio técnico.

Em 31 de julho de 1954, o decreto 1.401, decreta o desdobramento do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais em Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais. Em relação ao Curso de Administração, ele se consolidava da seguinte forma:

Quadro 02: Cursos de nível superior na área de Administração entre 1941 a 1954.

INSTITUIÇÃO	SIGLA	DATA DE FUNDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Escola Superior em Administração e Negócios.	Esan	1941	No início, não foi reconhecida oficialmente.
Escola Brasileira de Administração Pública, no Rio de Janeiro.	Ebap	1952	Atual Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, em Belo Horizonte.	Face	1941	Atual UFMG
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, no Rio de Janeiro.	EAESP	1952	–
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, em São Paulo.	EAESP	1954	Atual Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Fonte: Machado (1966).

Mais adiante, ao tomar posse, Juscelino Kubistchek (1956-1961) assumiu a sucessão do breve mandato do governo de Café Filho (1954-1955). Diferentemente do Governo Vargas, que visava o desenvolvimento mais autônomo do país, esse último tinha um discurso voltado para a necessidade de equilibrar o investimento financeiro e a ação do Estado. Nesse novo período governamental do Brasil, ocorreram algumas mudanças, como:

- os técnicos da máquina estatal assumiram um papel mais vigoroso no comando do país, dando continuidade ao processo que havia sido iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas (CORREA, 2008);
- o desenvolvimento industrial nacional avançou, devido à articulação entre o Estado e os capitais nacional e internacional. A política industrial foi definida de forma a oferecer facilidades na implementação de medidas para o crescimento do Brasil (SUZIGAN, 1988).

Nesse processo, somente a partir de março de 1959, mediante solicitação do Ponto IV¹², os cursos de Administração ganharam um novo impulso. Isso ocorreu após a assinatura de um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, com a disponibilização de recursos financeiros, custeamento de vinda de professores e envio de docentes para treinamento nos Estados Unidos.

Essa parceria se refere ao Project Agreement Between the International Cooperation Administration (PBA), firmado em 1959. Já os participantes desse convênio foram: o Ministério da Educação e Cultura, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O governo estadunidense foi representado pelo Instituto de Assuntos Interamericanos e pela Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica do Brasil (Usom). Esse acordo teve duração de 1959 a julho de 1965, enquanto a EAESP funcionou como apoio à criação de outras faculdades no cenário brasileiro. Assim, estavam lançadas as bases para a consolidação e expansão do ensino de Administração, que viria se juntar aos cursos de ciências contábeis e Ciências Econômicas no processo de expansão e interiorização pelo território brasileiro, em especial, para a cidade de Uberlândia.

¹² Programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. Foi o quarto ponto no discurso de posse do presidente Harry Truman, norte americano e por isso recebeu o nome de Ponto IV. No Brasil, esse programa foi constituído por meio da assinatura de dois acordos: Acordo Básico de Cooperação Técnica em 19 de dezembro de 1950 e Acordo de Serviços Técnicos Especiais, em 30 de maio de 1953.

1.5 Trajetória inicial, reconhecimento dos cursos e correlação entre os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração.

Em 1960, foram sedimentadas as bases para as duas primeiras instituições de Ensino Superior em Uberlândia. Nesse ano, foram criadas as Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ambas de cunho privado. A educação pública acadêmica na cidade foi inaugurada com a Faculdade Federal de Engenharia, em 1961. Nessa trajetória, nota-se, por meio dos documentos pesquisados, a criação da Faculdade de Ciências Econômicas em janeiro de 1963.

Nesta perspectiva, em um discurso pronunciado em abril de 1973, posteriormente publicado em um jornal local, para homenagear a universidade, foi encontrada a seguinte representação:

Há pouco mais de dez anos, os filhos desta terra tinham que buscar outras plagas para seus estudos universitários. Aqui, nada havia! Nada... A não ser seus homens... Entretanto, certa noite, alguns advogados discutiam problemas jurídicos por estas ruas que hoje passastes, quando de súbito, o atual Deputado Homero Santos lançou a idéia da fundação de uma Faculdade de Direito. O professor Jacy de Assis estava presente, aceitou o desafio, e ali mesmo foi escolhido como seu Diretor. (SIMÃO, 1973).

Homero Santos, nessa ocasião, era vereador e levou a ideia de fundar uma faculdade de Direito para o fórum local. Também conclamou juízes e advogados da cidade para colaborarem sobre o assunto. Eles concordaram com a sugestão, mas relataram haver grande impasse para colocá-la em prática, devido ao alto custo para instalação, montagem e organização desse tipo de instituição. Diante disso, Juarez Altafin e Ciro de Castro Almeida foram incumbidos de arregimentar os valores financeiros necessários “e tamanho foi o êxito do empreendimento que, dentro de quinze dias, estava levantada uma grande soma de dinheiro, além de doações de terreno, mobiliário e outros valores, constituindo o patrimônio de uma bela Fundação Educacional” (ALTAFIN, 1963); tal fundação veio a se tornar a mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia. A Faculdade de Direito foi criada em 2 de fevereiro de 1960, e contou com o apoio de outro uberlandense, o então deputado federal Rondon Pacheco.

Nesta perspectiva, apesar do advento de outras instituições de Uberlândia¹³ nesse período, a atenção aqui será voltada, especificamente, para a gênese da Faculdade de Direito,

¹³ Nesse período, houve a criação das seguintes instituições:
1960: Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;

devido às suas estreitas ligações enquanto idealizadora da Faculdade de Ciências Econômicas da cidade. Os organizadores dessa última foram os advogados Juarez Altafin¹⁴ e Regis Elias Simão¹⁵, diretor e secretário, respectivamente. Em relação ao seu processo de autorização para funcionamento, foi encontrada provavelmente uma das primeiras publicações sobre a Faculdade de Ciências Econômicas, intitulada: “Nas Mãos do 1º Ministro a Sorte da FCE”, na qual está expresso que:

Os organizadores da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia estão envidando todos os esforços no sentido de que seja instalada, ainda no princípio do próximo ano, a referida Escola em nosso meio. Para tal, estive no Rio de Janeiro, o meu secretário Dr. Regis Elias Simão, levando todos os documentos necessários para a sua devida autorização de funcionamento. Depois de alguns entendimentos que mantive com o Diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia, Dr. Jacy de Assis, que lá também se encontrava, resolveu aquele Secretário, seguir para Brasília, onde mantive contacto com o Deputado Afrânio Rodrigues da Cunha. Por intermédio deste ilustre parlamentar, o Dr. Regis conseguiu facilmente uma audiência com o Primeiro Ministro, Dr. Tancredo Neves, do qual teve prontamente a certeza do cumprimento de sua promessa, feita ainda quando em Uberlândia estive, no sentido de fazer funcionar a nossa Faculdade de Ciências Econômicas. Todos os documentos necessários ao pedido de funcionamento ficaram com o Primeiro Ministro, que no seu dizer, encaminhá-los-ia ao Ministro da Educação e Cultura, com uma ordem sua, para que se cumprisse o determinado. Ontem a nossa reportagem manteve amistosa palestra com o Diretor da Faculdade, Dr. Juarez Altafin, o qual manifestou o desejo de realizar os exames de vestibular no princípio do próximo ano, dependendo sómente do Ministro Tancredo Neves dar cumprimento à sua promessa. (NAS MÃOS..., 1961).

Ademais, convém elucidar que neste momento histórico o Brasil viveu uma curta experiência de Parlamentarismo, por isso, Tancredo foi chamado de Primeiro Ministro (08 de set. de 1961 a jun. de 1962), na citação acima.

E, nesse ínterim, foi produzida mais uma notícia referente a uma carta enviada pelo Dr. Régis Elias Simão a um jornal local:

Como tem sido surpreendente a receptividade da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, e, sem podermos satisfazer todas as exigências dos interessados, devido a certas circunstâncias alheias à nossa vontade, estamos utilizando deste recurso de comunicação. (O TRIÂNGULO, 21/10/61).

Ele ainda argumentava que, enquanto era aguardada a aprovação pelo Conselho Federal de Educação, com sede no Rio de Janeiro, uma das providências foi a designação do

1961: Criação da Faculdade Federal de Engenharia;

1963: Criação da Faculdade de Ciências Econômicas;

1966: Criação da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. (UBERLÂNDIA, 2016 ...).

¹⁴ Juarez Altafin: Natural de Uberlândia, nasceu em 1922 e se formou na então Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1949. Na Universidade, lecionou na área de Direito, foi Diretor de Faculdade, vice-reitor e o primeiro reitor (1971-1975) da então Universidade de Uberlândia, a UnU, que deu origem à UFU. Em 1992, se aposentou. Como escritor, a partir de 1980, publicou 12 obras que abordam, principalmente, temas do Direito e da Educação. Recebeu o título de ‘Doutor Honoris’ em 2013 (EX REITOR ... 2013).

¹⁵ (Não foram encontrados dados biográficos).

diretor e vice-diretor pela diretoria da Instituição Uberlandense de Ensino. Para tanto, foram escolhidos dois advogados da cidade: Juarez Altafin e Aniceto Macheroni. Sobre isto, Juarez Altafin, escreveu que o

Primeiro obstáculo: a Faculdade para a qual fora nomeado diretor não existia nem no papel. Para a sua autorização pelo governo federal, não havia processo, nem requerimento feito ao Conselho Federal de Educação. Não havia nada: nem prédio, nem mobiliário, nem biblioteca, nem professores e alunos. Mais grave ainda: não havia um centavo de verba para o seu funcionamento! Eu tinha que, primeiro, criar a Faculdade, com a difícil e necessária autorização federal; instalá-la, arranjar professores, fazer vestibular, para, então, dirigi-la. Foi o que fiz. (ALTAFIN, 2011, p. 153).

Nesse contexto, foi solicitado na Câmara Municipal de Uberlândia, por meio de um projeto do vereador Homero Santos, a concessão de verba de auxílio à faculdade no valor de Cr\$ 300.000,00 por três anos, “a exemplo do que aconteceu com as demais faculdades existentes no município” (TREZENTOS..., 1961). No título dessa notícia, constou “Trezentos mil para F.C.E.U.” Ainda no mesmo mês, outra reportagem apontava: “Afrânio consegue verba de 1 milhão para a F.C.E.” Este último atuava como deputado federal e havia conseguido incluir no orçamento do governo federal esse valor para o próximo ano, o qual havia sido aprovado pela comissão de finanças da câmara dos deputados. (AFRÂNIO..., 1961). Foi noticiado ainda que João Machado Sobrinho, durante seu período de férias, seria professor catedrático na cadeira de “Moeda e Crédito”. Ele contava com longa experiência, por ser docente na Faculdade de Ciências Econômica na Universidade de Minas Gerais e membro do Instituto Mineiro de Economia, como pode ser visto aqui: “Jovem ainda, o prof. Machado tem sabido demonstrar na capital mineira o seu alto grau de cultura; e agora, vamos tê-lo junto de nós. Ao prof. Os nossos votos de boas férias e um Ano Novo Risonho” (CATEDRÁTICO..., 1961).

Em seguida, foi divulgada outra manchete: “Clóvis Salgado presta grande serviço à Uberlândia: Ciências Econômicas” (CLÓVIS..., 1961), ressaltando que um relatório da Faceu havia sido encaminhado ao Conselho Federal de Educação, depois de estudado pelo Departamento do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, e distribuído ao professor Clóvis Salgado¹⁶.

Ele, além de vice-governador do Estado de Minas Gerais, era membro proeminente daquele órgão e recebeu o processo de autorização do primeiro curso da Faceu, sendo favorável em um parecer seu ao relatar: “Há 97 estabelecimentos de ensino primário e médio,

¹⁶ Clóvis Salgado da Gama (1906-1978). Foi médico, professor e político brasileiro. Vice-governador; Governador de Minas Gerais e Ministro da Educação e Cultura do Brasil.

com 11.378 estudantes; 200 é o número de profissionais liberais com exercício no município”. (CLÓVIS ..., 1962).

É possível perceber que, nesse momento, os ânimos estavam exaltados em relação à receptividade para a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas. No entanto, passado um ano de espera, foi decidido pelo Doutor Régis Elias Simão, que atividades de preparação dos estudantes poderiam ser iniciadas. Diante disso, foi comunicado:

Como já é do conhecimento de todos, estamos à espera de uma autorização do Presidente do Conselho de Ministros. Dr. Tancredo de Almeida Neves, para fazermos funcionar a Faculdade, pois, eis que temos dêle tal promessa. Entretanto, a demora está se fazendo notar, e enquanto estamos esperando, achamos conveniente que os interessados devem preparar-se para o devido Concurso de Habilitação, pois a sua convocação pode ser urgente. Assim, por intermédio do jornal de V.S., queremos dar aos nossos futuros economistas algumas elucidações. (PREPARAÇÃO..., 1962).

O objetivo dessa matéria no jornal local era o de fornecer esclarecimentos sobre algumas questões legais e profissionais sobre o curso de Ciências Econômicas, de modo que foi mostrado o possível programa para o futuro vestibular, inspirado no programa da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG). Esse último era composto de provas escritas e orais das disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia Econômica, além da documentação necessária para inscrição no processo seletivo. No entanto, o tempo de espera foi além do previsto, ou seja, de dois anos. Nesse processo, foi enfatizado que “um trabalho insano se sucedeu, com viagens cansativas e enfadonhas” (SIMÃO, 1973).

Depois, foi encontrada uma matéria referente ao relato de autorização para o funcionamento da faculdade:

Regressaram de Brasília, onde foram a serviço da Instituição Uberlandense de Ensino, agora transformada em Fundação Educacional de Uberlândia, os professores Jacy de Assis e Juarez Altafin, respectivamente diretores das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas, desta cidade [...], graças à atuação dedicada e atenciosa do senador Camilo Nogueira da Gama e do deputado Afrânio Rodrigues da Cunha que se prestaram com interesse à grande colaboração. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 11 de dezembro de 1962).

Sobre a Fundação Educacional de Uberlândia ressaltada na citação acima, foi instituída em 03 de julho de 1959, enquanto mantenedora da Faculdade de Direito

A partir de listas elaboradas pelo grupo, foram buscadas doações junto a empresários e lideranças locais, cada uma de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para formação do capital social da instituição que pretendiam criar. Os idealizadores arrecadaram todo o dinheiro que consideravam suficiente para a abertura da faculdade em apenas 15 (quinze dias) (PIETRO, 2010, p. 387).

Os idealizadores mencionados foram o então advogado e vereador Homero Santos, Dr. Jacy de Assis e Ciro de Castro Almeida (juiz). A fundação da faculdade de direito foi decretada em 03 de fevereiro de 1960 (Decreto Federal nº 47.732). Enfatizamos que a

Fundação Educacional de Uberlândia também foi a mantenedora da Faceu e que esta foi um esforço conjunto de uberlandenses, em especial, advogados da Faculdade de Direito de Uberlândia que reuniram esforços para que fosse oportunizada a implantação da Faceu.

Nesse contexto, uma das primeiras conquistas representou ao mesmo tempo uma busca de respostas sobre a demora da autorização, bem como pela decepção de terem aprovado outra graduação ao invés do curso de Ciências Econômicas,

talvez por ser a terceira Faculdade a instalar-se em Uberlândia, alguém tivesse querido evitá-la. Requeremos o Curso de Economia e deram-nos o de Contador, porque – diziam – não tínhamos as condições mínimas necessárias; e no entanto, outras cidades de igual ou menor valor obtinham melhor resultado (SIMÃO, 1973).

Sim, de forma contraditória, apesar de o curso de Contador ter sido autorizado, os idealizadores haviam solicitado o curso de Ciências Econômicas e se preparado para a recepção de “futuros economistas”, o que somente se concretizou após quatro anos de início das atividades do curso de Ciências Contábeis.

Em relação ao reconhecimento dos cursos oferecidos, informamos que não obtivemos nos arquivos da Faceu, datas que registrassem o início das aulas efetivas dos três cursos oferecidos, com ou sem autorização. Em relação as datas e os decretos de autorização e reconhecimentos foram contidos no quadro a seguir.

Quadro 03: Autorização e reconhecimento dos cursos da Faceu

Curso	Decreto de autorização	Decreto de reconhecimento
Ciências Contábeis	Nº 1.842, de 5 de dezembro de 1962, publicado no Diário Oficial, de 10 de dezembro de 1962, p. 1.2607.	Nº 59.447, de 3 de novembro de 1966, publicado no Diário Oficial, de 4 de novembro de 1966, p. 12.736.
Ciências Econômicas	Nº 59.447, de 3 de novembro de 1966 (Parecer CFE nº 150/66), publicado no Diário Oficial, de 4 de novembro de 1966, p. 12.736.	Nº 69.535, de 11 de novembro de 1971, publicado no Diário Oficial, de 12 de novembro de 1971.
Administração	Nº 64.303, de 2 de abril de 1969 (Parecer nº 78/69), publicado no Diário Oficial, de 7 de abril de 1969, p. 2.910.	Nº 69.535, de 11 de novembro de 1971, publicado no Diário Oficial, de 12 de novembro de 1971.

Fonte: elaborado pela autora, com base em publicações do Diário Oficial.

Como pode ser observado, na ocasião do reconhecimento do curso de Ciências Contábeis, foi também autorizado o curso de Ciências Econômicas. E, apesar de isso ter ocorrido em datas diferentes, ou seja, 1966 e 1969, as graduações de Ciências Econômicas e

Administração, respectivamente, foram reconhecidas pelo mesmo decreto, em 11 de novembro de 1971.

Na lavratura de uma ata de 3 de dezembro de 1963, após um ano de funcionamento do curso de Ciências Contábeis, constava o pedido da diretoria da Faceu para a elaboração do requerimento, ao Ministério da Educação e Cultura, para autorização do curso de Ciências Econômicas. Posteriormente, foi deliberada a autorização para uma consulta a esse órgão sobre a criação do curso de Administração de Empresas. O diretor afirmou, na ocasião, que seriam investidos todos os poderes para que isso acontecesse. Ainda ressaltou que os dois primeiros anos da graduação de Ciências Contábeis seriam aproveitados como comuns aos dois cursos (BRASIL, 1963-1977)¹⁷.

Mas, em uma reunião, em 3 de novembro do mesmo ano, foi comunicado aos conselheiros departamentais que nenhuma resposta do ministério havia sido recebida sobre o curso de Administração de Empresas. Entretanto, em 24 de abril de 1965, foi formada uma comissão de professores para a sua implantação, de forma que as suas aulas seriam iniciadas a partir de 11 de setembro do corrente ano.

Já as classes da graduação de Ciências Econômicas, começaram em março de 1966, conforme aprovação dos conselheiros em reunião do dia 2 de fevereiro de 1966. Durante esses trâmites, nota-se que, a partir de atas, apesar de o curso de Ciências Econômicas ter sido planejado como segunda graduação a ser implantada na Faceu, suas aulas foram iniciadas um semestre após as primeiras classes de Administração. Outrossim, as aulas de ambos os cursos foram iniciadas antes da autorização pelo Ministério da Educação. Afinal, após essa etapa, era comum que essas atividades fossem introduzidas, de forma que toda a estrutura física, pedagógica e administrativa já implantada para o Curso de Ciências Contábeis fosse mais bem aproveitada.

É importante enfatizar, ainda, que apesar de as aulas do curso de Administração terem começado antes do curso de Ciências Econômicas, isso não garantiu uma autorização antecessora, ou seja, o curso de Administração foi liberado 28 meses após a autorização para o de Ciências Econômicas. Um adendo é que foram permitidas 150 vagas. Sua duração também foi definida para quatro anos, sendo os dois primeiros anos básicos reservados para os três cursos (Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração).

No que concerne a correlação entre os três cursos, relatamos que no parecer emitido para a aprovação do curso de Administração na Faceu, foi citada a expressão de Anísio

¹⁷ Atas da Reunião do Conselho Departamental da Faceu/UnU.

Teixeira: “No caso de pedido de Autorização de um novo curso, pode ocorrer que o curso a ser criado venha a tornar mais econômica e operação de toda escola e deste modo a fortalecê-la para sua expansão e fortalecimento”. (Parecer da comissão verificadora integrada designada, em 1968, s/mês e s/ano). A questão econômica envolvida se refere às disciplinas comuns aos três cursos: cursos de Economia, Contábeis e Administração de Empresas, que tinham disciplinas genéricas comuns. Isso porque havia a seguinte determinação: “as cadeiras de idêntico conteúdo serão ensinadas, para os vários cursos da escola, de acordo com a prática já adotada nas Universidades, em virtude de recomendação legal”. (Correspondência encaminhada para o Conselho Federal de Educação, em 15 de junho de 1967).

Nesse sentido, a Faceu, em seus primórdios, ao adotar como base a estrutura curricular da Face (Faculdade de Ciências Econômicas) da UFMG¹⁸, preparou-se, de antemão, visando ao desenvolvimento e expansão da faculdade. Tudo isso ocorreu de forma planejada e com foco na preparação de profissionais para empresas do comércio e da indústria.

Naquela época, e a exemplo de ilustração, enquanto instituições denominadas como faculdades de Ciências Econômicas e que se valiam da correlação curricular podem ser citadas, conforme arquivos localizados:

- Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, mantida pela Sociedade Visconde de São Leopoldo. (Correspondência para Faceu declarando que ainda tinham vagas no 2º ano do curso de Ciências Econômicas, em 9 de março de 1964);
- Faculdade de Ciências Econômicas de Itaúna (Correspondência de uma aluna solicitando transferência da Faculdade de Ciências Econômicas de Itaúna, em 30 de junho de 1970);
- Faculdade de Ribeirão Preto/USP (Correspondência de transferência de uma aluna de Ribeirão Preto do curso de Administração para Uberlândia, em 24 de janeiro de 1972);
- Faculdade de Economia do Porto e o Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras de Lisboa.

Em um primeiro momento, assim que o Conselho Federal de Educação autorizou o funcionamento do curso de Economia, foi apresentada a adaptação curricular às normas vigentes. Assim, ele foi distribuído em períodos, sendo mantida sua duração para quatro anos, em atendimento à Portaria 159/165, do MEC. Por decisão da congregação de professores, as alterações das cargas horárias foram realizadas paulatinamente, ano a ano, a partir de 1966,

¹⁸ Esta faculdade oferecia os três cursos correlatos, e seguia as orientações de outras instituições paulistas com base sólida nesse sistema.

iniciando-se com a 1ª série. Definiu-se, então, que os dois primeiros anos dos cursos seriam compostos de um ciclo básico com disciplinas comuns, com as cadeiras de Economia e Administração passando a ser estudadas não apenas no 1º ano, mas em outras disciplinas e conteúdos, assim como ocorria com as disciplinas de Direito Público e Direito Privado (BRASIL, 1964-1976).

Nesse contexto, e em especial na Faceu, os anseios para a expansão e autorização do curso de Administração eram compartilhados pelos professores, enquanto necessidade de planejamento para os próximos anos:

Dadas as características da região, o curso de Administração de Empresas a ser criado no próximo ano virá complementar o curso de Ciências Contábeis e atender imperiosas necessidades. Entretanto é imprescindível que processe com a máxima urgência o estudo da implantação de tal curso (BRASIL, 1963-1968)¹⁹.

Nessa perspectiva, a correlação dos três cursos era vista como possibilidade de complementaridade para a Faceu. Dessa forma, a Faceu não estaria completa enquanto não estivesse sendo oferecidos os três cursos relacionados às Ciências Empresariais, o que pode ser constatado neste trecho de um plano de aulas: “[...] tendo em vista que nos cursos de Ciências Contábeis e Econômicas a cadeira está inserida num conjunto de disciplinas que se completam, cada uma com sua importância relativa na formação dos profissionais referentes àqueles cursos.” (BRASIL, 1963-1970)²⁰.

Nesse contexto, conforme delegação dos poderes da congregação, passou o conselho à discussão dos currículos dos cursos da faculdade. A correlação disciplinar entre os dois cursos aprovados, e diante da iminente possibilidade de implantação do curso de Administração, favoreceu o aproveitamento da estrutura curricular até então implantada na Faceu. Prova disso, é a forma como foi planejada a sua inserção na grade curricular: “Em relação ao Curso de Administração de Empresas, caso entre em funcionamento este ano, terá o mesmo currículo que o de Ciências Contábeis, para os três primeiros anos, acrescentando as cadeiras de Psicologia na segunda série, e, Economia Empresarial e Administração Financeira na terceira série, excluindo a cadeira de Contabilidade Pública” (BRASIL, 1963-1977). Outro professor também comentou a esse respeito: “A CONTABILIDADE GERAL é matéria que se liga, por sua própria condição genérica, a todas as demais disciplinas dos dois cursos da Faculdade” (BRASIL, 1963-1968).

¹⁹ Relatórios Anuais da Faculdade de Ciências Econômicas - Faceu.

²⁰ Planos de Ensino da Faculdade de Ciências Econômicas – Faceu.

Em outra situação, ao se justificar a necessidade do curso de Administração para a cidade de Uberlândia, foi enfatizado o seguinte:

Quando do nosso pedido de autorização para o funcionamento do Curso de Economia, reformulamos os currículos dessa faculdade, atendendo às necessidades do meio, com a inclusão de várias cadeiras de Administração. Regularmente este último curso, confrontando-se as matérias do seu currículo mínimo com as já ministradas nesta escola, restam apenas quatro (4) que ainda não estão sendo lecionadas: Psicologia, Direito Administrativo, Administração de Produção e Administração de Vendas. As restantes já estão sendo ensinadas em cadeiras com o mesmo nome ou com nomes semelhantes, mas que têm o mesmo conteúdo. Assim: Cadeiras com o mesmo nome: Matemática; Estatística; Contabilidade; Sociologia; Instituições de Direito; Legislação Tributária, Administração Financeira, Administração de Pessoal e de material; Cadeiras com o mesmo conteúdo e nomes diferentes: Teoria Econômica e Economia e Análise Econômica; Direito do Trabalho e Legislação Social; Administração; Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração; Economia Brasileira e Formação Econômica do Brasil. (Ofício para o Conselho Federal de Educação em 15 de junho de 1967).

Dessa forma, para a inclusão do curso de Administração e conseqüente confrontação entre as disciplinas ofertadas nas três modalidades e seguindo as normatizações do regimento, bastaria a adição de quatro matérias e adaptação curricular para a oferta de mais um curso, conforme mencionado em um ofício: “Confrontando-se as cadeiras acima, de todos os cursos, com as já ministradas pela escola, o que consta do Regimento, conclui-se que apenas com a adaptação do currículo e inclusão de 4 matérias novas, a Faculdade estará ministrando mais um curso, de grande necessidade para o meio”. (Ofício para o Conselho Federal de Educação em 15 de junho de 1967).

Sobre o regime didático, foi ressaltada no mesmo documento a autorização dos cursos de Administração, de Ciências Contábeis e de Ciências Econômicas. Eles seriam dados em 2.700 horas/aula, distribuídos em quatro anos de 675 horas-aula por ano. Cada ano seria dividido em dois períodos de seis meses cada. Os quatro primeiros períodos seriam básicos para os três cursos. Depois, a partir do 5º, os estudantes poderiam optar por um dos três cursos, a exemplo do que já acontecia com os de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

Com essa autorização obtida, os esforços seriam direcionados para o reconhecimento dos cursos de Economia e Administração.²¹ Para tanto, os currículos foram organizados da seguinte forma:

Quadro 04: Disciplinas básicas dos quatro primeiros períodos

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período
Matemática I	Matemática I	Matemática II	Matemática II
Economia (Introdução à Economia e Teoria	Economia (Introdução à Economia e Teoria	Estatística	Estatística

²¹ Nesse caso, o ciclo básico passou a ser de dois anos, e não de três como anteriormente.

Econômica)	Econômica)		
Direito I (Instituições de Direito Público)	Direito II (Instituições de Direito Privado)	Sociologia	Direito do Trabalho I (Legislação Social)
Administração (Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração)	Administração (Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração)	Análise Micro-Econômica	Análise Micro-Econômica
Contabilidade Geral	Contabilidade Geral	História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil (Economia Brasileira)	História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil (Economia Brasileira)
Geografia Econômica	Geografia Econômica		

Fonte: Ofício encaminhado ao Conselho Federal de Educação, em 4 de dezembro de 1970.

Esse quadro se refere à estrutura das disciplinas do ciclo básico, comum aos três cursos oferecidos. A seguir será mostrado como ficou à disposição das disciplinas do núcleo complementar.

Quadro 05: Disciplinas dos quatro últimos períodos

	Curso de Ciências Contábeis	Curso de Ciências Econômicas	Curso de Administração
5º Período	Matemática III (Comercial e Financeira)	Matemática III (Comercial e Industrial)	Matemática III (Comercial e Financeira)
	Contabilidade Comercial e Industrial	Contabilidade Nacional	Psicologia (Aplicada à Administração)
	Contabilidade de Custos	Análise Macro-Econômica	Organização e Métodos
	Direito do Trabalho II (Legislação Social)	Projetos	Contabilidade de Custos
	Contabilidade Bancária e Pública	-	Legislação Social (Direito do Trabalho)
6º Período	Matemática III (Comercial e Financeira)	Matemática III (Comercial e Financeira)	Matemática III (Comercial e Financeira)
	Contabilidade Comercial e Industrial	Análise Macro-Econômica	Organização e Métodos
	Contabilidade de Custos	Projetos	Contabilidade de Custos

	Direito Tributário I	Política e Programação Econômica	Legislação Tributária (Direito Tributário)
	Contabilidade Bancária e Pública	Análise de Balanço	
7º Período	Auditoria e Análise de Balanços	Moeda e Bancos	Auditoria e Análise de Balanço
	Técnica Comercial	Economia Internacional	Técnica Comercial
	Direito Tributário II (Legislação Tributária)	Administração Financeira	Administração Financeira e Orçamento
	Administração Financeira	História do Pensamento Econômico	Administração de Pessoal
	Administração de Pessoal	-	Direito Administrativo ou Administração de Produção
			Legislação Tributária (Direito Tributário)
8º Período	Auditoria e Análise de Balanço	Moeda e Bancos	Auditoria e Análise de Balanços
	Técnica Comercial	Economia Rural	Administração Financeira e Orçamento
	Administração Financeira	Economia Internacional	Administração de Material
	Administração de Material	História do Pensamento Econômico	Direito Administrativo ou Administração de Vendas
		Finanças Públicas	Relações Públicas e Humanas.

Fonte: Ofício encaminhado ao Conselho Federal de Educação, em 4 de dezembro de 1970.

Em relação ao funcionamento da escola e às questões que surgiram nas discussões em reuniões, é preciso pontuar que alguns programas das disciplinas eram conflitantes, no sentido de constar um mesmo assunto em disciplinas diferentes, como por exemplo, constava as Teorias Administrativas, tanto na disciplina de História da Administração, como na disciplina de Teoria Geral da Administração. Além disso, como visto, diante da limitação da carga horária, era necessário um ajuste para que o tempo fosse administrado da melhor forma possível.

Para tanto, durante uma reunião foi exibido o quadro geral do seu currículo, compreendendo a distribuição das matérias nos períodos dos três cursos. No caso, foi

solicitado que os professores examinassem e apresentassem sugestões relativas a possíveis conflitos de matérias ou descontinuidades de assuntos correlatos (BRASIL, 1969b)²².

Após amplo debate entre os departamentos, o quadro de disciplinas foi aprovado. Enquanto alteração, por um lado, a disciplina de Contabilidade foi ampliada para mais um ano, sob o argumento de que ela era de suma importância também para administradores e economistas (BRASIL, 1964-1976). Por outro, os professores da cadeira de Matemática ressaltaram que o ensino dessa disciplina, realizado nos anos de 1964 a 1966, tinha demonstrado estar correspondendo às necessidades dos estudantes (Brasil, 1964-1976).

Ainda, outras sugestões sempre eram apresentadas nas reuniões, como por recomendação de um professor em relação à cadeira de Técnica Comercial que alcançava as disciplinas de Mercadologia, Administração do Pessoal e de Material e Ciência da Administração, além de possíveis conflitos com a futura cadeira de Gerência de Vendas, do curso de Administração. Nesses casos, ligados com a correlação, o diretor organizava uma comissão para estudar o assunto, com prazo definido para apresentação de relatórios, primeiramente com os chefes de departamentos e, posteriormente, com o conselho departamental. Então, esse último convidava o assessor didático para elaboração do quadro de disciplinas que eram pré-requisitos e correquisitos (conhecimentos simultâneos) nos três cursos ministrados na Faceu (BRASIL, 1963-1977). Na ocasião, e com apreciação das sugestões, foram aprovados os currículos com as correlações didáticas das disciplinas (MINAS GERAIS, 1963-1977).

O regime de matrículas em disciplinas segundo correlação didática, aprovado pela congregação em dezembro de 1969, entraria em vigor em 1970 apenas para os estudantes da primeira série. O regime para estudantes das 2^a, 3^a e 4^a séries continuaria o mesmo. Os dependentes cursariam as disciplinas de acordo com o horário escolar estabelecido para a faculdade de um modo geral (BRASIL, 1963-1977).

Percebe-se que, apesar das alterações realizadas nos programas de ensino e diretrizes curriculares em 1969, com a introdução do curso de Administração, sempre apareciam novas sugestões nas reuniões. Por exemplo, em um desses encontros foi proposto para o departamento da disciplina de Economia maior entrosamento com as disciplinas correlatas (BRASIL, 1963-1977). Mesmo em 1973, persistiam as reuniões departamentais para estudo dos programas de ensino para 1974, com o intuito de evitar conflitos e repetições de conteúdos entre os programas e para oferecer oportunidade de os professores realizarem

²² Atas da Reunião do Segundo Departamento da Faceu.

ajustes preliminares entre si. Aqui vale informar que só em caso de desentendimento haveria submissão do tema proposto à reunião do conselho departamental para deliberação (BRASIL, 1963-1977).

Nesse teor, um dos professores, Maurício Carvalho Brandão, fez a seguinte reclamação: “[há] ausência do espírito de equipe em nossa escola, o que se traduz pelo fato de serem os programas obras pessoais dos titulares quando deveriam refletir iniciativa do departamento” (BRASIL, 1963-1968).

Nesse contexto, era comum a obtenção do título de bacharel em mais de uma formação acadêmica. Para além da matrícula no primeiro ano dos cursos oferecidos pela Faceu, havia as matrículas em disciplinas isoladas, independentemente de um novo processo seletivo. Sobre isso, o parágrafo 4º do artigo 79, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), admitia a inscrição em disciplinas lecionadas em cursos diversos, se houvesse compatibilidade de horário. O regimento da Faceu reproduziu no parágrafo 1º do artigo 9, os dispositivos do citado parágrafo, da seguinte forma: “Pelo disposto no parágrafo 2º do artigo 9º do referido regimento, a faculdade adotou o sistema de créditos (estudo de disciplinas do currículo previsto, em currículos diversos), quando dispõe: Artigo 9º & 2º, depois de aprovado nas matérias e disciplinas dos dois cursos, o estudante receberá o grau de bacharel aos mesmos relativo. Parece-nos justa a pretensão dos requerentes de matrícula em cadeiras isoladas”. (BRASIL, 1963-1977).

Nessa perspectiva, foi observado um registro sobre a permissão de matrícula de três estudantes em disciplinas isoladas do 4º ano dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, nos termos do parecer aprovado pelo conselho departamental (BRASIL, 1963-1977). No entanto, nesse caso, a matrícula para as disciplinas isoladas era devido à não aprovação na disciplina de Matemática do 2º ano, da qual os estudantes eram dependentes.

Dessa forma, a oportunidade de cursar disciplinas em outros cursos poderia vir a despertar a familiaridade com as áreas correlatas e acabar por favorecer ao término da graduação escolhida, a escolha por novas formações inter-relacionadas e assim, a Faceu era favorecida pela maior demanda pelos cursos ministrados na instituição.

Considerações Parciais

Enquanto conclusão para este capítulo, ressaltamos que a análise da pré-história da Faceu mostra algumas rupturas em relação ao desenvolvimento dos cursos, pela representação

de que naquele momento ainda não estavam claras as delimitações de cada um dos três cursos analisados. Foi possível perceber algumas alterações nas denominações dos cursos, na atribuição dos títulos, alterações nas legislações, dentre outros fatores, os quais em conjunto representaram uma trajetória que se espelhou primeiramente no Ensino Comercial que era oferecido na Metrópole.

Posteriormente, com o advento da fase industrial, foram importados modelos de ensino empresariais estrangeiros. Esse momento foi crucial para que os cursos analisados alcançassem melhor status e prestígio, a partir dos “investimentos” estadunidenses e melhor aceitação pelos estudantes brasileiros que buscavam uma profissão. Além disso, o foco pela Administração Pública para a gestão do período que se iniciava propiciou que o Curso de Administração, enquanto, o último dos três cursos analisados a se consolidar no Brasil.

Outrossim, foi a trajetória pelos níveis de ensino, iniciando-se por aulas, disciplinas, ensino profissional, ensino médio e ensino superior. Foi uma longa trajetória que mostrou jogos de interesses, muitas vezes, contraditórios pautados na valorização e incentivos a alguns cursos em detrimentos de outros a depender do momento.

Ficou claro, ainda a interdependência e complementaridade entre os três cursos ministrados na Faceu, que permitiu a aceitação da hipótese para este capítulo de que a Faceu foi privilegiada com a implementação de três cursos superiores, devido à proximidade teórica e metodológica dos três cursos relacionados entre si, gerando assim economia de recursos e permitindo a expansão do ensino superior na cidade de Uberlândia.

No início deste estudo, prevaleceu a dúvida sobre um possível questionamento da hipótese acima estabelecida, pois atualmente sabemos que os três cursos mencionados neste trabalho não estão mais vinculados, o que nos fez pensar que talvez tivesse sido alguma intercorrência dos primeiros tempos da Faceu ou no período de sua consolidação que tenha permitido a decisão pela adoção de caminhos independentes para cada um dos três cursos. No entanto, os registros mostraram que em momento algum, no recorte temporal analisado, houve qualquer menção sobre a possibilidade de desvincular, tanto em termos de estrutura, administração ou gestão acadêmica os três cursos analisados.

Ademais, a integração de três cursos em um mesmo espaço acadêmico favoreceu a diversificação do ensino o que permitiu uma maior demanda proveniente dos estudantes que terminavam um dos cursos ministrados e se matriculavam em disciplinas isoladas em outro, para a obtenção de mais de um diploma universitário.

CAPÍTULO 2: LIDERANÇAS LOCAIS E INSTITUCIONAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA FACEU

O Ensino Superior na Faceu – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia teve sua gênese e desenvolvimento a partir do empenho de lideranças locais e dirigentes da instituição para buscar atender a demanda por matrículas e profissionais, que seriam necessários para a implementação de melhorias para a cidade de Uberlândia e região. Esta é a hipótese desse capítulo, sem saudosismo.

E, para uma melhor compreensão desse processo de expansão e interiorização do Ensino Superior na cidade de Uberlândia, convém ressaltarmos algumas características da trajetória histórica da cidade de Uberlândia, na qual foi instalada a Faceu bem como descrevermos o desempenho das lideranças locais e as necessidades por profissionais capacitados, o que caracterizará a primeira parte desse texto. Em seguida, na segunda parte, descreveremos o desempenho dos dirigentes institucionais. Para isto, será mostrada como era organizada a hierarquia na Faceu, bem como mostraremos alguns aspectos da estrutura financeira e física da Faceu. E, por último, mostraremos alguns aspectos relacionados com as interlocuções e articulações da Faceu.

A título de fundamentação da expansão e interiorização do Ensino Superior na década de 1960, ressaltamos que nesta época, este nível de ensino era visto por muitos estudantes de classe média e média baixa como possibilidade de ascensão social. Por outro lado, uma parcela razoável de pessoas das classes mais baixas considerava esse nível educacional uma impossibilidade. Assim,

As Universidades públicas não conseguem atender à demanda e temos, a partir daí, a criação de faculdades isoladas e de novas universidades sob a forma de fundações. Essa tendência comprova a expansão acelerada e desordenada de Faculdades de Filosofia no Brasil, a partir de 1960, expansão que se deu, principalmente, por intermédio da iniciativa privada, como foi o caso das faculdades em Uberlândia. O crescimento dessas faculdades se justificou por se caracterizarem como faculdades viáveis com poucos gastos para sua criação e manutenção e, principalmente, por não exigirem equipamentos, justificando, ainda, a criação de cursos basicamente ligados às humanidades. (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 19).

Nesse contexto, o estudo da origem da faceu nos remete à trajetória histórica da cidade de Uberlândia e suas condições sociais, culturais, políticas e econômicas. Esses aspectos favoreceram a criação de uma instituição universitária para o interior, em atendimento à política do governo federal de expansão e interiorização do Ensino Superior. E, como estamos nos referindo à cidade de Uberlândia, destacamos abaixo um mapa em que consta a sua localização no contexto brasileiro, para uma melhor visualização do processo de interiorização do ensino superior nessa área geográfica.

Figura 03: Localização de Uberlândia.



Fonte: Uberlândia Maps (2020).

Nesse processo, destacamos a liderança do deputado Homero Santos²³, como interlocutor e criador da Comissão “Pró-Escolas de Ensino Superior”, no ano de 1957. Os esforços conjuntos das lideranças locais, neste contexto, faziam parte do movimento nacional para expansão do ensino superior no país. Prova disso foi que “em 1965, o número de alunos do ensino superior tinha sofrido um crescimento muito rápido, chegando a 67% quando comparado com o início da década” (CUNHA, 2003, p. 185).

Podemos afirmar que nessa corrida pela conquista do ensino superior nos municípios, Uberlândia foi pioneira em comparação às cidades vizinhas, pois “não apenas Araxá (1973), mas também outras cidades vizinhas e mineiras, como Patos de Minas (1968), Araguari (1969) e Patrocínio (1971)” (CURI, 2010, p.27) implantaram suas primeiras escolas de ensino superior, mais tardiamente, baseadas no decreto-lei nº 200 de 25 de dezembro de 1967, que permitia a criação das fundações públicas de direito privado e a partir daí as instituições poderiam obter suas próprias receitas financeiras e ter autonomia administrativa. A Universidade de Brasília recebeu o projeto piloto desse projeto em 1961 e se configurou em êxito que posteriormente permitiu estender a criação de instituições fundacionais para as escolas de ensino superior sem os entraves políticos e da administração pública vivenciados naquele período.

Sobre os cursos da Faceu, em específico, convém ressaltar que os primeiros cursos de ciências econômicas em Minas Gerais foram fundados em Belo Horizonte (1947) e em Juiz de Fora (1952). E, até 1968, não havia nenhum curso de Administração nas faculdades instaladas no Estado de Minas Gerais (ALBUQUERQUE, 1969).

Nessa perspectiva, sabemos que as articulações políticas e institucionais foram o diferencial para a expansão e interiorização do ensino superior pelo Brasil afora. E, além disso, ressaltamos que

A quantificação de cursos superiores, sua cronologia, sua distribuição regional, a percentualização manifesta pelas várias dimensões sugeridas situam o objeto deste capítulo, conduzindo ao entrelaçamento de inúmeras questões: analfabetismo, industrialização, quadros profissionais, centralização e hegemonia de determinados polos urbanos, interiorização geográfica, expansão, revolução urbana,, corrosão da vida rural etc.” (Araújo, 2019, p. 293)

Salientamos que quando o autor fala sobre o objeto deste capítulo está se referindo à expansão e interiorização do ensino superior em Minas Gerais entre 1889 e 1968,

²³ Homero Santos foi autor do projeto de autorização para funcionamento da universidade, em 1969, e também do Projeto de Federalização, em 1978. Também convém citar a campanha “Pró Faculdade de Medicina em Uberlândia”, que o teve como mentor, a qual foi revestida de propaganda para o alcance do apoio da população e de autoridades regionais e nacionais.

ou seja, até a Reforma Universitária. Outra observação importante na citação do autor se refere ao termo “quantificação” que mostrou a fragilidade do processo de expansão desse período que apesar de números, veio desvencilhada de pretensões qualitativas.

2.1 Uberlândia e suas lideranças locais

Uberlândia, cidade localizada na região do Triângulo Mineiro, foi desbravada após o declínio da atividade mineradora em São Paulo e regiões ligadas ao Ciclo do Ouro no Brasil, e ocupada pelos índios caiapós. Inicialmente, foi denominada por moradores e pelo poder público como Sertão da Farinha Podre, nome atribuído provavelmente pelo fato de alguns bandeirantes terem enterrado suas provisões e, depois de algum tempo, encontrá-las perdidas. Mas existe outra versão atribuída à semelhança com uma região de Portugal.

A cidade foi idealizada em 1846, e se configura no resultado de conquistas em busca de sua emancipação, a qual se concretizou em 31 de agosto de 1888. Inicialmente, ela era denominada distrito de São Pedro de Uberabinha e, posteriormente, foi elevada a município vinculado ao município de Uberaba por meio da Lei Provincial nº 602 em 21 de maio de 1852. Com o advento da Lei nº 1.128, de 19 de outubro de 1929, passou a se chamar Uberlândia. Hoje, é composta por quatro distritos: Cruzeiro dos Peixotos, Tapuirama, Martinésia e Miraporanga. Com o tempo, foram surgindo fatores primordiais para a sua projeção no cenário nacional, tais como: econômico e político.

O despontar da economia de Uberlândia pode ser explicado a partir da decisão em investir no comércio e na industrialização, em vez de se interligar às atividades de agropecuária, como fizeram os municípios vizinhos. A decisão de seus dirigentes permitiu elevar a cidade de Uberlândia como centro de referência no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A busca pela industrialização se deu pela intensificação na produção de laticínios, bebidas, açúcar, álcool e outros produtos, o que culminou na implantação do Distrito Industrial. Assim, esse processo levou a cidade a ter um polo centralizador de ações e decisões estratégicas, capaz de oferecer autonomia na fabricação e distribuição de produtos. Isso, porque

A partir das décadas de 1960/70 a atividade industrial assumiu relevância ao lado da atividade comercial. Já em meados dos anos 1960, a política de ocupação dos

cerrados – POLOCENTRO – empreendida pela ditadura militar, propiciou o desenvolvimento da cultura de grãos (soja, milho, café) em terras da região, acarretando para Uberlândia o armazenamento, a distribuição e exportação dessa parte da safra agrícola nacional. (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 29).

Não menos importante, em termos econômicos, podemos citar a criação da Associação do Comércio e Indústria de Uberlândia (Aciub) e Sindicato Rural de Uberlândia, enquanto representantes da sociedade civil.

Nesse contexto, os empreendedores locais se empenharam na empreitada de aproveitar as oportunidades de negócios que o local apresentava. Além disso, foram promovidos incentivos e concessões para a vinda e manutenção de empresas na cidade. Enquanto exemplos daquelas que contribuíram com a economia e geração de empregos, podemos citar: Algar e Erlan, as quais atraíram mão de obra de diferentes lugares e também favoreceram a sua urbanização, ampliando, dessa forma, o mercado consumidor.

Na trajetória de Uberlândia, nos deparamos com o sonho de Juscelino Kubitschek, em transferir a capital nacional para a região central, o que foi favorável por causa de sua localização geográfica privilegiada, situada entre Brasília e o centro industrial do Brasil, no eixo Uberlândia/São Paulo/Rio de Janeiro. Isso viabilizou a cidade em se tornar um centro produtivo, de armazenagem e, em especial, de distribuição de produtos e de recebimento de novas indústrias e empresas, impulsionadas pelo acesso pelas rodovias: BR 365, BR 262 e BR 050.

Um dos fatos marcantes, inicialmente, foi à conquista de verbas para construir estradas e fazer asfaltamentos, o que resultou em um grande entroncamento rodoviário. Nesse caso, as dificuldades eram muitas. Como ainda não existia a Petrobrás, o asfalto era importado da Venezuela, e isso antes da confirmação da criação de Brasília. Outra dimensão a ser considerada foi a política de interiorização, implementada por Juscelino Kubitschek, na década de 1950, da qual Uberlândia, mais uma vez, veio a se beneficiar. Ainda, convém lembrar a existência de recursos naturais e a canalização das águas do Rio Uberabinha para a Represa de Sucupira e a vinda precoce da Cemig, em substituição à companhia energética que havia na região. Isso gerou infraestrutura com água e luz para receber as empresas e indústrias que nesse município se instalaram. Assim, a cidade possuía um conjunto de serviços completos para moradores e empresas.

Uberlândia também foi favorecida em termos políticos por ter como governador do estado o uberlandense Rondon Pacheco. Havia ainda Homero Santos, deputado federal e nativo de Uberlândia. Logo, a cidade contava com políticos influentes e seguidores dos

preceitos nacionais de “Ordem e Progresso”. A imprensa colaborou, ainda, com a disseminação das propostas dos representantes políticos e grupos dominantes que pretendiam inaugurar o Ensino Superior no município. Isso pode ser percebido na chamada do jornal local: “Uberlândia precisa de uma faculdade” (Jornal O Repórter, 19 de janeiro de 1952). Nele também foi noticiado: “Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificar aqui uma Faculdade de Medicina, aliás uma ótima campanha em benefício à nossa culta e progressiva cidade”. (Jornal O Repórter, 1952).

Talvez a amplitude da campanha tenha sido devido à rivalidade com Uberaba, ao constatar a decepção de que o deputado Mário Palmério, natural desta, seria agraciado, em 1951, com a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM). Dessa forma, foram elevados os esforços para que Uberlândia conquistasse o que era de interesse desde 1950, inclusive com o estabelecimento da comissão “Pró-Escolas Superiores de Ensino”, em 1957. As justificativas, para tanto, eram: o crescimento populacional e econômico, além dos preceitos de progresso, incorporados nas decisões políticas da cidade.

Os fatores relatados podem ser articulados com a política desenvolvimentista do governo federal, conforme a seguir:

O progresso vislumbrado foi possível não só pela intensificação do processo de urbanização e desenvolvimento que o envolveu o País a partir da década de 1950, na qual a cidade se inseriu e se ajustou, mas também pelo fato de que, já nesta década, Uberlândia constituía-se no lugar catalizador da maior parte da produção de mercadorias da região. Esse foi o impulso que, necessariamente, colocou essa cidade no circuito do mercado nacional, garantindo a acumulação e reprodução do capital aqui instalado. Essa acumulação de capital, propiciada pela função de entreposto comercial exercida desde o começo de sua História, possibilitou à cidade um desenvolvimento econômico seguro e privilegiado nos quadros de Minas Gerais e, porque não dizer do País. O papel de destaque do município no cenário nacional pode já ser percebido, na segunda metade da década dos anos 50, com a construção de Brasília, que faz de Uberlândia “ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o centro-oeste do País”. Nesse sentido, investimentos federais passam a ser canalizados para a cidade como forma de viabilização da integração nacional. (MACHADO, 2003, p. 28).

Entretanto, dentre os pontos citados, não pode se ocultado o povo uberlandense e à cultura de adoção e adesão ao princípio de “Ordem e Progresso”, como pode ser notado abaixo:

Ao analisarmos os discursos oficiais, como forma de recuperação do processo histórico engendrado pela sociedade uberlandense, é possível percebermos que neles as marcas ideológicas têm como apoio vital a concepção de sociedade do trabalho – fundadora do mundo comum, unitário, designado comumente como sociedade civil. Cidade destinada a cumprir um papel teleológico na História regional, Uberlândia delinea na construção de suas imagens políticas um único alvo a atingir – o progresso. (MACHADO, 2003, p. 27).

Esse sucinto resgate de trechos da história de Uberlândia mostra que o alinhamento dos preceitos do governo federal em relação à “Ordem e Progresso” e aceitação do discurso desenvolvimentista contou com o empenho de um grupo de dirigentes locais. Ainda, foi necessária muita dedicação por parte da sociedade para que isso fosse alcançado.

Apesar de que na cidade já existiam algumas faculdades isoladas, o que era um facilitador para os seus moradores, para que não precisassem se deslocar para outras regiões em busca de Ensino Superior. Além disso, eram atraídos estudantes das regiões circunvizinhas. Tais organizações eram registradas como autarquia educacional, em que era cobrada uma mensalidade subsidiada, referente a um terço, do que, em geral, era solicitado em faculdades particulares.

Nesse contexto, Uberlândia contava com uma grande população, um centro comercial, algumas indústrias e uma oportunidade de projeção educacional. Para exemplificar esse contexto, foi delineado abaixo um quadro comparativo com indicadores em dois momentos diferentes: 1962 e 1966. Lembrando que a Faceu foi implementada no início da década de 1960, assim, como outras faculdades da cidade.

Quadro 06: Indicadores da cidade de Uberlândia em 1962 e 1966

Indicadores	1962	1966
Estabelecimentos comerciais	1.888	3.001
Propriedades rurais	3.860	3.908
População no município	100.000	130.000
Escolas primárias	90	76
Escolas secundárias	9	22
Escolas superiores	5	5
Médicos	66	76
Veterinários	10	10
Agrônomos	12	13
Dentistas	98	108
Advogados	42	110
Economistas	-	5
Engenheiros e arquitetos	-	45

Fonte: Estatística Municipal de Uberlândia: dados dos anos de 1962 e 1966.

Esses dados mostram o desenvolvimento do município de Uberlândia em dois momentos diferentes e comparativos em um período de apenas quatro anos. Pode-se inferir, em especial, que a instalação de faculdades nessa região potencializou a ampliação da formação de profissionais liberais. Prova disso foi à proporção do aumento no número de advogados no município, número esse que, em comparação, com o número de economistas pode parecer tímido. Nesse caso, é preciso lembrar que a Faceu no período não havia formado nenhuma turma.

Ainda é possível deduzir que a elevação vertiginosa do número de engenheiros e arquitetos tenha sido favorecida devido à instalação da Faculdade Federal de Engenharia na cidade. Além disso, frente ao aumento de 30% da população, tornou-se maior a demanda por estabelecimentos comerciais, os quais encontraram, nesse contexto, a oportunidade para se proliferarem pelo município afora.

Em relação ao ensino, percebe-se certa redução no número de escolas primárias, o que não condiz com o crescimento populacional. Percebemos ainda, uma tendência de investimento no ensino secundário. No entanto, não encontramos nenhuma menção sobre os motivos dessas diferenças nos percentuais, tanto de redução no Ensino Primário, como no significativo aumento no número de Escolas secundárias.

E, para uma melhor compreensão dos indicadores no que se refere a atividade industrial nos anos de 1962 e 1966, ressaltamos o quadro abaixo:

Quadro 07: Indicadores da cidade de Uberlândia em 1962 e 1966 – Atividade Industrial

ATIVIDADE INDUSTRIAL	1962	1966
Máquinas de arroz	58	62
Beneficiamento de algodão	2	2
Fábrica de caramelos	3	3
Pastifícios	–	1
Fábrica de banha	4	5
Fábrica de calçados	26	20
Fábrica de roupas	6	3
Frigoríficos	3	4
Fábrica de cola	1	1
Curtumes	3	3
Fábrica de cortiça	1	1
Serralherias	10	9
Moinhos de trigo	1	1
Tipografias	7	11
Fábricas de garrafas	1	1
Fábrica de ladrilhos	3	4
Artefatos de cimento	6	7
Fundições	6	6
Fábrica de máquinas agrícolas	3	4
Fábrica de lata	1	1
Serrarias	6	6

Cerâmicas	5	5
Olarias	3	3
Fábrica de tecido	–	1
Fábrica de carroceria	–	1
Fábrica de carroça	–	1
Fábrica de móveis de aço	–	1
Fábrica de molas	3	5
Fábrica de móveis de madeira	9	9
Fábrica de óleos e sabões	1	2
Fábrica de palhões (embalagens de palha)	1	1
Cutelarias	1	1
Fábrica de pregos	1	1
Fábrica de refrigerantes	4	3
Fábrica de luminosos	3	3
Fábrica de televisores	–	3
Fábrica de artefatos de alumínio	–	1
Fábrica de parafusos	–	1
Fábrica de caixilhos	–	1
Fábrica de engradados de garrafas	–	1
Marcenarias	–	9
Panificações	–	18
Fábrica de tacos	–	1
Fábrica de bebidas	–	3
Marmorarias	–	2
Britadores	–	1
Funilarias	–	1
Fábrica de plásticos	–	1
Fábrica de caixas	–	1
Fábrica de doces	–	5
Torrefação de café	–	3
Fábrica de colchões	–	5
Fábrica de sandálias	–	1
Vidraçarias	–	3
Fábrica de queijos	–	1
Carpintarias	–	11
Fábrica de brinquedos	–	2
Indústria genética	–	2
Produtos veterinários	–	1
Fábrica de farinha	–	2
Fábrica de biscoito	–	1
Moinhos de sal	–	2
Fábrica de artefatos de ferro	–	1
Fábrica de artefatos de borracha	–	1
Oficinas mecânicas e retíficas	52	52
Oficinas elétricas	–	7
Cromeação e niquelação	–	1
Fábrica chapéus de palha	–	1
TOTAL	174	347

Fonte: Estatística Municipal de Uberlândia: dados referentes aos anos de 1962 e 1966.

Convém salientar que o censo realizado em 1966 contou com a contribuição da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia. O aumento de 1.113 novos estabelecimentos comerciais no município foi acompanhado pelo crescimento progressivo de aproximadamente 100% da quantidade de indústrias, que mostraram também maior

diversificação em seu portfólio e, conseqüentemente, na oferta de novas atividades produtivas. Esses dados permitem inferir que houve maior arrecadação de valores para os entes federais, estaduais e municipais.

Sobre isso, foi divulgado que o movimento comercial elevou Uberlândia à categoria de segundo maior município de Minas Gerais em arrecadação no ano de 1962. Além disso, o comércio instalado era o “mais importante centro de irradiação do Brasil Central; e o pivô do comércio entre o Sul e o Norte do País” (O Economista, 1963). Por outro lado, em 1963, a questão energética era deficiente, mas seria favorecida com a ligação da linha da Usina Hidrelétrica de Peixoto²⁴, o que também influenciou o crescimento industrial da cidade. (O Economista, 1963).

Dentre as informações fornecidas no quadro anterior, é necessário ressaltar que houve redução na quantidade de fábricas de calçados e de roupas. Em relação a isso, e por falta de dados mais precisos, pode-se partir do pressuposto de que talvez a fundação de indústrias maiores, e com maior eficiência produtiva, tenham feito com que algumas de base mais artesanal não conseguissem sobreviver, por estas não serem tão escaláveis quanto aquelas.

Uma das representações relevantes para entender esse desenvolvimento também pode ser compreendida pela quantidade de estudantes que vinha de cidades circunvizinhas para estudar em Uberlândia. Em certa ocasião, foi atestado que a distância de 136 quilômetros entre a cidade de Ituiutaba e Uberlândia era de cobertura asfáltica, na qual passavam vários ônibus diários, sendo o percurso normalmente realizado em 2 horas e 45 minutos. (Atestado do Delegado Especial de Polícia e Trânsito. Ituiutaba, 5 de julho de 1965).

Quanto ao recebimento de estudantes de outras cidades, foi localizada a declaração de uma funcionária do Conselho Federal de Educação, em visita à Uberlândia:

A minha impressão pessoal foi a melhor possível acêrca de tudo que vi e ouvi da promissora escola uberlandense, única em funcionamento na parte mais importante do Brasil Central e que efetivamente pode oferecer excepcionais vantagens a todos os que estejam realmente desejosos de abraçar profissões altamente remuneradas e de grande alcance social, político e econômico para o Brasil. Aliás, devo acrescentar que Uberaba, Araguari, Monte Carmelo, Coromandel e Ituiutaba já estão representados por brilhantes estudantes, num verdadeiro atestado de compreensão e alto espírito de iniciativa da nossa mocidade. (Correspondência para Faceu, 25 de fevereiro de 1964).

Com o passar do tempo, e apesar de não terem sido encontrados outros censos sobre a cidade, foi possível constatar que o crescimento econômico continuava vertiginoso, pois não faltavam elogios à cidade, tais como:

Uberlândia foi sempre próspera, por ser o entreposto industrial e comercial de uma extensa zona de terras fertilíssimas. Com a construção de Brasília, aumentou

²⁴ Localizada na Bacia do rio da Prata. Inaugurada em 1956.

consideravelmente o movimento comercial da cidade e de todo triângulo e também o mercado de trabalho regional aberto aos diplomados. Além disso ressaltou que o Estado mantém uma “Escola Vocacional” para a indústria, e se acha em marcha a instalação da escola agrotécnica federal. (Correspondência expedida ao Conselho Federal de Educação em 15 de junho de 1967).

Uberlândia é uma cidade que representa um dos 7 polos de atração econômica do Estado de Minas Gerais, de acordo com o estudo feito por economistas do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais [...] O novo parque industrial que se instala na cidade (Cidade Industrial já em pleno desenvolvimento) irá requerer novos elementos para a indústria [...] a cidade tem um parque comercial apreciável do ponto de vista de bom gosto e de vendas. (Parecer emitido pela comissão verificadora integrada para a aprovação do curso de Administração da Faceu, em 1968, s/ mês e ano).

O desenvolvimento de Uberlândia favoreceu a justificativa para o reconhecimento das graduações de Economia e Administração da Faceu. Isso fica evidente no trecho destacado de um ofício: “o desenvolvimento cultural de Uberlândia reflete o progresso da cidade e da região, onde existe um bom mercado de trabalho para administradores e economistas” (Ofício encaminhado ao presidente do Conselho Federal de Educação em 4 de dezembro de 1970).

Quanto ao desenvolvimento cultural, pode ser citado um evento nesse sentido na cidade e promovido pela Universidade de Uberlândia:

O serviço de Estatística e Informações escolares da Universidade de Uberlândia (SEIE/UNU) tem a grata satisfação de participar aos universitários dessa unidade que, dentro das festividades em homenagem ao artista uberlandense, GRANDE OTELO, será exibido amanhã dia 18, as 16 horas, no Cine Uberlândia, o filme Macunaima, para cuja sessão cinematográfica a Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Uberlândia está convidando todos os estudantes dessa escola. Após a exibição do filme, será realizado um debate sobre o mesmo com o Prof. Nunes Velloso, professor de comunicação da Universidade Federal de Guanabara. (Memorando do chefe do SEIE da UNU, em 17 de outubro de 1972).

E, nesse clima de progresso econômico e cultural, a constituição dos recursos humanos para este contexto, pode ser compreendida, a partir da exposição do texto intitulado: “Recursos Humanos para o desenvolvimento de Uberlândia”²⁵. Ele foi encontrado na documentação analisada e escrito por um dos professores da faculdade, Mário Guimarães Nunes Pinto, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Minas Gerais:

Desde o início da década dos 50 que o País vem passando por modificações estruturais básicas sem, contudo, – serem acompanhadas de correlatas alterações nos institutos de ensino a fim de ajustá-las à nova realidade sócio econômica. É pacífico que de todos os recursos capazes de acelerar o progresso dos povos, menos desenvolvidos, a educação é o mais importante. E neste descompasso vamos localizar grande dissociação no universitário, justamente aquele que poderia contribuir mais efetivamente no processo do desenvolvimento econômico. A Universidade Brasileira foi concebida para o tipo de sociedade patriarcalista que marcou a vida nacional até 1.930. Até o início dos anos 30 nos não havíamos iniciado no processo de industrialização, dedicando-nos essencialmente as

²⁵ O texto, datilografado e sem indícios de publicação, estava junto à documentação que seria encaminhada para aprovação e reconhecimento do curso de Administração da Faceu.

atividades agrícolas e mercantis, exportando nossa produção primária e fazendo desta última nossa maior fonte de renda. Se qualquer programação industrial nossas escolas superiores se compraziam em fornecer profissionais para a defesa da estrutura fundiária de então, se não engenheiros construtores de suntuosas mansões, ou médicos desajustados à subnutrição e pauperismo de nosso povo, mas advogados, “magníficos tribunos” para encantamento de auditórios refinados.

Diante de uma realidade não muito distante do quadro exposto, seria inevitável o interesse com que tem sido focalizada a necessidade de proceder-se a reforma da Universidade brasileira. As afinidades da Universidade do Brasil com a tarefa comum de desenvolver o País é tão flagrante, quanto mais se observa o seu financiamento pela coletividade através do Erário Público.

As despesas públicas com o ensino no Brasil têm evoluído constantemente. Tomadas a preços constantes, com 1.948 para o ano base, estas despesas subiram entre 1.948 à 1956 de 76%, ou seja, de Cr\$ 2.854 para Cr\$ 5.023 milhões, distribuídas pelos níveis como segue:

Ensino Superior – 289%: de 335 para 1.305 milhões de cruzeiros.

Ensino Médio – 99%: de 778 para 1.546 milhões de cruzeiros.

Ensino Elementar – 26%: de 1.721 para 2.172 milhões de cruzeiros.

A distribuição percentual do total global de Cr\$ 2.169 milhões ficou assim parceladas:

Ensino superior: 43,8%

Ensino médio: 35,4%

Ensino elementar: 20,8%

Se de uma parte é imprescindível a educação como meio para o desenvolvimento, muito menos evidente é a questão de a quem é esta responsabilidade. Apesar de toda a evolução que vimos acima, a participação do governo, embora se dê em toda extensão de ensino – primário, secundário e superior – é ainda insuficiente. E para nos acobertarmos na autoridade de Frederick Harbison e Charles Myers, verificamos que “a construção de nações modernas depende do desenvolvimento do seu povo e da organização de toda atividade humana. Capital, recursos naturais, auxílio exterior e comércio e comércio internacional, sem dúvida alguma, desempenham papéis relevantes no crescimento econômico, porém, nenhum e mais importante que o potencial humano”.

E é por isso que no Brasil a educação passa por modificações que objetivam o aprimoramento deste potencial humano através de sua Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cuja finalidade é:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades da pessoa humana;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para os domínios dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do meio cultural;
- g) coibir qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Apesar de tudo isto, nem mesmo a soma de esforços, tal como até aqui tem ocorrido, tem sido suficiente para a tomada do ritmo de desenvolvimento que interessa aos povos em atraso. É notória, por exemplo, a falta de vagas nas escolas superiores brasileiras – públicas e privadas – em relação à procura cada vez maior de jovens que pretendam ingressar – nas profissões liberais, na carreira pública, na administração de empresas e em outras áreas de ação que visivelmente estão, como as citadas, carentes de pessoas especializadas.

O programa educacional para os países sub-desenvolvidos estabelece prioridade nos níveis de ensinos a serem abordados.

A educação primária e logo a seguir a secundária não têm prioridade sobre a superior embora contraditório. Entretanto, a inversão desta prioridade resultaria em muito maiores exigências e esforço mais dispendiosos para a comunidade destinados

a construções de escolas a preparação de professores cujo resultado sobre o processo de desencadeamento cumulativo de crescimento da economia demandaria longo prazo. Esta mesma escala de prioridade indicaria que a preparação de professores e formação de técnicos de nível superior proporcionará efeitos mais rápidos além de autênticos sobre o crescimento.

É desta forma que LOUIS WALIMSKY, em “Planejamento e Execução do Desenvolvimento econômico”, vê o problema educacional considerando finalmente que “a ampliação da educação primária em grande escala não deverá tomar lugar da prioridade da formação de professores e técnicos devidamente treinados.”

De imediato estabelece-se que os níveis universitários a serem estimulados pelos países em desenvolvimento são:

Direito
Medicina
Pedagogia
Engenharia
Economia
Arquitetura
Geologia
Administração Pública.

Retornando ao raciocínio de Harbison e Myers, temos oportunidade de verificar as proporções de matrículas de três grupos etários – 5-14; 15-19; 20-24 anos – de 1958, de um grupo de 22 países, como o PNB per capita em dólares americanos de 1.959.

A verificação é de que há maior correlação entre o PNB e os grupos de idade mais avançados, pois “é óbvio que um país com um baixo PNB per capita não se pode dar ao luxo de ter a maior parte de seus jovens dentre 15 a 19 anos em educação full-time, e assim impedí-los de um emprego remunerador”.

Continuando, os autores, consideram que, de outra forma, um país com PNB mais alto não poderá permitir que os estudos dos jovens de 14 anos sejam interrompidos. Concluem, finalmente que, “o nível de renda, conforme expresso pelo PNB per capita, parece estabelecer o limite mínimo de esforço educacional”.

Ao ser ultrapassado este mínimo surgirão tendências favoráveis tanto do consumidor quanto da decisão política de investir mais fortemente na educação. E é também verdade que com a aceleração do desenvolvimento, a geração do produto compensará o esforço de investimento da comunidade.

OS RECURSOS HUMANOS DA REGIÃO DE UBERLÂNDIA

Os observadores da formação dos recursos humanos para o desenvolvimento, e dentre estes Harbison e Myers, acharam indicadores que determinam tais recursos.

Êstes indicadores deverão ser examinados, principalmente no caso da região do Triângulo, à qual serão aplicados, sob dois estoques ou medidas.

a) Medidas parciais de estoques de recursos humanos.

Nestas medidas estarão incluídos todos elementos aptos à manutenção do ritmo do crescimento existente na região.

É óbvio que haverá carências deles durante tempo suficientemente necessário para que novos técnicos e novos profissionais liberais sejam preparados para renovação e aumento dos recursos.

A região necessita deste estoque mínimo para o embasamento do primeiro impulso.

b) Medidas de aditamento aos estoques

Estas medidas garantem não só a renovação futura como também possibilitarão sua ampliação.

Entretanto, é necessário que o potencial humano que recebeu formação neste nível inicial encontre meios de prosseguir seu aprimoramento.

Somente através da manutenção destas medidas é que o PNB per capita sofrerá influência benéfica, retornando à comunidade, pelo seu crescimento, os benefícios dela recebidos. [...] (p. 01-05)

Evidentemente, não haverá necessidade de pesquisar o grau de qualificação dos professores do nível superior, uma vez que o Ministério da Educação cuida de sua triagem quando da aprovação do corpo docente. (p. 6).

O texto conseguiu representar com maestria a realidade econômica do período, por essa razão foi lido e apreciado pelo Brasil afora de forma que várias empresas solicitaram sua

cópia. Dentre elas é possível citar a Result Consultores em Recursos Humanos (Correspondência expedida em 2 de maio de 1969) e a Fundepar (Fundação Educacional do Estado do Paraná) (Correspondência expedida em 4 de maio de 1972).

Nesta perspectiva, foi possível perceber o empenho das lideranças locais em promover o desenvolvimento de Uberlândia, em especial, a promoção do ensino superior, para atendimento da demanda por matrículas e profissionais capacitados.

2.2 Faceu e os dirigentes institucionais

Para uma melhor compreensão do contexto mostrado anteriormente, em que as lideranças locais buscaram o desenvolvimento para Uberlândia, veremos a partir de agora como funcionava a dimensão das lideranças no âmbito da Faceu. Para tanto, mostraremos abaixo, dimensões relacionadas à hierarquia organizacional, aos aspectos financeiros e a estrutura física da Faceu.

A hierarquia organizacional da Faceu, que era composta pelos seguintes órgãos: diretoria, conselho departamental e congregação, em ordem hierárquica.

A diretoria da faculdade era composta pelo diretor e pelo vice-diretor. O primeiro era nomeado pelo presidente da Fundação Educacional de Uberlândia, e diante de uma lista tríplice de nomes fornecida pela congregação: “O Diretor é o órgão executivo que coordena, fiscaliza e superintende tôdas as atividades da Faculdade” com um mandato de três anos (Art. 92).

A portaria de nº 01 sobre a Faceu determinou essa escolha, em conformidade com o artigo 7º dos Estatutos Sociais e com publicação no Diário Oficial, no dia 10 de dezembro de 1962. Dessa forma, Juarez Altafin²⁶ foi nomeado diretor pelo presidente da Fundação Educacional de Uberlândia, o reverendo cônego Antônio Afonso da Cunha, que também atuava como professor da faculdade. Altafin também foi posteriormente o primeiro reitor da UnU, na gestão de 1971 a 1975.

Outrossim, ele deveria aplicar penalidades aos membros do corpo docente, discente e ao pessoal administrativo, por ser “responsável pela fiel observância dos preceitos de boa

²⁶ Nascido em 1922, é natural de Uberlândia e bacharel em Direito pela Universidade do Brasil, atual UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Suas contribuições para a Faceu e UFU foram homenageadas em 2013, com o recebimento do título de Doutor *Honoris Causa*.

ordem e dignidade” (Art. 180), a que estariam sujeitos os cargos mencionados. Em termos gerais, o regime disciplinar seguia as seguintes regras:

- a – as penas disciplinares serão de advertência, repreensão, suspensão, afastamento temporário e destituição;
- b – as penas disciplinares de advertência e repreensão serão de competência do Diretor;
- c – as penas de suspensão, até oito dias, serão da competência do Diretor, e, até trinta dias, da Congregação;
- d – a pena de afastamento temporário será da competência da Congregação;
- e – a pena de destituição será da competência da Congregação, ouvido o Conselho Departamental. (Art. 181).

Em relação ao corpo docente e ao pessoal administrativo, não foi encontrada referência alguma a fatos ou acontecimentos nesse sentido.

No entanto, foram localizados alguns elogios dos professores à gestão dos diretores de modo geral, conforme se segue:

Relato sobre o relacionamento entre Diretoria e Professores da Faculdade

[...] Queremos louvar a habilidosa e competente atuação da Diretoria da Faculdade, e as boas relações entre esta e professores e estudantes, permitindo clima de paz e harmonia ao conjunto docente/discente (BRASIL, 1963-1968).

Dessa forma, parece que os melhores frutos foram colhidos. [...] De tudo, a conclusão lógica e automática é no sentido de que, sob a orientação de V. Excia., o nível educacional e de formação profissional vem melhorando acentuadamente (BRASIL, 1963-1968).

[...] recompensando a serena e bem equilibrada Direção da Escola – assegurando a continuidade daquele clima ideal e propício de cooperação e respeito, que sempre foi um dos objetivos visados, desse a instalação de nossa Faculdade. [...] de uma segura consolidação da FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS DE UBERLANDIA, augurando-lhe um futuro promissor de grandes realizações (BRASIL, 1963-1968).

As disposições regimentais da Escola que respondem plenamente a diversas reivindicações pleiteadas pelos corpos docente e discente no afã de dinamizar objetivos didáticos e motivações escolares (BRASIL, 1969b).

Nesse caso, é possível pressupor que o relacionamento entre diretoria e professores, baseado em objetivos comuns em contribuir com a causa educacional daquele momento, pode ter sido o grande responsável pelo êxito da Faceu.

Em segunda escala na hierarquia organizacional, encontramos o Conselho Departamental que era composto por três departamentos e suas respectivas disciplinas, conforme segue no quadro abaixo:

Quadro 08: As disciplinas dos três departamentos da Faceu

Departamentos	Disciplinas
1º Departamento	Matemática; Estatística; Análise Macro-econômica; Contabilidade Nacional; Economia; Introdução à Economia; Geografia Econômica; Análise Micro-econômica; História do Pensamento Econômico; História Geral e Formação Econômica do Brasil; Moeda e Bancos; Política e Programação Econômica;

	Economia Internacional; Economia Rural; Projetos.
2º Departamento	Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial; Contabilidade de Custos; Contabilidade Bancária e Pública; Auditoria e Análise de Balanços; Administração; Introdução à Administração; Técnica Comercial; Administração de Pessoal e de Material; Mercadologia; Administração Financeira; Organização e Métodos.
3º Departamento	Instituições de Direito; Direito Público; Direito Privado; Direito do Trabalho; Direito Tributário; Finanças Públicas; Sociologia; Relações Públicas e Humanas.

Fonte: elaborado pela autora.

As reuniões do conselho departamental eram compostas pelo diretor da Faceu, vice-diretor, além do chefe de cada um dos departamentos, reconhecidos nas reuniões como conselheiros, que eram designados pelo diretor após indicação do respectivo departamento. Como representante dos discentes participava o presidente do Diretório Acadêmico. (Art. 83). Mas, na prática, quando a discussão em pauta versava sobre questões pedagógicas, era também convocado o assessor didático, cargo que não foi citado nos regimentos ou em qualquer outro documento analisado. Já quando o assunto eram as bolsas de estudos, na maioria das vezes, era convocada a comissão de bolsas que era formada por estudantes. No entanto, não tivemos informações sobre a quantidade de membros a compunham.

Em uma das reuniões, foram definidas a partir de 1968, as seguintes atribuições para o vice-diretor: examinar as documentações dos candidatos aos exames vestibulares, além de assinar e fiscalizar as folhas do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, folhas de FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e reunir os chefes de departamento nos seguintes meses: fevereiro, abril, junho, setembro, novembro.

O conselho departamental, em suma, funcionava como “órgão consultivo do Diretor, para o estudo e solução de todas as questões administrativas, financeiras, didáticas e disciplinares” (Art. 90). Convém ressaltar que um dos grandes achados no arquivo da Faceu foi o livro de atas, todo manuscrito, com 120 lavraturas de atas das reuniões ocorridas pelo conselho departamental, desde a primeira reunião realizada, em 8 de fevereiro de 1963, até seu último registro, de 17 de agosto de 1977, apesar de ainda constarem folhas em branco.

Na primeira reunião do conselho departamental, foram discutidas as definições para o primeiro concurso de habilitação dos estudantes; os preparativos para a aula inaugural, em 5 de março de 1965; os vencimentos dos professores e taxas e anuidades a serem pagas pelos estudantes, sem menção a valores ou percentuais; e ajuda de custo aos professores residentes em outras localidades, fora dos limites fronteiriços da cidade de Uberlândia. Na segunda reunião, ocorrida em 28 de fevereiro, o processo seletivo de estudantes já havia ocorrido, e seus resultados publicados.

Em geral, os assuntos recorrentes nas pautas dessas ocasiões eram: a necessidade de constituições de comissões, apreciação e aprovação dos pareceres de tomada de decisões e deferimentos sobre:

- Concurso de habilitação dos estudantes: composição de bancas examinadoras e lista de pontos para as provas;
- Processo de avaliação de aprendizagem: horários de provas parciais, orais e finais; permissão para exames de segunda época;
- Diretrizes curriculares: programa de disciplinas; horário das aulas, calendário escolar; deliberações sobre dispensa de disciplinas;
- Controle de finanças e autorização de gastos: despesas com concursos; proposta de aprovação para professores assistentes, bem como, suas admissões e afastamentos, dentre estes, licença não remunerada; aprovação de contas da comissão de trote e aprovação de bolsistas encaminhada pelo D.A (Diretório Acadêmico); aprovação das contas da gestão; aprovação da prestação de contas do D.A. e da diretoria; aprovação da proposta orçamentária da diretoria e do relatório de atividades anual.

Como os conselheiros decidiam a respeito do horário das aulas, é necessário ressaltar que em 30 de março de 1963, em reunião do conselho departamental, foi aprovado que seriam iniciadas às 19 horas. Em relação à sua duração, foram encontradas duas datas diferentes nos arquivos avaliados, períodos de 40 e 50 minutos, respectivamente, conforme tabela abaixo. Esclarecemos que não encontramos nenhuma menção sobre a necessidade de alteração na duração das aulas, proveniente de legislação federal ou estadual.

Quadro 09: Tabela de horários de aulas da Faceu

Períodos	Fevereiro de 1965	A partir de fevereiro de 1967
1º Horário	19h às 19h40min.	19h às 19h50min.
2º Horário	19h40min. às 20h20min.	19h50min. às 20h40min.
Intervalo	20h20min. às 20h40min.	20h40min. às 20h50min.
3º Horário	20h40min. às 21h40min.	20h50min. às 21h40min.
4º Horário	21h10min. às 21h50min.	21h40min. às 22h30min.
5º Horário	21h50min. às 22h40min.	Encerramento às 22h30min.
Aos sábados	13h às 16h30min.	13h às 16h30min.

Fonte: Livro de atas e editais e declarações de aulas dos professores.

Após a fixação de horários em fevereiro de 1967, no “Livro de atas e editais” não foi encontrada mais alterações nesse sentido. Nessa perspectiva, existe a possibilidade de que essa definição foi mantida e tenha prevalecido no período analisado.

Em relação aos três departamentos que compunham o conselho departamental, foram encontradas somente algumas atas das reuniões do segundo departamento. O registro contém atas de setembro a novembro de 1969, as quais, apesar de serem poucas diante do universo estudado, possuem contribuições relevantes.

E, por último, na hierarquia organizacional, temos a Congregação, que representava o “órgão superior da direção didática e pedagógica” (Art. 69), e era assim constituída:

- a) pelos professôres catedráticos efetivos;
- b) pelos professôres interinos, contratados nos termos da legislação vigente;
- c) por um representante dos docentes livres, indicado por três anos, em eleição entre aquêles, feita sob a presidência do Diretor;
- d) pelos professores catedráticos em disponibilidade e pelos professores eméritos;
- e) pelos professôres que estiverem regendo e dirigindo as Cadeiras;
- f) pelo Presidente e pelo Secretário do Diretório Acadêmico, tendo ambos direito a voto. (ART. 69, Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia).

Estavam previstas duas reuniões ordinárias anuais, em março e em dezembro, e as votações eram feitas de forma secreta, por aclamação, simbólica ou nominalmente.

Em suma, as atribuições da congregação (Art. 79) eram:

- Apreciação e aprovação de relatórios, orçamentos, fixação de taxas e emolumentos; planos de ensino; programas de cursos; provimento de cargo do magistério; aplicação de penalidades; organização de concursos; constituição de comissões julgadoras; concessão de dispensa temporária a professores para continuidade de seus estudos; concessão de prêmios;
- Eleição do vice-diretor;
- Conferência de títulos de doutor ou professor honorário e de professor emérito;
- Escolha de dois dos membros das comissões examinadoras de concursos e homologação da seleção feita pelo conselho departamental;
- Proposição de modificações no regimento interno;
- Suspensão do Diretório Acadêmico, sob parecer do conselho departamental;
- Apuração da responsabilidade do diretor em cumprimento do Decreto-lei nº 228/1967, a qual substituiu a Lei 4.464/64, que tratava da representatividade dos estudantes.

Em especial, como a congregação era composta pelos professores da Faceu, será reservado um capítulo desta tese para descrever alguns pontos que representavam o cotidiano desses professores, suas práticas e reivindicações.

E, para uma melhor compreensão dos aspectos financeiros da Faceu, salientamos que dentre as atividades da diretoria, estavam inclusas as dimensões econômicas e financeiras da faculdade. Ela deveria seguir as regulações contidas no regimento da entidade mantenedora e apresentar prestações de contas de todas as ações desenvolvidas (Art. 194, Regimento).

Nessa perspectiva, anualmente deveria ser apresentado ao conselho departamental, o orçamento financeiro para aprovação e posterior envio para a fundação. No primeiro ano de atividades da Faceu, o conselho departamental tomou conhecimento de um ofício do presidente da fundação, datado de 7 de março de 1963, relatando modificações feitas pelo conselho de curadores às propostas orçamentárias aprovadas em reunião desse último.

O conselho departamental resolveu solicitar àquele órgão o reexame da matéria sobre os vencimentos mensais do diretor, vice-diretor e secretário da Faceu com as seguintes sugestões:

- Diretor – parte fixa: um salário mínimo mensalmente e parte variável: meio salário mínimo por série.
- Vice-diretor: meio salário mínimo.
- Secretário – parte fixa: meio salário mínimo e parte variável: um quarto de salário mínimo por série.

Na próxima reunião, em 30 de março de 1963, os conselheiros tomaram conhecimento de que o conselho curador havia aceitado tais sugestões.

A Faceu, além das mensalidades recebidas pelos estudantes, também recebia doações tanto públicas como privadas. Enquanto doação privada foram encontrados registros de doações de um banco comercial e de uma empresa do ramo de pneus: Pneus Firestone - Renovadora de Pneus OK Ltda, nos valores de Cr\$ 100.000, para aquisição de livros, e Cr\$ 500.000 nos meses de julho e junho de 1965, respectivamente. Informamos que não conseguimos recuperar o nome do banco comercial, pois na folha correspondente havia um “furo”, característico de algum desgaste provocado por ácaros.

Em agosto de 1964, também foi anotada uma doação no valor de Cr\$ 300.00,00 “para auxiliar estudantes pobres e mesmo a própria faculdade”, conforme lavrado em uma ata. Mas em uma correspondência enviada por Luiz Alberto Garcia,²⁷ ao confirmar a doação, estava escrito: “para pagamento de bolsas de estudo de estudantes e salários de professores dessa faculdade”, ou seja, o doador tinha sido bem claro em relação ao pagamento dos docentes. No entanto, em uma reunião dos conselheiros isso foi representado de forma diferente, de modo

²⁷Empresário local. É um dos presidentes do Grupo Algar.

que, na prática e de acordo com a necessidade, poderia ser aplicada a doação em qualquer dimensão financeira da Faceu. Esse é um exemplo claro de recepção de uma mensagem e sua interpretação. Essa doação havia sido feita pelos senhores Genésio de Mello Pereira²⁸ e Luiz Alberto Garcia. Nessa ocasião, o conselho concedeu votos de louvor a eles por esse e outros atos semelhantes, além da prestação de serviços à faculdade.

Como doação pública, é possível citar um telegrama encaminhado por Homero Santos²⁹, em junho de 1964. Nele, era comunicada a inclusão de verba orçamentária no valor de Cr\$ 150.000 para a Faceu, bem como doações mencionadas no capítulo destinado aos antecedentes históricos à fundação da faculdade.

Além dessas constatações de créditos para a instituição, foi encontrado o recebimento de um telegrama do Mec (Ministério da Educação e Cultura), informando a autorização de um depósito no valor de Cr\$560.000,00, referente ao orçamento da educação (Telegrama, 10 de setembro de 1964). Outro registro de doação foi citado em uma reunião de setembro de 1973, no valor de Cr\$ 2.275,00, promovido pela comissão de festas, gestão 1972, para aquisição de um projetor de slides.

Em alguns documentos, não foi possível compreender as práticas e representações, no sentido de rejeitar dinheiro, como o ocorrido em agosto em 1963, quando a partir do recebimento de uma correspondência solicitava-se remeter, com máxima urgência, uma procuração e um atestado preenchidos com firmas reconhecidas. “É COISA URGENTE, do contrário, perderemos CR\$ 320.000,00, que é o saldo do auxílio de 62. Por telegramas e verbalmente já solicitei isso inutilmente e o Tesoureiro chefe da 2º pagadoria, ante o desinteresse da Faculdade em receber o numerário que pagar outra, mais interessada”. (BARCELOS, 1963). Mas também foram encontrados arquivos no mínimo curiosos. Certa vez, foi endereçada à Faceu a solicitação de um correntista, pessoa física, ao gerente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, visando à transferência de Cr\$ 164,00 para a conta da instituição para o Banco do Estado de Minas Gerais. Entretanto, o banco informou à

²⁸ Professor e Patrono dos Cursos de Engenharia da UFU. Foi fundador e doador do terreno para construção da Escola de Engenharia de Uberlândia (Campus Santa Mônica).

²⁹ Homero Santos (1930-2008). Foi advogado, professor e político no Estado de Minas Gerais.

1954: vereador em Uberlândia

1955: sócio fundador da Instituição Uberlandense de Ensino

1963 – 1970: Deputado Estadual

1970: Presidente da Assembléia de Minas Gerais

1971 – 1987: Deputado Federal por Minas Gerais.

1988: Nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União

faculdade que o saldo era insuficiente, ou seja, se não tinha condições de arcar com a doação, por qual motivo a teria feito?

Outrossim, foi a percepção de empenho e união dos empresários da cidade de Uberlândia em apoiar contribuições à manutenção e desenvolvimento da Faceu, conforme pode ser visto no exemplo abaixo:

Os representantes de Sindicatos e Associações de Classes de Uberlândia, signatários deste, tomando conhecimento do Projeto do Vereador Dr. João Pedro Gustin, que cancela a verba de dez milhões de cruzeiros dotada no Orçamento para o município e concede a mesma à Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, para construção de seu edifício, ao lado da “Escola Federal de Engenharia”, considerando o largo alcance desse projeto, que virá contribuir positivamente para o enriquecimento cultural de nossa juventude e, acima de tudo, abrirá caminho para efetivação do ideal de construção da “Cidade Universitária de Uberlândia”, vêm, mui respeitosamente, apelar para o espírito cívico e comunitário dos integrantes dessa Augusta Câmara, no sentido de ser aprovado tão Salutar projeto. (24 de março de 1964 – correspondência do Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberlândia, para o presidente da Câmara Municipal).

Os signatários dessa correspondência eram:

- Sindicato dos Comerciantes
- Sindicato da Construção Civil
- Sindicato dos Metalúrgicos
- Sindicato dos Bancários
- Sindicato dos Hidroelétricos
- Sindicato do Comércio Varejista
- Sindicato dos Contabilistas
- Sindicato dos Trabalhadores Gráficos
- Associação dos Professores de Uberlândia
- Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários
- Associação dos Barbeiros e Cabeleireiros
- Associação dos Tintureiros
- Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação. (24 de março de 1964 – correspondência do Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberlândia, para o presidente da Câmara Municipal).

Assim, além das doações esporádicas, eram recebidas também subvenções do poder público, conforme constava no regimento interno: “se alguma subvenção oficial fôr concedida à Faculdade ou à Fundação mediante concessão de bôlsas de estudo”. Um adendo é que foi encontrado o Decreto Federal nº 64.410, de 28 de abril de 1969, o qual “prevê sobre o prazo

para cumprimento de disposições relativas a subvenções ordinárias do Conselho Nacional do Serviço Social”.

Além disso, foram localizados registros referenciando o convênio celebrado com a prefeitura municipal na concessão de bolsas. Nessa perspectiva, foi recebida uma correspondência do prefeito ressaltando:

Em face dos preceitos da Lei Municipal nº 1191, de 1º de junho 1964, esta Municipalidade manterá nessa conceituada Faculdade, por 10 anos, a partir de 1965, 6 (seis) bolsistas para os diversos anos letivos, cujos preenchimentos serão de nossa livre indicação. Isto posto, é o presente para solicitar a V.S^a. a especial gentileza de nos informar os nomes dos acadêmicos contemplados em 1968 e destes os que foram aprovados em tôdas as matérias com promoção aos anos seguintes, afim de que possamos diligenciar a renovação de nomes para êste ano escolar. (OFÍCIO 11/69, 17 de janeiro de 1969).

Encontramos no arquivo, um documento que descrevia estar anexando uma relação (que não foi encontrada) dos universitários que haviam encaminhado, ao Departamento de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Uberlândia, pedidos de bolsas de estudo. No documento, foi ressaltado:

Na impossibilidade de atendê-los, uma vez que a FUEM (Fundação Uberlandense de Ensino Médio), limita suas doações de bolsa sòmente a estudantes do curso médio, solicitamos o obséquo de proceder uma sindicância em relação à vida desses estudantes e, constando V.Sa. serem os mesmos realmente necessitados de bolsas, por gentileza, tomar as providências que se fizerem necessárias para que o universitário não veja tolhido o seu nobre ideal de estudar. (13 de março de 1972)

Foram também obtidas informações de que a Faceu recebia subvenções do Poder Público, além de concessões da Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento).³⁰

Essas observações geram sentimento de lamento, devido à ausência no arquivo dos livros de movimentação financeira da faculdade, com suas entradas e saídas. A partir deles seria possível analisar os valores dessas doações e subvenções e compreender melhor a cultura, práticas e representações do período analisado nesta tese.

De qualquer forma, independentemente disso, é certo que o diretor primava pela transparência de suas ações, em especial, de cunho financeiro, bem como, foi possível notar manifestações de confiança entre as partes envolvidas. Por um lado, percebe-se em ata da reunião do conselho departamental, de maio de 1965, uma solicitação do diretor a esse conselho para que passasse a administrar os vencimentos e doações realizados pelo professor Aniceto Maccheroni³¹. Entretanto, os conselheiros relataram que o diretor seria a pessoa

³⁰ A Sunab foi criada pela Lei Federal nº 5, de 26 de setembro de 1962, e extinta em 24 de julho de 1997, por meio do Decreto nº 2.280. Os direitos e obrigações dessa entidade foram transferidos para o Ministério da Fazenda.

³¹ Não tivemos informações registradas sobre do que se tratava os vencimentos e doações, mas partimos do pressuposto de que Aniceto Maccheroni (advogado, professor da Faceu e da faculdade de direito de Uberlândia e

indicada para tal tarefa, conforme norma do regimento interno da Faceu. Diante da insistência do diretor, os membros concordaram em auxiliá-lo, mas deixaram claro que isso seria apenas uma ajuda. Nessa perspectiva, foi escolhido um dos membros para produzir periodicamente um relatório sobre os recebimentos e pagamentos efetuados.

Por outro lado, em uma reunião do dia 23 de abril de 1969 o diretor solicitou a formação de uma comissão para desenvolver um estudo detalhado do orçamento em questão e das disponibilidades financeiras da faculdade. Em sua ata consta o registro do argumento de um dos professores, que considerava ser “desnecessária tal comissão, uma vez que o diretor é de idoneidade à prova de qualquer dúvida”. Com a palavra, o diretor enfatizou não se tratar de uma questão de idoneidade, mas sim de uma análise mais profunda da situação financeira da escola. A partir de sua insistência, foi formada uma comissão por três professores.

De forma geral, os orçamentos, relatórios e sugestões de taxas e emolumentos a serem propostos à congregação eram aprovados sem ressalvas ou necessidade de novos esclarecimentos. Mas existe a possibilidade de que havia por parte dos estudantes manifestações em favor da redução de valores a serem pagos. Uma dessas constatações pôde ser representada por uma decisão dos conselheiros de reduzir a taxa para realização de prova de 2ª chamada para Cr\$ 5,00 por matéria, em maio de 1967.

Quanto aos valores para participação do vestibular, o consenso alcançado foi de que os estudantes iriam pagar a taxa de Cr\$ 30,00, e a anuidade dos cursos iria variar de Cr\$ 200.000 a Cr\$ 220.000, de acordo com o orçamento a ser votado na próxima reunião (MINAS GERAIS, 1963-1977).

Ademais, em janeiro de 1969 havia sido comunicado que até que o orçamento definitivo da faculdade fosse aprovado pela congregação, as taxas e emolumentos a serem cobrados deveriam ser os mesmos aplicados pela Faculdade de Direito de Uberlândia, para o corrente exercício. O anúncio gerou certa confusão se seria referente ao ano de 1969 ou se anterior a esse período também estava sendo aplicado o mesmo critério.

No entanto, dois meses após isso, ao que tudo indica, o orçamento foi aprovado, pois foram encontrados registros dos valores de NCr\$³² 100,00, 80,00 e 80,00 que seriam pagos em fevereiro, março e abril respectivamente, conforme solução acordada com a Sunab em relação ao processo 2.060. Sobre esse último, não foi possível descobrir seu teor, mas pode-se inferir que ele se refere ao parcelamento dos valores de matrícula, que antes podiam ser

ex vice presidente da mantenedora) era responsável pelo intercâmbio financeiro entre a Faceu e a sua mantenedora: Fundação Educacional de Uberlândia.

³² Cruzeiros Novos vigorou de 13 de fev. de 1967 a 14 de maio de 1970.

divididos nos meses de fevereiro e março, períodos de pagamento dessa taxa; depois essa opção passou a incluir o mês de abril. De qualquer forma, esse registro é relevante para representar uma espécie de contrapartida de órgãos do governo federal em prover recursos para a Faceu, em troca de isenções ou facilitação de prazos para pagamento de taxas por parte dos estudantes.

Nessa reunião também foi estabelecido que se um estudante fizesse um curso e disciplinas de outra graduação, pagaria normalmente o primeiro curso e as cadeiras do segundo curso, dividindo-se o número dessas cadeiras, pelo valor total do curso menos a taxa de matrícula, ou seja, a quantia paga em fevereiro e março. Isso pode ser exemplificado da seguinte forma: “Curso de economia NCr\$ 650,00; cadeiras do curso de contábeis NCr\$ 470,00, dividido por 4: 117,50 por cadeira, na hipótese de o curso ter 4 cadeiras” (lavrado na ata).

Esses valores permitem que se faça uma comparação com o salário mínimo em vigor no ano de 1969, o qual, de acordo com o Decreto nº 64.442 de 1969, era de NCr\$ 156,00, ou seja, os cursos de Economia e Contábeis eram baseados em aproximadamente 4,16 e 3,01 salários mínimos, respectivamente. No entanto, não foram encontradas informações sobre matrículas, taxas ou emolumentos, bem como a determinação desses valores para cada mês.

Ainda foi localizada uma correspondência de anos mais tarde, 1974 (Funsep/Fundação Sérgio Pacheco, 14 de março de 1974), referente a uma solicitação de informações sobre o valor da anuidade por série e como era distribuído o pagamento durante o ano letivo. A esse respeito, estava escrito a lápis: “Total de 1.485,00 (1 de 195,00; 6 vezes de 160,00; 2 de 165,00)”. Isso porque em 1974 o salário mínimo vigente era de Cr\$ 376,80 mensais, conforme o Decreto Federal nº 73.995 de 29 de abril de 1974.

Prosseguindo, em nossas discussões, iremos nos referir a partir de agora à estrutura física da Faceu, conforme é mostrada a imagem abaixo:

Figura 04: Estrutura Física da Faceu.



Fonte: Centro de Documentação e História da Universidade Federal de Uberlândia

Esta seção de análise será iniciada com o depoimento de um professor sobre o primeiro ano de atividades da Faceu. Ele argumentava sobre a precária condição referente à sua estrutura física.

Apezar de primeiro ano de seu funcionamento, não podemos, em sã consciência, responsabilizar a direção da Faculdade por qualquer negligência, pois que se as houve resultaram seguramente de nossa incapacidade em apresentar melhor produção ou padrão de ensino. Em verdade difícil para professor e estudantes foi o pacífico suportar de um inteiro ano letivo dando e ouvindo aulas em apertada e quentíssima sala, sem qualquer condição técnica para conter mais de vinte estudantes (BRASIL, 1963-1968).

Esse relato representa o quão penoso foi a fase inicial da Faceu. Mesmo que assuntos referentes à sua estrutura física não tenham sido citados por nem um outro professor em relatórios de atividades, enquanto ponto dificultoso no desempenhar da docência.

Mas é possível imaginar que foram tempos difíceis talvez devido à ausência de uma sede própria e, logo, à necessidade de pagamento de aluguel. Assim havia certa submissão ao que a instituição podia arcar, conforme disponibilidade de espaço para locação naquele momento. Sobre isso, foi localizado um documento que retrata esse período inicial de atividades, em que os conselheiros relataram que nem a Faceu, nem a Faculdade de Direito tinham patrimônio próprio, ou seja, suas instalações eram alugadas (BRASIL, 1963-1977). Inclusive, em maio do mesmo ano, foi levada aos conselheiros a intenção de a diretoria da

Fundação Educacional de Uberlândia providenciar a locação de outro imóvel, até que se concluisse a construção de um prédio próprio. Assim, desde a criação da Faceu, já havia o planejamento para que essa construção ocorresse. O local para instalação da sede própria foi assim ressaltado em uma correspondência:

embora, bem abrigada e garantida por um contrato de locação por longo prazo, prorrogável, não se detém a Faculdade naquilo que já conseguiu: obteve [...] enorme área ao lado da Escola de Engenharia de Uberlândia, escola federal, e na mesma irá construir a sua sede definitiva. O projeto do novo edifício já foi executado (correspondência expedida ao presidente do Conselho Federal de Educação (15 de junho de 1967).

Em relação ao projeto mencionado ao final da citação, convém ressaltar o transtorno vivenciado para o seu alcance, pois, em setembro de 1965, conforme ata, ele ainda não tinha ficado pronto. Nesse sentido, conselheiros da Faceu discutiram um pedido de reajuste do preço cobrado pelos arquitetos do projeto de construção do futuro edifício. Diante dessa solicitação, foi formada uma comissão para emissão de parecer sobre o assunto, que deveria ser feito no prazo de sete dias.

No contrato dos projetistas constava

elaborar um projeto completo de arquitetura, cálculos de concreto, plantas hidráulicas e de eletricidade, de um grupo de edifícios denominado CONJUNTO UNIVERSITÁRIO, a ser levantando nesta cidade pela primeira contratante (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE UBERLÂNDIA) no Bairro Santa Mônica.

Frente a esse impasse, a comissão resolveu que fosse mantido o preço estipulado espontaneamente pelos arquitetos, de Cr\$ 3.500.000. Isso levando-se em consideração que a prefeitura municipal já teria adiantado parte da verba destinada às instalações da faculdade, e os interessados recebido Cr\$ 500.000 por conta do projeto.

A aquisição de um terreno permitia acrescentar pontos positivos ao requerimento para o funcionamento do curso de Administração, o que foi ressaltado em correspondência direcionada ao presidente do Conselho Federal de Educação (15 de junho de 1967):

Há um ano e meio, quando requeremos o reconhecimento do curso de Contador, foi dito que “a Faculdade requerente assinou, em dezembro do ano passado, contrato de locação de imóvel situado no centro da cidade. Acha-se otimamente instalada, em prédio de dois pavimentos, que abriga confortavelmente os seus serviços administrativos, as salas de aula, a cantina, a biblioteca e o diretório acadêmico, constando ainda com campo de esporte, anfiteatro, etc.” O seu mobiliário, todo novo, foi adquirido visando às suas atividades didáticas

Posteriormente, em 1968 (sem mês e ano), em parecer realizado pela comissão verificadora integrada, designada para aprovação do curso de Administração na Faceu, foi ressaltado: “A faculdade comprou um novo prédio no valor de NCr\$ 37.000,00 (já está pago). Será adaptado para abrigar salas de aulas e outras atividades. Fica na mesma Praça onde já se encontra o atual prédio”. A comissão manifestou-se favoravelmente a essa aquisição.

O mérito do diretor da faculdade, por sua atuação durante a aquisição de imóveis para a instituição, onde já estavam instalados o Diretório Acadêmico e o centro de estudos, foi reconhecido. Prova disso é que a congregação dos professores solicitou que constasse em ata um voto de louvor ao seu nome (BRASIL, 1964-1976).

Com o objetivo de verificar os endereços da Faceu, e adotando como base as reuniões do conselho departamental, foi possível verificar alguns espaços da instituição. A lavratura das primeiras atas desses acontecimentos foi feita nos salões da Fundação Educacional de Uberlândia. Em seguida, passaram a ocorrer nos seguintes locais:

- A partir do dia 27 de maio de 1964: salões da Faculdade de Ciências Econômicas.
- A partir de 30 de janeiro de 1965, na secretaria da Faceu.
- A partir de 17 de agosto de 1967, em sua sede, na Rua Barão de Camargos, nº 695 (onde atualmente funciona a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia).
- A partir de 13 de dezembro de 1969 em diante: na secretaria da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Uberlândia.

As provas de habilitação da primeira turma do curso de Ciências Contábeis foram realizadas na Rua Barão de Camargos, nº 695, coincidindo com o endereço constante das reuniões do conselho departamental mostrado.

Um adendo é que o endereço mencionado fazia confluência com a Rua Barão de Camargos, números 44 e 58, locais que também faziam parte da Faceu. Isso também demonstra que seu imóvel era alugado, já que em reunião realizada em março de 1967, o vice-diretor foi designado para, em nome da instituição, cuidar de demandas judiciais que porventura surgissem em relação a essas locações.

Em uma ata da congregação, relacionada ao endereço da Faceu, entre parênteses, consta o nome do Colégio Brasil Central. Essa informação adicional gerou certa confusão durante o processo de pesquisa dos arquivos até que foi localizada uma ata do dia 21 de agosto de 1967 que relatava uma reclamação de barulho ocorrido no Colégio Brasil Central, atribuída aos estudantes da faculdade. Pesquisas em outras fontes indicaram a localização de um documento em que essa escola tem suas origens a partir da Associação de Ensino do Triângulo (AET), fundada em 1924, quando foi criada a Escola Normal do Uberabinha de 1º grau. Essa última passou a fazer parte do Colégio Brasil Central para oferecer o ensino de 2º grau em 1947, situado no mesmo endereço em que funcionava a Faceu (Referência). Nessa perspectiva, ficou claro que a faculdade, em seus primórdios, dividia o mesmo endereço com

o colégio, que já estava instalado naquele local desde os anos de 1940. (Ministério da Educação, 1993).

Nesse contexto, apesar de já estarem localizadas duas instituições de ensino nas dependências da Faceu, seu diretor, em reunião do dia 16 de fevereiro de 1965, comunicou que havia autorização para sublocar outra parte do espaço, com salas de aula, sala de professores e sanitários, para o Grupo Escolar Bueno Brandão. O contrato referente a essa operação foi renovado para o ano de 1966, na data oportuna, no valor de Cr\$ 200.000,00. Posteriormente, ele foi renovado para 1967, no valor de Cr\$ 180.000,00 mensais.

Convém ressaltar que esse espaço era muito disputado. Por um lado, pela decisão de criar cursos anexos à faculdade, na modalidade de extensão, sob a direção de determinado professor, o que viria a ter aprovação em maio de 1967 pelos conselheiros. Por outro, devido à tentativa de um estudante em requerer uma das salas para que fossem ministradas aulas remuneradas a outros estudantes, mas esse pedido foi indeferido por unanimidade. Além desses registros, em março de 1967, foi permitida ao proprietário do prédio a utilização de uma sala em sua área da frente à direita e de sua entrada principal, de modo gratuito e provisório. A concessão ocorreu por consideração dos conselheiros de não significar nenhuma renúncia de direito da faculdade.

Em agosto de 1969, eles também aprovaram o regulamento do prédio da Praça Dr. Duarte, nº 44. Autorizada a modificação dos artigos 1º, 8º e 9º, o senhor diretor poderia, em virtude do dito regulamento, com a presente modificação, fixar o horário de funcionamento da aludida construção.

Nesse endereço, funcionavam em regime de comodato o Diretório Acadêmico, o centro de estudos e a cantina. O contrato referente a esses espaços foi aprovado pelos conselheiros em reunião do dia 30 de setembro de 1969, e teria duração de um ano, mostrando assim o caráter provisório do documento, que poderia ser revogado em juízo da faculdade. Nessa data, ficou especificado também que se a nova diretoria dentro de um mês após vencer o prazo mencionado não diligenciasse a renovação do referido contrato, ele passaria a ser válido por prazo indeterminado. Em ata do dia 22 de outubro de 1969, na reunião do conselho departamental consta a denominação de “Centro de Estudos Renato Campelo”, bem como sua devida prestação de contas à Faceu.

O diretor comunicou que em 15 de dezembro de 1969 seria iniciada a adaptação do imóvel situado na Praça Dr. Duarte, com aplicação dos recursos cobrados aos estudantes, de acordo com autorização da Sunab. Em outubro de 1971, foi formada uma comissão para

estudo sobre obras nos prédios da Praça Dr. Duarte, nº 58. Um dos objetivos da aludida reforma seria a construção de uma sala de aula que funcionaria a partir de 1970 (BRASIL, 1964-1976).

No Ofício 320/69, emitido pela Receita Federal, em 16 de setembro de 1969, consta que havia esforços para realização de mais reformas no espaço. No documento há o indeferimento de um pedido de autorização da Faceu, para promover o sorteio de 10 carros. Partimos do pressuposto de que o sorteio seria em forma de rifa. O valor resultante desse ato seria destinado a obras de adaptação e ampliação dos prédios, onde naquela data funcionavam os cursos. Em resposta ao órgão, discorreu que a lei permitia a distribuição gratuita de prêmios somente a título de propaganda comercial (Decreto-Lei nº 7.930, de 3 de setembro de 1945), sendo assim eram proibidos ou destituídos os sorteios para financiamento de empreendimentos sociais, religiosos, filantrópicos e educativos. (Decreto-Lei nº 418, 10 de janeiro de 1969).

Ao que tudo indica, a Faceu estava constantemente em reforma e realizando adaptações, pois, em março de 1972, foi aprovada a ampliação de uma sala de aula (Praça Dr. Duarte, 44). Um comunicado, de março de 1974, indica o recebimento de orçamento de dois profissionais de pintura predial nesse mesmo endereço. Já uma pauta de julho de 1975, consta a prestação de contas da reforma dos prédios da Praça Duarte, 44 e 58.

Outro registro de reforma foi descrito em ata de uma reunião do mês de maio de 1976, em que foi aprovada obra no prédio, visando aumentar sua capacidade física, devido à certa necessidade para funcionamento da faculdade em 1977. Na ocasião, foi esclarecido que ela ficaria em torno de Cr\$ 500.000, e seria custeada com recursos orçamentários através de financiamento.

2.3 Interloquções e articulações na Faceu

Prosseguindo em nossas discussões, a fim de mostrarmos a atuação dos dirigentes institucionais da Faceu, descreveremos nas próximas linhas os registros encontrados sobre as interloquções para com o poder público, com a sociedade e entidades privadas, com a Fundação Educacional e outras instituições de ensino e com organismos internacionais.

Nesta perspectiva, dentre as atribuições do diretor está contida a de gestão do relacionamento com os poderes públicos. A partir dos arquivos pesquisados, foram encontradas algumas situações concernentes a essa questão. Exemplo disso são convites

endereçados ao senador Camilo Nogueira da Gama, para proferir aula inaugural no dia 5 de março de 1965, e ao professor doutor Jacy de Assis, para saudar o político. Há também uma autorização, de fevereiro de 1966, referente à remessa de um telegrama ao presidente da República, expressando a manifestação do desejo da Faceu de que o professor Clóvis Salgado fosse reconduzido ao Conselho Federal de Educação.

É possível ainda citar um convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Uberlândia no tocante à concessão de bolsas de estudos, bem como a indicação de seus contemplados. Outrossim, pode-se mencionar um convite desse mesmo órgão endereçado à bibliotecária da Faceu, para promoção conjunta de evento de comemoração na Semana Nacional da Biblioteca. (Correspondência expedida pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, em 28 de fevereiro de 1972).

Em outra situação, o diretor da Faceu foi convidado a compor comissão, enquanto membro colaborador, para auxiliar a Fundação IBGE no preparo da opinião pública para recenseamento geral de 1970, no município de Uberlândia, com previsão para início de setembro. (Correspondência expedida pela Fundação IBGE/Departamento de censos da comissão censitária municipal, em 6 de agosto de 1970). Essa coleta de dados forneceria parâmetros comparativos, em especial sobre a quantidade de professores e de estudantes matriculados no Ensino Superior. A esse respeito, em 1964 foram pontuados 58 e 952, respectivamente. Durante a aprovação do curso de Administração, foram recebidos telegramas na Faceu, em novembro de 1967, tanto de Clóvis Salgado como de Rondon Pacheco, comunicando com entusiasmo que o presidente do país havia acabado de assinar o decreto de autorização solicitado.

Nessa perspectiva, a Faceu, em suas representações nos atos públicos e outros ramos da Administração Pública, realizava convites para formaturas e aulas inaugurais dos cursos, conforme é possível notar nos seguintes episódios:

Quadro 10: Convites à Faceu

Data	Remetente	Motivo
Março de 1963	Rondon Pacheco	Convite para aula inaugural
Março de 1963	Senador federal Camilo Nogueira da Gama	Convite para aula inaugural
Sem data	Deputado Homero Santos	Convite de formatura da turma de 1968
Sem data	Tenente Coronel Comandante do 2º Batalhão Ferroviário	Convite de formatura

Fonte:

Da mesma forma, eram recebidos agradecimentos e congratulações dos remetentes mencionados, bem como honorárias, como da Câmara Municipal de Uberlândia, em março de 1965, pelas felicitações às novas instalações da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia.

Uma das percepções relevantes representadas nesse período foi a cultura de demonstração de amizade e a espera de troca de favores entre a Faceu e o poder público. Tais indícios eram constatados nas correspondências direcionadas para entes do poder público, ou vice-versa, como pode ser verificado em uma carta datada de setembro de 1970, assinada pelo vice-reitor da UnU: “Prezado amigo Rondon Pacheco – Foi motivo de grande honra receber seus cumprimentos, pela minha eleição para o cargo de vice-reitor da Universidade de Uberlândia [...]. Já estou engajado nesta nova fase do desenvolvimento cultural de Uberlândia”.

Em 19 de novembro de 1968, foi encaminhada correspondência do presidente da Fundação Educacional de Uberlândia, cônego Antônio Afonso da Cunha, pelo diretor da Faceu, para o professor Clóvis Salgado, conselheiro do Conselho Federal de Educação, instalado no Rio de Janeiro, com o seguinte teor: “Sabendo-o de coração magnânimo e amigo de Uberlândia, solicitamos de V. Exa. o grande favor de relatar êste último processo na próxima reunião do C.F.E., a ser realizada no início de dezembro vindouro”. No caso, eles estavam aguardando a aprovação do curso de Administração.

Mas, além de solicitar essa aprovação ao professor citado, também foi encaminhada outra correspondência em 19 de novembro de 1968, na qual se relata:

Meu amigo Homero Santos. Quero, inicialmente, enviar-lhe os meus agradecimentos, calorosos e sinceros, pela atenção que dispensou aos pedidos formulados pela minha Senhora, não só com referência aos casos do ‘Bueno Brandão’, como também pela nomeação do seu sobrinho. Fico devendo mais êste favor ao caro amigo. [...] Você não quer, com o pessoal do B.D.M.G., lançar em Uberlândia, através da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia o Diagnóstico Econômico do Triângulo Mineiro? Será uma bela promoção.

Esclarecemos que Bueno Brandão se trata de uma escola pública estadual localizada na área central de Uberlândia. Percebemos, na citação acima que a “troca de favores” era uma prática recorrente na interlocução entre a esfera pública e privada.

Em 26 de agosto de 1969, o diretor da Faceu, em correspondência ao “Prezado amigo Ministro Rondon Pacheco”, fazia cumprimentos pela criação da Universidade de Uberlândia, dizendo:

o principal assunto desta carta é o seguinte: confiado na sua amizade, que muito me honra, peço vênha para dizer-lhe que receio um indeferimento, por parte do Ministério da Fazenda, no nosso processo de sorteio de carro, a exemplo do que

ocorreu com o pedido da Comissão de Formatura da Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia [...] sabemos que, mesmo com a criação da Universidade de Uberlândia, não teremos, desde logo, verbas par a construção de prédios, pois os programas da Medicina e Cirurgia são prioritários. Durante dois anos apelamos para a dotação global da DESu e nada conseguimos. Através de ajuda popular, numa época de contenção financeira, obtivemos, com grande sacrifício, o numerário para a aquisição dos prédios pertencentes à Família Antonio Rezende. Na “Casa do Professor Luiz Rocha e Silva” estão o Diretório Acadêmico, Centro de Estudos e a Cantina. Os barracões ao lado estão fechados, à espera de reforma. Para esta, não peço verbas, para não sobrecarregar o prezado amigo; solicito, apenas, uma autorização para fazer o aludido sorteio. [...] esta obra é sua, acima de tudo, como líder nosso que sempre esteve à frente das escolas superiores uberlandenses.

No cumprimento da diligência, em setembro de 1971, foi feito um aditamento de um ofício de 12 de agosto do corrente ano, apresentando novos documentos com indicação de dois professores que seriam substituídos por ordenação do poder público federal, ou seja, a Faceu não tinha autonomia para rejeitar os nomes propostos sob pena de perda de prestígio nesse âmbito. Inclusive, na ocasião de autorização para a graduação de Administração, cumprindo-se as exigências, foi comunicada pelo presidente do Conselho Federal de Educação a substituição do professor cônego Antônio Afonso da Cunha, ex-dirigente da mantenedora da Faceu, e indicado o nome do professor Thomaz de Aquino Prata, para a cadeira de Sociologia. (Correspondência – 21 de fevereiro de 1969)

Além disso, foi possível perceber ocasiões de concorrência por verbas ou favorecimentos, em especial, pela cidade de Uberaba, como pode ser visto no trecho a seguir:

Acusando o radiograma de 25 de janeiro passado, em que pediu fôsse vetada proposição de lei referente à instituição de fundação denominada Universidade de Uberaba, comunico-lhe que, quando da expedição do radiograma, já tinha sido sancionada a lei respectiva, sob nº 2.818, de 22 daquele mês de janeiro. [...] E como a fundação a ser instituída é a Universidade de Uberaba, e não do Triângulo Mineiro, caberá entender que a região aludida no mesmo artigo é a de Uberaba, não abrangendo, obviamente, Uberlândia, para a qual já existe também projeto de criação de autoria do Deputado Waldyr Melgaço. (Ofício 463/63 – de José Magalhaes Pinto governador do estado ao diretor da Faceu, em 4 de março de 1963).

Enfim, é certo que alguns representantes de Uberlândia, representados por políticos, como Homero Santos e Rondon Pacheco, ou por autoridades jurídicas, como Jacy de Assis e Juarez Altafin, muito contribuíram para o êxito da Faceu em alcançar resultados satisfatórios junto ao poder público, em âmbito municipal, estadual ou federal.

No tocante a interlocução com a sociedade e entidades privadas, iniciamos esta seção com a citação de uma correspondência de uma entidade privada, ao realizar doação para a Faceu em junho de 1965. “Aproveito desta oportunidade para agradecer à V. Excia. de todo coração e inclusão de meu nome como Benemérito dessa escola e desejo êxito em sua missão de instruir os jovens de Uberlândia talvez do Brasil para o bem da coletividade”. Esse excerto nos permite entender o que representava naquela época o investimento em educação.

No decorrer do texto, em especial no capítulo destinado aos aspectos financeiros, fomos testemunhas de registros de doações tanto privadas como públicas. Outro tipo de interlocução pode ser visualizada pela oportunidade de novas demandas para a cidade de Uberlândia, por exemplo, de determinada livraria localizada em Belo Horizonte, que em dezembro de 1965 ressaltou em uma carta: “Espero vender-lhe uma boa parte da verba dos Cr\$ 2.000.000 que você tinha perspectiva de arranjar para a Biblioteca”.

No que diz respeito à representatividade da Faceu junto à sociedade ou em sua interface com as corporações particulares, é preciso relatar que, além dos três cursos em nível de graduação que seriam oferecidos pela instituição, em conformidade com o regimento interno, também poderiam ser promovidos os níveis de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão (Art. 2º). Mas foram encontradas informações, além das três graduações, apenas de alguns cursos de extensão ou aperfeiçoamento.

Um desses foi realizado nos dias 30 e 31 de maio e 1 de junho de 1966, em parceria com a Associação Comercial de Uberlândia, para a oferta do “Curso de Técnica de Chefia”. Outra capacitação, visando contribuir com o acesso dos estudantes à faculdade, foi aprovada para os exames de 1966, sendo nesse caso um curso preparatório em atendimento a uma solicitação do Diretório Acadêmico da faculdade. Além da promoção desse curso, foi decidido que os professores deveriam “entrar em contacto com os diretores de Escolas de Comércio, no sentido de que sejam ministradas aulas intensivas aos seus estudantes, que pretendem ingressar nessa faculdade” (BRASIL, 1964-1976). Uma dessas instituições era a Escola Estadual José Ignácio de Souza, que oferecia o curso técnico de Contabilidade.

Para os exames vestibulares de 1967, foi designado um dos professores da Faceu, para organizar um curso preparatório de Matemática. Outra atitude perante a sociedade visando ao acesso desta à faculdade foi a decisão da diretoria em agosto de 1966, pelo estabelecimento de contatos com os diretores das escolas de nível secundário de Uberlândia, a fim de que colocassem em seus currículos o programa de Matemática de acordo com abordagens exigidas no vestibular dessa faculdade. Essa atitude vinha a representar reivindicações dos professores em busca de ações para melhoria dos estudantes em relação aos conteúdos dessa área e suas correlações com outras disciplinas relacionadas com a Lógica. (BRASIL, 1963-1977).

Mas, quanto às sugestões do diretório em comum acordo com a faculdade, foi feita a promoção de cursos de extensão na “Semana do Economista”, de forma que deveria ser remetido expediente à reitoria solicitando ajuda financeira para essas capacitações, conforme

decidido em reunião do conselho departamental em agosto de 1977. O curso de extensão universitária “Fundamentos de sistemas de computador,” com duração de 30 horas, em junho de 1973, também foi promovido pela Faceu e ministrado pelo professor Antônio Carlos Meira. (Modelo de Certificado, s/data).

Um curso desse nível sobre “Treinamento de Chefes” seria ministrado aos sábados à tarde, sob coordenação do professor Clodoaldo Penha Paes Leme, diretor da Faceu. Já o curso “Fundamentos de Sistemas de Computadores”, seria ministrado pelo professor Antônio Carlos Meira, em colaboração com a IBM do Brasil (Folder da Universidade de Uberlândia).

Em maio de 1976, os conselheiros aprovaram os cursos de “Processamento de Dados” e “Matemática Aplicada à Economia”. Esse último era específico para o corpo docente e estudantes do último período, que se interessassem pelo magistério. Um curso de Administração também foi ofertado para o corpo docente, mediante auxílio do Ceag/MG (Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais), criado em 11 de julho de 1972, precursor do Sebrae. Todas essas ofertas ocorreram no segundo semestre do ano letivo.

Em novembro desse mesmo ano, também foi ministrado o Curso de Administração Hospitalar em convênio com o Ceag, em que a faculdade era responsável por 40% dos custos da capacitação. O restante do valor ficaria sob responsabilidade dessa instituição.

Em setembro de 1973, foi emitida a aprovação para realização de dois cursos: o primeiro, na área de Administração, denominado “Curso Especial”, tinha como objetivo aproveitar os estudos feitos por candidatos em outras graduações. Em relação a essa capacitação, apesar de poder ser direcionada a estudantes diplomados, é possível supor que seria um curso com características de aperfeiçoamento, pois, caso estivesse sendo inaugurada a modalidade de pós-graduação na Faceu, teria sido encontrado um status diferente nesse sentido. O segundo registro mencionado referia-se ao “Curso de Administração Especial”, que abrangia a carga horária de 1.350 horas/aula, distribuído em quatro semestres letivos. Teve como público-alvo os graduandos dos cursos de Direito, Engenharia e escolas superiores das Forças Armadas.

Ainda, foram localizados arquivos com agradecimentos externos à Faceu por ceder suas dependências ao Banco do Brasil para a realização do concurso público de auxiliar de escrita, realizado em 26 de setembro de 1965. (Correspondência do Banco do Brasil, em 29 de setembro de 1965). Houve também representação de ações de “boa vizinhança”, como em agosto de 1967, quando a diretoria cobrou soluções urgentes para que o barulho vindo do Diretório Acadêmico não viesse a atrapalhar as aulas do Colégio Brasil Central.

No tocante à interlocução da Faceu com empresas, é possível citar a Companhia Souza Cruz (fabricante de cigarros), considerada de porte internacional. Em uma palestra realizada na faculdade, para mostrar tecnicamente o “Projeto Souza Cruz”, a empresa aproveitou para anunciar: “a preocupação da Cia Souza Cruz quanto ao recrutamento de pessoal de nossa região, que tem atualmente somente da Faculdade de Ciências Econômicas, 20 estagiários, que deverão trabalhar na fábrica de Uberlândia” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 19 de setembro de 1975).

Nessa perspectiva, não pode ser esquecida a geração de estágios e outros tipos de emprego para os estudantes a partir da qualificação profissional oferecida pela Faceu, o que fica evidente neste trecho de uma correspondência: “quanto ao pedido feito, de que estudantes dessa Faculdade façam estágio no Banco, informamos ter sido o mesmo aprovado e os estágios serão dados nos departamentos de Análises de Projetos, Financeiro e de Contrôles de Aplicações”. (Correspondência enviada pelo Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, em 29 de novembro de 1967).

Já em 1974, a Universidade de Uberlândia solicitou informações sobre os estudantes e egressos das graduações de Engenharia Mecânica, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Eletrônica, Economia e Administração, para que fosse realizado um levantamento na Companhia Souza Cruz sobre possibilidade de mão de obra especializada na região. Um adendo é que essa coleta de informações foi realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Uberlândia, visando o oferecimento de estágios e contratos de trabalho.

Outrossim, no que se refere à interlocução com a sociedade, trata-se aqui neste trabalho do princípio da extensão com a comunidade externa, aproximando essa última do espaço da faculdade, por meio do ensejo de contribuições, por exemplo. Nesse sentido, foi encontrado um arquivo referente ao Projeto Rondon³³, o qual vigora até hoje. Em 1974, foi encaminhada correspondência ao Banco de Minas Gerais S.A.³⁴, solicitando a liberação de um estudante de suas atividades profissionais nesse banco, pelo período de um mês para participação da “Operação Rondon” (OF. 004/74, 20 de abril de 1974).

³³ O Projeto Rondon é uma ação interministerial do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução das desigualdades regionais, concomitantemente, contribui com os estudantes universitários nos processos de desenvolvimento e fortalecimento de sua cidadania. Caracteriza-se pelo esforço coordenado dos Governos Federal, Estadual e Municipal que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, criam oportunidades para que os estudantes universitários possam interagir com as comunidades carentes, socializando seus saberes, produzindo soluções inovadoras e duradouras. (BRASIL, GABINETE DO MINISTRO, 2015).

³⁴ Partimos do pressuposto de que se tratava do BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais.

Ainda sobre esse programa, foi ressaltada na carta a instalação oficial da coordenação e área do oeste do Triângulo Mineiro, pela coordenação geral do Projeto Rondon. Também foi solicitado o número de estudantes matriculados no ano letivo de 1974, para que fosse possível avaliar o efetivo universitário com o qual seria possível contar. (OF: Circular 004/74 Área do Oeste do Triângulo – Ministério do Interior – Projeto Rondon, 20 abril 1974).

Do mesmo modo, foi decidida a criação de um departamento de publicidade, decisão que mostra o uso do Marketing da Faceu como forma de promovê-la à sociedade local (BRASIL, 1964-1976). As ações de publicidade da faculdade também eram praticadas por meio de atividades do Diretório Acadêmico, conforme será visto na seção destinada a esse fim. Nesse sentido, cabe citar a promoção de palestras nesse espaço, a partir de uma parceria com o jornal *Correio de Uberlândia*, que tinham como palestrante convidado o professor Roberto de Oliveira Campos³⁵, do banco de investimento industrial S/A, sediado em São Paulo. (Correspondência – Correio, 25 de novembro de 1969).

O representante da Liga da Defesa Nacional, localizada em Belo Horizonte também ofereceu sugestão para a realização de aulas envolvendo o tema: “Polícia Militar: parte integrante da comunidade”. (RADIOGRAMA Nº 278, 6 de outubro de 1970). Essa seria uma forma de celebrar o 139º aniversário da Polícia Militar de Minas Gerais, em outubro de 1970.

Houve ainda interlocuções com empresas para o cumprimento do estágio por parte dos estudantes do curso de Administração. A esse respeito, foi localizado um registro do convênio com o 2º Batalhão Ferroviário, localizado na cidade de Araguari, em julho de 1972. A Faceu deveria encaminhar todas as informações para a reitoria, para que essa última as enviasse para a prefeitura em conjunto com outras faculdades da cidade. (OF 203/74, de 13 de agosto de 1974).

A Faceu também prestava consultoria. Em certa ocasião, a Granja Rezende, solicitou indicação de um economista para a elaboração de um parecer, de julgamento apropriado ou não, das instalações de mais de uma unidade na área denominada “Cidade Industrial” (REZENDE, 1969). Além dessa atividade, esses profissionais eram convidados para opinar em reuniões, por exemplo, dos diretores de estabelecimentos de Ensino Superior do município, na sede da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, com o objetivo de coletar dados para um estudo e fixação dos distritos geoeeducacionais no país. (SA/1.72.133

³⁵ Roberto de Oliveira Campos (1917-2001) foi um economista, professor, escritor, diplomata e político brasileiro. Nascido em Mato Grosso, oriundo de uma família de origem humilde, formou-se em Filosofia e Teologia em um seminário católico, seguindo a carreira diplomática após passar no concurso do Itamaraty.

Agência Municipal de Estatística, 22 de maio de 1972). Sobre esse assunto, é ainda importante destacar a iniciativa comunicada: “Estamos estudando a possibilidade de conferirmos Diploma de Mérito ao estudante ou professor dessa faculdade que se destacar por sua ação econômica no ano”. (Ofício 847/70 – 20 de março de 1970, da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia).

Além das ações mencionadas, foi encontrado o registro de autorização, de setembro de 1973, de uma feira de livros promovida pela Editora Atlas nas dependências da Faceu. Assim, a faculdade favorecia oportunidade para novos negócios, promoção de cursos e palestras, além de geração de empregos a partir de estágios. Também levava contribuições do ambiente universitário para a sociedade, muitas vezes, por meio de parcerias com o empresariado local nos projetos de extensão universitária.

No que tange ao relacionamento da Faceu com a sua mantenedora - Fundação Educacional, foram encontrados alguns fatos registrados em atas que representaram uma espécie de atrito entre ambas as instituições. O primeiro exemplo disso é que em 1963 parece ter havido alguma comparação por parte da fundação entre a Faculdade de Direito e a Faceu, lembrando que ambas eram mantidas pela Fundação Educacional de Uberlândia. Isso havia sido feito a partir de sugestões da fundação para modificações no orçamento dessa última, o que foi recebido com tom de discordância por seus conselheiros. Eles, então, resolveram, ponderar ao conselho curador da fundação, que a Faceu nada devia à Faculdade de Direito. Não foi possível obter informações mais acuradas a esse respeito, mas, ao que tudo indica, o texto emitido parecia menosprezar a Faceu, fazendo com que essa remetesse ao princípio de isonomia em especial quanto à definição de remuneração de professores.

Outra situação de desentendimento ocorreu em 23 de março de 1976, quando o diretor da Faceu compareceu a uma reunião do conselho de coordenação da UnU, como suplente do titular. Na situação, alguns conselheiros da universidade levantaram a possibilidade de haver ilegalidade naquela representação. No dia 25 de março de 1976, o conselho universitário referendou o ponto de vista do conselho de coordenação. Diante disso, a Faceu convocou reunião e decidiu interpor recurso ao Conselho Federal de Educação, contra aquela decisão, em virtude de o regimento geral ser omissivo sobre o assunto.

Entretanto, um pedido verbal do reitor da Universidade de Uberlândia, feito ao diretor da Faceu, em abril de 1976, foi comunicado aos conselheiros. No caso, havia a solicitação de que a faculdade desistisse de seu recurso interposto no dia 5 do corrente mês. Posto o assunto em discussão, o conselho resolveu que isso não poderia acontecer, a fim de que fosse

resguardado o direito da faculdade. Além disso, foi evidenciado pelo conselho que a Faceu não desejava criar embaraços à administração da UnU, mas tinha o dever de assegurar o exercício de sua representação. O diretor ponderou ao conselho universitário que, embora o recurso fosse mantido, solicitou que a decisão fosse reformada. No entanto, não obtivemos registro sobre o final deste episódio.

Nessa perspectiva, a UnU compreendia dois órgãos: os conselhos de coordenação e de orientação, nos quais continham representantes da Faceu assim como de outras faculdades integradas à universidade. Além disso, havia professores que se desligavam da faculdade para exercer funções administrativas na UnU, como parece ter ocorrido em fevereiro de 1977. Em outras situações, era solicitada a dispensa das atividades docentes e administrativas da Faceu em determinado período para que os técnicos administrativos pudessem participar da promoção de cursos. A título de exemplo, pode-se citar a promoção de um curso para auxiliares de biblioteca, em que a bibliotecária da Faceu foi convidada como ouvinte. Ele seria ministrado na Casa da Cultura, que era um órgão suplementar da Universidade de Uberlândia (OF-Circular/Casa da Cultura 11/72, em 4 de maio de 1972).

Com isso, foi possível perceber que a Faceu ficava atenta a todos os acontecimentos em torno da UnU. Houve, por exemplo, um episódio, em fevereiro de 1977, em que os conselheiros recomendaram à diretoria que fosse feito expediente na reitoria da universidade, no sentido que determinado professor, sem funções de magistério no corrente ano, fosse colocado à disposição desse departamento.

Ainda é certo que, em algumas vezes, foram encontrados momentos de solidariedade, como em abril de 1970. Nessa ocasião, foi aprovada, por indicação de um dos professores da Faceu, uma ajuda ao docente cônego Antônio Afonso, pertencente à fundação, no valor de NCr\$ 1.000. Porém, é importante esclarecer que o motivo dessa doação não foi especificado em ata.

Também é preciso ressaltar que essa interlocução se dava com padres e freiras. Eles eram admitidos como funcionários ou professores na Faceu. Em certa ocasião, com o objetivo de divulgação de estudo de Economia, o cônego Afonso Antônio da Cunha foi convidado para pronunciar uma conferência sob o tema “*A Encíclica Populorum Progressio*”, do Papa Paulo VI, que seria realizado no salão nobre da Faculdade de Direito de Uberlândia. Para tanto, foi solicitada a dispensa dos estudantes dos 1º e 2º anos da Faceu (Correspondência, 7 de agosto de 1967).

Mas, quanto ao relacionamento da Faceu com outras faculdades sediadas em Uberlândia, tudo parecia transcorrer em completa harmonia. Em setembro de 1966, foi aprovada a proposta de um dos professores para que, a título de sugestão, fosse proposto aos dirigentes da Faculdade de Medicina de Uberlândia, sua instalação ao lado da Escola de Engenharia, local da futura Universidade de Uberlândia. Por outras vezes, foram encontrados registros de agradecimento de outras faculdades. Por exemplo, em abril de 1965, durante autorização para uso do espaço da Faceu e de seu aparelho telefônico para a realização de obras de instalação da Escola de Engenharia de Uberlândia. Ainda quando ocorreu empréstimo de um mimeógrafo³⁶ no concurso de habilitação para a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia em março de 1969.

Nessa perspectiva, o intercâmbio da Faceu com outras instituições de Ensino Superior sediadas em Uberlândia era intenso, de modo que ainda ocorria o envio de convites de formatura e cumprimento entre elas. Havia também troca de informações sobre horários de professores. Afinal, conforme alguns arquivos localizados, isso evitaria choque de horários, uma vez que os docentes eram lotados em mais de uma instituição de ensino, em especial nas faculdades de Direito e Engenharia (Correspondências recebidas em 1965).

Em 20 de maio de 1970, o diretor da Faceu recebeu convite do diretor da Autarquia Educacional de Uberlândia (do governo do estado de Minas Gerais em Uberlândia) para solenidade e jantar no Garibald's Restaurante³⁷, para comemorarem a assinatura pelo presidente da República sobre decreto de autorização do funcionamento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Na oportunidade, exaltavam o empenho dos deputados Homero Santos e Rondon Pacheco nessa conquista.

Por se tratar de interlocução com instituições de ensino, devemos nos atentar para as escolas que ofereciam o Ensino Secundário na cidade. Uma dessas foi o Colégio Agrícola de Uberlândia³⁸, que ressaltava o interesse na participação do curso sobre “Práticas de Administração”, de 4 professores técnicos e mais 21 estudantes do 3º ano técnico. Mas, para isso, os estudantes necessitariam contar com a dispensa da taxa de inscrição do curso ou receber um abatimento mínimo de 50% sobre essa última. (Of. 185/72 Colégio Agrícola de Uberlândia, em 21 de outubro de 1972).

A oportunidade de trabalho para professores, na área técnica de Contábeis, Economia e Administração em Uberlândia gerava oportunidades. Nesse contexto, foram encontrados

³⁶ Equipamento que produz cópias de papel escrito, em grande escala.

³⁷ Encerrou as atividades na década de 1990. Funcionava na Praça Tubal Vilela, ao lado do Hotel Presidente.

³⁸ Atual IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

registros de capacitação em nível de Ensino Secundário oferecida, por exemplo, na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, que contratava estudantes dos cursos mencionados. Isso pode ser atestado na correspondência de um estudante em 1974, solicitando declaração de estudo na Faceu e justificando que pleiteava uma vaga para a disciplina “Organização e Técnica Comercial”, do 2º colegial.

Para além das fronteiras de Uberlândia, foi constatado um intercâmbio da Faceu com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em carta, de dezembro de 1969, o recém-reitor nomeado dessa última comunicava sua posse à Faceu, expressando também outras expectativas: “Espero receber o indispensável apoio e a valiosa colaboração de V. Exa., a fim de que possa executar a difícil tarefa que me foi cometida”.

Anterior a essa data, ainda nos antecedentes históricos da Faceu, foi encontrada uma referência sobre sua colaboração com a Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG):

Como havia lhe prometido, enviei hoje o processo para o Rio, e, ao mesmo tempo, as duas vias para você [diretor da Faceu]. Um esclarecimento se faz necessário: não coloquei o nome do professor José Raymundo de Aguiar, para a cadeira de “Organização de Contabilidade Industrial e Agrícola”, porquanto não consegui, aqui em Belo Horizonte, informações a respeito dele. Estando bastante entrosado com os economistas aqui em Belo Horizonte, por outro lado, jamais vi qualquer referência a ele. Esta a razão de sua exclusão. Por sua vez, coloquei o nome do Renato Rocha Lima com reservas, após manter conversações com várias pessoas. No mais, tudo em ordem. Espero que minhas observações tenham correspondido à realidade, salvo melhor juízo. Aproveito a oportunidade para agradecer a você e a todos os daí, a gentil acolhida que me dispensaram em Uberlândia. Outrossim, telefonei para o professor Manoel Orlando no Rio e disse-lhe sobre a FCE de Uberlândia. Quando for àquela cidade, não deixe de procurá-lo pois ele está muito ligado do Durmeval³⁹ e é pessoa muito prestativa. É fácil encontrá-lo no Conselho Nacional de Economia, à Rua Senador Dantas, 74 – 15º Andar. Desejando-lhe uma resolução satisfatória e rápida, coloco-me à sua disposição aqui em Belo Horizonte. (Correspondência encaminhada ao diretor da Faceu pelo senhor Admardo Terra Caldeira – diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais em 4 de outubro de 1962).

A Universidade de Minas Gerais também forneceu parâmetros curriculares e disponibilizou um modelo para o primeiro vestibular da Faceu, mesmo antes de sua aprovação e autorização, conforme notícia veiculada em jornal local, no qual, ao final das normatizações, foi ressaltado: “Foi necessário esclarecer que fomos obrigados a fazer certa compilação do Programa da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, para assim, darmos êsses esclarecimentos aos futuros estudantes de nossa Faculdade”. (CORREIO, 4 de janeiro de 1962). Até aqui, é possível inferir que a reportagem referia-se à graduação de

³⁹ Acreditamos que se trata de Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes, nomeado ao cargo de diretor do Ensino Superior do Mec em 1961. Permaneceu até 1964, antes de ser designado para o Conselho Federal de Educação.

Ciências Econômicas, em vez do curso de Contábeis, que foi o primeiro a receber autorização para funcionamento.

Veio também da Universidade Federal de Minas Gerais, mais especificamente, do setor de Assistência aos Universitários “Mendes Pimentel”, o comunicado de que havia sido criada a comissão de “Bolsas de Trabalho” para o Estado de Minas Gerais, que era um convênio celebrado entre a UFMG e o Ministério da Educação e Cultura (Diário Oficial, 29 de novembro de 1971 – p. 9.723).

Essa parceria servia para que estabelecimentos de Ensino Superior, sediados em Minas Gerais, fossem providos de uma verba, que, somada às verbas do MEC, seria distribuída aos estudantes beneficiados, os quais deveriam passar por um processo de seleção socioeconômica e receberiam uma ajuda financeira durante seis meses, período no qual prestariam serviços nas unidades escolares ou empresas para as quais fossem encaminhados. Ademais, para inscrição das instituições de ensino mineiras nesse programa, era necessário encaminhar uma “relação das empresas da comunidade que se dispõem a receber estudantes para o desempenho de atividades produtivas ligadas à sua formação profissional, sem vínculo empregatício e mediante um pagamento não inferior a 50% do salário mínimo regional”. (Correspondência com edital em anexo, expedida pela Universidade de Minas Gerais, em 20 de dezembro de 1971).

Outrossim, foi o “II Curso de Atualização em Economia Regional”, que seria realizado de 8 de janeiro e 16 de fevereiro de 1973, e estendido aos estudantes da Faceu, por convênio Capes/Miniplan/Proar/ IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas/USP), e divulgado pelo Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais).

Além das fronteiras de Minas Gerais, a Faceu recebia adesões de representantes paulistanos. Nessa época, prevalecia a prática de busca de ideias dos jovens que se destacavam no cenário acadêmico, o que foi representado na chamada da primeira folha de outro jornal: “É TEMPO de juventude. É tempo de Brasil Jovem. Um jovem economista, autor de livros, catedrático em sua especialidade, fala ouvido atentamente pelos jovens estudantes da FACEU. O prof. José Paschoal Rosseti deu a aula inaugural para os cursos da Faculdade de Ciências Econômicas”. A aula inaugural teve como tema: “Perspectivas Econômicas para o Brasil no Ano 2000”. O currículo do docente foi aclamado na reportagem como:

é da nova geração de professores de Economia de São Paulo. É professor na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie, da Faculdade de

Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação “Alvares Penteadó”, e da Faculdade de Economia de São Luiz. Atualmente está integrado também ao corpo docente da Fundação Getúlio Vargas e exerce ainda o cargo de professor do Centro de Instrução Técnica da Bolsa de Valores de São Paulo. Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Fundação Santo André. (CORREIO de UBERLÂNDIA, 16 março de 1972).

Ainda de São Paulo, por um lado, foi encontrado um documento de abril de 1969 sobre a doação da USP para 26 obras, mais especificamente do Instituto de Pesquisas Econômicas, instituto no qual foram acolhidos alguns professores para a realização de cursos, como o de “Aperfeiçoamento em Microeconomia”, ministrado de 5 a 30 de maio de 1969. Por outro, a Faceu foi informada sobre oferta de bolsas de estudo de “pesquisas de natureza cultural e científica”, oferecidas pela USP, com inscrições até 31 de agosto de 1973 (MEMO 139 – 23 de março de 1972).

Para finalizar esta seção, convém mencionar o controle das instituições de ensino, que, apesar de haver poucos recursos para averiguações, foram descobertas duas fraudes no fornecimento de diplomas de nível médio. Ambas as apurações ocorreram em 1970. Na primeira ocasião, o acontecimento foi descrito da seguinte forma:

são suspeitos de falsidade todos os certificados expedidos pelo Colégio Sapucaense, de Sapucaia, RJ. Solicito que verifiquem se existem estudantes matriculados nesse estabelecimento com documentos expedidos pelo referido colégio. Em caso positivo, os certificados deverão ser enviados à Inspeção Seccional do Ensino Secundário, de Niterói (Ofício circular nº 15, coordenadora do MEC em Minas Gerais, em 24 de junho de 1970).

Sobre o segundo caso foi encontrada esta informação: “declarou nulos os exames de madureza do 2º ciclo, realizados em 1967, no Colégio Rui Barbosa, de Andradina (SP)” e foram assim destituídos de qualquer valor os respectivos certificados de aprovação expedidos pela direção daquele estabelecimento. (Ofício circular nº 1, coordenadora do MEC em Minas Gerais, em 27 de julho de 1970). Informamos que não foram encontrados registros sobre estudantes destas duas instituições na Faceu.

Convém ressaltar, ainda as interlocuções da Faceu com organismos internacionais, pois, por algumas vezes, a Faceu recebeu memorandos da reitoria da Universidade de Uberlândia comunicando a oferta de bolsas de estudo no exterior, como pode ser visto no Quadro, a seguir:

Quadro 11: Oferta de bolsas de estudo para a Faceu

Número do memorando	Data	Procedência	Instituição ofertante	Localidade	Período	Inscrições
158	27 de março de 1972	Administração do desenvolvimento	O.E.A	Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos	18 meses	Até 31 de maio de 1972

324	10 de junho de 1974	Nutrição (planejamento, administração, produção e comercialização de alimentos).	CNPQ/ Fapesp/ Capes/ e Fundação Ford	Brasil e exterior	-	Até 15 de agosto de 1974
333	10 de junho de 1974	Curso Interamericano de Comercialização Internacional	O.E.A.	Rio de Janeiro	4 meses	Até 12 de junho de 1974
334	11 de junho de 1974	Promoção de desenvolvimento	Governo da Bélgica	Universidade da Antuérpia, na Bélgica.	-	30 de setembro de 1974

Fonte: memorandos expedidos à Faceu.

Outro registro, constatando a interface entre o Brasil e o exterior, foi observado em um formulário de envio de regulamento de cursos e para correspondências, com o logotipo do IPE, apresentado como: “Vanderbilt University/USAID – Brazil Program Mailing Address American Consulate General – São Paulo – APO New York 09676 – airmail”. O IPE promovia cursos especiais de aperfeiçoamento, com duração de quatro semanas, destinado a instrutores e assistentes de faculdades ou institutos de Economia do Brasil, com dedicação integral. Eles eram custeados inteiramente pelo IPE, que fornecia passagens de ida e volta, bem como uma ajuda de custo (bolsa) de NCr\$ 1.300,00, que poderia ser oferecida a até 15 membros por turma. Para o primeiro semestre de 1969, estavam previstos dois cursos: “Teoria Micro-econômica” e “Estatística Econômica/Econometria”. (Correspondência expedida pelo IPE, em 6 de março de 1969).

Nessa perspectiva, foi encontrada a representação de um esforço dos países estrangeiros em promover a capacitação do corpo docente da Faceu. Na realidade, eram oportunidades abertas para o país inteiro. No entanto, não encontramos registros sobre quais e/ou quantos professores participaram desses programas, bem como se obtiveram bolsas de estudo, além dos apontamentos seguintes. Na ocasião da aprovação do Ensino Superior de Administração pela comissão verificadora integrada, um dos professores se encontrava em Santiago do Chile, participando de um curso de Estatística no *Centro Intramericano de Enseñanza de Estadística* (Cienes), organismo dos Estados Americanos, criado em fevereiro de 1961, como parte de um programa conjunto do Departamento de Estatística da União Panamericana e Secretaria Geral do Instituto Interamericano de Estatística. (1968, s/ mês).

Ainda sobre isso, foi localizado um currículo profissional de um dos professores como portador do certificado de “Administrador de Pessoal”, cursado no Idort de São Paulo, com duração de cinco meses. (Currículo Vitae, expedido em 21 de setembro de 1970). Este

instituto recebia apoio de organismos internacionais, e chegou a oferecer o curso “Técnica de Seleção de Pessoal” a outro professor, com mesma duração. (Currículo Vitae, sem data).

Além disso, a OEA (Organização dos Estados Americanos) atuou como patrocinadora de cursos realizados por outros dois professores. Um ocorreu no Chile, e o outro, no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (BRASIL, 1964-1976).

Mesmo com o decorrer do tempo, as iniciativas nesse sentido ainda vigoravam. Exemplo disso foi a aprovação de um convênio celebrado pela Faceu com a editora Cosmos Reading Dynamics, a fim de que durante o ano de 1969 fosse ministrado nessa faculdade pela referida escola um curso de leitura dinâmica, se obedecidas as determinações do regimento interno da Fundação Educacional de Uberlândia (BRASIL, 1963-1977).

Outra iniciativa em vigor, naquele momento, foi o credenciamento de professores para um curso do Pronapa (Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração), que era mantido pela Fundação Getúlio Vargas, mais especificamente pela Escola Brasileira de Administração Pública e pelo Cepog (Centro de Pós-Graduação). Para tanto, por meio de correspondência, foram comunicadas informações sobre a pessoa responsável pelo recrutamento de candidatos, previsto para o próximo ano. A título de informação, a pessoa designada residia na cidade de Belo Horizonte e estava habilitada a prestar esclarecimentos sobre o programa, a fazer entrevistas e inscrever os candidatos. (EBAP/Cepog/4549/69, de 12 de novembro de 1969).

Além da capacitação de professores, foi encontrada uma remessa de coleção de publicações da Faculdade de Economia do Porto e do Instituto Superior de Ciências Econômica e Financeira de Lisboa. (Comunicado de remessa das publicações, em 30 de julho de 1965). Ainda foi localizado o registro de uma iniciativa, que buscou compensar e incentivar o desempenho dos estudantes da Faceu, por meio da concessão de uma bolsa de estudos pelo diretor da Casa do Brasil, na Universidade de Paris, ao melhor formando da faculdade no ano de 1969 (BRASIL, 1964-1976). Para finalizar, convém mencionar que a Faceu, por meio de intercâmbio, havia recebido, até então, um estudante estrangeiro, de nacionalidade espanhola, que havia chegado ao Brasil em 5 de fevereiro de 1969. (Correspondência expedida ao secretário geral do Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1970).

Considerações Parciais

A concretização da Faceu representou um grande avanço na democratização do ensino e favorecimento das comunidades que não podiam se deslocar para os grandes centros urbanos. Além disso, a cidade seria guarnecida com profissionais liberais e professores para atuarem nas vagas que iam surgindo nas faculdades e também nas empresas da cidade e região.

Nesta perspectiva, por um lado, é inegável a relevância da instalação da Faceu em Uberlândia, mesmo que sendo uma instituição de ensino privado. É inquestionável também a necessidade desta instituição para a cidade de Uberlândia. Mas, apesar de tantos pontos favoráveis à sua instalação, sabemos que foi necessária muita vontade política por parte das lideranças locais, visto que foram necessários muitos contatos e rede de influências que permitiram a aprovação e reconhecimento dos cursos da Faceu.

Por outro lado, sabemos que além da instalação, aprovação e reconhecimento dos cursos da Faceu, existiu outro desafio que foi o de manter essa conquista. Para tanto, foi necessária, a administração financeira, as melhorias na estrutura física e as interlocuções que somente uma gestão com muito empenho e dedicação conseguiria.

Neste contexto, podemos citar, como por exemplo, as atribuições e responsabilidade da diretoria da Faceu em atendimento aos preceitos legais, uma vez que cabia a essa função a apresentação de relatório anual à congregação, à sua mantenedora FEU (Fundação Educacional de Uberlândia) bem como ao Conselho Federal de Educação (Art. 95, alínea g).

Assim, aceitamos a hipótese de que a Faceu somente obteve sucesso devido ao esforço, em um primeiro momento das lideranças locais e posteriormente pelo empenho dos dirigentes institucionais que conseguiram manter a conquista alcançada e apesar das dificuldades, conseguiu prosperar.

Outro fator que permite aceitar a hipótese para este capítulo se refere ao pioneirismo das lideranças locais ao serem pioneiras na região a implantar o ensino superior na região, mesmo que sem o decreto-lei que regulamentava a implantação de fundações. Assim, sabemos que existiram muitos desafios, mas também decisões e articulações acertadas que permitiram sem saudosismo ou idealismo registrar a memória da Faceu e o papel preponderante das lideranças locais e de seus dirigentes institucionais.

CAPÍTULO 3: PROFESSORES DA FACEU: ASPECTOS FORMAIS, PRÁTICA DOCENTE, PERFIL E HOMENAGENS.

Este capítulo tem por objetivo descrever alguns aspectos das formalidades, da prática docente e do perfil dos professores da Faceu, para que posteriormente sejam buscadas realizações e homenagens sobre o legado destes professores. Para tanto, descreveremos como eram as designações e atribuições dos professores no primeiro item. No segundo item apresentaremos alguns aspectos da prática docente e no terceiro item traçaremos o perfil dos professores que atuaram na Faceu de 1962 a 1978. Encerramos com informações obtidas em registros eletrônicos sobre destaques e homenagens, mesmo que póstumas aos ex-professores da Faceu. A hipótese para este capítulo é de que a maioria dos professores da Faceu foi reconhecida por suas atuações na Faceu.

3.1 Designações e atribuições dos professores

O quadro de professores da Faceu era constituído pelas seguintes modalidades: catedráticos, auxiliares de ensino, docentes livres, assistentes e contratados. No tocante aos docentes catedráticos, inseridos no topo da hierarquia organizacional, eram nomeados pelo presidente da Fundação Educacional de Uberlândia após aprovação em concurso de títulos e provas, baseado em “rigorosa apreciação de mérito científico, da capacidade didática e dos predicados morais dos candidatos” (Art. 98 – Regimento Geral).

Quanto à sua remuneração, havia valores destinados àqueles que exerciam atividade tanto parcial como integral, sendo fixados no orçamento anual em conformidade com o ensino e extensão do trabalho exigido. Os catedráticos também recebiam como diferencial, dispensa temporária do magistério pelo prazo de até um ano, para continuidade de seus estudos, sem prejuízo de seus direitos e vencimentos. Para isso, era necessário que o interessado fizesse um requerimento e fosse liberado pela congregação de professores.

Diante da necessidade de provimento do cargo de professor catedrático, era providenciado um edital e sua publicação no diário oficial e em jornal de grande circulação, bem como escolhidos os membros de comissão julgadora do processo. O concurso de provas, nesse caso, constava de avaliações do tipo escrita e didática, além da defesa de tese. No momento agendado para realização da prova escrita, era sorteado um assunto dentre uma lista, previamente conhecida, de 10 a 20 possibilidades com a menção de um tema e atribuição de

plena liberdade para o candidato se expressar em um prazo de até 6 horas e de portas fechadas (Art. 106, & 3º).

Uma das particularidades dessa etapa é que as provas ficavam guardadas em envelopes lacrados até o dia de sua realização. Na data previamente agendada, os candidatos teriam de fazer a leitura de suas respostas para a comissão julgadora; na ocasião outros candidatos também podiam estar presentes.

Já a defesa de tese, era realizada em sessão pública com a presença da comissão julgadora, responsável por fazer arguições aos candidatos. Caso dois ou mais participantes fossem discursar sobre o mesmo assunto, deveriam ficar incomunicáveis até o momento de sua apresentação (Art. 107, & 2º).

No que diz respeito à prova didática, esta era apresentada em forma de dissertação para a congregação durante o período de 50 minutos. O assunto sobre o qual os candidatos deveriam explicar era sorteado 24 horas antes da realização dessa etapa. Ele era selecionado a partir de uma lista composta de 10 a 20 temas, escolhidos pela comissão julgadora. A ordem de defesa dos participantes era determinada pelo seu número de inscrição no concurso.

Concluídas essas fases, procedia-se a um julgamento que era realizado por uma comissão composta por cinco membros. Nessa etapa, os títulos dos participantes eram avaliados. Para a classificação final, além desse aspecto, considerava-se a somatória das outras notas obtidas, de modo que eram habilitados aqueles que alcançavam de “três ou mais examinadores a média mínima de sete”. (Art. 113, & 1º). Em caso de empate, conforme o regimento caberia à congregação a decisão final. “Aos candidatos habilitados conferir-se-á o grau de Doutor” (Art. 115); aos que “forem providos na Cátedra receberão ainda o título de catedrático e os demais aprovados os de Docente livre” (Art. 115 & único).

Mas, mesmo apesar da representação de todo o rigor no processo de provimento para o cargo de professor catedrático, foi realizada a crítica abaixo em um jornal publicado em 1963:

o magistério constitui uma espécie de meio de projeção pessoal ou fonte de renda. O catedrático uma vez da cátedra, procura exercer uma certa hierarquia, escolhendo os superintendentes e fazendo ouvir exclusivamente sua orientação. Isto deve ser combatido, porque os prejudicados, é claro, são os estudantes. Contando com a vitaliciedade de cátedra, os professores aposentam se intelectualmente esquecendo-se da atualização cultural que a tecnologia obriga. (OLIVEIRA, 1963, p. 3).

A citação acima representa o discurso de uma estudante pela necessidade da reforma universitária que seria contemplada em 1968, a qual suprimiu a vitaliciedade da cátedra.

Em relação à segunda categoria no rol de hierarquia, temos os docentes livres, que como vimos anteriormente, nesse mesmo texto, representava os docentes aprovados no

processo seletivo, mas não classificados na quantidade de vagas destinadas aos professores catedráticos.

Enquanto atribuições e direitos dos docentes livres, foram encontrados os seguintes:

- a – realizar cursos livres ou equiparados, de acôrdo com as disposições regimentais, executando integralmente os planos de ensino aprovados pela congregação;
 - b – organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e de especialização, relativos à disciplina de seu concurso;
 - c – realizar cursos ou conferências de extensão universitária, quando designado pelo Diretor, com aprovação da Congregaçãõ;
 - d – apresentar ao Diretor o programa dos cursos que requerer e informar sôbre as condições dos mesmos;
 - e – apresentar ao Diretor, quando solicitado, relatório circunstanciado sôbre o ensino a seu cargo, especificando a parte lecionada do programa e a frequência dos estudantes;
 - f – tomar parte nas reuniões da Congregaçãõ, quando convocado, e de acôrdo com as disposições regimentais;
 - g – tomar parte na eleição do representante dos docentes livres junto à Congregaçãõ.
- (ART. 136).

A cada cinco anos era realizada uma avaliação do quadro de docentes livres, sendo excluídos aqueles que não estavam desempenhando bem a docência e/ou que não tivessem publicado “qualquer trabalho doutrinário de valor” (Art. 139).

Mas, durante o período analisado, em conformidade com o recorte temporal desta tese, não foi encontrado resquício de documento ou registro em ata que demonstrasse a existência de concurso para provimento de cargos de professores catedráticos. Ao que tudo indica, eles foram amparados pela possibilidade de “transferência de professor catedrático de disciplina da mesma natureza de outra Faculdade, na forma do artigo 57 do Decreto Federal nº 19851 de 11 de abril de 1931”. (Art. 120, REGIMENTO).

Convém citar aqui uma das atribuições do conselho departamental e da diretoria, que era propor a regência de docentes livres, no caso de vacância de uma cadeira ou impedimento de atuação de algum professor. Nesse sentido, era preciso obedecer “o princípio da rotatividade, e na ordem preferencial dos títulos dos que se candidatarem à designação”. (Art. 16, & 1º).

Enquanto atribuição especial dos professores catedráticos havia a fiscalização das atividades dos docentes livres, responsáveis por cursos equiparados. Em contrapartida, os catedráticos tinham como auxiliares os professores assistentes, no que tange a “prestar serviços, principalmente em aulas práticas, nos trabalhos de seminário, nas visitas a estabelecimentos que interessem ao ensino do curso, de acôrdo com as instruções expedidas pelo catedrático” (Art. 144). Os professores assistentes eram nomeados pelo prazo máximo de três anos, eventualmente, a partir de proposta do professor de determinada cadeira.

Em relação aos docentes auxiliares, os quais cooperavam com os professores catedráticos, esses cargos eram propostos pelo conselho departamental, e podiam ser ocupados por estudantes ou graduados como forma de aperfeiçoamento profissional, mas, principalmente, como forma de estimular a docência. Para admissão, nesse caso, era necessário submeter-se a concurso para docência livre, em conformidade com o Decreto Federal nº 19.851, de 1931 (Art. 129). No tocante aos professores contratados, eles assumiam as mesmas funções dos catedráticos, no entanto eram regidos por contrato por tempo determinado.

Para finalizar, foi encontrada a denominação de “professores honorários e eméritos”, título atribuído mediante parecer de uma comissão composta por cinco professores e aprovação de no mínimo dois terços de todos os docentes catedráticos. Essa homenagem somente poderia ser conferida aos professores catedráticos aposentados que tivessem prestado serviço de grande relevância à faculdade.

3.2 Alguns aspectos da prática docente

Nos registros sobre a carreira dos professores, constava uma “Ficha do professor”, que ficava arquivada na secretaria. Nela estavam inseridas informações, tais como: documentos, formação acadêmica, exercício do magistério, atividades profissionais, cursos de aperfeiçoamento, programas de disciplinas, relatório anual ou semestral, de modo que funcionava como um resumo sua atuação profissional.

A partir disso, ainda pôde-se notar que aos docentes convocados eram solicitados atestados de residência, de antecedentes criminais e de aceite da regência da disciplina que seria lecionada. Também junto a esses documentos estava seu “curriculum vitae”, disposto geralmente em uma ou duas páginas, e atestados de responsabilidade e idoneidade moral no gozo de reputação profissional, assinados sempre por um ou dois juízes de direito e por um ou dois promotores de justiça da comarca de Uberlândia.

No entanto, muitas fichas estavam incompletas e não contemplavam as informações de todos os professores. Mesmo com acesso a poucos dados, em especial aqueles que constavam nos relatórios de atividades anuais ou semestrais, foi possível ter subsídios para melhor compreensão das práticas e representações da época. Cabe esclarecer que a apresentação dos planos de ensino e relatório era uma determinação regimental direcionada ao diretor da Faceu. Mas, à medida que esses documentos foram analisados, observa-se que, na maioria das vezes,

apresentavam os mesmos conteúdos, alterando-se somente o ano de entrega. Alguns relatórios continham matérias, pontos e/ou questões para a prova oral ou escrita e exames de segunda época.

Nessa perspectiva, foram reunidas as partes do texto do total de 35 relatórios encontrados e distribuídos em algumas categorias de análise, subdivididas ao longo deste capítulo, em conformidade com os assuntos que estavam sendo colocados em pauta. O critério para escolha das categorias foram os temas que mais apareceram nos relatos desses arquivos, referentes aos anos de 1963 a 1968.

Em relação aos registros dessas informações, em especial aos processos de admissão, verificou-se que essas ações eram muito rigorosas a ponto de haver recomendações de professores. Para contratação, eram necessários procedimentos de autorização e reconhecimento dos cursos pelo Conselho Federal de Educação. Já para o exercício do magistério, era feita confirmação de aprovação desse mesmo órgão no currículo do docente, bem como numeração de pareceres de aceitação. Entretanto, não bastava a aquisição de apenas um parecer favorável, pois esse documento tinha que ser renovado em conformidade com os processos de autorização e/ou reconhecimento dos cursos em que esses profissionais atuariam. A exemplo disso ocorreu o registro do professor Juarez Altafin, da cadeira de Instituições de Direito Público, que havia sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação a partir dos pareceres nº 289/62, 1.013/65 e 78/69.

Nos currículos também prevalecia a atuação docente em mais de uma faculdade de Uberlândia. Nessa perspectiva, os professores advogados lecionavam na Faculdade de Direito e eram responsáveis por ministrar as disciplinas ligadas a essa área em outras instituições do município. O mesmo acontecia com a Faculdade de Engenharia e as disciplinas relacionadas com cálculos. Já as disciplinas relacionadas com a licenciatura, eram aplicadas pela “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, organizada por um grupo de religiosas ligadas ao Colégio Nossa Senhora” (O ECONOMISTA, 1963, p. 2).

Mas também vieram profissionais de outros municípios, conforme mencionada a matéria em um jornal local, de que estava de férias na cidade um economista de Belo Horizonte que recentemente havia sido contratado para ser um dos professores catedráticos da Faceu. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1961). Além desse registro, o diretor da faculdade foi incumbido certa vez de ir a São Paulo para contratar um docente para lecionar a disciplina de Contabilidade Bancária e Pública no segundo semestre de 1973 (BRASIL, 1963-1977). Houve também casos de professores que se afastavam para cursar pós-graduação em outras

idades, como em São Carlos (Ofício em 2 de julho de 1975). Para tanto, era necessária a convocação de substitutos.

Percebe-se que a incumbência de contratação de docentes era permeada por dificuldades, o que pôde ser observado em um parecer emitido pela comissão verificadora integrada, designada para aprovação do curso de Administração da Faceu. (1968, s/ mês). Ocasão em que foi argumentado que não havia professor indicado para a disciplina de Psicologia Aplicada à Administração. No caso, a sugestão da diretoria foi de que algum professor da Faculdade de Filosofia fosse treinado para assumi-la. Além disso, constou em um dos requerimentos para autorização do curso de Administração, que os professores de Psicologia, Administração da Produção e Administração de Vendas seriam indicados posteriormente.

Os estudantes, nessa perspectiva, pleiteavam um reforço ao corpo docente, quanto à necessidade de eventuais substituições “e quanto a sua eficácia, visando um corpo docente cada vez mais competente” (BRASIL, 1966).⁴⁰

Em relação às substituições mencionadas, poderiam ocorrer, por exemplo, em caso de gozo de férias. Em certa ocasião foi registrado que determinado professor e também a secretária da faculdade não tiveram acesso a esse benefício nos anos de 1973-1975, ou seja, por três anos consecutivos (BRASIL, 1963-1977).

Nesse contexto, relatórios circunstanciados sobre o ensino a cargo dos professores foram uma das atribuições mais recorrentes nos arquivos. Neles continham o cumprimento do programa de aulas, além de listas de pontos de provas dos tipos parcial, oral e de segunda época. Como exigência do regimento interno, essas informações deviam ser entregues ao diretor da faculdade, apesar de aos professores ser assegurada a plena liberdade de cátedra. (Art. 14, & único). Eles também tinham que obedecer aos deveres decididos nas reuniões do conselho departamental. Dentre eles estava este referente à sua vestimenta: “permitido o comparecimento às aulas da Faculdade em trajes esportivos, assim como deverão os mesmos dar as aulas de paletó ou de guarda-pó”. (BRASIL, 1964-1976).

Esse aspecto representa o caráter formal que os professores deveriam seguir, enquanto formadores de profissionais, que também deveriam utilizar-se de mesma norma durante o atendimento ao seu público. Inclusive, em outra ocasião foi recomendado que os docentes não deveriam ministrar aula ou aplicar prova vestidos com trajes do tipo camisas de mangas curtas

⁴⁰ Atas da Reunião do Diretório Acadêmico da Faceu.

ou camisa esporte. Essa talvez seja uma forma de especificar um pouco mais o que viriam a ser os “trajes esportivos”, mencionados em uma reunião (BRASIL, 1963-1977).

Mas, além do caráter obrigatório, foram visualizados registros em forma de recomendações aos professores para observância das seguintes orientações:

- a) O mesmo deverá auxiliar a administração da escola no cumprimento do Regimento Interno.
- b) O professor que faltar à aula deverá comunicar a sua falta a secretaria, com a devida antecedência.
- c) Convém que não chegue atrasado às provas. No caso de falta nas mesmas deverá entrar em entendimento com a secretaria, sempre que possível para que outro professor aplique a prova.
- d) É interessante que o professor se abstenha de atender a pedidos de estudantes, visando a transferência de provas. Estas só são adiadas por motivo de força maior em casos excepcionais. De acordo com o regimento. O Conselho departamental é quem determina o horário das provas apresentado pelo diretor (BRASIL, 1963-1977).

Outra recorrência encontrada nas reuniões da Faceu era o debate sobre o regime de provas, que havia sido assim decidido:

Haverá apenas duas provas escritas parciais, uma em junho e outra em novembro, podendo os professores ministrarem trabalhos ou pesquisas valendo pontos para as provas parciais, segundo critério de percentagem e média a ser assentado pela Congregação da Escola (BRASIL, 1969b).

Diante dessas situações, que expressavam determinado controle sobre a atuação do corpo docente, era discutida “a necessidade de maior liberdade aos professores na atribuição de notas” (BRASIL, 1969b). Inclusive, demoras nas entregas dos programas das disciplinas poderiam ser punidas com o atraso de pagamento das férias. (BRASIL, 1969b).

Devido a seu caráter obrigatório, é importante citar a seguinte decisão: “os professores da FACEU deverão se reunir, informalmente, uma vez por mês, de preferência no último sábado de cada mês, para um maior convívio e troca de experiências, etc.”. O traço de obrigatoriedade pode ser percebido nesse trecho a partir do verbo “deverão”, ao invés de ser algo simplesmente proposto e conquistado (BRASIL, 1969b).

Os estudantes, nesse contexto, também realizavam reivindicações e eram atendidos. Exemplo disso é que os discentes do 1º ano recomendaram que os docentes não faltassem às aulas de sábado, não chegassem atrasados ou estendessem suas aulas até o horário das disciplinas seguintes. Os conselheiros ainda fizeram adições a essas sugestões, de modo que foi enfatizada a obrigatoriedade de se lecionar a porcentagem de disciplinas exigida pelo regimento e que a tarefa de se registrar a fiscalização dessas atividades estaria a cargo dos chefes de departamento (BRASIL, 1963-1977).

Em termos práticos, também não podemos deixar de mencionar os registros que confirmam o trabalho voluntário dos professores. Nesta perspectiva, foi encontrado um relato

sobre o entrosamento da equipe de professores, que dizia: “Numa visão panorâmica do ano creio ter a Faculdade evoluído bastante. O ano de 1965, com um entrosamento e cooperação de todos nós, constituir-se-á no ano da consolidação” (BRASIL, 1963-1968).

Esse indício, sobre os primórdios da instalação da faculdade, permite ressaltar que o esforço dos professores foi essencial no processo de consolidação da Faceu e nos anos posteriores de sua existência. Prova disso pode ser visualizada nos cursos de verão, em que os docentes modificavam seu período de férias para promover outras oportunidades de ensino aos estudantes, como foi constatado em um comunicado sobre um curso que seria realizado em janeiro e fevereiro de 1974 (BRASIL, 1963-1977).

Posteriormente, houve um comunicado do diretor para os conselheiros de que um dos professores iria ministrar aulas de Matemática Financeira, em atendimento a solicitações dos estudantes do 3º ano da faculdade. Para tanto, era requerida apenas uma sala sem ônus para os estudantes ou para a faculdade, ou seja, o curso seria gratuito. (BRASIL, 1963-1977).

Ainda visando atender aos pedidos dos discentes, foi realizada a promoção de um curso sobre o tema “Sistemas Inventários”. A capacitação teria duração de 15 dias e seria ministrada por outro professor da Faceu. Convém mencionar que, de caneta, nessa mesma correspondência, foi escrito: “Autorizado”. (Correspondência do D.A. para o diretor da Faceu em 19 de janeiro de 1970).

Em outro momento, um docente fez requerimento para autorização de apresentação, durante o horário de sua aula, de uma peça encenada por membros do Sesc, com o tema “Os estatutos do homem”. O convite para esse evento também foi estendido para toda a faculdade. (Correspondência do professor para o diretor da Faceu, em 31 de maio de 1974). Dessa forma, essa iniciativa também representa o esforço em organizar eventos culturais na faculdade.

3.3 Perfil dos professores

No arquivo, também foi localizado o “Livro de termo de posse”. Em sua contracapa, havia o seguinte pronunciamento: “Prometo exercer, com eficiência e lealdade, a cadeira de da Faculdade de Ciências Econômicas da Uberlândia, de acôrdo com o Regimento Interno e as Leis da República”.

Já na primeira folha desse livro, estava escrito: “Instituição Uberlandense de Ensino – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia”. Nota-se que seu objetivo era o de registrar portarias e termos de posse de sua diretoria, professores e membros do conselho

departamental, além de outras designações. Ele foi aberto em 10 de dezembro de 1962 e teve registro até 28 de agosto de 1970, apesar de ainda constarem folhas em branco para sua continuidade.

Convém mencionar que, nas páginas iniciais desse livro, foi encontrada a primeira posse de professores com os nomes de suas respectivas disciplinas. Desse modo, em 12 de janeiro de 1963, constavam 15 docentes no total, ocasião em que também foram empossados os chefes dos três departamentos.

Em relação à contratação dos professores, a lista a seguir foi baseada em uma correspondência expedida ao Conselho Federal de Educação, em 15 de junho de 1967, na qual constavam os nomes que compunham o quadro de professores aprovados por esse órgão:

- Adhemar de Freitas Macedo
- Agair de Faria Tannús
- Alexandre Fornari
- Aniceto Macheroni
- Armando de Souza Pereira
- Celso Corrêa dos Santos
- Cônego Antônio Afonso da Cunha
- Galba Gouveia Porto
- João Machado Sobrinho
- José Cotta Pacheco
- Juarez Altafin
- Lélis Ferreira Chaves
- Marônio de Menezes
- Orlei Claro de Lima
- Osório Rocha Lima
- Otoni Tôres
- Regis Elias Simão
- Renato Campelo Ribeiro
- Renato Rocha Lima
- Sebastião Lintz
- Sebastião Machado
- Sérgio de Oliveira Marquez

Cabe assim observar que as cadeiras já ensinadas na faculdade tinham os professores aprovados para autorização do curso de Economia.

Convém observar, ainda, que na relação de docentes, prevaleciam as relações de desigualdade de gênero existentes na docência no ensino superior, pois havia apenas uma professora: Agair de Faria Tannús.

Os 23 nomes especificados estavam lotados na Faceu no ano de 1967. Oito anos depois, o total de professores aumentou para 27 (Relação de professores da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia, em 19 de agosto de 1975), ou seja, o quadro foi ampliado para mais quatro profissionais, mesmo com a implantação do curso de Administração. Em relação a isso, será especificado mais adiante que devido às disciplinas em comum entre os três cursos (correlação de disciplinas), somente a contratação de três novos professores completaria o grupo de docentes da Faceu. Além disso, a situação permite inferir que eles possam ter assumido um maior número de aulas.

Os professores que continuaram na faculdade, após os oito anos analisados, foram: Agair de Faria Tannús, Aniceto Macheroni, Armando de Souza Pereira, Celso Corrêa dos Santos, Lélis Ferreira Chaves, Otoni Tôrres, Régis Elias Simão e Sérgio de Oliveira Marquez.

A partir desse índice de 65,22%, percebe-se que havia alta rotatividade de profissionais na Faceu. Infelizmente não foram encontrados registros que explicassem esse fato. Por meio das atas das reuniões avaliadas, observa-se que as demissões não ocorriam com frequência. Isso leva ao entendimento de que os próprios professores pediam demissão.

Os novos docentes que passaram a fazer parte do quadro em agosto de 1975 foram:

- Ajair Forti
- Antônio Andrada Pietro
- Antônio Caixeta
- Ataulfo Marques Martins da Costa
- Darcy Antenor de Castro
- Durval Gomes Garcia
- Fernando Sabino de Oliveira
- Gilton dos Santos Anjo
- João José de Araújo
- Joaquim Afonso de Faria -
- José Pires de Oliveira
- Laerte Gomes de Moraes

- Mariú Cherchi Borges
- Marly Vieira da Silva Melazo
- Odélcia Leão Carneiro
- Plínio Leopoldo de Carvalho Velloso Vianna
- Sebastião Buiatti
- Vanderli Anacleto de Campos
- Walter Wilson Vieira

Em todo o período analisado, foram encontrados os nomes de 52 profissionais, os quais são especificados abaixo, em ordem alfabética.

Quadro 12: Professores de todo o período analisado

PROFESSOR	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO FORMADORA	CADEIRA/DISCIPLINA	NATURALIDADE
Adhemar de Freitas Macedo	Ciências Jurídicas e Sociais	Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Teoria Econômica e Introdução à Economia	-
Agair de Faria Tannús	Geografia e História	Universidade de Goiás	Geografia Econômica	-
Ajair Forti	-	-	-	-
Alexandre Fornari	Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas e Sociais	Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo e Faculdade de Direito de Uberlândia	Administração Financeira e Orçamento e Contabilidade de Custos	-
Amélia Isaac Thomé	Ciências Contábeis e Ciências Econômicas	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia	Contabilidade Geral	Hidrolândia/GO
Aniceto Maccheroni	Ciências Jurídicas e Sociais	Faculdade de Direito de São Paulo	Direito Privado (incluindo Noções de Ética da Administração)	-
Antônio Andrada Pietro	-	-	-	-
Antônio Caixeta	-	-	-	-
Armando Souza Pereira	Engenharia Agrônoma	Faculdade de Agricultura de Lavras/MG	Organização e Métodos	Indianópolis/MG
Ataulfo Marques Martins da Costa	Administração (1970-1972)	Universidade de Uberlândia	-	-
Celso Corrêa dos Santos	Bacharel e licenciado em Matemática	Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Católica de Campinas/SP	Matemática	-
Clodoaldo Penha Paes Leme	Ciências Econômicas	Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil	Estatística e Contabilidade de Custos	-
Cônego Antônio Afonso da Cunha	Licenciatura em Letras Clássicas, Filosofia, e Teologia	Faculdade de Filosofia de Uberaba e Seminário Central de Ipiranga/São Paulo	Sociologia (Aplicada à Administração)	Sacramento/MG

Cônego Durval Gomes Garcia	Licenciatura em Teologia e Filosofia	“Coração Eucarístico de Jesús”/ Belo Horizonte, Seminário Menor de Uberaba/MG	Relações Públicas	Uberlândia/MG
Darcy Antenor de Castro	Ciências Jurídicas e Sociais	-	-	Carmópolis de Minas
Dionísio Miguel	Direito e Contábeis	Universidade de Minas Gerais	Legislação Tributária	Prata/MG
Fernando Sabino de Oliveira	Pós-graduado em Ciências Políticas e Econômicas	Pós-graduação na Escola brasileira de Administração Pública (Ebap/Fundação Getúlio Vargas), no Rio de Janeiro; Escola de Pós-Graduação em Economia (Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/Fundação Getúlio Vargas), no Rio de Janeiro	Organização e Métodos e Administração de Produção de Vendas	Uberaba/MG
Galba Gouveia Porto	Engenharia Civil	Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. / Pós-graduação em Engenheiro Rodoviário, na mesma faculdade de formação	Administração de Material e de Administração de Pessoal	-
Genésio de Melo Pereira	Engenharia Civil	Escola de Engenharia de Belo Horizonte da Universidade de Minas Gerais	Projetos	Araguari/MG
Gilton dos Santos Anjo	-	-	-	-
João José de Araújo	Ciências Econômicas e Ciências Contábeis	Universidade de Uberlândia	Economia, Moeda e Bancos	-
João Machado Sobrinho	-	-	Organização e Métodos	-
Joaquim Afonso de Faria	-	-	-	-
José Cotta Pacheco	-	-	Relações Públicas e Humanas	-
José Maria Fenelon dos Anjos	Licenciatura em Filosofia Pura; Curso Superior Eclesiástico; portador do certificado de “Administrador de pessoal”, cursado no Idort de São Paulo, durante cinco meses; Curso Técnica de Seleção de Pessoal pelo Idort, com duração de cinco meses.	Faculdade Santo Tomaz de Aquino de Uberaba/MG e Seminário Central do Ipiranga/SP	Psicologia aplicada à Administração	Uberaba/MG
José Pires de Oliveira	-	-	Legislação social e Direito Administrativo	-
Juarez Altafin	Ciências Jurídicas e Sociais	Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Público (e Noções de Ética da Administração)	Uberlândia/MG
Laerte Gomes de Moraes	-	-	-	-

Lélis Ferreira Chaves	Ciências Jurídicas e Sociais; bacharel e licenciado em Filosofia	Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Economia Brasileira História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil	Campina Verde/MG
Mário Guimaraes Nunes Pinto	Ciências Econômicas	Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte	Análise Macroeconômica	-
Mariu Cherchi Borges	-	-	Psicologia	-
Marly Vieira da Silva	-	-	Auditoria e Análise de Balanço Técnica Comercial	-
Marônio de Menezes	Engenharia Civil e Militar	Escola Técnica do Exército e Sanitarista da FHSP (Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP)	Matemática	-
Maurício Carvalho Brandão	Ciências Contábeis e Administração; Curso de Administração de pessoal sob o patrocínio do Sesi de Belo Horizonte	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte	Organização e Métodos/Administração de Produção e Administração de Vendas	Patrocínio/MG
Odécia Leão Carneiro	-	-	-	-
Olavo Vieira da Silva	-	-	Contabilidade Nacional e Análise Macroeconômica	-
Orlei Claro de Lima	Ciências Econômicas	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais	Estatística	-
Osório Rocha Lima	-	-	Técnica Comercial	-
Otoni Torres	Direito	Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais	Introdução à Economia e Teoria Econômica	Araguari/MG
Pe. Thomaz de Aquino Prata	Filosofia e teologia; agraciado com uma bolsa de Estudos nos EUA – “Catholic University” em um curso de Sociologia	Seminário Provincial de Belo Horizonte	Sociologia aplicada à Administração	Uberaba/MG
Pedro Netto Rodrigues Chaves	Ciências Econômicas	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais	História do Pensamento Econômico e Economia Internacional	-
Plínio Leopoldo de Carvalho Velloso Vianna	-	-	-	-
Regis Elias Simão	Direito	Faculdade Católica de Direito de Petrópolis da Universidade Católica de Petrópolis	Legislação Social	-
Renato Campelo Ribeiro	Ciências Econômicas	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil	Estatística	Santana de Pirapama/MG
Renato Rocha Lima	-	-	Auditoria e Análise de Balanço	-
Sebastião Buiatti	-	-	-	-
Sebastião Lintz	Direito	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Teoria Geral da Administração e Direito Administrativo.	Aiuruoca/ MG

Sebastião Machado	Ciências Econômicas e Contábeis	Faculdade Nacional de Ciências Econômicas	Contabilidade Geral e Contabilidade Comercial	-
Sérgio de Oliveira Marquez	Ciências Jurídicas e Sociais	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	Legislação Tributária	-
Vanderli Anacleto de Campos	-	-	Estatística e Legislação Social	-
Vicente Salles Guimarães	Veterinário	Escola Nacional do Veterinário da Universidade Rural do Ministério da Agricultura	Economia Rural	Uberlândia/MG
Walter Wilson Vieira	-	-	-	-

As formações acadêmicas dos docentes foram esboçadas no quadro abaixo:

Quadro 13: Formações acadêmicas dos professores

Área de formação	Número de professores
Ciências Econômicas	8
Ciências Jurídicas e Sociais	6
Direito	4
Ciências Contábeis	4
Filosofia	5
Teologia	3
Engenharia Civil	3
Engenharia Agrônoma	2
Letras	2
Administração	1
Ciência Política e Econômica	1
Geografia e História	1
Matemática	1
Veterinária	1

Fonte: Currículos e documentos diversos da Faceu.

A partir do quadro anterior, pode-se inferir que apesar da Faceu oferecer os cursos de Administração, Economia e Contabilidade, estes eram ministrados em sua maioria por oito economistas no total, quatro contadores e somente um administrador. Aqui, é preciso considerar que estamos falando dos primórdios do Ensino Superior em Uberlândia e nessas conjunturas quase sempre faltam professores que devem ser providenciados das mais variadas formas possíveis. Sobre isto, podemos considerar ainda a possibilidade de haver poucos

administradores na cidade e região, pelo fato do curso de Administração ter sido o último a se consolidar dentre os outros dois cursos: ciências econômicas e ciências contábeis. Ou, talvez, ainda o fato de ter menos administradores na docência possa ser uma representação do valor atribuído a essa formação, ou seja, talvez os bacharéis em ciências econômicas e ciências contábeis fossem mais valorizados naquele momento histórico.

Importante observação se faz ainda ao perceber o número total de 10 profissionais de Direito, o que pode ser explicado devido ao relacionamento da Faceu com a faculdade dessa área em Uberlândia, onde foi possível manter os mesmos professores em ambas as instituições. Além disso, nota-se que havia a presença de docentes sacerdotes, que provavelmente lecionavam também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Convém ressaltar que não foi possível encontrar informações específicas referentes à área de formação de onze docentes. Da mesma forma, de outros sete que possuíam duas graduações e de um que tinha três cursos superiores em seu currículo.

Ainda, quando observada à área de formação e as disciplinas ministradas por alguns profissionais, constata-se que nem sempre havia correlação acadêmica entre esses dois aspectos. Mas, partimos do pressuposto, de forma relativizada, de que isto não era um problema, ao contrário, pois mostrava a versatilidade dos professores. Abaixo é possível visualizar esse tipo de ocorrência:

Quadro 14: Correlação entre a área de formação acadêmica e a disciplina ministrada

Área de formação	Disciplina ministrada
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	Teoria Econômica/ Introdução à Economia
Bacharel em Engenharia Agrônômica	Organização e Métodos
Bacharel em Engenharia Civil	Administração de Material e Administração de Pessoal
Licenciatura em Filosofia Pura	Psicologia aplicada à Administração
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, além de Bacharel e Licenciado em Filosofia	Economia Brasileira/História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
Bacharel em Direito	Introdução à Economia e Teoria Econômica
Licenciado em Filosofia e Teologia	Sociologia Aplicada à Administração
Bacharel em Direito	Teoria Geral da Administração e Direito Administrativo

No que concerne a estudos de pós-graduação, foram encontrados dois professores que alcançaram esse nível, sendo que um deles possuía duas especializações (um desses estudos

foi concluído no Rio de Janeiro). As instituições nas quais os docentes, de modo geral, concluíram seus estudos podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Quadro 15: Instituições de Ensino Superior em que os docentes da Faceu concluíram sua graduação

Instituição	Número de docentes
Universidade do Brasil (RJ)	6
Universidade de Goiás (GO)	1
Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (SP)	1
Faculdade de Direito de Uberlândia (MG)	1
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia (MG)	3
Faculdade de Direito de São Paulo (SP)	1
Faculdade de Agricultura de Lavras (MG)	1
Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Católica de Campinas (SP)	1
Faculdade de Filosofia de Uberaba (MG)	1
Seminário Central de Ipiranga (SP)	2
Coração Eucarístico de Jesus – Belo Horizonte (MG)	1
Seminário Menor de Uberaba (MG)	1
Universidade de Minas Gerais (MG)	6
Faculdade de Santo Tomaz de Aquino – Uberaba (MG)	1
Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (RJ)	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (RJ)	1
Escola Técnica do Exército e Sanitarista da USP – São Paulo (SP)	1
Seminário Provincial de Belo Horizonte (MG)	1
Universidade Católica de Petrópolis (RJ)	1
Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (RJ)	1
Universidade Rural do Ministério da Agricultura – Rio de Janeiro (RJ)	1

Fonte: Documentos diversos da Faceu

Essas informações demonstram que o ranking dos estados brasileiros formadores dos professores da Faceu ficou da seguinte forma:

Quadro 16: Ranking dos Estados de formação acadêmica dos professores

ESTADOS BRASILEIROS	QUANTIDADE DE PROFESSORES	PERCENTUAIS
---------------------	---------------------------	-------------

Minas Gerais	16	47,06 %
Rio de Janeiro	11	32,35 %
São Paulo	06	17,65 %
Goiás	01	2,94 %
TOTAL	34	100 %

Dentre as formações em Minas Gerais, merecem destaque três professores que fizeram o curso superior na Faceu: a professora Amélia Isaac Thomé que cursou Ciências Contábeis e Ciências Econômicas; o professor Aaulfo Marques Martins da Costa que cursou o curso de Administração e o professor João José de Araújo que cursou Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Dentre os professores formados na cidade de Uberlândia merece destaque ainda o professor Alexandre Fornari que cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Uberlândia.

Além disso, foram localizados docentes que se formaram em Uberaba, cidade vizinha. Como esperado, foram observados profissionais que se graduaram na Universidade de Minas Gerais (atual UFMG), instituição que a Faceu mantinha mais contato e que recebia mais recomendações de profissionais. Outrossim, são os profissionais oriundos de fundações religiosas que participaram desse processo.

Por fim, quanto às origens, em termos de naturalidade dos professores da Faceu, foram encontrados registros⁴¹ de somente 16 docentes do total de 52 daqueles que atuavam na faculdade, como pode ser visto a seguir:

Quadro 17: Naturalidade dos Professores

Naturalidade	Quantidade de professores	Percentual
Uberlândia (MG)	03	17,65
Uberaba (MG)	03	17,65
Araguari (MG)	02	11,78
Indianópolis (MG)	01	5,88
Sacramento (MG)	01	5,88
Prata (MG)	01	5,88
Campina Verde (MG)	01	5,88
Patrocínio (MG)	01	5,88
Aiuruoca (MG)	01	5,88
Santana do Pirapama (MG)	01	5,88
Hidrolândia (GO)	01	5,88
Carmópolis de Minas (MG)	01	5,88

⁴¹ O Cartório de Registro Civil fornece a naturalidade. No entanto, é necessário que se forneça o nome dos pais. Além disso, os registros de nascimento são centralizados somente na cidade do registro. E, assim, eu teria que ir a diferentes cidades para buscar as informações sobre naturalidade dos professores.

TOTAL	17	100%
-------	----	------

Fonte: Elaborado pela Autora

Como destaque, é possível perceber a prevalência de professores oriundos de Minas Gerais, sendo apenas um deles de Goiás. Assim, onze desses profissionais concluíram cursos superiores em Minas Gerais e cinco deles no Estado do Rio de Janeiro.

Convém esclarecer que no tocante às instituições específicas de Ciências Econômicas, têm-se as seguintes constatações:

- Face – Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais: 3 egressos;
- Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (atual UFRJ) /Rio de Janeiro: 2 egressos;
- Faceu – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia: 3 egressos;
- Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo: 1 egresso;
- Faculdade Nacional de Ciências Econômicas/Rio de Janeiro: 1 egresso.

Convém destacar, neste contexto, a vinda de professores formados em diferentes regiões do Brasil para lecionar na Faceu e assim cobrir a carência de profissionais e docentes capacitados nas áreas de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração na cidade de Uberlândia, que foi favorecida pela expansão e interiorização do ensino superior no País.

Considerações Parciais

Neste contexto, sobre os professores que fizeram história, podemos dizer que todos eles podem ser considerados vitoriosos por terem conseguido um diploma de nível superior, naqueles tempos, visto que somente uma ínfima parte da população alcançava o diploma universitário. Além disso, o fato de ter conseguido assumir a docência também demonstrava capacidade e habilidade estimáveis.

Sobre a hipótese para este capítulo de que grande parte dos professores da Faceu conseguiu se destacar na cidade de Uberlândia e região, informamos que a partir de pesquisas na internet, conseguimos algumas informações que nos permitem aceitar a hipótese deste capítulo, em termos. A aceitação é relativa, pois quando falamos em maioria devemos falar em mais da metade, e como pesquisamos cinquenta e dois docentes, devemos considerar que apesar de não alcançarmos vinte e seis professores que se destacaram, devemos destacar os que fizeram história e deixaram seu legado para as futuras gerações.

Primeiramente, consideramos de grande mérito, os professores Juarez Altafin e Ataulfo Marques Martins da Costa por terem sido ex-reitores da Universidade (Federal) de Uberlândia. Julgamos valorosos também os desafios superados na publicação de obras pelos professores Celso Correa dos Santos, José Cotta Pacheco, Juarez Altafin, Sebastião Buiatti e Orlei Claro de Lima.

Dentre os professores advogados, mereceram destaque os professores que receberam homenagem da O.A.B – Ordem dos Advogados do Brasil. São eles: Aniceto Macheroni, Otoni Torres e Sebastião Lintz. Encontramos também um dos ex-professores que se dedicou a política: Lélis Ferreira Chaves e tivemos a professora Marly Vieira da Silva Melazo que participou do contexto político atuando como Secretária Municipal de Administração na Cidade de Uberlândia.

Outras consagrações do significado de “dever cumprido” na missão de ensinar e de reconhecimento perante a sociedade pode ser testemunhado a partir das seguintes homenagens póstumas:

- Rua Adhemar de Freitas Macedo (em Uberlândia);
- Rua Conego Antônio Afonso da Cunha (em Sacramento);
- Praça Régis Elias Simão (em Uberlândia);
- Escola Municipal Sérgio de Oliveira Marquez (em Uberlândia);
- Escola Municipal Irmã Odélcia Leão Carneiro (em Uberlândia).

Convém ressaltar que foi possível, em pesquisas na internet, constatar que alguns daqueles professores parecem estar vivos, devido vestígios de registros, como por exemplo, atualização do currículo lattes, páginas no facebook ou postagens mais atuais dos seguintes professores: Agair de Faria Tannús, Ajair Forti, Antônio Andrade Pietro, Fernando Sabino de Oliveira, João José de Araújo, Mariú Cherchi Borges, Marly Vieira Melazo, Plínio Leopoldo de Carvalho Velloso Vianna, Sebastião Buiatti e Vanderli Anacleto de Campos. Por outro lado, grande parte dos professores contém registro de espólios que confirma que já não estão entre nós, mas continuam perpetuados na memória da Faceu, como construtores da sua história.

CAPÍTULO 4: DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACEU: CONTRIBUIÇÕES PARA A INSTITUIÇÃO E ASPIRAÇÕES PELA REFORMA E INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Este capítulo tem por objetivo descrever a reforma universitária e a formação da UnU – Universidade de Uberlândia para compreender nesse contexto os anseios dos estudantes, o funcionamento do diretório acadêmico e suas contribuições para o desenvolvimento da Faceu. Para tanto, este texto foi dividido em três partes, além dessas considerações iniciais e parciais ao final. A primeira parte descreverá, de forma sucinta a Reforma Universitária, e dentre as suas propostas, vamos nos referir na segunda parte ao processo de integração das faculdades até então existentes na cidade de Uberlândia para formação da UnU. E, a terceira mostrará os anseios por mudanças na conjuntura universitária, o cotidiano e as contribuições do Diretório Acadêmico para a Faceu. Nessa perspectiva, a nossa hipótese é que o diretório acadêmico da Faceu contribuiu com o desenvolvimento desta instituição e que a comunidade universitária, aspirava, desde o início da Faceu, uma reforma nos moldes da Reforma Universitária de 1968, e em especial, a integração da Faceu à UnU.

4.1 Reforma Universitária

Em junho de 1966 foi publicada uma obra de 125 páginas pelo Ministério da Educação e Cultura, denominada: *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Ela foi escrita pelo professor Rudolph Atcon, que havia sido assessor de Anísio Teixeira na organização da Capes. O seu objetivo era o de apresentar recomendações, planejamento financeiro e prioridades para a busca de mais eficiência administrativa e desenvolvimento no âmbito das universidades brasileiras. Visava, ainda, a aceleração do progresso tanto das instituições de Ensino Superior como da nação. A metodologia para delineamento dessa publicação resultou em um estudo realizado entre julho e setembro de 1965, enquanto pesquisa encomendada pela diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Para tanto, foram visitadas 11 universidades federais e uma confessional, sendo que aquelas representavam um terço das instituições de Ensino Superior do país. A justificativa por essa escolha foi pela limitação de tempo do pesquisador. Logo, fizeram parte do estudo:

1. Universidade Federal do Pará

2. Universidade Federal do Ceará
3. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
4. Universidade Federal da Paraíba
5. Universidade Federal de Pernambuco
6. Universidade Federal da Bahia
7. Universidade Federal de Minas Gerais
8. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
9. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
10. Universidade Federal de Santa Maria
11. Universidade Federal de Santa Catarina
12. Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dentre as recomendações estava a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras (Crub), o qual foi fundado ainda em 1966⁴². No que se refere a todas as outras orientações, houve um amplo debate para discussão das propostas, sendo que algumas delas foram validadas e passaram a fazer parte da Reforma de 1968. Exemplo disso foi à ampliação das vagas e aplicação de aspectos técnicos administrativos nas instituições.

Essa reforma se trata da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, responsável por fixar “normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média” (BRASIL, 1968). Em suma, ela apresentou as seguintes proposições, dentre outras:

- a) o objetivo do ensino superior é a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. (Art. 1º)
- b) O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. (Art. 2º)
- c) As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos. (Art. 3º)
- d) As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações. (Art. 4º)
- e) A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente. (Art. 5º)
- f) A organização e o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior serão disciplinados em regimentos, cuja aprovação deverá ser submetida ao Conselho de Educação competente. (Art. 6º)
- g) As universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitas à autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas a reconhecimento. (Art. 7º)

⁴² E reconhecido como entidade de utilidade pública pelo Decreto nº 70.904, em 1972.

h) Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas. Constituinto, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento. (Art. 8º)

i) O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os distritos geo-educacionais para aglutinação, em universidades ou federação de escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no País. (Art. 10) e *Parágrafo único*. Para efeito do disposto neste artigo, será livre a associação de instituições oficiais ou particulares de ensino superior na mesma entidade de nível universitário ou federação. (BRASIL, 1968).

Essa citação nos permite observar as prescrições no que se refere às formas de organização, em especial, as aglutinações das unidades isoladas em universidades, além da adoção da estrutura departamental e o incentivo ao ensino e a pesquisa. Ainda, contempla a criação da carreira de docente, a possibilidade de dedicação exclusiva e a hierarquia organizacional.

4.2 Universidade de Uberlândia - UnU

A unificação das faculdades isoladas na cidade de Uberlândia foi promovida pelo Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969. Esse documento, então, primava pelo atendimento às diretrizes da Reforma Universitária, como forma de integração das faculdades isoladas em um só centro de cursos superiores. No texto foi enfatizado:

Considerando que a Reforma Universitária apenas a título precário e transitório admite a presença de escola isolada no sistema de ensino superior do País; considerando a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento; e considerando o disposto no artigo 10, e seu parágrafo único, da Lei nº 5540, de 23 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-lei nº 464, de 11 de novembro de 1969; decreta: [...]

§ 1º A Universidade de que trata este artigo será uma fundação de direito privado, com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos seus estatutos [...] (Brasil, 1969b).

Nesse mesmo documento, no parágrafo 3º, foram citadas as unidades, que antes funcionavam de forma isolada e que iriam fazer parte da UnU:

- Faculdade de Direito, criada em 1960;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1960;
- Escola Federal de Engenharia, criada em 1965;
- Autarquia Estadual de Odontologia de Uberlândia, criada em 1966;
- Faculdades de Ciências Econômicas, criada em 1963;
- Escola de Artes, criada em 1969.

Como pode ser percebido, a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia não foi integrada à Universidade de Uberlândia, nesse primeiro momento, pois ainda não havia sido legalmente reconhecida pelo Conselho Federal de Educação (Decreto-Lei nº 762, 1969, Art. 3º § 2º).

Em relação aos recursos financeiros da Universidade de Uberlândia, no momento de transição das faculdades isoladas para a UnU, foi determinada a incorporação dos seguintes recursos financeiros:

- I – as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União, para a Faculdade Federal de Engenharia, e outras;
- II – as ajudas financeiras de qualquer origem;
- III – as contribuições financeiras oriundas de convênio, acôrdo ou contrato;
- IV – os saldos de exercícios, financeiros encerrados. (BRASIL, 1969, Art. 5º).

Igualmente, o mesmo decreto⁴³ também estabeleceu que, com a extinção das antigas instituições, o patrimônio das faculdades isoladas, seria transferido para a Universidade de Uberlândia. No texto ainda era esclarecido que o patrimônio da Universidade de Uberlândia seria constituído:

- I – do patrimônio das instituições, com os de suas entidades mantenedoras, que a ela se incorporarem;
- II – dos bens e direitos que vier a adquirir;
- III – das doações que receber;
- IV – das outras incorporações que resultarem dos trabalhos realizados pela Universidade. (BRASIL, 1969, Art. 4º).

A esse respeito foi publicado no *Correio de Uberlândia* uma matéria intitulada: “Faceu transfere gratuitamente o patrimônio para a Universidade de Uberlândia”, que ressaltava:

Na oportunidade, vale ressaltar o trabalho dos uberlandenses a favor do ensino superior em nossa terra. O Dr. Jacy de Assis e o Dr. Juarez Altafin, criadores das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas, durante anos trabalharam como pioneiros, visando o bem da nossa cidade. Tudo fizeram a favor da comunidade e agora ditas escolas são transferidas gratuitamente para a Universidade de Uberlândia. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 16 de fevereiro de 1977)

Outro registro sobre essa transferência foi encontrado em um ofício:

Dando continuidade a um processo de integração universitária iniciada pelo ex-Reitor Juarez Altafin, há vários anos, a Faculdade de Ciências Econômicas vem de transferir todos os seus bens à Universidade de Uberlândia, avaliados em Cr\$ 3.159.603,00. Com esse ato a mencionada Faculdade transfere para a Universidade a sua autonomia financeira. [...] percebe-se que a referida faculdade está plenamente consolidada, não tem dívidas, funciona em prédio e instalações próprias. Idêntica providência acaba de tomar a Faculdade de Direito. (OFÍCIO da diretoria da Faceu para o reitor da UnU em 1970).

Nessa ocasião, o então diretor da Faceu, Dr. Juarez Altafin ainda fez questão de afirmar, no fim do texto desse documento, que a faculdade não tinha ônus ou dívida com os

⁴³ Decreto-lei nº 762/1969.

pagamentos de professores, funcionários, INPS, FGTS e demais obrigações sociais, as quais se encontravam rigorosamente em dia. Talvez o motivo por reafirmar essas questões relacionadas aos funcionários e obrigações trabalhistas foi devido ao fato de que no artigo 6º, do Decreto-lei nº 762, estavam estabelecidas as seguintes regras:

São transferidos à Universidade de Uberlândia os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que lhe são incorporadas, mantidos os direitos e vantagens dos atuais professores, auxiliares de ensino e servidores da Faculdade Federal de Engenharia, que continuarão regidos pela Constituição Federal. (BRASIL, 1969, Art. 6º).

Em relação à remuneração dos professores antes da UnU, verificou-se na ata de uma reunião (março/1966) que os professores lecionavam de três a sete aulas, de cinquenta minutos cada, por semana. Outrossim, foi o relato de que o pagamento dos professores era feito pela tesouraria da instituição, com base no número de aulas lecionadas, “de acordo com as anotações feitas nas cadernetas de chamadas pelos professores” (BRASIL, 1963-1977). Nessa mesma ocasião, foi definido que quando houvesse feriado, este seria creditado⁴⁴ em favor dos professores, “por serem motivos alheios à vontade dos professores” (BRASIL, 1963-1977); as faltas deveriam ser justificadas até o dia 25 de cada mês.

Além destas constatações sobre a remuneração, em especial, dos professores, convém relatar o seguinte sobre o depoimento do Prof. Celso Corrêa dos Santos na obra de Juarez Altafin:

Eu me lembro de um fato curioso que vale a pena colocar aqui. Os professores da Faculdade de Filosofia que passavam em frente à porta da Faceu (Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia) para ir mais dois quarteirões em frente, sempre diziam: ‘- Como é que na Filosofia ganhamos tão mal e lá nas Ciências Econômicas o Dr. Juarez paga tão bem?’ Realmente o Dr. Juarez conseguiu, não sei como, pagar o segundo melhor salário-aula daquela ocasião, o primeiro era da Faculdade de Direito, excluída da Faculdade Federal de Engenharia, estou dizendo entre as particulares. (ALTAFIN, 1997, p. 32,35).

De onde concluímos que da categoria de terceiro lugar no ranking de salários oferecidos pelas faculdades na cidade de Uberlândia, inclusa a Faculdade Federal de Engenharia, os docentes da Faceu passariam a receber o que era classificado como melhores salários no ranking, conforme informado acima, de que com a integração os direitos e vantagens seriam equivalentes aos professores da Faculdade de Engenharia.

Para se ter uma noção das renumerações antes da integração, relatamos que em fevereiro de 1965, os vencimentos foram assim definidos: docentes iriam receber Cr\$ 50.000,00; o diretor, Cr\$ 100.000 e o vice-diretor, Cr\$ 25.000,00, sendo a ata encerrada da seguinte forma: “mais outro também a título de verba de representação” (MINAS GERAIS,

⁴⁴Na época, não parecia tão evidente o recebimento em relação a todos os dias do mês, inclusive feriados, como é hoje consagrado como direito.

1963-1977). No entanto, não encontramos informações registradas sobre valores ou o significado da “verba de representação” mencionada na citação acima.

No final do mesmo ano, foram determinados novos valores para constar no orçamento que seria aprovado na próxima reunião, no seguinte teor

os professores ganharão por aula na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por aula, sendo que o orçamento poderá consignar uma parte variável de acordo com a força da receita; o Diretor e Vice-Diretor e a Secretária, tesoureira ganharão respectivamente por mês: Cr\$ 250.000,00, Cr\$ 50.000 e Cr\$ 200.000 (BRASIL, 1964-1976).

Sobre esse assunto, cabe analisar o reajuste da remuneração do diretor e do vice-diretor com a inflação no ano de 1965, que foi de 2,4%, e o salário mínimo era de Cr\$ 66.000,00 (Brasil, 1965). Diante disso, pode-se julgar que, apesar de o reajuste salarial ter sido muito além das taxas inflacionárias do período, a remuneração não era fixada em altos valores, a não ser que a receita proporcionasse uma parte variável desejável ou a divisão dos lucros anuais fosse elevada, pois foi registrado por Juarez Altafin que “se sobrasse dinheiro no fim do ano, e sempre sobrava era rateado entre os professores e era promovida uma festa” (ALTAFIN, 2007, p. 35).

Os registros ainda permitiram a constatação de que os professores não atuavam com dedicação exclusiva à docência, pois em seus currículos havia indício de vínculos com outras atividades. Além disso, por duas vezes foi informado que tais funcionários contribuía mensalmente com o teto máximo para o IAPC⁴⁵. (Correspondência da Carfepe, 6 de maio de 1964). Ou seja, essas informações sobre a previdência eram importantes, para que a Faceu não realizasse descontos na folha de pagamento dos professores, pois estes já contribuía de forma integral e conforme a lei exigia em suas ocupações profissionais. Também foram encontrados sinais de que atuavam como empresários, fazendeiros ou em bancos; e outros que atuavam como padres ou cônegos.

Posteriormente, na transição para a moeda “Cruzados Novos” foram aprovados em reunião as taxas, emolumentos e vencimentos para 1968:

- diretor, de NCr\$ 300,00 para NCr\$ 500,00;
- vice-diretor, de NCr\$ 60,00 para NCr\$ 100,00;
- professores, de NCr\$ 6,00 por aula para NCr\$ 10,00 (BRASIL, 1964-1976).

Nessa mesma ocasião, também foi resolvido que a congregação iria realizar um plano financeiro para obtenção de fundos necessários à ampliação das instalações da faculdade, plano este que seria executado por uma comissão com três funções e gratificações, pagas

⁴⁵ Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes.

pelos próprios fundos arrecadados da seguinte forma: presidente e tesoureiro receberiam NCr\$ 100,00 mensais cada um e o diretor executivo ganharia NCr\$ 500,00 mensais. As gratificações em apreço seriam pagas durante os 10 meses de arrecadação dos fundos (BRASIL, 1964-1976).

Ainda foi deliberado, em dezembro de 1967, sobre os pagamentos devidos aos funcionários administrativos e de serviços gerais, conforme se segue:

Secretária: NCr\$ 300,00 para NCr\$ 320,00
Tesoureira (gratificação de função): NCr\$ 60,00
Auxiliar de secretaria: de NCr\$ 175,00 para NCr\$ 200,00
Escriturário: de NCr\$ 70,00 para NCr\$ 90,00
Bibliotecário: de NCr\$ 60,00 para 80,00
Servente: de NCr\$ 80,00 para NCr\$ 100,00
Faxineiro: de NCr\$ 35,00 para 50,00
Porteiro: de NCr\$ 50,00
Diretório Acadêmico: NCr\$ 10,00 por estudante
Contador: 70,00 para 90,00 (BRASIL, 1964-1976).

O valor do salário mínimo foi fixado NCr\$ 129,60, a partir de março de 1968. Partimos do pressuposto de que as remunerações inferiores ao salário mínimo eram pagas com gratificações somadas ao salário fixo.

Diante dos fatos, convém ressaltar o zelo com o planejamento e administração financeira empreendida na Faceu, como por exemplo, diante de registros de que por duas vezes no período analisado foram recomendadas à congregação campanhas financeiras, em 1968 e 1969, bem como, reafirmada, por exemplo, a necessidade de previsão de pagamento no orçamento de 1970, das obrigações decorrentes do fundo de garantia de tempo de serviço dos funcionários empregados. Outras medidas também eram adotadas, talvez representadas pela necessidade de se aumentar as receitas, como em dezembro de 1969, em que era estudada a possibilidade de a tesouraria cobrar taxa para o “trote acadêmico” dos estudantes, além do valor que era direcionado ao Diretório Acadêmico.

Assim, percebemos que eram adotadas medidas para reverter dificuldades e propor melhorias e nessa prática constatada, percebemos que a situação financeira da Faceu estava em primeiro lugar, mesmo que fosse necessário onerar os estudantes com pagamentos extras ou acréscimo nas mensalidades. Como prova disso, foi relatado que com a adesão à UnU, para o ano letivo de 1971, deveria estar prevista a remessa de 1% sobre a despesa para a reitoria e para suprir esse pagamento, em novembro de 1972, foi anunciado o reajuste de 16,4% para a anuidade, a partir de 1973.

Além da remessa mencionada, existia ainda a preocupação com os investimentos financeiros, como por exemplo, em maio de 1974, foi aprovada a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 400.000 em conformidade com o artigo 105, alínea h, do regimento geral,

para reforma e instalação de novas salas de aula, nos prédios já de propriedade da faculdade, tendo em vista que a escola já possuía recursos financeiros necessários.

Enfim, outros aspectos financeiros também eram discutidos e solicitavam aprovação, tais como em alguns casos ocorridos em 1974 e 1975: como proposta de pagamento de serviços advocatícios prestados à faculdade; recomendações para que um determinado cheque sem fundos pago a Faceu, no valor de Cr\$ 60,00, fosse calculado em lucros e perdas; ou pedido de aumento das taxa do diretório acadêmico para Cr\$ 60,00, e a taxa de formatura, para Cr\$ 20,00 com tais valores aprovados por unanimidade de votos.

O último registro sobre os aspectos financeiros da Faceu foi citado em 28 de outubro de 1976. Nessa data, um de seus conselheiros lembrou que, caso as despesas fossem superiores à receita da instituição, seriam de responsabilidade da Fundação Universidade de Uberlândia, em virtude da autonomia financeira da Faceu ter sido entregue a UnU.

Além das questões financeiras envoltas no processo de transição para a UnU, outras questões exigiam providências, como por exemplo, a definição de que no prazo de 60 a 120 dias, contados a partir da publicação do decreto-lei, deveria ser elaborado o Estatuto da Universidade de Uberlândia, o qual seria submetido à aprovação pelo presidente da República para posterior inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas. (BRASIL, 1969, Art. 7º). Enquanto isso, a reitoria ficaria a cargo do então diretor da Faculdade Federal de Engenharia. (BRASIL, 1969, Art. 8º).

Nesse contexto, os membros da Faceu, orientados pelos objetivos da Reforma Universitária, demonstravam estar satisfeitos com as mudanças no Ensino Superior. Exemplo disso é que em um ofício destinado ao reitor da UnU – Juarez Altafin, enfatizou que, tanto o corpo administrativo, os professores, estudantes e funcionários, confiavam na instituição e em sua gestão: “sob a sua orientação de V. Exa, haverá por certo, de dar continuidade ao engrandecimento desta Casa” (OFÍCIO da Faceu para o reitor da UnU, 1970). E, ao que tudo indica, a UnU para o público da Faceu já era esperada desde 1963, pois neste ano, foi assim publicado: “Eis aí uma bela cidade de estudos superiores, e a caminhada para a futura Universidade do Brasil Central.” (O ECONOMISTA, 1963, p. 2).

Outrossim, após a integração à UnU, a Faceu foi enaltecida pelo professor José Paschoal Rosseti, economista de renome, que ministrou aula inaugural para os estudantes dos cursos da faculdade. Isso fica evidente em uma entrevista, realizada nessa ocasião e publicada pelo *Correio de Uberlândia*, na qual ele disse:

Eu jamais poderia imaginar aqui no Triângulo Mineiro, próximo do Sertão de Goiás, afastado por assim dizer dos grandes centros, encontrar a pujança que aqui ví. E uma

pujança que também está se revelando no plano cultural, pois a implantação da Universidade de Uberlândia é uma afirmação neste sentido. Eu dou meus parabéns a todos estes professores dedicados que estão formando a Universidade de Uberlândia. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 16 de março de 1972).

Convém esclarecer que, inicialmente, a Lei 5.540/68 era destinada somente às instituições federais de Ensino Superior. Mas como o setor privado era dependente de auxílios governamentais e, diante da necessidade e incentivo pela ampliação das vagas, ocorreu uma expansão das universidades particulares, amparada pelos incentivos públicos.

Nessa perspectiva, o setor privado cresceu em números mais elevados do que as universidades, sendo isso uma consequência da Lei 5.540/68, que promovia o ensino como público e gratuito, além da dissociabilidade entre ensino e pesquisa. Essa última exigência acabou por privilegiar a criação de faculdades pagas, por causa dos custos envolvidos na manutenção da pesquisa institucional enquanto exigência para o status de universidade.

No que concerne, às insatisfações com as condições entre o ensino público e privado, na maioria das vezes, as discussões eram silenciadas pela comunidade escolar, devido ao controle exacerbado exercido pelos militares. Esse tipo de ação teve seu ápice, em termos de repressão, com o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, conhecido como “Ato Institucional número cinco – AI 5”, responsável por definir infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Sua intenção era a de exercer controle acirrado no interior das instituições escolares. O primeiro artigo dessa legislação definiu as infrações como:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, estudante, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou estudante;
VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

No parágrafo primeiro desse mesmo artigo, eram enfatizadas as punições para o descumprimento das normas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de estudante, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

A justificativa para tais atos era pautada na ideologia da segurança nacional, contra o comunismo e os opositores ao regime civil-militar. Em meio à repressão, as faculdades recém-conjugadas, representadas agora pela UNU tiveram como foco o imediatismo na busca por estrutura física e recursos humanos, pois a autorização para o funcionamento das escolas superiores não previa tais condições. Assim, a possibilidade em estudar, discutir e refletir sobre os rumos que a instituição estava se dirigindo, além de planejar ações que poderiam ser controladas por meio de ações corretivas, ficaria em segundo plano.

Em relação à UnU, não foi encontrada na literatura consultada a preocupação com a construção de projetos sobre o conceito de pesquisa a ser privilegiado para a universidade. Isso é capaz de comprovar o imediatismo nas ações daquele momento. Nesse contexto, apesar de ter desenvolvido alguma pesquisa, esse aspecto não se configurou como meta a ser perseguida, no sentido de desenvolver não apenas uma instituição educacional, mas, sim, uma instituição de ensino e pesquisa.

A esse respeito Castilho (2008, p. 130) pondera “É como se oficialmente, o ensino voltasse a ser a única atribuição obrigatória da universidade”, enquanto preocupação com as defasagens no atendimento às demandas pelo Ensino Superior, em vez de planejar o futuro a partir da pesquisa universitária, o que poderia, em longo prazo, melhorar as condições do ensino. Assim, ficou “a investigação relegada, como antes, à condição de atividade meramente facultativa”. (CASTILHO, 2008, p. 130).

Em relação à autorização para funcionamento da UnU, estava prevista na Constituição Federal a permissão pelo presidente da república em sancionar decretos-lei, sem a necessidade do crivo do Conselho Nacional nem do Conselho Federal de Educação. Nessa linha de raciocínio, podemos imaginar os favorecimentos para a ampliação de cursos e vagas e assim, as disputas entre diferentes instâncias e espaços universitários.

Em termos de conflitos, convém relatar um conflito existente no âmbito da consagração da UnU, quando os estudantes do curso de Engenharia deflagram uma greve contra a unificação das faculdades, por temerem a redução no orçamento do curso.

Porém, no discurso político, dava a entender que o embate não existia, mesmo entre os âmbitos federais e municipais, mas sim um consenso de todos, para a unificação da UnU. Isso pode ser percebido na narrativa de Renato de Freitas, prefeito de Uberlândia, na época. “Quanto à universidade, ela era o ‘dodói’ de Uberlândia, tudo que pedisse à cidade, ganharia.

A prefeitura servia mais como catalisadora do que doadora de dinheiro pura e simplesmente. Entendíamos que a função da prefeitura era forçar doação para Universidade” (CAETANO; DIB, 1988, p. 87-88)

E, assim dava-se início a uma nova fase institucional e providências eram tomadas, pois

[...] nesse momento (1969-1976) o núcleo básico da universidade já estava criado. O que ocorreu nesse período foi a reestruturação dos cursos existentes e a criação de novas faculdades. Houve alterações nos currículos, assim como nas relações entre as várias faculdades, fruto, principalmente das pressões do Ministério da Educação e Cultura (VIEIRA FILHO, 1993, p. 99).

Ao se referir ao núcleo básico, nessa citação, a UnU contemplava os requisitos básicos para se tornar uma universidade federal, que era manter cinco cursos, meta que ela já havia ultrapassado.

No entanto, existia um conflito hierárquico na UnU, representado pela resistência de algumas faculdades em perder sua autonomia e independência administrativa para o primeiro reitor nomeado, Juarez Altafin. Mas, essa recusa não ocorria no âmbito da Faceu, pois o primeiro reitor havia sido diretor da Faceu e tinha plena aceitação da comunidade acadêmica, conforme ressaltado anteriormente, neste texto.

Ademais, existiam demandas e atribuições para o reitor, que oscilavam entre atender aos preceitos de dirigentes das diferentes faculdades ou atender as pressões do governo federal. Nesse contexto e apesar do embate, optou-se pela centralização:

Em primeiro lugar, lancei os fundamentos de um documento básico que pôs fim à autonomia das Faculdades. Com o novo Estatuto as unidades isoladas desapareceram. Desapareceu aquela “federação” de escolas, surgindo em seu lugar, uma verdadeira Universidade, integrada por Centros, no pleno gozo de autonomia. (ALTAFIN, 1997, p. 46-47).

Essas palavras confirmam que ele havia sido advertido pelo ministro da Educação e Cultura, de que o espaço não estava caracterizado como uma universidade, devido à falta de centralização e autonomia administrativa e financeira das escolas superiores. Por esse motivo foi redigido o estatuto, condizente com a estrutura de uma universidade.

Com o passar do tempo, Juarez Altafin é aconselhado sobre uma interpretação equivocada e ressalta que “Em segundo lugar, das crises que enfrentei – principalmente a chamada “Crise do Estatuto” – O Governo federal despertou para uma realidade ignorada: a Universidade de Uberlândia era federal desde o Decreto-lei que a instituiu, ou seja, desde sua criação” (ALTAFIN, 1997, p. 46-47).

Sobre isso, o coronel Pamplona, no cargo de secretário geral no Ministério da Educação e Cultura, interpretava a UnU como universidade particular. Contudo, com a posse

do Dr. Edson Machado⁴⁶ em 1974, na direção no Departamento de Assuntos Universitários (DAU) surgiu à interpretação da federalização. Isso fez com que Homero Santos, enquanto deputado federal propusesse um projeto de lei para formalizar, em 1978, a federalização da instituição.

4.3 O ensejo dos estudantes pela reforma universitária, o funcionamento e as contribuições do diretório acadêmico para a Faceu

A Reforma Universitária (1968), ocorrida durante o período de ditadura civil-militar e a integração da Faceu à UnU (1969), será ressaltada aqui sob a ótica do ensejo dos estudantes por sua concretização no espaço da Faceu. Para melhor ilustrar o assunto, foi reproduzido abaixo o discurso de uma aluna do movimento estudantil: Gelva Bernardes Oliveira, em que retrata a necessidade de mudanças:

A Reforma Universitária pode ser melhor entendida através das seguintes medidas: Democratização: Dos 70 milhões, apenas 101.586 chegam à Universidade. A ela só chegam os economicamente favorecidos. Como ponto fundamental da Reforma Universitária está a democratização, ou seja, abertura da Universidade às massas populares, Universidade para o povo, a fim de responder as suas perguntas e necessidades culturais. (OLIVEIRA, 1963, p. 3).

O texto acima nos permite partir do pressuposto de que as discussões entre os estudantes da Faceu eram reflexivas e pautadas na necessidade de mudanças, em especial, para os “economicamente desfavorecidos” que não conseguiam arcar com o pagamento das mensalidades da Faceu, como por exemplo.

Não tivemos acesso a relatórios de lucratividade da Faceu. Mas, sabemos que no Processo 1.949/70⁴⁷ foi fixado o número de matrículas, para os três cursos de 150 estudantes, o que comparado com as outras faculdades que ofereciam apenas um curso superior, dava a Faceu certa vantagem em termos de economia de escala. Nesses termos, partimos do pressuposto de que a Faceu tinha uma boa lucratividade, o que não significou para os dirigentes o repasse de descontos nas mensalidades aos seus estudantes.

Acerca do quanto era penoso e difícil o acesso das classes populares ao Ensino Superior, foi assim enfatizado

A Universidade brasileira aparece como uma instituição alienada, formalista, tendo sua estrutura ligada aos privilégios de classe da sociedade. Ao invés de servir, no processo histórico brasileiro, de veículos para a superação das discriminações

⁴⁶ Participou da implementação da Reforma Universitária/1968. Atuou como diretor do DAU de 1974 a 1978.

⁴⁷ Trata do reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis e Administração.

sociais e reconstrução da sociedade, em termos de alienação de privilégios, transmite uma cultura desvinculada da realidade brasileira. Sendo a cultura um instrumento de libertação devido ao auto-reconhecimento que possibilita a formação de consciência nacional, e se a Universidade cumprisse sua missão, estaríamos caminhando a largos passos para a libertação nacional. É uma instituição anti-democrática. Pois o regime democrático autêntico é aquele que assegura igualdade de oportunidades para todos, impedindo portanto que apenas uma minoria privilegiada satisfaça suas necessidades. Ora, na nossa Universidade podemos dizer que o acesso é negado às classes desfavorecidas. 75% dos universitários pertencem à classe média e burguesia. Por isso a Universidade está alienada não só dos problemas fundamentais da grande maioria do povo, que constitui o proletariado, como também está alheia à autêntica cultura popular que se forja longe dos ambientes requintados dos doutoramentos e docências formais.

a) A representação proletária nas Universidades é praticamente nula, devido à falta de condições materiais dessa camada da população. Resta, pois, a classe média que comparece em grau elevado à Universidade, um papel de polarizador. Como expressão direta que é o do regime de privilégios que a sustém, a Universidade espelha em sua essência a vinculação com a burguesia – classe dominante. (OLIVEIRA, 1963, p. 3).

Nesse contexto, a aluna criticava três dimensões do ensino superior: a falta de democracia, a indiferença à cultura popular e a Universidade como reduto dos privilegiados. Convém observar que o texto é de 1963 e a Reforma Universitária de 1968, a qual consolidou e ampliou ainda mais os três malefícios que a ditadura civil militar (1964 a 1985) deixou no Brasil e por ela foram apontados.

E, por se referir ao acesso e permanência das classes populares na Faceu, talvez os incentivos parciais ou totais que os empregadores concediam aos seus funcionários fosse um dos fatores que facilitavam o pagamento das mensalidades. A esse respeito, foram encontrados dois registros de diferentes empresas, solicitando declaração de pagamento de anuidades dos estudantes.

Pode-se inferir, dessa forma, que o Ensino Superior privado era destinado às elites, em especial, quando se parte do pressuposto de que os pais, naquela época, tinham muitos filhos. Assim, arcar com esses valores era penoso para as classes populares, senão impossível, sem uma bolsa de estudos.

E, diferentemente dos tempos atuais, o estudante em débito só poderia fazer prova se regularizasse a sua situação em no máximo 12 horas anteriores ao dia dessa avaliação, conforme estipulado em reunião do conselho departamental em março de 1969. Nesse contexto, há espaço para se pensar que eram poucos os estudantes que conseguiam chegar à formatura, por se tratar de um mecanismo que ao longo do curso ia expulsando os estudantes pobres e assim, aumentando evasão.

Analisando por outro ângulo, no que concerne à necessidade da reforma em termos de melhoria nas instalações da universidade, foi ainda enfatizado pela mesma aluna:

Problema de grandes contrastes. Ao lado de Universidades que esbanjam verbas, suntuosamente instaladas, aparecem as que não têm mínimas condições de funcionamento. A distribuição de verbas é desproporcional, subordinada à força política da região. Fato comprovado numa visita às Universidades de Minas, Rio, São Paulo e outros de alguns Estados do Nordeste. A Reforma Universitária deve ser realizada conjuntamente com a Reforma Agrária, Urbana e as demais reformas de base, ao lado das reivindicações das camadas revolucionárias. Nós, universitários, não devemos esquecer que a Universidade é mantida a alto preço pela sociedade e por isso teremos de dar uma contra-prestação ao sacrifício impôsto ao povo que obstinadamente espera a formação de professôres que atendam suas necessidades. O objeto da Reforma Universitária, deve ser a transformação das relações externas da Universidade, pondo-a a serviço do povo. Deve a Universidade atuar no sentido de ajudar o homem brasileiro a libertar-se do analfabetismo em que embrutece e se anula, a fim de incorporá-lo conscientizado no processo de emersão da massa para a formação do povo. (OLIVEIRA, 1963, p. 3).

Salientamos novamente que essa mesma citação foi escrita em 1963 e que apesar do transcorrer do tempo, a Reforma Universitária em 1968, não atendeu as demandas enfatizadas no texto acima, seja em parte ou por completo. Nesta perspectiva, podemos ainda refletir acerca do nível de consciência e justiça social que a estudante, enquanto representante do D.A. mostrava ser detentora. Em relação a isso, convém lembrar que o movimento dos estudantes no Brasil se fortaleceu após o segundo golpe de Getúlio Vargas⁴⁸.

Em meio a esse contexto, foram legitimadas as mobilizações para a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938. Isso foi resultado do II Congresso Nacional de Estudantes, no Rio de Janeiro, momento no qual foram iniciadas as discussões para elaboração da reforma universitária.

Todavia essa última seria concretizada somente após trinta anos, pois naquele momento histórico as preocupações governamentais eram outras. Apesar da demora na materialização da Reforma e ao que tudo indica, os estudantes nesse período se tornaram cada vez mais conscientes de seu papel na sociedade e das mazelas no tocante as políticas públicas na área educacional. Prova disto é a argumentação descrita abaixo

Co-Govêrno: Implica a participação dos estudantes no governo da Universidade, alterando sua estrutura vigente, para abrir caminhos às camadas mais amplas da população. Sendo a Universidade, uma camada de estudantes e professôres, é justo que os primeiros, sejam ouvidos, consultados quanto ao ensino ministrado, escolha de métodos, direito de voto nas assembleias, porque são o motivo da Universidade. Do contrário o ensino se identificaria como imposição arbitrária. Daí, a justa reivindicação por 1/3 para nossa presença não seja casual, mas sentida como força propulsora para a Organização de uma nova estrutura universitária, que corresponda à realidade brasileira. A representação de 1/3 de estudantes em todos os órgãos significa que para 2 professores haja 1 estudante. (OLIVEIRA, 1963, p. 3)

⁴⁸ Nesta data, em 1937, o clima político no Brasil era disputado em torno de dois enfoques que “oscilavam entre o liberalismo econômico, que se alinhava às políticas estadunidenses, e o nacionalismo, que questionava a interferência externa no desenvolvimento brasileiro”. (BARROS, 2013, p. 69).

Neste clima de ensejo por mudanças no contexto do ensino superior, mesmo antes da votação da lei federal (BRASIL, 1964), a constituição do D.A. já estava sendo discutido na reunião do conselho departamental em março de 1963, momento no qual foi aprovado por unanimidade, pois em nada contrariava os preceitos do regimento da faculdade. Essa reunião significou um marco de conquista para os discentes, já que a partir dessa aprovação, um representante do D.A., na maioria das vezes, o presidente, passou a ser convocado para todas as reuniões com os conselheiros.

Salientamos que a legislação federal de representação dos estudantes por meio do Diretório Acadêmico foi formalizada com a Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964, e posteriormente passou por alterações a partir do Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1964-1976). Foi ressaltado na lei que a constituição dos Diretórios Acadêmicos tinha como finalidade:

- a – defender os interesses dos estudantes;
- b – promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo da faculdade;
- c – preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material da Faculdade e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d – organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e – manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f – realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g – lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas. (BRASIL, 1964).

Nesse contexto, havia também a alínea “h”, que na primeira versão, em conformidade com a Lei nº 4.464, era assim descrita:

- h – designar representações junto ao Conselho Departamental e à Congregação de Faculdade; junto ao diretório Estadual dos Estudantes (D.E.E.) e ao Diretório Nacional dos Estudantes (D.N.E.); e junto ao Conselho Universitário e ao Diretório Central dos Estudantes (D.C.E.), quando a Faculdade puder pertencer à alguma Universidade. (BRASIL, 1967, ART. 148, h).

A Lei nº 228, de 1967, também acrescentou a seguinte determinação: “designar representação junto ao Conselho Departamental, à Congregação de Professores e, quando a escola pertencer a alguma Universidade, ao Conselho Universitário e ao Diretório Central dos Estudantes”.

Como pode ser percebido, houve uma redução nos órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior. A partir de então, eles teriam o Diretório Acadêmico, em suas respectivas graduações, e o DCE em cada universidade, deixando assim de existir um respaldo legal para a sua integração em nível estadual e nacional, prática

contundente com o controle exercido pelo poder público na tentativa de enfraquecer reflexões e movimentos no país como um todo.

Outra alteração, nesse sentido, pode ser compreendida por meio da escolha de dois professores representantes do conselho departamental e responsáveis por acompanhar o processo eleitoral dos representantes do D.A. Nos termos da primeira lei (4.424/67), esses dois professores seriam escolhidos a partir de uma lista quántupla apresentada pelo diretório, o que foi suprimido na nova versão da lei, ou seja, o critério de escolha a partir de então era decisão do conselho departamental (Art. 149, § 6º).

Em relação à representatividade do D.A. nas reuniões da Faceu, a comissão verificadora integrada fez constar no parecer para aprovação do curso de Administração, que nas reuniões da congregação, o corpo discente seria representado pelo presidente e pelo secretário do diretório (Art. 69). Já nas reuniões do conselho departamental, bastaria a presença de um estudante (Art. 83). (Parecer da comissão verificadora integrada, 1968).

Quanto ao controle de atuação do D.A., era “vedada [...] qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas às atividades escolares”. (Art. 150). Além disso, em caso de transgressão às disposições contidas no regimento interno, o diretório poderia ser dissolvido pelo conselho departamental, bastando para isso à aprovação da congregação. (Art. 155).

Nesse contexto, os estudantes da Faceu se organizaram e formaram o Diretório Acadêmico da Faceu que era constituído por estudantes da faculdade regularmente matriculados, que seriam eleitos pelo voto obrigatório⁴⁹ para o mandato de um ano, não podendo ser reeleito para o mesmo cargo. Para concorrer às eleições, os interessados enviavam correspondência ao diretor da Faceu, solicitando o registro de chapa, na qual constavam os nomes e respectivas funções para presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e segundo secretário. As chapas deveriam ser registradas no D.A. e encaminhadas à secretaria da faculdade, até 48 horas antes do início das votações. Não podiam ser eleitos representantes ou suplentes, que fossem estudantes da primeira ou da última série, assim como repetente, matriculado em regime parcelado ou que tivesse sido punido com pena disciplinar (Art. 129, RG).

Foi possível também ter acesso a um ofício de 14 de junho de 1975, que indicava a inscrição de apenas uma chapa para eleições do D.A. Dessa forma, apesar do status

⁴⁹ Convém enfatizar, que apesar de ser pouco usual nos dias atuais, o voto era obrigatório e com punição severa aos que não participassem das eleições do Diretório Acadêmico.

promovido pelos estudantes, enquanto representantes dos discentes, não se tratava de algo que promovia grandes disputas no seio do ambiente universitário.

Seguindo os preceitos regimentais, o diretor emitia um edital de convocação para as eleições. Em relação ao dia das eleições, constava no regimento: “Os professores abrirão e acompanharão a votação, e um deles, obrigatoriamente, presidirá a apuração”. (Art. 149, § 6º).

No que diz respeito ao caráter obrigatório de participação no processo, era previsto, enquanto punição aos desavisados, que em caso de não comparecimento dos estudantes ao pleito, estes ficariam impedidos de “prestar exame parcial ou final, em primeira ou segunda época, imediatamente subsequente à eleição” (Art. 149, & 3º), salvo casos especificados por lei àqueles que não comparecessem. Convém mencionar que em todo o período analisado não foi registrado nenhum problema nos processos eleitorais dos membros do D.A. A chapa vencedora tomava posse no dia imediato à apuração das eleições.

Em relação aos aspectos administrativos do D.A. a organização e o funcionamento eram acompanhados pelo conselho departamental. O estatuto do diretório era baseado no regimento interno da faculdade e as alterações propostas pelos estudantes eram submetidas à apreciação e aprovação pelos conselheiros da instituição. E, obedecidas às regras, poderia estar prevista a fundação na faculdade de associações de egressos, clubes recreativos, grupos ou grêmios de estudos, além de associações culturais. (Art. 153).

Na reunião do D.A., ocorrida em 30 de agosto de 1966, foi revisto que o artigo 38 dos estatutos do diretório proibia a candidatura de estudantes da primeira série à presidência. Além disso, foi lembrado o artigo da Lei 4.464, de novembro de 1964, que impedia a representação de estudantes das primeiras séries da faculdade perante o conselho departamental. Assim, foi reafirmada a importância das chapas serem ecléticas em relação às séries ou períodos e também foi lido o capítulo 8º dos estatutos do D.A. Esse documento discorre sobre as atribuições dos membros diretores, o que mostrava a sua preocupação em agir conforme os preceitos do estatuto e do regimento da faculdade.

Da mesma forma, os integrantes do conselho departamental também seguiam à risca o cumprimento de tais dispositivos e eram cientes dos poderes que tinham para alterar os estatutos do D.A., bastando para isso, aprovação pelos membros desse conselho, nos termos da lei e do regimento. Isso foi lembrado no registro de reunião pelos conselheiros, no dia 16 de abril de 1968.

Conforme ata da reunião do D.A., de setembro de 1966, ocorria à eleição de sua quarta diretoria, a qual exerceria suas funções no exercício de 1966/67. Nesse caso, compareceram 89 estudantes. Ainda, foram fixados os horários para as reuniões ordinárias, que seriam realizadas nas terças-feiras, às 21h30min.

Convém ressaltar que o estatuto do D.A. foi adaptado nos termos da Lei nº 4.464 (BRASIL, 1964), mais especificamente em seu artigo 6º, novamente aprovado, e a ele foi atribuído o nome de Diretório Acadêmico “22 de setembro”. Sobre o nome escolhido, não foi encontrada informação que fizesse jus a isso. Mas, como em 22 de setembro é comemorado o dia do profissional de Ciências Contábeis (primeiro curso a ser oferecido na Faceu), é possível crer que deva ser essa a motivação.

Em geral, nas reuniões do conselho departamental, o Diretório Acadêmico apresentava requerimentos dos estudantes, como por exemplo: a) solicitação de mudança de horário das aulas, em maio de 1963; b) solicitação de alteração no tempo de duração das provas, em maio de 1966, que foram atendidas. Mas, constatamos que as solicitações eram deferidas dentro das possibilidades. Prova disso foi um caso em que houve indeferimento de um pedido de mudança de horário de cinco aulas semanais da disciplina de Matemática Financeira, ministrada no 3º ano. A justificativa para o não atendimento foi ressaltada devido a problemas de planejamento e de uma série de requisitos que deveriam ser observados em tempo hábil. (Correspondência para o D.A., em 23 de março de 1972).

A análise no que se refere à prestação de contas do D.A.⁵⁰, foi constatado que ocorreu atraso na entrega do relatório em 1966. Nesse sentido, os conselheiros departamentais resolveram, em setembro de 1966, conceder o prazo de 48 horas para apresentação dos relatórios e inventário dos bens do diretório.

Outra situação semelhante, ocorreu em abril de 1968, na qual um professor responsável por analisar o relatório da comissão do trote⁵¹ providenciou uma diligência para esclarecimento de gastos no valor de NCr\$ 76,00. Mas tudo isso havia sido apenas um mal-entendido, pois o fato foi esclarecido, e as contas aprovadas. Por coincidência, esse mesmo montante (NCR\$ 76,00) foi, em agosto de 1973, alvo de investigação para comprovação de divergências no caixa, bem como a dependência de cheques em cobrança. Entretanto, aparentemente, o D.A. conseguiu solucionar essa adversidade, pois nas reuniões posteriores ao evento mais nada foi discutido sobre isso.

⁵⁰ No encerramento das gestões era designado um professor para averiguação da prestação de contas da gestão.

⁵¹ A comissão do trote era composta por estudantes da Faceu e acompanhada por membros do D.A.

E, como nos referimos a prestação de contas do “Trote Acadêmico”⁵², esclarecemos, que era um evento organizado pelos estudantes para recepção dos calouros, convém relatar que, em uma das reuniões sobre esse assunto, o presidente do D.A. lembrou a origem do evento

como sendo um ato impensado e ilegal dos estudantes do 1º ano, uma vez que este trabalho era alçada do D.A. e que a tentativa de formação desta comissão pelo próprio D.A. foi frustrada devida a interferência francamente hostil da secretária da Faculdade e também por determinado professor.

Mas, mesmo sem encontrar a data exata em que a comissão do trote foi fundada, pode-se dizer que, diante dos fatos avaliados, ela havia se tornado parte permanente da faculdade. Em novembro de 1966, seria eleita outra comissão nesse sentido para o ano de 1967.

Em 1968, ocorreu algo lamentável, pois a congregação foi informada pelo diretor da Faceu de alguns fatos decorrentes do trote de 1968, os quais consistiram em danos a bens da faculdade. A congregação chegou à conclusão de que era incompetente para acompanhar o caso, entretanto isso não excluía o direito e a obrigação do diretor de preservar a disciplina e o patrimônio da instituição (BRASIL, 1964-1976).

Em dezembro de 1969, era estudada em uma reunião do D.A., sem terem sido apresentados muitos detalhes, a possibilidade de sua tesouraria cobrar taxa para realização desse tipo de evento (trote para os calouros). Mas, na trajetória do D.A. constatamos que havia outras formas de se angariar fundos sem a obrigatoriedade de pagamentos da taxa pretendida, como por exemplo, a promoção, em 1966, de um piquenique, no qual era cobrada uma ajuda de custo de Cr\$ 1.000 a cada participante calouro.

Mais adiante, localizamos um registro de que em 1973, a comissão do trote era composta por 46 estudantes e a taxa do trote era de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros). (Correspondência do D.A. para o reitor da UnU, em 5 de fevereiro de 1973). Assim, constatamos que a taxa do trote foi aprovada.

Com o tempo, foi iniciado maior controle em relação aos programas instituídos para o evento. Prova disso são alguns relatórios do D.A., encaminhados ao diretor para apreciação e aprovação do planejamento para as festividades. Inclusive, a partir de 1974, ao invés do termo “trote”, passou a ser utilizado: “Programação das Festividades de Confraternização e Integração dos estudantes para março de 1974”. Consideramos, que essa mudança de postura seja devido ao recebimento de um memorando do reitor da Universidade de Uberlândia para o diretor da Faceu em que foi enfatizado

⁵² Nos dias em que ocorria o trote acadêmico dos calouros, era solicitada a dispensa das aulas a partir das 20 horas. (solicitação em março de 1970 ao Conselho Departamental).

[...] atendendo a recomendação superior, confidencial, peço-lhe que o trote, nessa faculdade, seja orientado por V. Exa., no sentido de evitar que os calouros passem por uma situação de ridículo, violência ou submissão, por parte de alguns veteranos, devendo o mesmo, ao contrário, ser um instrumento de confraternização entre os universitários sob novas modalidades, tais como: baile de calouros, doação de sangue a hospitais, promoções lítero-recreativas⁵³, disputas desportivas entre veteranos e calouros, gincanas, doação de gêneros alimentícios a instituições de caridade e outras atividades que venham a integrar os estudantes nas atividades da sociedade local, em benefício mútuo. (Memorando 44/74, 06 de fevereiro de 1974).

Nesses termos, localizamos que em 14 de março de 1974, os membros da comissão do trote expediram ao diretor da Faceu um programa sobre como seria aplicada as receptividades aos calouros de 1975.

- a) Fica de inteira responsabilidade da comissão tãda e qualquer irregularidade que por ventura venha a surgir, oriundas do presente trote.
- b) A taxa serã de Cr\$ (oitenta cruzeiros), obrigatória para todos os calouros, e de Cr\$ 150,00 para aqueles calouros que nã quiserem participar das festividades.
- c) A taxa sãmente deverã ser paga na secretaria do D.A. 22 de Setembro, nã estando nenhum membro da comissão com direito a receber as referidas taxas.
- d) Do dia 17 atã o dia 20 do corrente mês, serã aplicadas aos calouros brincadeiras leves, tais como, obrigar a todos os calouros a usarem determinado tipo de vestes, fazer uso de perfumes baratos, e ainda haverã solicitaçã de um saco de linhagem ou de algodã, os quais usaremos para as vestes do dia do trote. Todos estes atos serã praticados de forma que nã venha prejudicar o andamento das aulas, e nã causar qualquer dano material aos bens da Faculdade.
- e) O dia marcado para o trote serã dia 21/03/1975, sendo que o calouro serã obrigado a trazer no mìnimo (1) quilo de cereal de primeira necessidade, e tãbã deverã vir com vestes usadas as quais ficarã tãbã no Diretãrio para ser doadas a entidades filantrãpicas.
- f) No dia do trote serã raspada a cabeã do calouro do sexo masculino, sendo aplicada por veteranos do sexo masculino. Os calouros do sexo feminino serã levemente pintadas com tintas suaves, sendo tãbã esta aplicada por veteranos do sexo feminino.
- g) O trote sãmente serã aplicado por membros da comissão, os quais serã identificados por intermãdios de carteirinhas de estudantes e especialmente expedidas pelo D.A., para êste fim.
- h) Os calouros que efetuarem o pagamento da taxa de isençã, usarã tãbã um distintivo, fornecido pelo D.A., como identificaçã, os quais terã o nosso inteiro respeito.
- i) Apãs o trote todo o calouro serã obrigado a usar um bonã, fornecido pelo D.A. O calouro que for identificado pela comissão e que nã estiver fazendo uso do trote estarã sujeito a uma multa, equivalente a Cr\$ 10,00, que tãbã deverã ser recebido pelo D.A.
- j) O disposto no item (f) serã executado no local onde faremos realizar um churrasco de confraternizaçã com os nossos novos colegas.
- k) O local do trote serã previamente comunicado a V.Excia, uma vez que atã o presente momento nã nos foi possãvel encontrar um lugar adequado e decente.

ã possãvel inferir que a intervençã do reitor surtiu efeitos e tornou o processo de recepçã dos estudantes mais organizado, a partir de esclarecimentos prãvios. No entanto, nos itens “h” e “i” da citaçã, hã uma espãcie de exclusã social, pois os estudantes que tinham condiçães de pagar estariam isentos de aplicaçães de trotes, que poderiam ser classificadas, por muitos, como uma situaçã de discriminaçã social. Para se ter uma noçã da dimensã

⁵³ Promoçães que se referem ao mesmo tempo à literatura e à recreaçã.

do quórum de participação dos trotes, foi localizado um orçamento das despesas para esse evento, datado de 20 de março de 1975, em que era planejada a compra de 100 quilos de carne e 300 litros de chopes, para a ocasião.

Nesse caso, é possível ter o entendimento do reflexo dos eventos grandiosos e festivos que a recepção dos calouros proporcionava à cidade. Além disso, há nos arquivos avaliados indicativos de que os convites para as festividades eram estendidos aos recursos humanos da faculdade. Entretanto isso abrangia apenas um dia dentre os reservados para as comemorações.

Em 20 de setembro de 1975, em um convite para participação do trote era ressaltado: “a presença de todos muito nos honrará, como também servirá de estímulo, e maior entrosamento entre estudantes e Amigos da Diretoria da Faceu”. A data seria de 21 de março de 1975, às 19 horas, no Clube Recreativo Portuguez, situado na Av. Floriano Peixoto, (s/nº). (Convite do D.A., em 20 de setembro de 1975).

Foi ainda localizado o Ofício 002/1976 do D.A., do dia 26 de março de 1976, em que eram convidados todo o corpo docente e funcionários para participação do trote dos calouros, tendo como local de saída a Praça Dr. Duarte. Por meio da portaria nº 01/1975 (25 de fevereiro de 1975), o diretor da faculdade resolveu “Não permitir qualquer manifestação de trote no Recinto da Faculdade, no corrente ano letivo”. Não foram obtidas demais informações sobre a decisão do diretório em promover o acontecimento fora desse espaço.

Deve-se ainda mencionar que, além das comemorações dos trotes, é possível pressupor que existia integração entre os estudantes da Faceu com estudantes de outras faculdades situadas em Uberlândia. Prova disso foi encontrada em uma ata, na qual se descreve a leitura do convite de comemoração à “Semana da Normalista” (BRASIL, 1966). Nota-se também que existia contato entre os estudantes de faculdades diferentes, como ocorrido na conferência sobre o tema “Seleção Profissional – A Psicotécnica”, ministrada para os estudantes do 1º ano tanto da Faceu como da Faculdade de Direito. (Correspondência expedida pela Faculdade de Direito, sem data). Nesse caso, foi realizado o convite e solicitada a dispensa dos estudantes de suas aulas no dia do evento.

Prosseguindo, em nossas descrições para além do funcionamento do D.A, mostraremos, em seguida, a publicação de iniciativa do D.A.: “O Economista”, e as contribuições do D.A. para a Faceu.

Nesse contexto, foi encontrada a primeira e julgamos que deva ser a única edição do jornal *O Economista*, publicada em setembro de 1963. Suas manchetes são especificadas abaixo.

Quadro 18: Manchetes do jornal *O Economista*

Título da manchete	Resumo
“Dia do Economista”	Homenagem ao “Dia do Economista”, comemorado em 22 de setembro.
“Assembléia do D.A. 22 de Setembro”	Especificação dos nomes da diretoria do D.A. e do conselho deliberativo.
“A palavra da redação”	Agradecimentos às contribuições de diversos entes, em especial, das empresas que financiaram a edição do jornal.
“Uberlândia e sua fábrica de pneus”	Desistência da empresa Fábrica de Pneus e Artefatos de Borracha União S.A, em implantar uma unidade em Uberaba, sendo a preferência confirmada para Uberlândia.
“Estatística Municipal de Uberlândia – Dados ao ano de 1962”	Contém dados geográficos, econômicos, políticos, industriais e outros.
“Uberlândia metrópole de 75 anos”	75º Aniversário de Uberlândia.
“A saudação do diretor”	Cumprimentos pelas iniciativas do jornal, em que se ressaltam “as reais possibilidades desta vasta região do Brasil Central [...] Indiscutivelmente, habitamos uma zona progressista do Brasil”.
Página 2	
“O Dr. Jacy de Assis fala para a reportagem”	Histórico do Ensino Superior em Uberlândia, que concluía: “não tenham vocês dúvida de uma coisa – Uberlândia, dentro em pouco, será o centro cultural mais importante do Brasil Central, através da obra educacional que está sendo realizada”.
“Aniversários acadêmicos”	Cumprimento aos aniversariantes de agosto e setembro, que totalizavam 11 estudantes.
“Fatores econômicos de Uberlândia”	Destaque de situações ligadas ao transporte, energia, mão de obra, comércio, produção rural, indústria e água da cidade. Nesse caso, era ainda indicado: “Localização Geográfica: Excelente. Ocupa posição privilegiada no Brasil Central e Triângulo Mineiro, com clima temperado e altitude satisfatória”
“Noticiário estudantil”	Dia 4 de setembro de 1963 – era iniciado um curso de extensão universitária sobre orientação educacional. Além disso, havia outras informações: <ul style="list-style-type: none"> • Resultado de um concurso de flâmulas. • Jogos universitários. • Notícias do Conservatório Musical da Faculdade de Direito e do D.A. “21 de abril” e notícias sobre o ICBEU (Instituto Cultural Brasil Estados Unidos).
“Nossa homenagem”	Dedicado ao Rotary Clube de Uberlândia, pela construção de uma escola primária no Bairro Tibery.

“Explosão demográfica e educação”	Trouxe o seguinte dado: no Brasil, “para cada 10.000 adultos existem entre nós, 7.517 jovens”, conforme Arquivos Econômicos – Banco do Brasil n. 02.
“Cursinhos para vestibulares”	Instalação de cursinhos preparatórios da <i>F.C.E.U.</i> para os exames de 1964 em Araguari, Ituiutaba e Tupaciguara. “Altas personalidades da Vida Cultural e Social das cidades mencionadas foram escolhidas para se encarregar do funcionamento dos cursinhos, daquele estabelecimento”. Em Uberlândia, o D.A. “22 de Setembro” se encarregou de organizar o cursinho.
Página 3	
“Reforma universitária”	Texto escrito por Gelva Bernardes Oliveira.
“Programa do vestibular”	Conteúdos das provas de Português, Matemática e História do Brasil (continuava na próxima página).
“Almoço de confraternização – sucesso absoluto”	Em comemoração ao “Dia do Economista”.
Página 4	
“Programa do vestibular”	Continuação da página 3 – Geografia Econômica
“Iniciada a construção do primeiro cargueiro atômico europeu”	Panorama mundial – construção de um navio experimental que teria 16.000 toneladas e 171 metros de comprimento.
“Papel fará concorrência”	Têxteis feitos de papel fariam futuramente concorrência na República Federal da Alemanha às confecções feitas com os produtos naquele momento empregados.
“Informações necessárias”	Disciplinas do 1º ano de Ciências Contábeis, no qual era informando que o curso de Ciências Econômicas teria duração de quatro anos.
“Uberlândia terá a ‘I UNI-SEC’”	Programação das competições entre os estudantes secundaristas e universitários de Uberlândia.
“A máquina supera o homem”	Descrevia um arquivo eletrônico, que seria capaz de guardar 133 milhões de números.
“Notas & notinhas”	Relatava algumas situações vividas pelos estudantes e professores no cotidiano em sala de aula.

Fonte: O Economista, 1963.

Na publicação foi reservado um espaço para campanhas publicitárias das empresas que financiaram a edição do jornal, em especial, a parte gráfica, e que por isso tiveram anúncios publicados nessa mídia, sendo elas:

- Irmãos Garcia – Av. Afonso Pena, 690.
- Metalgráfica Triângulo Ltda. – Fábrica de Latas e Litrografadas – Rua Alexandre Marquez, 194.
- Casa Caparelli Ltda. – Av. João Pessoa, 187.

- Casa Oswaldo Oliveira – Materiais para Construção Ltda. – Av. Vasconcelos Costa, 405 a 425.
- Banco do Planalto de Minas Gerais S.A. – Praça Tubal Vilela, 145.

Pelo teor das manchetes do jornal, por um lado, de cunho informativo, acadêmico e crítico e por outro lado, devido a grande circulação do jornal, julgamos que essa publicação funcionava como um mecanismo de publicidade para a Faceu e assim a caracterizamos como uma contribuição do D.A. para a Faceu. Além disso, ela era permutada com o periódico *Mapa fiscal*, editado por outra faculdade (Não foi encontrado registro sobre o nome da faculdade). Para tanto, um dos membros do diretório era responsável pelas relações públicas para a redação do jornal a partir de coleta de artigos e colaborações necessárias.

Foram também identificadas duas contribuições, de maio de 1966, do diretório para a Faceu. Uma delas se refere à sugestão de um emblema para a faculdade. O símbolo, desenhado por um estudante, foi escolhido por unanimidade. Ele deveria ser elaborado na forma de um globo branco com listas azuis, representando os meridianos e paralelos; tinha uma engrenagem azul com letras brancas; a folha seria em tom verde; a cornucópia e as moedas deveriam ser de cor vermelhas. Já em outubro de 1966, houve a discussão sobre a necessidade de se mandar confeccionar flâmulas, que deveriam ser usadas em situações diferentes: com fundo branco, para a faculdade, e fundo azul para o diretório. Assim nota-se, nesse contexto, a preocupação com a questão da marca por ambas as partes. Por fim, informamos que não encontramos nenhuma fotografia ou desenho desse emblema.

Esse logotipo era aplicado em camisetas, bolsas para livros e mochila para material esportivo, o que poderia favorecer a divulgação da Faceu. Os dois últimos itens eram vendidos, na gestão de 1966, por Cr\$ 7.000 e Cr\$ 8.000, respectivamente. Em novembro de 1966 houve a decisão de se realizar uma promoção, na qual quem adquirisse uma bolsa, teria direito a um número de jogo de tômbola, que era outra forma de angariar fundos, sendo a previsão de que fossem arrecadados Cr\$ 100.000 com a iniciativa. E, o contemplado, ganharia o prêmio de Cr\$ 20.000.

Além dessas contribuições, foi localizada uma certidão de registro, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, datada de 14 de março de 1974, do jornal informativo *Mercado*, que deveria ser publicado sob responsabilidade do Diretório Acadêmico “22 de setembro” e impresso pela Gráfica da Universidade de Uberlândia. Nessa data, ainda constava o endereço do D.A. como Praça Doutor Duarte, 44.

Dentre outras contribuições na trajetória do D.A. também foi possível notar certo esforço em promover um espaço de leitura em suas instalações, por meio da formação de uma biblioteca.

Ademais, de forma indireta, os jogos universitários também contribuíam para divulgação da faculdade e atividades de interação entre os estudantes. Exemplo disso pôde ser percebido na pauta do edital de uma reunião que seria realizada em 17 de junho de 1971. No documento, foram visualizadas declarações como: buscar “maneiras de se elevar o nome de nossa escola” e “motivos do não entrosamento dos estudantes da escola”.

Além desses jogos, o D.A. também promoveu um evento denominado: “Noitada Esportiva”, em novembro de 1966, criado para angariar fundos para o diretório. A partir dele, foi obtida a quantia de Cr\$ 506.200. Em suas instalações também eram realizados jogos de pingue-pongue, para entretenimento dos estudantes, que deveriam seguir o horário estabelecido para essas atividades rigorosamente, de modo a não atrapalhar as aulas naquele local.

Nesse contexto, tivemos outros registros sobre as práticas esportivas dos estudantes da Faceu:

- um parecer de 1968 (sem mês e ano) emitido pela comissão verificadora integrada, designada para aprovação do curso de Administração da Faceu, mencionava: “estudantes da Faculdade são trí-campeões dos jogos e atividades esportivas promovidas entre os estudantes de escolas superiores de Uberlândia.”

- Um documento, de setembro de 1970, demonstra uma representação da importância atribuída aos esportes. No caso, o diretor da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação, solicitou informações sobre a existência de práticas desportivas na Faceu. Além disso, ele tratou sobre o envio de verbas para a instituição nesse sentido.

- Em 17 de março de 1975, por intermédio do presidente da associação atlética da Faceu, o diretório encaminhou à faculdade o calendário esportivo de 1975 e solicitou a dispensa de aulas durante o período, ressaltando “Muito nos incentivará a presença de todos, nos sentiremos mais seguros com a massa em torcida, portanto esperamos contar com a sua valiosa colaboração que será também uma grande incentivo”.

- Em 6 de outubro de 1977, foi enviada correspondência à diretoria da Faceu solicitando abono de faltas para que 82 estudantes participassem da XI Olimpíada Universitária Uberlandense.

Ao que os registros mostram os estudantes não desprezavam os momentos de comemoração. Prova disso, são os exemplos abaixo:

- comemoração do dia do Economista com o convite a três economistas para realização de palestra, em 1972;

- comemoração do aniversário do D.A. em 1972;

Outras contribuições são referentes aos cursos que eram promovidos, em que muitas vezes, os membros do D.A. organizavam as palestras e os convites aos ministrantes. Nesse teor, foi enviada uma correspondência ao diretor da Faceu, em 24 de abril de 1974, requerendo a reserva de um dia dedicado a uma conferência sobre o tema “Chefia e Liderança” com um professor da Faculdade de Administração, da Universidade de Brasília.

Durante a atuação do D.A. “22 de setembro”, foram ainda encontrados indícios de sua presença em reunião, de novembro de 1966, sobre decisão de um plano geral de promoção, voltado para maior assistência a estudantes de praças circunvizinhas. Já em reunião de outubro de 1966, o diretório esteve envolvido em deliberação sobre o aumento do corpo discente da faculdade, na qual foi sugerida a denominação “Campanha Mais Um”.

Nessa trajetória também foram verificadas algumas conquistas, como em 16 de abril de 1968, data em que foi aprovada a resolução da assembleia geral dos estudantes, vinculando o Centro de Estudos ao D.A. Já em abril de 1970, constatou-se a autorização de uso de superávit de arrecadação de dinheiro do trote. Caso contrário, essa quantia deveria ser depositada em conta bancária para resguardar eventuais necessidades de aquisições, sendo que a retirada do banco deveria ser autorizada pelos membros do conselho departamental.

Um registro de agosto de 1969 apresenta o reconhecimento da atuação do então presidente do D.A., Maurício Michel Cury, com um voto de louvor “pela maneira correta, respeitosa e digna com que representou o corpo discente da faculdade neste Conselho Departamental” (Registro em ata – CD).

Convém, ainda enfatizar, que o D.A. contribua com o funcionamento da Faceu a partir da administração da demanda e escolha dos beneficiados com as bolsas de estudo.

Nesse contexto, o Diretório Acadêmico tinha por atribuição indicar ao conselho departamental os nomes dos estudantes que necessitavam de bolsas de estudos, os quais, conforme o artigo 156, § 1º, do regimento interno, não poderiam ultrapassar 10% do total de matriculados. Outra regra importante é que os bolsistas não podiam ter reprovação em disciplina alguma. Em contrapartida, eles ainda deveriam assumir “o compromisso de hora de

pagar, em época oportuna, de acôrdo com os seus recursos, as taxas devidas, que serão escrituradas”. (Art. 156, § 2).

Demais casos de subvenção oficial para concessão de bolsas de estudos não passavam pelo crivo do D.A., mas por apreciação do conselho departamental. Nesse caso, não era considerada a regra mencionada de porcentagem de estudantes, e era mantida a sua obrigação de pagamento das despesas necessárias.

Uma correspondência de março de 1964 do D.A. ao diretor da faculdade, apresentava a relação dos nomes de 14 bolsistas selecionados pelo próprio diretório. No tocante aos valores das bolsas, foram encontrados os seguintes registros:

- Em 17 de agosto de 1967, foi determinada por unanimidade de votos a concessão de uma bolsa de estudos para o corrente ano letivo aos cursos dessa faculdade no valor de NCr\$ 360,00, cada uma totalizando a importância de NCr\$ 5.760,00.
- A comissão de bolsas, atendendo a uma determinação ministerial contida no telegrama 1.464 de 15 de setembro de 1967, do setor de bolsas de estudos da DESu, resolveu retificar o critério adotado na última reunião, fazendo a seguinte distribuição de bolsas de estudos, no total de NCr\$ 3.270,00 de acordo com o artigo 3º & 4º do Decreto 61.020 de 17 de julho de 1967: três estudantes contemplados pela comissão com uma bolsa de estudos no valor de NCr\$ 360,00 (subtotal de NCr\$ 1.080,00); seis estudantes contemplados com meia bolsa de estudos no valor de NCr\$ 210,00 (subtotal de NCr\$ 1.470,00); seis estudantes contemplados com 1/6 de uma bolsa de estudos no valor de NCr\$ 120,00 (subtotal de NCr\$ 720,00). Assim, foi concedido o total de NCr\$ 3.270,00.
- Em junho de 1968, na reunião do conselho departamental, em que os conselheiros resolviam por unanimidade, conceder uma bolsa de estudos para o corrente ano letivo dos cursos da faculdade no valor de NCr\$ 500,00 cada uma, no total de NCr\$ 15.000,00. Logo, foram contemplados 30 estudantes.

Em 1969, foi lavrada uma ata com o registro de 41 candidatos submetidos ao edital de distribuição desse benefício. (BRASIL, 1963-1977). Mas a situação referente ao ano 1971 era preocupante, tanto é que foi localizada a seguinte solicitação: “O Diretório acadêmico da Faceu da Universidade de Uberlândia, através de seu Presidente, vem, respeitosamente, REQUERER, A V. Exca. seja liberada a subvenção que lhe foi concedida pela Lei nº 1914, de 28 de maio de 1971 e decreto nº 719 de 02 de junho de 1971”. (Correspondência para o prefeito municipal, em 2 de setembro de 1971).

Em 1973, a secretária da Faceu assinou o recebimento da quantia de Cr\$ 1.440,00, referente à complementação de 12 bolsas doadas para o corrente ano letivo (Recibo da Faceu para o D.A, em agosto de 1973). Na situação, foi registrado o recebimento de Cr\$3.600,00, referente a 12 bolsas de estudos doadas a 12 estudantes carentes da faculdade (Relação de nomes do D.A. para Faceu em agosto de 1973).

Em relação à seleção de bolsistas, após a definição da quantidade de bolsas, eram realizadas as inscrições para distribuição desse recurso. Para tanto, era fixado no mural do diretório um documento com o prazo para recebimento dos requerimentos dos interessados. Já em reunião subsequente ao encerramento das inscrições, era formada uma comissão de estudantes (comissão de bolsas), que teria como atribuição fazer uma sindicância para escolha de beneficiados, conforme suas necessidades e participação de reuniões do conselho departamental, quando houvesse convocação, para deliberações e prestação de contas (Ata de reunião de março de 1966).

A Prefeitura Municipal de Uberlândia havia também celebrado um convênio com a Faceu para o fornecimento de bolsas de estudos para estudantes carentes. A escolha dos contemplados era realizada por meio dos membros do Diretório Acadêmico. Para tanto, eram divulgados editais com os critérios de escolha, documentação exigida, prazos, dentre outros trâmites. Como parte do cumprimento dessa parceria, foi encontrado um documento, de janeiro de 1969, que indica o envio das médias das notas de quatro estudantes selecionados para a prefeitura. Isso mostra o papel ativo dos diretórios na trajetória da Faceu.

Em outro documento, de fevereiro de 1977, a reitoria⁵⁴ comunicou que antigos bolsistas continuariam a ser beneficiados. No entanto, os conselheiros deliberaram que as bolsas concedidas fossem reexaminadas.

Além das bolsas, o regimento também previa o fornecimento de prêmios escolares aos estudantes que se destacassem como uma forma de estímulo aos estudos. Entretanto, não foi observada menção alguma de concessão nesse sentido.

Há de se convir que diante das contribuições expostas acima pelo D.A. à Faceu surja a dúvida sobre como se processava a administração financeira do D.A. no tocante a aplicação dos recursos recebidos e angariamento de fundos financeiros. Nesta perspectiva, nos documentos, foi encontrado um balanço geral, encerrado em 21 de novembro de 1971, (referente à gestão 1970 a 1971), que tem seu conteúdo transcrito logo abaixo:

Quadro 19: Balanço do diretório acadêmico, referente à gestão 1970/1971

⁵⁴ Em 1977, a Faceu já fazia parte da UnU. Com isso, além das deliberações da reitoria, a faculdade também estava subordinada às deliberações da reitoria da universidade.

NOMENCLATURA	DÉBITO	CRÉDITO
Saldo recebido da diretoria anterior	-	Cr\$ 1.379,33
Receitas de pastas e sacolas	-	Cr\$ 470,00
Receitas de decalques	-	Cr\$ 49,10
Receitas de trote	-	Cr\$ 4.110,00
Receitas de camisetas	-	Cr\$ 660,00
Receitas de jogos universitários	-	Cr\$ 69,82
Receitas de carteiras de estudantes	-	Cr\$ 3.194,00
Receitas de blusões	-	Cr\$ 2.920,00
Despesas de escritório	Cr\$ 663,80	-
Despesas diversas	Cr\$ 3.022,85	-
Blusões para revenda	Cr\$ 3.234,00	-
Despesas com esportes	Cr\$ 2.657,70	-
Ordenados	Cr\$ 1.080,00	-
Banco Mercantil de São Paulo S/A.	Cr\$ 404,90	-
Pastas e sacolas para revenda	Cr\$ 895,00	-
Despesas de recreação	Cr\$ 894,00	-
TOTAIS	Cr\$ 12.852,25	Cr\$ 12.852,25

Fonte: Balanço do Diretório Acadêmico – Gestão 1970/1971.

Além disso, foi encontrado um levantamento de materiais de estoque, de 9 de agosto de 1972, destinados à venda, que totalizava em: 365 decalques, 24 blusões, 17 pastas e 15 sacolas. O D.A. mantinha essa listagem sempre contabilizada e a repassava para a próxima gestão, inclusive com uma relação de materiais esportivos, como: bolas, calções, chapéus para calouros, troféus, meias e uniformes.

Nessa perspectiva, a análise dos estoques nos mostra a responsabilidade das gestões do D.A. em transferir sua parte financeira, na melhor situação possível, afinal era necessário que se prestasse contas à faculdade e também aos estudantes, enquanto eleitores da gestão. No caso, percebe-se que um dos problemas enfrentados nesse contexto era o recebimento da taxa, do “trote”, pelos estudantes. Conforme um arquivo, o diretório solicitou à faculdade maior empenho quanto a esse assunto, de modo que essa taxa passasse a ser obrigatória para a matrícula dos calouros, uma vez que esses não estavam realizando o pagamento. Essa seria uma forma de proteger o D.A. financeiramente. (Correspondência do D.A. expedida ao diretor da Faceu em 8 de novembro de 1973).

Nessa mesma correspondência, também era esclarecido que a taxa para o próximo ano deveria ser cobrada da seguinte forma:

- a) O calouro pagaria uma taxa de Cr\$ 100,00.
- b) Ele receberia uma pasta para objetos, uma camiseta, um chaveiro e dois plásticos para guardar documentos ou materiais. Esse kit totalizava em Cr\$ 60,00. A parte restante seria destinada para cobrir despesas de trote e eventos de recepção aos calouros. (Correspondência do D.A., expedida ao diretor da Faceu em 8 de novembro de 1973). Nesse mesmo mês,

em outra correspondência, foi solicitada a aprovação de uma contribuição anual dos estudantes no valor de Cr\$ 40,00, de forma que essa importância fosse diluída nas mensalidades. “Queremos com isto angariarmos fundos para alugarmos uma casa residencial, próxima ao centro, onde teríamos condições de fazer promoções festivas, salas de jogos como: xadrez, tênis de mesa e mesmo salas de estudo e reuniões.” (Correspondência do D.A para Faceu em 22 de novembro de 1973)

O D.A. em sua interlocução com o D.C.E., registrou em novembro de 1966, que o valor das carteiras estudantis havia sido reajustado para Cr\$ 5.000,00 e que esse último havia encarregado o primeiro de realizar a venda de 100 rifas, para que fosse possível resolver problemas financeiros.

Em 8 de fevereiro de 1973, o D.A. fazia um pedido à diretoria:

Com a intenção de dar ao estudante desta escola uma melhor facilidade na aquisição de seu material escolar, estamos com o firme propósito de manter em nosso D.A. uma pequena livraria, mas que será suficiente para atender as necessidades internas. Temos também a intenção de conseguir livros para cursos de outras escolas da UNU e até mesmo para séries Ginásial e Colegial [...] esta solicitação prende-se ao fato de estarmos interessados em montar referida livraria em uma das salas – do prédio ocupado pelo D.A. Vimos portanto consulta-lo para a viabilidade de tal locação.

A manutenção financeira do diretório vinha de arrecadações de estudantes, em forma de contribuições, que eram realizadas pela tesouraria da faculdade por ordem do diretor após aprovação do conselho departamental. Além dessa verba, havia auxílios públicos ou particulares. Já a movimentação financeira, deveria ser lançada em livros próprios do D.A., para, ao término da gestão anual, proceder a prestação de contas e aprovação por comissão nomeada pelo conselho departamental para apurar fatos e responsabilidade civil, penal ou disciplinar dos membros do diretório.

Para se ter uma noção dos valores obtidos e administrados durante a gestão de 1966, foi recebido o valor total de Cr\$ 513.600,00. Enquanto despesas, eram pagas, por exemplo, gráfica no valor de Cr\$ 25.000,00; U.E.E e D.C.E. no valor de Cr\$ 59.000,00, para cada entidade de representação dos estudantes, além de compra de material de escritório, promoção de eventos, dentre outras. Mas a situação financeira para esse período não era nada estável, em parte justificada por pendências contraídas nas gestões anteriores. Isso foi sendo agravado a ponto de, em 1970, o conselho departamental designar uma conselheira, professora da área contábil, para dar assistência à gestão vigente sobre a parte financeira. Em suma, será apresentada abaixo a relação de alguns gastos do D.A.

Quadro 20: Relações de compras dos recibos encontrados em 1970/1971

Definição da compra	Valor pago	Data do recibo
---------------------	------------	----------------

Manutenção de salário de um funcionário do D.A. (gerava férias e gratificação natalina, benefícios que não estavam inclusos no valor discriminado)	Cr\$ 70,00	7 de novembro de 1970
Lavação de material esportivo	Cr\$ 13,50	22 de outubro de 1970.
Confecção de uma faixa para as olimpíadas	Cr\$ 16,70	9 de junho de 1971
Cartório de Registo de Títulos e Documentos: registo de ata da posse da oitava diretoria	Cr\$ 10,00	1 de outubro de 1970
Compra de 750 doces de diversas qualidades	Cr\$ 55,00	13 de março de 1971
20 quilos de farofa	Cr\$ 59,30	13 de março de 1971
Compra de uma bola de vôlei nova	Cr\$ 39,60	11 de maio de 1971
210 quilos de carne “de primeira” (30 quilos foram dados como bonificação)	Cr\$ 800,00	12 de março de 1971
Transporte de mesas da sede do diretório para o Liceu de Uberlândia	Cr\$ 20,00	Sem data.
Chapéus destinados aos calouros	Cr\$ 1.110,00	10 de março de 1971.
Treinamento da equipe de vôlei	Cr\$ 175,00	30 de junho de 1971
Confecção de uma faixa de tecido	Cr\$ 30,00	8 de junho de 1971
Fogos de artifício	Cr\$ 20,00	8 de junho de 1971
Urso confeccionado com pelúcia azul para os VII Jogos Universitários	Cr\$ 50,00	24 de agosto de 1971

Fonte: recibos diversos de compras realizadas pelo D.A. “22 de setembro”.

Além dos recibos especificados, foi encontrado um do Colégio Brasil Central (sem data) com a seguinte descrição: “declaro para os devidos fins que foram feitos reparos de estalação (sic) elétrica do Ginásium e rede para o palco pelo D.A. para que seus atletas pudessem treinar para os jogos olímpicos de 1971, reformas estas ficaram em Cr\$ 170,00. Assina o diretor do Brasil Central”.

Com a mudança da diretoria na gestão seguinte, foi repassado o valor em dinheiro de Cr\$ 7.449,40, em 29 de setembro de 1972. Um adendo, é que as festividades no diretório pareciam ser constantes e intensas. Por um lado, devido aos montantes e quantidades

percebidos nos recibos de pagamentos; por outro, devido às programações de trote, que eram anuais, e outros eventos, como a execução de uma feijoada na sede (Convite ao diretor e pessoal da secretaria para 18 de maio de 1973).

Referente à prestação de contas, constou “Aprovada a prestação de contas do DA, referente à verba do trote e ao Plano de Aplicação referente à arrecadação feita através do COMIND - Banco do Comércio e Indústria correspondente à taxa dos estudantes. O referido plano de aplicação é apenas para receber a metade do valor arrecadado” (BRASIL, 1966). Ainda, “Aprovado o Plano de Aplicação do restante da arrecadação feita na agência do Comind, a favor do diretório acadêmico, correspondente a taxas pagas pelos estudantes” (BRASIL, 1966).

Em relação à estrutura física para abrigar o D.A., havia um espaço dentro da faculdade destinado a esse fim, sendo sua limpeza e conservação de responsabilidade do próprio diretório. Outros ambientes da instituição podiam ser usados somente nos dias de eleição de seus membros. Um ofício expedido em 26 de março de 1976, indica que suas instalações continuavam sendo na Praça Dr. Duarte, 44.

No tocante à sua interlocução com os outros diretórios constituídos no Brasil, foram verificados alguns relatos. Em um deles, de março de 1966, em pleno período militar, foi decretado luto oficial pelo prazo de três dias em solidariedade a colegas universitários de Belo Horizonte após espancamentos de policiais. Para se ter uma noção da representatividade do D.A., somente em maio de 1966, foram feitas escolhas e indicações de estudantes para participação dos seguintes eventos:

- Vigésimo Congresso da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte.
- Eleição para representar entidades universitárias junto à União Estadual dos Estudantes.
- 1º Seminário de Reforma Universitária (convite do Diretório Estudantil do Espírito Santo).
- Eleição de um representante junto à Comissão de Estruturação do Diretório Central dos Estudantes.
- Indicação de nome para compor a presidência da comissão de desfile, a qual teria autorização para nomear mais quatro membros.

Apesar de ter sido possível acessar poucos registros das reuniões do D.A. “22 de Setembro”, foi percebida, conforme relatado por seus membros, a disposição em formar um ambiente mais acadêmico. Para tanto, foi decidida a designação de um integrante para os

primeiros contatos, planos e estudos para possíveis conferências a serem promovidas. Conforme ata de reunião do dia 7 de outubro de 1966: “Após a apresentação destes itens, sujeitos a deliberações futuras, o presidente deu por encerrada os trabalhos em conjunto, num ambiente cordial e na mais completa harmonia entre os membros diretores”.

Essa situação parecia não fazer parte do cotidiano do diretório com as outras instâncias, pois em outubro de 1966 foi relatado: “Estando ciente de que políticos desta atual campanha têm falado abertamente em nome dos estudantes de Uberlândia, os universitários, por intermédio de seus Diretórios, vêm esclarecer ao povo desta cidade e outras mais que não possuem membros porta-voz”.

E, como estamos tratando dos estudantes no contexto da Faceu, ressaltamos que além das penalidades atribuídas aos estudantes, no contexto da Reforma Universitária, a Faceu também se responsabilizaria por seus estudantes, bem como aplicaria penalidades pelo descumprimento de normas no âmbito da Faceu, conforme o art. 180 do regimento interno. Um exemplo de caso semelhante ocorreu em setembro de 1965, devido a uma irregularidade de “cola” que teria sido praticada por um estudante do 3º ano, durante a realização da 1ª prova parcial de Geografia Econômica. Após a situação ter sido levada aos conselheiros, designou-se a uma comissão formada por membros do D.A. a instauração de um inquérito para apuração do caso. Assim, chegou-se à conclusão de se suspender o discente por 15 dias (BRASIL, 1963-1977).

Outra penalidade trata da suspensão de um estudante por oito dias de aulas, por ter praticado ato de desrespeito contra a secretária da faculdade. Todos os conselheiros votaram a favor, e o presidente do D.A. teve seu voto vencido em reunião do dia 15 de abril de 1970. Essa é uma das situações que indica certa desproporcionalidade em termos de representatividade dos estudantes diante dos docentes, durante uma reunião. Ainda nesse sentido, foi localizado um arquivo referente à distribuição de um boletim informativo no recinto da faculdade em nome dos representantes de classe, que parecia estar relacionado com alguma insatisfação com o corpo docente (infelizmente, não foi possível saber, por meio das atas, qual seria o teor do texto polêmico). Durante uma reunião do conselho departamental, realizada logo após essa ocorrência, os estudantes foram convocados a irem ao gabinete da diretoria, onde foi apurada a sua inocência e constatado que um grupo de estudantes havia realizado o ato, liderado possivelmente por um discente do 4º ano. O conselho departamental solicitou a nomeação de uma comissão, inclusive tendo como um de seus membros o presidente do D.A. como representante dos discentes (BRASIL, 1963-1977).

Após apuração e apresentação do relatório da comissão de inquérito, os conselheiros entenderam que, dentre os implicados no caso, dois estudantes mereciam penas maiores do que simples advertência, seja oral ou escrita, pelo fato de terem destrutado a comissão de inquérito. Portanto, como não era da competência do conselho departamental deliberar sobre medida disciplinar, para penas mais graves, foi solicitado ao diretor que convocasse a congregação de professores para uma reunião extraordinária (BRASIL, 1963-1977). Nesse contexto, é possível perceber o caráter criterioso pelo qual os estudantes eram julgados por não seguirem as normas estabelecidas no regimento da Faceu.

Considerações Parciais

A concretização da Reforma Universitária era aguardada, de forma ansiosa, enquanto oportunidade, em especial, para o acesso das classes populares ao ambiente universitário. Nesse contexto, a unificação das faculdades era uma das medidas que iria permitir essa transformação. No entanto, o passar dos anos mostrou que o status quo prevaleceu. Isso pode ser justificado, em parte, devido ao caráter repressivo da ditadura civil-militar que fez com que os dirigentes das universidades, focassem em outras providências imediatistas como a implementação dos estatutos, ampliação e reformas na estrutura física e relegassem o papel de disseminador da cultura popular em um segundo plano.

Nesta perspectiva, adotamos o espaço da Faceu para mostrar como se dava a interlocução dos estudantes, por meio do D.A. para com os dirigentes da instituição e com a sociedade. Assim, foram registradas experiências de resultados de esportes, publicações, promoções e comemorações capazes de permitir que a Faceu se tornasse uma marca amparada pelas contribuições que os estudantes representados pelo D.A, ajudaram a construir e a perpetuar.

Vimos também que os estudantes da Faceu mostraram ter preocupação com os rumos da universidade brasileira, em seu caráter elitista, mas, nem por isso, presenciemos o esforço dos dirigentes, em como, por exemplo, reduzir a lucratividade em favor da comunidade universitária ou na oferta de mais bolsas de estudos, oferecidas, em especial, aos seus estudantes mais carentes, apesar de receberem verbas institucionais dos governos federal e municipal.

Constatamos que o D.A. era responsável pela avaliação e concessão das bolsas de estudos que eram concedidas, em especial, pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Vimos que algumas empresas ajudavam financeiramente com o pagamento das mensalidades de seus funcionários, em troca de mão de obra capacitada para suas empresas.

Vimos, ainda que a UnU se configurou na concretização de um anseio pelos estudantes como forma de integrar o ensino superior na cidade de Uberlândia e assim conseguir um melhor status e desenvolvimento. Além disso, ressaltamos de forma sucinta, como se deu o processo de transformação da Faceu para Faceu/Unu.

Julgamos que a hipótese foi aceita, pois o diretório acadêmico contribui para o desenvolvimento da Faceu. Nesse contexto, foi possível perceber o anseio dos estudantes pela Reforma Universitária, e em especial, pela integração da Faceu à UnU, que passou a ser denominada: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia.

CAPÍTULO 5: A VIDA ESCOLAR NA FACEU NA VIGÊNCIA DAS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Este capítulo tem por objetivo descrever os registros encontrados sobre a vida escolar na Faceu. Mais especificamente, pretendemos analisar se houveram muitos registros em termos de discussões ou dificuldades para implantar e seguir as orientações das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para que possamos aceitar ou refutar a hipótese de que não foram encontrados sérios empecilhos em torno das orientações e normas de ambas as LDBs, no contexto da Faceu.

Para o alcance do objetivo proposto, o primeiro item descreverá uma sucinta fundamentação sobre as Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de 1961 e a de 1971. No segundo item serão registrados os fatos ocorridos na vida escolar da Faceu entre os anos de 1962 a 1978. Encerramos, com as considerações parciais ao final.

5.1 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961 e 1971)

Em meio a um clima de descontentamento no Brasil foi elaborado o segundo Manifesto dos Educadores, redigido por Fernando Azevedo, em 1959, que contou com o apoio e participação nas discussões de autores e intelectuais da época como: Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, dentre outros.

Nessa perspectiva, era urgente a necessidade de promulgar uma lei específica para o ensino, conforme estava previsto na Constituição de 1946, em seu art. 5º, inciso XV, alínea d: “Compete à união legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”. Partindo desse princípio institucional, a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 4.024, foi promulgada em 20 de dezembro de 1961. A partir disso, o Conselho Federal de Educação passou a ter competência para o estabelecimento do currículo mínimo e para a duração dos cursos superiores no Brasil. Convém mencionar que essa norma havia sido prevista na Constituição de 1934, foi retirada da Carta de 1937 e voltou a ser adicionada na de 1946, sendo sancionada, finalmente, em 18 de setembro desse mesmo ano.

Foram necessários 13 anos⁵⁵ para que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fosse aprovada. Essa LDB foi inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, conforme pode ser percebido a seguir:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
 - b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
 - c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
 - d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
 - e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológico que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
 - f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
 - g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.
- (BRASIL, 1961, Art. 1º)

Foram definidas, ainda, as normas para autorização e reconhecimento das instituições de Ensino Superior, a partir destas condições: idoneidade moral e profissional do diretor e do corpo docente; instalações satisfatórias; escrituração e arquivo escolar; garantia de remuneração digna aos professores e observância aos preceitos da lei.

Em relação ao Ensino Técnico, foi especificado que os sistemas educacionais poderiam optar por cursos a serem implantados, desde que estivessem inclusos em uma destas três modalidades: industrial, agrícola e comercial (BRASIL, 1961, Art. 47, § 1º) não abrangendo o ensino normal. No entanto, após a Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943), nenhuma legislação referente a essa modalidade foi alterada, o que somente ocorreu com a introdução da LDB de 1961 (CINTRA, 2009).

No tocante ao Ensino Superior, os seus objetivos eram “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (BRASIL, 1961, art. 66). Curiosamente, não foi feita referência ao ensino ou à extensão. Em relação aos estabelecimentos universitários isolados, sob a forma de fundações, foi decretado que teriam um conselho de curadores. Desse modo, a sua função seria a de aprovar o orçamento anual, fiscalizar atividades próprias e autorizar atos da diretoria (BRASIL, 1961, Art. 86).

A partir disso, a gestão dessas instituições deveria ser realizada no sentido de assegurar as seguintes condições: acesso à escola do maior número possível de estudantes; melhoria progressiva do ensino; aperfeiçoamento dos serviços de educação e o desenvolvimento do ensino técnico-científico das ciências, letras e artes (BRASIL, 1961, Art. 93). Caso essas condições não fossem obedecidas, o recebimento de recursos financeiros seria

⁵⁵ Em 1948, o anteprojeto foi encaminhado para tramitação, até a sua aprovação em 1961.

comprometido, pois seriam concedidos “preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino” (BRASIL, 1961, Art. 93), em consonância com os planos estabelecidos pelo conselho federal e pelos conselhos estaduais de educação. Dessa forma, é possível pressupor o esforço de tais faculdades em cumprir as condições estabelecidas, como forma de alcançar o status de universidade e serem inclusas na lista de selecionados para o recebimento de recursos governamentais.

Nesse momento de adequação, foi aprovado o Decreto do Conselho dos Ministros, em 30 de maio de 1962 (BRASIL, 1962). Essa legislação foi responsável por reconhecer, pela primeira vez, um curso de Administração: “É concedido reconhecimento ao curso de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública, mantida pela Fundação Getúlio Vargas e situada no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara” (BRASIL, 1962).

Portanto, esse era um marco na história das instituições de Administração do Brasil. A partir desse momento, outras entidades seriam fortalecidas e aperfeiçoadas, na intenção de receberem o reconhecimento esperado ou a autorização para funcionamento do curso de Administração, como por exemplo, na Faceu.

Prosseguindo essas discussões, encontramos a Lei nº 5.692 de 1971, a qual estabeleceu as diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus. Dessa forma, a LDBEN, como ficou conhecida, trouxe a influência do capital estrangeiro por meio de uma orientação liberal e tecnicista, pois privilegiou o âmbito utilitário do conhecimento. Nesse sentido, ele pode ser percebido da seguinte forma, na definição das regras para a formação especial de seu currículo: “terá objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau [...] em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional” (BRASIL, 1971, Art. 5º, § 2º). Destacamos, ainda que a mesma lei (5.692/71) obrigou que todo o segundo grau fosse profissionalizante, situação que perdurou até 1982 quando o Art. 5º, § 2º da lei mencionada foi revisto e permitiu-se o segundo Grau Propedêutico, também denominado Científico, por alguns autores.

É importante considerar que na época dessa publicação, a expansão do Ensino Médio estava a todo vapor, alcançando assim as metas do regime civil-militar. Em 1969, já existiam 46 universidades tanto públicas como privadas no território nacional (ROMANELLI, 2007). Assim, o novo cenário de expansão favoreceu à criação de universidades.

Em meio a esse contexto, convém ressaltar que em 1966, ocorreram inúmeros protestos contra os atos proferidos pela Lei Suplicy⁵⁶ (BRASIL, 1964), a qual destituiu legalmente a representatividade da UNE e proibiu atividades políticas nas organizações estudantis. Então, isso levou os membros dessa associação a atuar na ilegalidade. Ainda, nesse período, os estudantes contestavam os acordos firmados entre o MEC e a Usaid, que tinha agentes técnicos da AID⁵⁷ para contribuir com as mudanças corporativistas para inserção da estrutura de ensino do Brasil na lógica do mercado, sob coordenação do Ministério de Educação.

Isso, então, teve como base a “Teoria do Capital Humano”, que tem como pressuposto submeter à aquisição de saberes educacionais ao capital e à ideologia da segurança e desenvolvimento do país. Nesse contexto, o objetivo do ensino nacional era o de obter mão de obra qualificada a partir de um projeto educacional com princípios racionalistas e tecnicistas, com a preconização de uma metodologia, que substituiu “o ‘aprender a aprender’ da Escola Nova pelo ‘aprender a fazer’ da Pedagogia Tecnicista” (REZENDE, 1993, p. 20). Dessa forma, a construção de universidades democráticas e de estudantes de consciência crítica seria coibida.

Em suma, com a Teoria do Capital Humano, a educação nacional ficaria dependente da demanda das linhas de produção e das necessidades do processo industrial iniciante no país. Quanto a isso, foi enfatizada a relação de subordinação da educação em relação ao capital, por meio do “estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a ‘Teoria do Capital Humano’, entre Educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização” (GERMANO, 1993, p. 105-106).

Além dos fatores mencionados, prevalecia o “incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital” e o “descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita” (GERMANO, 1993, p. 106). Assim, “O regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de primeiro e segundo graus, sobretudo”. (GERMANO, 1993, p. 106).

⁵⁶ A Lei Suplicy dispõe sobre os Órgãos de Representantes dos Estudantes (Brasil, 1964) e buscava o controle direto ou indireto desses órgãos pelo Ministério da Educação. Recebeu o nome Suplicy, pois foi o Ministro da Educação: Flávio Suplicy de Lacerda quem patrocinou a lei.

⁵⁷ AID – Associação Internacional de Desenvolvimento, fundada em 1960, com sede em Washington, D.C., EUA.

Em termos sociais, as insatisfações com os ditames do regime civil-militar por diferentes parcelas da sociedade brasileira geraram a “Passeata dos Cem Mil”, ocorrida em junho de 1968, no Rio de Janeiro. Essa mobilização contava com integrantes da Igreja Católica, estudantes, docentes e classe média, inconformados com o processo ditatorial e imperialismo dos Estados Unidos.

5.2 A vida escolar na Faceu

Aqui temos a pretensão de explorar situações relacionadas com o regime didático, programas de ensino, currículo, exame de habilitação, avaliação da aprendizagem, estágio, evasão escolar e alterações regimentais. Para tanto, essa discussão será pautada nas legislações pertinentes e orientações pedagógicas, inseridas no contexto da época.

No tocante ao regime didático, o primeiro documento nesse sentido especificava que os cursos de Contador e de Economia teriam 2.700 horas/aulas (675 por ano), correspondendo a quatro anos letivos, divididos em 8 períodos, com dois períodos/semestres cada um, devido à necessidade de atendimento aos 180 dias letivos, conforme Portaria Ministerial nº159, de 1965 (MEC, 1965). Esta deveria ser seguida também para estabelecer limites e determinar o número, duração e período das aulas a ser fixado pela congregação de professores (Art. 12). Com a aprovação do curso de Administração, o mesmo regime didático foi mantido.

Ainda sobre isso, foram verificados relatos constantes de justificativas sobre o não cumprimento do plano de ensino, em virtude da pequena carga horária, como se segue:

[...] será necessário que nos seja colocado à disposição maior número de aulas (BRASIL, 1963-1968).

“Para o próximo ano recomendo o mesmo programa e maior número de aulas” (BRASIL, 1963-1968).

Em vista da carência de tempo – um semestre – tempo insuficiente para proceder a um estudo mais aprofundado da disciplina, necessário, se torna, então, elaborar um plano de ensino sucinto (BRASIL, 1963-1968).

[...] formar-se um Estatístico, nos dias de hoje, não é tarefa fácil e rápida que possa ser realizada apenas no período de um ano (BRASIL, 1963-1970).

“Não desenvolvemos todo o programa, pois o número de aulas foi pequeno para os trinta e sete pontos previstos para o corrente ano” (BRASIL, 1963-1968).

Como a cadeira foi englobada com a de Direito Tributário, tendo a nossa de ser desenvolvida somente durante o primeiro semestre, conforme deliberação da Congregação de Professores, ratificada também par ao corrente ano letivo, não nos resta outra alternativa, senão a de tratar dotar os estudantes, de um pouco mais – e isso já será muito diante do tempo exíguo – que as simples noções de trabalho e de

suas conseqüências. Essas observações valem também para o ano letivo de 1967, pois as condições são as mesmas (BRASIL, 1963-1968).

A cadeira de “CIENCIA DA ADMINISTRAÇÃO” que tem por objetivo primacial a racionalização de todas as atividades – deve ter o seu estudo perfeitamente planejado, levando-se em conta a extensão do programa e a contingência de executá-lo, dentro de uma angustiosa limitação de tempo, desde que fixado em apenas um ano letivo (BRASIL, 1963-1968).

Convém observar que poderíamos deter-nos mais em determinados assuntos como por exemplo em Recrutamento e Seleção ou mesmo em Remuneração do pessoal que poderiam ser mais desenvolvidos e não o foram dada a exiguidade de tempo em virtude de ter o Curso seguido a seriação do Regimento da Faculdade, período de duração de meio ano letivo (BRASIL, 1963-1968).

Caso não fosse possível ministrar o seu ensino, por exiguidade de tempo, como, realmente, aconteceu, resultaria menor prejuízo para os estudantes (BRASIL, 1963-1968).

Continuamos achando que, em virtude da duração do curso, é o mais racional para um conhecimento sucinto deste Direito que tem desafiado a inteligência dos homens e dos governos de todo o mundo (BRASIL, 1963-1968).

Não foi possível dar todo o programa, organizado para o presente ano. Para essa falha contribuiu não só a extensão do mesmo programa, mas, sobretudo, a coincidência de provas bimestrais e de numerosos feriados nos dias de aula da disciplina em foco (BRASIL, 1963-1968).

Em vista da carência de tempo – um semestre apenas, tempo insuficiente para proceder a um estudo mais aprofundado da disciplina, necessário se torna, então, elaborar um plano de ensino sucinto, abrangendo apenas matéria estritamente indispensável a um conhecimento geral da disciplina (BRASIL, 1963-1968).

No entanto, convém registrar o relato de um professor, por um lado, que não teve dificuldade em administrar o tempo disponível: “Sugerirei, em tempo oportuno, uma adaptação do programa. O número de aulas é suficiente” (BRASIL, 1963-1968). Por outro, um docente fez estas considerações:

dificuldade em lecionar tecnologia ante o aceleração da técnica moderna, falando ainda sobre a decisão inesperada da programação dessa cadeira [Organização e métodos] para dois períodos, quando o programa em execução fora previsto para um semestre e a matéria já estava praticamente dada (BRASIL, 1969b).

Prosseguindo para outro eixo de análise, ressaltaremos os Programas de Ensino e as diretrizes curriculares. Em relação ao programa de ensino, destaca-se aqui a crítica de uma aluna feita logo no início das atividades da Faceu, já que tratava de um período em que eram frutíferas as mudanças do modelo de universidade, o que só poderia ser transformado a partir de uma reforma universitária:

Deixam-se de lado as necessidades do momento, desprezam os ramos técnicos da ciência, e esboçam uma Universidade retirada do processo histórico, insensível às exigências da nação. Limitam-se a dar uma informação e não uma formação profissional que mostre ao estudante sua responsabilidade, sendo parte de uma

comunidade, de contribuir para o seu desenvolvimento. Não imbuí o profissional da missão que deve desempenhar na sociedade. A grande missão profissional da Universidade é, portanto, a sua vinculação às exigências do nosso plano de desenvolvimento econômico: Engenheiros, agrônomos, veterinários e outros técnicos para o progresso material; juristas, sociólogos – conscientes das modalidades da convivência social; médicos para atender as condições médico-sanitárias urbanas e rurais; arquitetos que conheçam o grave problema habitacional do povo brasileiro. (OLIVEIRA, 1963, p. 3)

Sobre os programas de isto, talvez por proximidade geográfica ou por amizade entre diretores, a Faceu, em especial, nos primeiros anos de atuação, mostrou ter maior relacionamento com a Face (Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG) do que com as faculdades em nível nacional. Nessa perspectiva, ao delimitar os programas de ensino e as diretrizes curriculares para a Faceu, foram adotadas como base as decisões que já haviam sido tomadas pelas instituições congêneres de Belo Horizonte. Para tanto, essa última instituição solicitou informações em certa ocasião e recebeu a seguinte resposta:

1 - Nossa faculdade pretende estabelecer currículo tal que permita os dois primeiros anos comuns a todos os cursos mantidos por ela. Entretanto, até hoje não resolveu nada a esse respeito, devido à divergência das cadeiras do 2º ano dos diversos cursos.

2 - No nosso currículo há a cadeira de Geografia econômica para todos os cursos. Acho, entretanto, perfeitamente dispensável para Ciências Contábeis.

3 - Tomando por base o nosso programa, e também levando em conta a flexibilidade permitida pelo CFE, você poderia organizar o 2º ano de Ciências Contábeis e Administração de Empresas com as seguintes disciplinas.

- a) Estatística;
- b) Contabilidade Industrial;
- c) Auditoria e Análise de Balanços *;
- d) Contabilidade Comercial;
- e) Direito Privado

A disciplina assinalada com asterisco, embora com nome diferente (Análise Macro-Econômica) está colocada na 2ª série do Curso de Economia. Sobrariam somente, as de Contabilidade Comercial e Industrial.

Entretanto, no caso de funcionar o curso de Economia, bastaria você completar as cadeiras que faltam, se o regimento interno da Faculdade permitir e, no seu caso específico, se o CFE autorizar. Valerá o conteúdo do programa. (Correspondência da Universidade de Minas Gerais – Faculdade de Ciências Econômicas, 13 de setembro de 1963).

A partir dessa constatação, e em conformidade com a legislação pertinente, foram especificados para as graduações de Ciências Contábeis e Economia os currículos mínimos, divididos em ciclo básico e formação profissional, além das matérias complementares. Todas as disciplinas foram distribuídas em torno dos oito períodos previstos, com possibilidade de inclusão de alterações em atendimento às determinações do Conselho Federal de Educação e da congregação de professores.

Um adendo importante foi a especificação no 9º artigo do núcleo comum de disciplinas inclusas nos quatro primeiros períodos. A partir do cumprimento dessa base, os estudantes poderiam optar por um dos cursos. Além disso, caso não houvesse compatibilidade

de horário nem sobrecarga de aulas, eles poderiam participar concomitantemente das disciplinas de ambos os cursos a partir do quarto período e, assim, receber duplo grau de bacharel. No que se refere à sobrecarga de aulas, o regimento apenas especifica que não fosse “prejudicial ao ensino” (Art. 9º, & 2º), não estabelecendo a quantidade máxima de disciplinas por semestre.

A esse respeito, notam-se também relatos de professores. Um deles argumentou que cumpriu a parte do programa exigida pelo regimento interno e pela LDB (BRASIL, 1963-1968). Enquanto outros, a exemplo do último relato da aluna, mostravam-se afoitos por mudanças no ensino. Um desses profissionais fez a seguinte sugestão sobre aquela época: “o mercado de trabalho não mais reclama um administrador para o Pessoal, mas um jurista, um consultor jurídico, especialização em leis e questões trabalhistas” (BRASIL, 1969b). Outros ainda relataram:

Levando-se em conta o desenvolvimento do país em geral e, especialmente, o industrial, evidente se torna a necessidade que temos de preparar técnicos em custos industriais. [...] As escolas de grau médio ministram conhecimentos de contabilidade geral e, embora possam ter em seu “currículo” a cadeira de contabilidade industrial, não dão aos estudantes conhecimento sólido a respeito do custo industrial, limitando-se, geralmente, ao ensinamento de alguns lançamentos (BRASIL, 1963-1968).

Sendo a Análise Micro Econômica uma cadeira cujos ensinamentos são de utilização imediata na economia de Empresas, e considerando que as características de nossa região nos faz sentir que a maior necessidade no ramo profissional da economia é para o setor empresarial, procuraremos imprimir ao nosso trabalho uma orientação condizente com estas circunstâncias (BRASIL, 1963-1968).

Em meio às reivindicações em relação às pretensões curriculares para a formação profissional, a Faceu argumentou para o Conselho Federal de Educação que para o curso de Contador a conveniência necessária havia sido reconhecida quando de sua autorização.

Em relação ao curso de Economia, foi dito o seguinte:

estava amplamente justificado pelo próprio sentido da expansão econômica de Uberlândia, centro de irradiação para o interior do país, em pleno florescimento. O currículo adotado é mais para formar um gerente empresarial do que o economista reclamado pelos grandes centros industriais. Está adequado às necessidades regionais. (Correspondência expedida ao Conselho Federal de Educação em 15 de junho de 1967).

Com o passar do tempo, foi possível perceber que a definição dos programas de ensino, e para tanto o seguimento das diretrizes curriculares, era um item de pauta constante.

Esse fato fica mais evidente neste trecho de uma ata:

foram aprovados os programas de ensino para o ano de 1977, com exceção (sic) dos programas do 1º ano em virtude da implantação da reforma e da estrutura curricular para o curso básico e das disciplinas Análise de Balanços, Contabilidade bancária e pública por proposta de alteração no currículo profissionalizante (BRASIL, 1964-1976).

Em suma, diante das reivindicações dos professores, visando o aumento de suas cargas horárias, conforme visto, percebe-se que essa questão está diretamente relacionada com a definição das diretrizes curriculares e, conseqüentemente, dos programas de ensino. Além dos apontamentos registrados em relatórios, foram localizadas discussões levantadas em reuniões de departamentos, como esta: “Um período escolar é muito pouco para a disciplina de Administração Escolar. Seriam necessários QUATRO períodos escolares” (BRASIL, 1969b).

Sobre a definição das cargas horárias das disciplinas, existiam ainda as “quatro provas parciais que [roubavam] [...] quinze preciosos dias de aulas em cada bimestre, com grave prejuízo dos programas de aula” (BRASIL, 1969b).

Outro eixo de análise que merece destaque é o exame de qualificação, que foi descrito em um discurso de uma estudante no seguinte teor:

Substituído pela verificação do mérito do estudante, depois de lhe haver sido dada a qualidade de estudante, depois de lhe haver sido dada a qualidade de estudante e as condições materiais para estudar. Os cursinhos pré-vestibular, destinam-se aos que contam com tempo e recursos financeiros. Os sistemas de provas dão ao exame vestibular o caráter de teste de estabilidade emocional, além do usado sistema de “pistolões” e recomendações. (OLIVEIRA, 1963, p. 3).

Nessa perspectiva, a aluna propõe a supressão do vestibular, como uma possível alternativa para o acesso às faculdades. No entanto, a Faceu representou sua preocupação social ao oferecer cursinhos gratuitos para possibilitar o acesso aos que não tinham condições em arcar com os custos de preparativos pagos em uma época que mais de 110 estudantes haviam se candidatado ao primeiro vestibular da Faceu (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 12 de janeiro de 1963). Mas também é possível partir do pressuposto de que essa iniciativa da faculdade possa ter ocorrido para satisfazer as reivindicações dos estudantes, por meio do Diretório Acadêmico. Nesse contexto, o limite de matrículas foi fixado em 80 vagas para o primeiro ano (Edital do primeiro vestibular da Faceu), sendo isso determinado pelo Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1963-1977).

Nessa perspectiva, o primeiro registro de existência de um cursinho para o exame de habilitação para acesso às graduações da Faceu foi publicado em um aviso de que a instituição uberlandense de ensino iria patrocinar, a partir do dia 17 do mês de dezembro, das 13h30min. às 17h, um preparativo de dois meses das disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia Econômica. Os interessados deveriam se dirigir à tesouraria da Faculdade de Direito, na rua Duque de Caxias, 285. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 11 e 16 de dezembro de 1962).

O edital foi publicado com data de inscrição no período de 1 a 20 de janeiro de 1963, e constava como local para isso a secretaria da Faculdade de Ciências Econômicas, na Rua Duque de Caxias, 285. No entanto, as provas do vestibular eram realizadas na sede da faculdade, na Rua Barão de Camargos, 695 (Edital do concurso de habilitação, em 22 de janeiro de 1965).

Os artigos compreendidos entre os números 17 a 26, tanto do regimento interno aprovado em dezembro de 1965 quanto sua adaptação para a integração da UnU (sem data), são idênticos e normatizaram o vestibular da Faceu. Os candidatos, nesse caso, deveriam apresentar documentação e pagar uma taxa para requerer a inscrição. Além dos documentos pessoais, para candidatura eram ainda requeridos: atestado de idoneidade moral e de sanidade física e mental.

Essa prática de exigência do atestado de idoneidade representava um caráter discriminador, que contrariava os preceitos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada no Brasil em 20 de dezembro de 1961. Dentre suas determinações estava: “a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de [...] quaisquer preconceitos de classe ou de raça”. Com isso, é possível perceber que o atestado de idoneidade moral excluía, por exemplo, a classe de ex-detentos. (BRASIL, 1961, Art. 1º, g).

Outros trechos do documento enfatizavam aspectos como: “A educação é direito de todos” (Brasil, 1961, Art. 2º), “de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos”. (Brasil, 1961 Art. 3º II). Essas atitudes foram alteradas, quando a USP - Universidade de São Paulo, representando a vanguarda do Ensino Superior no País, dispensou o atestado de sanidade física e mental em 1979 (Jornal da República). Mesmo que isso tenha acontecido de forma tardia, outras instituições logo em seguida adotaram o procedimento.

O regimento previa a realização do exame no mês de fevereiro. Os candidatos eram submetidos a provas escritas e orais das seguintes disciplinas: Matemática, História Econômica do Brasil, Geografia Econômica do Brasil e Português, compreendendo assim o conteúdo do Ensino Médio em vigência. É interessante observar que, apesar do processo de “americanização” que vigorava no Brasil, o idioma inglês não era requisito para o acesso à Faceu.

O artigo 20 estabeleceu o caráter sigiloso para a correção das provas escritas, que não deveriam constar a identificação do candidato. Outra forma adotada para preservar a imparcialidade nesses casos era o sorteio de pontos (temas) no horário fixado para realização

da avaliação. Eles eram formulados pela comissão organizadora seguindo orientações sobre a devida quantidade fixada pelo diretor da faculdade.

Essa comissão era composta por três membros, com a obrigatoriedade de que um deles fosse professor da Faceu. O diretor da faculdade nomeava a comissão após sugestões em reunião do conselho departamental, na qual também era elaborado o programa de provas.

A comissão examinadora era responsável também pela correção das provas escritas, aferição desses resultados e posterior aplicação do exame oral, o qual era determinado a partir da escolha de pontos, previamente estabelecidos pelo professor em exercício. A ela cabia ainda a determinação do tempo e método de arguição (da prova oral).

Após o resultado dos classificados do vestibular, e havendo vagas, era permitida a matrícula no primeiro semestre de portadores de diplomas de cursos superiores, sem a necessidade de submissão ao exame vestibular. Mas, se mesmo assim, sobrassem vagas ociosas, era realizado novo exame de seleção. Convém ressaltar que nas atas das reuniões do conselho departamental de 1963 a 1977 ocorreu um segundo vestibular em todos os processos seletivos. As avaliações eram realizadas a partir das 19h30min., com a realização de uma prova por dia (BRASIL, 1963-1977).

Para fiscalizar todo o processo seletivo, era designado um inspetor federal, o qual também acompanhava as atividades da Faceu nesse sentido. Nos registros da faculdade foi encontrado um atestado emitido pelo senhor Francisco de Palma Souza, inspetor federal. Nesse documento, ele ressaltava seu trabalho na Faceu desde o início das atividades da instituição e que, até então, os três cursos funcionavam normalmente: “todos os seus atos escolares têm sido praticados com observância fiel aos dispositivos legais e determinações ministeriais pertinentes, não existindo na mesma irregularidade alguma a ser sanada ou suprida”. (Atestado assinado pelo inspetor federal, em 16 de outubro de 1970).

O inspetor também enviava correspondências para registrar os trâmites de todas as etapas dos vestibulares. Exemplo disso foi encontrado em um arquivo, no qual ele informava que o processo seletivo para o curso de Ciências Contábeis, turma 1963, havia sido realizado em duas chamadas, nos seguintes períodos: 16 a 21 de fevereiro de 1963 e 18 a 23 de março de 1963, “os editais foram publicados na imprensa. E com rigor, normalidade” (Correspondência do inspetor federal, em 30 de março de 1963). Os resultados desse importante processo, que foi o primeiro vestibular da Faceu, podem ser visualizados no quadro a seguir:

Quadro 21: Resultado do primeiro vestibular da Faceu

Exame	Candidatos inscritos	Candidatos aprovados	Candidatos reprovados	Candidatos ausentes
Primeiro	78	60	18	5
Segundo	26	21	0	5

Fonte: correspondência do inspetor federal, em 30 de março de 1963.

Também foram localizados resultados de exames de habilitações do curso referentes aos anos de 1967 a 1969, como pode ser visto no quadro 22.

Quadro 22: Dados sobre os Exames de Habilitações nos anos de 1967, 1968 e 1969.

Ano do exame de habilitação	Nº de inscrições	Quantidade de aprovados
1967	75	67
1968	91	87
1969	134	106

Fonte: Correspondência da Faceu para a Delegacia Regional de Ensino, em 29 de dezembro de 1969.

Esses resultados mostram que a demanda para acesso aos cursos da Faceu estava aumentando progressivamente. Além disso, evidenciam a seriedade da faculdade, pois, mesmo havendo vagas ociosas, alguns candidatos não eram aprovados apenas para garantir o seu preenchimento e, conseqüentemente, o aumento de receita a partir dos pagamentos de mensalidades e anuidades.

Ainda é importante ressaltar que o controle dos exames vestibulares era intenso. Prova disso pode ser visualizada no trecho de uma correspondência, conforme a seguir:

Vem a CAPES promovendo anualmente um inquérito sôbre os exames vestibulares prestados nos estabelecimentos de ensino de nível superior. Solicitamos o preenchimento do questionário, a ser preenchido para cada curso ministrado pelas diferentes escolas – desde que sejam tais cursos objetos de exames vestibulares distintos. (Correspondência expedida pela Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 19 de fevereiro de 1963).

O processo seletivo era elogiado pelo empresariado local, no sentido de prover o comércio e a indústria com bons profissionais: “Com o excepcional êxito das provas de seleção havidas [...] em que, apesar do rigor, foram aprovados cerca de setenta candidatos, novas perspectivas estão abertas para uma próxima melhoria do nosso padrão de comércio e indústria”. (Uberlândia Comercial, fevereiro de 1963).

Os professores também demonstravam apreço pelo vestibular:

Cumpre-nos destacar o satisfatório nível de conhecimentos gerais que apresentam os acadêmicos da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, produto,

naturalmente, da seleção escrupulosa que se fez, na oportunidade de seu ingresso nessa casa de ensino superior (BRASIL, 1963-1968).

Mas, mesmo assim, na transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, notavam-se alguns problemas, como pode ser visto neste trecho de um relatório: “estudantes não trazem do curso médio a bagagem necessária para a compreensão das disciplinas do curso superior, procurar recapitular os conhecimentos básicos das outras disciplinas” (BRASIL, 1963-1968).

Entretanto, em especial, existia um consenso de que os estudantes se matriculavam na Faceu com dificuldades em relação à Matemática. Para isso, eram oferecidos alguns cursos de reforço, conforme visto. Era também evidente certa deficiência quanto à escrita formal, porém ainda não tinha sido proposto curso algum nesse sentido, de forma que somente “na correção das provas, os erros de Português foram severamente punidos” (BRASIL, 1963-1968).

Outro ponto importante é que, em algumas vezes, houve casos de matrícula de estudantes excedentes. No primeiro vestibular da Faceu, por exemplo, foram matriculados quatro inscritos aprovados, sendo que dois eles haviam empatado na média geral (BRASIL, 1963-1977). Nessas situações, em que o número de matriculados ultrapassava as 80 vagas permitidas, era necessário informar os órgãos superiores para o acesso de novatos inseridos nessas circunstâncias. O mesmo ocorreu novamente em 1964, quando uma autoridade do Rio de Janeiro comunicou ao diretor da Faceu que não se oporia à matrícula de quatro excedentes. (Correspondência do Chefe SI PT – Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1964).

A vice-reitora da Universidade de Uberlândia, Ilar Garotti, remeteu à faculdade a primeira lista de candidatos classificados no vestibular. As matrículas deveriam ser realizadas entre 4 e 11 de fevereiro; no dia 12 deveria ser enviado o total de candidatos desistentes, para que fosse entregue a segunda lista. (Memorado nº 26, de 2 de fevereiro de 1974).

Prosseguindo essas discussões sobre as questões pedagógicas na Faceu, ressaltaremos a dimensão didática, pois o artigo 10 do Regimento Interno da Faceu ressaltava algumas questões importantes sobre a didática, no seguinte teor: “O ensino das disciplinas nos cursos será realizado em aulas de preleção, aulas práticas e seminários, de acordo com o plano estabelecido pelo professor e aprovação pela congregação, sob parecer do respectivo departamento”. (Art. 10 – regimento da Faceu).

A esse respeito, alguns professores, ao desenvolverem os Planos de Ensino e de aula ou relatório, especificavam as formas pelas quais as classes seriam ministradas. No que se refere à aprovação por parte da congregação, sob parecer do respectivo departamento, foram vistos registros de que o inspetor federal era responsável por verificar os Planos de Ensino. Além disso, a Faceu contava com a colaboração do assessor didático para orientar os

departamentos (BRASIL, 1963-1977). Ainda, sempre que era necessário algum estudo didático ou formação de comissão de professores, esse mesmo colaborador se fazia presente nas reuniões (BRASIL, 1963-1977). Parte das funções desse profissional pode ser compreendida por meio do trecho de uma correspondência: “Após conferência dos diários de classe até a data de 30 de abril, comunico o registro de matéria, cujas reposições deverão ser realizadas em Projeto: 5 aulas, Mercadologia: 6 aulas e História Econômica: 6 aulas”. (Correspondência do assessor didático para o diretor da Faceu em 2 de maio de 1974).

Adiante, são expostos alguns posicionamentos dos professores, no que diz respeito à didática aplicada por eles:

O programa, que é apresentado em anexo, não tem pretensão (sic) alguma, é relativamente curto, e pretende o responsável pela cadeira desenvolvê-lo sem mistificações retóricas, sem modernismos apressados e geralmente mal assimilados, – mas com simplicidade e honestidade, concomitantemente com trabalhos práticos, individuais e grupais, perseguindo a grande meta que é a de fazer com que os estudantes adquiram noções simples, porém seguras e precisas da matéria, ensejando, aos mais entusiastas, futuros estudos mais aprofundados ou especializados (BRASIL, 1963-1968).

Seguirá o professor o método tradicional ou histórico, tendo em vista que outro ainda não conseguiu os melhores resultados (BRASIL, 1963-1968).

Não tenho a pretensão de asseverar como excelente o resultado de aproveitamento obtido. Podemos, entretanto, considerá-lo satisfatório, se atendermos aos diversos condicionamentos, impostos à transmissão do ensino e à aprendizagem (BRASIL, 1963-1968).

Aproveitando os conceitos ensinados nos anos anteriores, relativos às cadeiras de Economia, Estatística e Análise Micro-Econômica o curso de Contabilidade Nacional pretende transmitir conceitos macro-econômicos da formação do produto bruto, a partir de quatro processos [...] (BRASIL, 1963-1970).

Autores inúmeros e de monta desprezam a divisão tradicional da ECONOMIA POLÍTICA, propugnando a utilização de certas idéias centrais [...] Outros, como Cesarino Júnior, ridicularizam os atuais métodos de ensino, chegando a afirmar que por esse sistema de preleção “o professor decora em casa e repete para o estudante. No exame, o estudante decora em casa e repete para o professor.” Há quem denomine o processo de preleções de “método da salivação”. Entretanto, embora considere ando valiosos e grandemente aproveitáveis tais pontos de vista, entende o responsável pela cadeira que tais inovações devem ser apreciadas com muita discrição e aplicadas com moderação [...] (BRASIL, 1963-1968).

No tocante ao método de ensino, com o objetivo de promover a maior e mais ativa participação dos senhores estudantes, além da parte expositiva do programa, pela forma usual de preleções e crítica, serão realizados, em aula, trabalhos escritos, e, ainda, com a possível frequência, estabelecidos debates orais, versando a matéria (BRASIL, 1963-1968).

Essas citações mostram que o método tradicional de ensino-aprendizagem pautado na “transmissão dos conhecimentos” e na figura do estudante como ator passivo em todo o processo era predominante. Esse pressuposto pode ser observado a partir da consideração de

dois professores, conforme trechos reproduzidos, ao utilizarem as variações do verbo “transmitir”, ou seja, os conhecimentos não eram compartilhados, mas sim transmitidos. Dentre as seis citações, apenas na última é possível observar a representação do ensino pautado na inserção do estudante como agente ativo em seu processo de aprendizagem, no momento em que há referência à sua participação.

A título de ilustração, foi encontrado no regimento informações de que o ensino havia sido pensado de forma a permitir aos estudantes o acesso a diferentes espaços, para que pudessem vivenciar na prática outras formas de aprendizagem, que não fossem pautadas apenas na transmissão de conhecimento pelo professor. Isso fica bem evidente neste trecho: “As aulas práticas e os trabalhos de seminários poderão ser realizados eventualmente, fora da faculdade, em locais adequados aos seus objetivos [desde que não atrapalhem o horário das demais aulas]”. (Art. 13)

Por outro lado, o documento ressaltava a possibilidade de haver avaliação com consulta, o que permitia que os alunos refletissem sobre os conteúdos, no lugar de apenas memoriza-los. Ainda, com a permissão do diretor, o professor poderia estabelecer um horário para atendimentos individuais a esses estudantes. (Art. 14)

Por outro lado, o documento ressaltava a possibilidade de haver consulta às avaliações, o que permitia que os estudantes refletissem sobre os conteúdos, no lugar de apenas decorá-los. Ainda, com a permissão do diretor, o professor poderia estabelecer um horário para atendimentos individuais a esses estudantes. (Art. 14)

Prosseguindo na análise do 10º artigo do regimento, nota-se também a polarização de aulas práticas, em contraposição às teóricas. A esse respeito, um docente relatou o seguinte:

A parte puramente teórica e doutrinária foi relegada a um segundo plano, sendo minha preocupação, fazer um curso mais prático e com melhor aproveitamento para os futuros homens de empresa (BRASIL, 1963-1968).

Quanto aos trabalhos práticos, esperamos conseguir desenvolver no estudante o espírito de pesquisa, tão necessário à formação do profissional (BRASIL, 1963-1970).

Essas duas citações nos mostram, por um lado, que apesar de os professores assumirem a preferência pelo método de ensino tradicional, aplicado na ministração dos conteúdos teóricos, também estavam buscando, por outro lado, promover aos estudantes a experiência prática e gosto pela pesquisa, embora ainda de uma forma muito incipiente, como pode ser visto nestes trechos de relatórios:

Procuramos também incentivar a pesquisa o que foi parcialmente conseguido (BRASIL, 1963-1968).

Como complemento às nossas aulas, daremos exercícios e pesquisas a serem executados pelos estudantes com o fim de despertar-lhes interesse pela matéria e consequentemente propiciar-lhes maior aproveitamento (BRASIL, 1963-1968).

Deveremos apresentar trabalhos que *obriguem* o estudante a passar por todas as fases da metodologia estatística visando com isto familiarizá-lo não apenas com a parte de análise, mas também com a coleta, interpretação e exposição dos dados, já que uma das grandes limitações ao uso da matéria pode ser encontrada num trabalho imperfeito numa destas fases (BRASIL, 1963-1970).

Diante disso, outros docentes demonstravam preocupação em conscientizá-los, em sua didática, o que pode ser visto a seguir:

Cumpra ao professor procurar mostrar aos estudantes a impropriedade e o absurdo que existe em se afirmar, como se tem tentado por aí, haver uma Economia Política Capitalista e outra Socialista (BRASIL, 1963-1968).

O relato acima mostra que as disputas políticas da época, nacional e internacional, ecoaram em sala de aula. Assim, o relato é de 1967 já com a Ditadura Civil Militar instalada (desde 1964) e em plena Guerra Fria (Capitalismo versus Socialismo). Embora, não possamos afirmar que os professores da Faceu fossem adeptos do Capitalismo dos Estados Unidos, podemos mencionar que essa era a posição predominantemente no Brasil e em especial, nas áreas de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração.

Em outras ocasiões, era relatado:

A minha experiência de magistério [de 10 anos] me convenceu de que, infelizmente, nem sempre os estudantes de nível superior possuem conhecimento atualizado de história, para poder dispensar aqueles comentários. Pressupô-lo, como, de direito, mas não de fato, se poderia fazê-lo, exporia ao perigo de análises estratosféricas, sem o apoio de bases concretas e precisas. Ressalto essa ocorrência, porque, no começo do ano, se notou certa insatisfação por parte de alguns estudantes, os quais, entretanto, compreendendo, posteriormente, melhor, o objetivo do mestre e dispondo de dados históricos mais seguros para suas análises e raciocínio, se declararam, lealmente, “reconquistados” para a disciplina (BRASIL, 1963-1968).

A citação acima ressalta as deficiências que os estudantes trazem para o Ensino Superior e que impedem a adequada aprendizagem dos conteúdos na faculdade. E, como o professor se referiu “ao perigo de análises estratosféricas” mostra não apenas o compromisso com o mercado, mas também, e principalmente, com os estudantes sua clientela que acolhe e tem o dever de preparar para a vida, o trabalho e a cidadania.

Por último, convém relatar que um dos docentes planejou fazer visitas técnicas, para enriquecimento do conteúdo abordado em suas aulas: “Dentro das possibilidades, procurará o professor promover visitas a estabelecimentos industriais, cuja organização possa oferecer aos estudantes uma visão da realidade” (BRASIL, 1963-1968).

Além dessa iniciativa, verifica-se certo interesse pela promoção de trabalhos da faculdade por parte dos empresários de Uberlândia. Exemplo disso foi a iniciativa de conferir diploma de mérito ao professor que obtivesse êxito no alcance de resultados acadêmicos, baseados no seguinte contexto:

Todo estudo, para se completar, deve estar ligado à ação; ou melhor dizendo – devemos aplicar os conceitos adquiridos à resolução de nossos problemas.

Partindo deste princípio, o economista que pelos seus estudos chega à conclusão de que o fator ou os fatores “x” e “y” estão atrofiando a economia de uma região e limita-se a fazer suas anotações pura e simples para efeito didático; êste homem passou no caminho da verdade, porque ao seu estudo não acrescentou a ação necessária e imprescindível.

Reconhecemos as dificuldades de V.Sas., em acrescentar esta ação, e é por esta razão que lhes propomos um pacto de união de estudo e ação. Dada a complexidade da proposição, limitamos nesta oportunidade, a projetar a idéia e desde que haja interesse por parte de V.Sas., ficaríamos honrados em receber um representante dessa escola para trocarmos idéias na reunião da Diretoria desta Associação. (OFÍCIO 847/70 da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia em 20 de março de 1970).

No mesmo ofício, no qual indicava-se a iniciativa dos empresários locais, estava escrito à mão: “Solicitar ao Assessor Didático para comparecer à reunião a ser agendada na Associação Comercial e Industrial.” Esse profissional, embora não citado aqui antes, atuava na Faceu e tinha como uma de suas funções comparecer às reuniões, em especial, aquelas realizadas pelo conselho departamental, quando necessário.

Em uma ata, inclusive, um professor fez menção ao assessor didático da faculdade, propondo que esse último reunisse com os chefes de departamento todas as quartas-feiras a partir das 14 horas. A proposta foi aprovada na ocasião, porém não foram localizados registros sobre encontros posteriores (BRASIL, 1963-1977).

Mas, anos antes dessa decisão, o diretor havia comunicado aos conselheiros o recebimento de uma cópia da ata de uma assembleia geral dos estudantes. Em seguida, as discussões foram abertas e realizadas as seguintes deliberações:

- a) O assessor didático e os chefes de departamento deveriam analisar com os representantes de classes assuntos referentes a problemas didáticos;
- b) Após, o conselho departamental estaria encarregado de analisar os problemas de ordem não didática;
- c) O conselho departamental deveria indicar sugestões para os problemas dos itens a e b (BRASIL, 1963-1977).

Essas determinações mostram que os estudantes também estavam atentos aos problemas didáticos no contexto da Faceu. Prova disso foi a promoção de um evento, de ordem didática, bem como, a sugestão do nome de um professor para assumir o cargo de assessor didático, conforme é explicitado aqui:

O D.A., responsável pela promoção do 1º Seminário sobre didática e assuntos internos da nossa Faculdade, em contato com os estudantes, chegou à conclusão de

que o grande problema por que passa o ensino ora ministrado prende-se ao Deptº Didático. Sabemos que compete à direção a nomeação para o referido cargo, e este, para o bem da coletividade estudantil, deverá ser um nome que identifique os nossos anseios. Cremos que o critério será o magnânimo apoio e vontade de todos. E atendendo aos pedidos insistentes dos nossos caros colegas é que rogamos desta direção a nomeação do Professor CELSO CORREA DOS SANTOS, para o relevante cargo de Assessor Didático da Faculdade”. (CORRESPONDÊNCIA DO D.A PARA O DIRETOR DA FACEU EM 10 DE DEZEMBRO DE 1973).

Consideramos relevante essa citação, pois provavelmente as aulas estavam monótonas e a partir desta constatação, foi feita indicação do professor Celso Correa dos Santos pelos estudantes devido à habilidade didática mostrada em suas aulas. O assessor didático, nesse contexto, assumia um importante papel por ter enquanto atribuição, o estudo sobre cadeiras, como por exemplo, para analisar a possibilidade de aumento da carga horária da disciplina de Matemática, por sugestão do Diretório Acadêmico (BRASIL, 1963-1977). É claro que essa definição era dependente de inúmeros fatores em conjunto com outras disciplinas, mas isso não dispensava a orientação desse profissional.

Outra questão que merece destaque é a avaliação da aprendizagem. Em relação a isto, as representações referentes ao processo avaliativo da aprendizagem serão iniciadas ao ser enfatizada a importância atribuída aos procedimentos de ensino aplicados de forma não tendenciosa pelos docentes, com o objetivo à formação de profissionais qualificados e preparados. Essa ideia fica evidente, a partir deste trecho de uma matéria do jornal *O Economista*: “As Faculdades de Uberlândia, disse o professor Jacy de Assis, são escolas sérias e honestas. Não estamos facilitando aquisição de diplomas. Os cursos são sérios, com aulas diárias, trabalhos, provas e seminários.” (O ECONOMISTA, 1963 p. 2).

No entanto, precisamos analisar as palavras do professor Jacy com cuidado, pois parece remontar a um preconceito muito comum em identificar qualidade com reprovação. Ou seja, em considerar que quanto mais reprovações, melhor será o ensino. Isso pode ser o indicativo de um conservadorismo da época ou mesmo falta de uma cultura didática adequada aos professores. Para uma melhor compreensão desse processo, foi montado o quadro abaixo

Quadro 23: Quantidade de estudantes matriculados e aprovados de 1967 a 1969

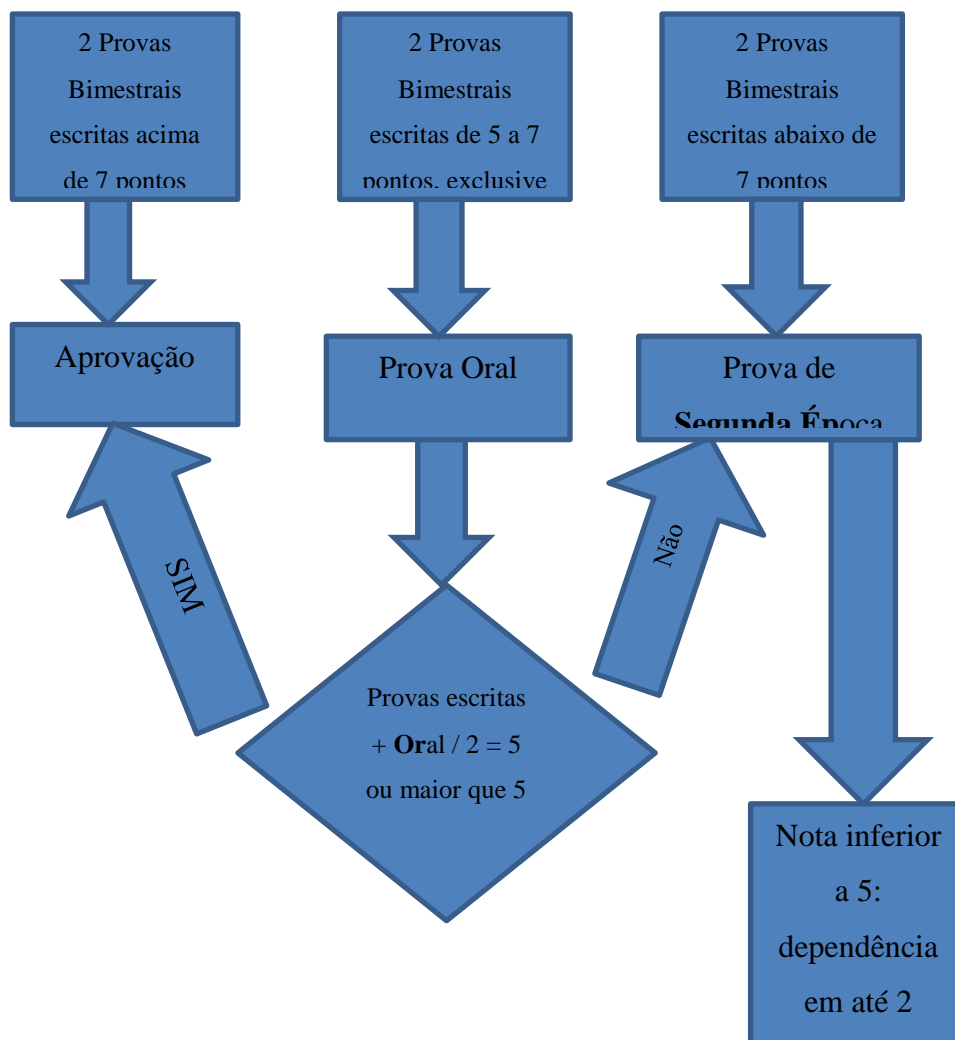
Período acadêmico	1967			1968			1969		
	Matrículas	Aprovações	% de Aprovações	Matrículas	Aprovações	% de Aprovações	Matrículas	Aprovações	% de Aprovações
1ª Série	78	57	73,07	105	75	71,43	122	85	69,67
2ª Série	54	30	55,55	65	49	75,38	80	53	66,25
3ª Série	13	13	100	27	15	55,55	40	34	85

4ª Série	20	20	100	13	12	92,30	14	13	92,85
5ª Série	16	15	93,75	21	19	90,47	-	-	-

Fonte: Correspondência para a Delegacia Regional de Ensino, em 23 de dezembro de 1969.

Como pode ser percebido, em duas ocasiões, foram aprovados 55,55% dos estudantes, e em apenas duas outras vezes, no período considerado, todos foram aprovados. Aqui é possível partir do pressuposto de que as provas pareciam ser difíceis, ao considerar que existiam muitas oportunidades para recuperação de notas e, conseqüentemente, de aprovação. O processo era constituído das fases constantes na figura abaixo

Figura 05: Fluxograma do processo avaliativo da Faceu



Fonte: Elaboração própria.

A atribuição dessas notas foram assim descritas em reunião:

Em cada período haverá duas provas bimestrais sem prejuízo das aulas; se o estudante obtiver média 7 (sete), nas referidas provas, passará por média; se obtiver

de 5 a 7 exclusive, deverá fazer prova oral no final do ano, sendo aprovado se obtiver média 5 (cinco), somando-se a média das provas escritas com oral e dividindo-se por 2 (dois); se obtiver menos de 5 (cinco), nas provas bimestrais, estará reprovado, podendo fazer 2ª época de qualquer número de cadeiras. As provas bimestrais serão duas para matéria lecionada apenas num período, sendo a prova oral respectiva efetuada no final do ano. Ficam abolidas quaisquer outras provas e trabalhos regimentais. As provas serão realizadas em horário determinado pela diretoria. Se houver 4 (quatro) provas anuais da disciplina, a segunda prova abrangerá matéria dada, inclusive à da primeira prova; a matéria da terceira prova será lecionada após a segunda prova, e a da quarta prova abrangerá matéria lecionada após a segunda prova, abrangendo portanto a matéria da terceira prova. A prova oral (que será realizada no final do ano) e os exames de 2ª época versarão sobre toda a matéria dada na disciplina durante o ano. (BRASIL, 1964-1976).

A citação acima nos permite compreender que a matéria era acumulativa. E, o resultado das provas oral e escrita era computado pela média aritmética de ambas as avaliações, que deveria ser igual ou superior a cinco. A nota máxima permitida nas duas modalidades era de 10 pontos. E, parece também que a intenção do regulamento era incentivar a aprovação durante o ano letivo com as duas provas escritas mínimas obrigatórias.

Além disso, estariam automaticamente aprovados os alunos que obtivessem média superior a sete na soma das duas provas bimestrais. Assim não seria necessário que fossem submetidos às provas orais. Essas eram destinadas aos alunos que atingissem médias variáveis entre sete e cinco, exclusive. Já aqueles que obtivessem nota inferior a cinco, poderiam realizar a prova de segunda época. No entanto, para ter direito à prova oral, o aluno deveria ter a frequência de no mínimo setenta e cinco por cento do total de aulas ministradas, ter todas as taxas financeiras quitadas⁵⁸ e votado no pleito anterior do Diretório Acadêmico.

Os discentes que realizassem provas orais teriam garantida a aprovação, se as notas das duas provas escritas mais a nota da prova oral, divididas por dois, fossem igual ou superior a cinco. Caso contrário, teriam direito à realização da prova de segunda época.

A avaliação oral era aplicada pela comissão examinadora, que fazia atribuição de nota de um a dez, e em seguida extraía a média das três notas. Esse trabalho, de apuração do resultado, era realizado logo após a aplicação dessa prova. Os exames de segunda época também eram reservados aos estudantes que, de forma justificada, não tinham comparecido para realização das provas escritas. Nesse caso, era ainda necessário estar quite financeiramente e ter votado no pleito anterior do D.A.

⁵⁸ Foi esclarecido anteriormente, que se o estudante estivesse em débito com os pagamentos seria impedido de realizar as avaliações.

As provas escritas, da mesma forma que o exame de habilitação, não podiam conter identificação do estudante, eram “assinaladas com um número de ordem e eram guardadas em invólucros fechados e rubricados”. (Art. 43 & 1º). Elas eram ainda aplicadas pelos professores, sendo duas bimestrais por disciplina para cada período, de modo que na segunda era cobrado o conteúdo de todo o semestre. Em suma, as avaliações eram cumulativas e somativas, diferentemente de hoje, em que são incentivadas avaliações processuais, contínuas e diagnósticas.

No entanto, algumas disciplinas eram ensinadas em dois períodos durante o ano. Nesse caso, como seriam quatro provas no total, o conteúdo a ser abrangido na terceira e quarta prova eram referentes somente ao semestre corrente. Além disso, como existia esse regime anual de apuração da nota em algumas disciplinas, as médias anuais eram obtidas a partir da soma das “notas das provas escritas de cada disciplina e dividindo-se o resultado pelo número de provas, seja disciplina ensinada apenas em um período ou em dois”. (Art. 35, & único).

As provas eram avaliadas pelo respectivo professor de cada disciplina em números inteiros de um a dez pontos. Elas deveriam ser entregues à secretaria no prazo de três dias, para registro das notas em livro próprio. Após divulgação do resultado, os estudantes teriam até 48 horas para solicitar retificação. Já os exames de segunda época, também eram aplicados nas modalidades escrita e oral, abrangendo todo o conteúdo lecionado em cada disciplina. Elas eram aplicadas uma após a outra.

De qualquer maneira, se o estudante tivesse menos de 50% de frequência nas aulas, seria reprovado automaticamente, perdendo o direito de submissão à prova de segunda época. Após essa última, caso persistisse a nota inferior a cinco pontos, era permitida a dependência em até duas disciplinas. Mas se ainda houvesse reprovação nessa situação, ainda era possível se submeter ao que chamavam de prova parcial, que não dependia de inscrição, mas sim de comprovação de voto em eleição do Diretório Acadêmico, no pleito anterior, e de inexistência de pendências financeiras junto à faculdade. A reprovação em qualquer período impediria a realização de uma nova matrícula, a não ser que isso não viesse a violar, em hipótese alguma, o direito de outro estudante, em termos de renovação da matrícula.

Foram encontrados três livros de atas com resultados de provas orais e escritas, além de relato de ocorrências e apuração geral dos resultados. O primeiro, denominado “Livro de Atas nº 01 das provas parciais, finais e orais” foi aberto em 2 de janeiro de 1963. Os resultados das avaliações passaram a ser anotados a partir do dia 25 de junho de 1963.

Nesses arquivos, constavam os dias, horários de realização das provas e nomes de três professores examinadores. Para isso, eram sorteados um dos pontos previstos, organizados pelos professores de cada disciplina, de um total de cinco a dez pontos. Quando existiam mais de uma turma, eram sorteados assuntos diferentes para cada uma das turmas.

Cada prova era aplicada em um dia diferente, e nessas situações sempre havia a presença de um inspetor federal, enquanto agente externo a Faceu. Esse procedimento, bem como, os serviços de apuração de notas eram realizados conforme as normas do regimento interno, de forma que os resultados finais eram fixados no lugar de costume, para conhecimento geral.

Os históricos escolares dos estudantes da Faceu eram remetidos para fins de conferência e controle da escrituração na seção de fiscalização da vida escolar na inspetoria seccional federal, que ficava localizada em Uberaba. (Ofício da Inspetoria Seccional de Uberaba para Faceu, em 6 de dezembro de 1967).

Em uma ata⁵⁹ estava certificado que as provas, folhas de identificação, listas de chamadas, folhas de comparecimento, pontos organizados pelas cátedras e as questões formuladas sobre esses assuntos sorteados foram para fins de direito arquivados em pastas próprias. Do mapa geral dos resultados, foram extraídas vias idênticas destinadas ao arquivo da secretaria, ao diretor da Faceu e ao inspetor federal.

A prática acima nos mostra as representações culturais e de controle na época da Ditadura Civil Militar quando o aparato burocrático procurava intervir e assegurar o conteúdo ministrado em sala de aula, para que professores não ensinassem conteúdos não recomendados pelo governo.

Por fim, concluídas as provas e lavrada a mencionada ata, o diretor determinou que se procedesse à apuração do resultado final do ano letivo, de acordo com as leis vigentes e o regimento dessa faculdade. O resultado dessa apuração, como média final de cada disciplina, poderia ser:

- aprovado por média;
- aprovado com a prova oral;
- aprovado com prova de segunda época;
- reprovado.

⁵⁹ Esse documento teve a assinatura do secretário, inspetor, componentes da banca examinadora dessas avaliações e diretor da faculdade.

Por fim, era assinado o Termo de Apuração. (Livro de atas de provas, em 21 de fevereiro de 1964).

No segundo livro de atas, constava o registro apenas das provas parciais. A partir desse arquivo, é possível compreender que existia outro livro para o registro de outras provas, finais e orais, pois havia indicação de se tratar de uma continuação do primeiro livro.

Nesse contexto, dois professores relataram problemas de aproveitamento dos estudantes e outras questões que deveriam ser resolvidas pelas instâncias superiores. Em um desses contextos, o docente referia-se a problemas relacionados com a prática de “cola”

Essa precária condição [estrutura física] alcançou o seu apogeu por ocasião das provas escritas que não podem representar, honestamente, o verdadeiro grau de aproveitamento de muitos discípulos pouco escrupulosos que bastante aso tiveram no uso da “cola”. Essa ocorrência, para nós insuportável, se nos apresenta lamentável, já sendo nosso propósito abandonar a cátedra, na hipótese de perpetuação de tal condição altamente desfavorável, a nosso vêr, para a boa reputação e tradição de nossa Faculdade (BRASIL, 1963-1968).

Já no outro caso, um dos docentes da disciplina de Matemática elaborou um relatório ao conselho sobre o aproveitamento das aulas ministradas nesse sentido. Esses dados são expostos no quadro 24.

Quadro 24: Relatório de aproveitamento dos estudantes em Matemática

Período	Prova	Quantidade de estudantes que fizeram prova de Matemática	Quantidade de estudantes reprovados	Percentual de reprovação
1º Semestre/1º ano	1ª	104	49	47,11 %
1º Semestre/1º ano	2ª	97	46	47,42 %
1º Semestre/2º ano	1ª	42	35	83,33 %
1º Semestre/2º ano	2ª	54	34	62,96 %

Fonte: (BRASIL, 1963-1977).

Em seu relatório, o profissional enfatizava que: “o resultado negativo apresentado no ensino de matemática não deve à deficiência dos professores, mas sim à falta de base dos estudantes”. Após análise e discussão do parecer, os conselheiros decidiram que, até o final do período letivo, não seria mais lecionada matéria nova, reafirmando os conteúdos dados, ou seja, básicos até aquele momento. Para não prejudicar o próximo período letivo do 3º ano, bem como, os estudantes, haveria a adição de mais seis aulas. (BRASIL, 1963-1977).

Nesse contexto, ocorreu um protesto por parte dos discentes desse mesmo período, que, durante uma prova de Moeda e Bancos, abandonaram a sala de aula, recusando-se a fazê-la. Diante disso, os conselheiros decidiram formar uma comissão para apuração do fato, inclusive para ser verificado se havia ocorrido ou não infração, em conformidade com o

Decreto Lei nº 477, de fevereiro de 1969 (BRASIL, 1963-1977). Sobre essa situação, havia ocorrido uma deliberação, em data anterior, de que o professor que comparecesse naquele dia deveria lançar a matéria como dada, ainda que os estudantes se ausentassem (BRASIL, 1963-1977).

Após a comissão emitir parecer, os conselheiros definiram que a prova seria considerada como aplicada e não poderia ser repetida (BRASIL, 1963-1977). Os estudantes, inconformados, recorreram ao D.A. Devido à proposta do representante desse último, o conselho aceitou convidar o professor responsável pela disciplina de Moeda e Bancos para a próxima reunião, para que fossem prestados esclarecimentos sobre as notas atribuídas (BRASIL, 1963-1977). No encontro, decidiu-se que essas últimas seriam mantidas. (BRASIL, 1963-1977).

Outra situação nesse sentido foi a apresentação de um abaixo-assinado criado pelos estudantes da terceira série, solicitando o afastamento do professor auxiliar da disciplina de Matemática III. Diante disso, foi formada comissão para apurar o fato (BRASIL, 1963-1977). Em seu parecer, foi decidido que o docente deveria reassumir o trabalho. Apesar de a proposta ter sido aceita, o abaixo-assinado foi indeferido, pois o conselho afirmou que ele não tinha amparo legal, por não estar assinado pela maioria dos estudantes, conter falsificação de assinaturas e por não ter sido mediado pelo D.A. (BRASIL, 1963-1977).

Outra forma de manifestação foi encontrada em um ofício, enviado por um dos estudantes, do 4º ano de Ciências Econômicas, a respeito de algum problema⁶⁰ durante uma prova de Análise Macroeconômica. Novamente, foi nomeada comissão para análise do fato e emissão de parecer. Além disso, foi solicitado à secretaria que as notas da avaliação não fossem divulgadas até deliberação do conselho (BRASIL, 1963-1977). Mas, diante dos relatos observados, essas ações não surtiram efeito, pois na próxima reunião os conselheiros resolveram autorizar a publicação das notas e disponibilizar o parecer para conhecimento de todos (BRASIL, 1963-1977).

No entanto, esse mesmo assunto voltou à tona, quando os outros estudantes da mesma turma protocolaram requerimentos para realização de avaliações de segunda época. Para tanto, foi designada comissão para averiguar as circunstâncias (BRASIL, 1963-1977). Seu parecer definiu que as provas eram válidas e tinham sido aplicadas em conformidade com o programa da disciplina e o conteúdo apresentado, e, assim, o pedido dos estudantes foi indeferido (BRASIL, 1963-1977). Nessa mesma reunião, eles enviaram solicitação, reiterada

⁶⁰ Infelizmente, por meio das atas consultadas, não foi possível saber ao certo o que aconteceu durante essa avaliação. Há em um desses documentos somente a menção de que o problema ocorreu.

por outros estudantes, para afastamento de outro professor de Análise Macroeconômica. Frente a isso, os conselheiros resolveram submeter o assunto ao respectivo departamento nos termos do artigo 109, letra h, do Regimento Geral da UnU (BRASIL, 1963-1977).

Para além dessas situações, foi localizado também depoimento referente à infrequência dos estudantes, assim descrito:

Com relação à frequência dos estudantes, muito temos a desejar, fato esse que se observa também nas aulas de matérias, consideradas fundamentais. Seria oportuno investigar as causas dessa falta de frequência, para preveni-las ou, pelo menos saná-las parcialmente. Sem o diuturno convívio entre estudantes e mestres e estudantes entre si, dificilmente, se conseguirá a formação de uma mentalidade de nível universitário (BRASIL, 1963-1968).

Por outro lado, havia relatos de satisfação dos professores em relação ao aproveitamento e aprendizagem dos estudantes:

Os estudantes têm demonstrado um grande interesse pela disciplina e um aproveitamento amplamente satisfatório. [...] Faço um destaque especial ao apurado senso de responsabilidade dos senhores estudantes, correspondendo aos desejos do professor signatário deste relatório. (BRASIL, 1963-1968).

[...] Êstes, demonstraram grande aproveitamento nas aulas ministradas, pois, a exemplo do ano anterior, foi pequeno o número de reprovações (BRASIL, 1963-1968).

O resultado da primeira prova parcial foi animador e demonstra que os estudantes têm aproveitado as aulas dadas: insignificante foi o número de reprovação (BRASIL, 1963-1968).

[...] A falta de atenção e o desinteresse deles [estudantes], felizmente, realçaram por sua completa ausência, fato que registramos com imensa satisfação (BRASIL, 1963-1968).

Mais, uma vez, neste exercício letivo de 1966, observou-se, por parte dos estudantes, a mais exemplar disciplina (BRASIL, 1963-1968).

Os estudantes obtiveram bom rendimento no corrente ano letivo, como se verificará pelas provas realizadas e as notas a elas atribuídas (BRASIL, 1963-1968).

A turma do segundo ano, para quem ministrei [...], surpreendeu-me pelo invulgar interêsse pelo estudo e pelos problemas da nossa faculdade, podendo afirmar que se trata de uma das melhores turmas que conhecemos.

Os estudantes demonstraram elogiável interêsse pelas matérias, havendo apreciável índice de frequência às aulas (BRASIL, 1963-1968).

No mais, os estudantes faziam requerimentos para realização de avaliações de segunda época. O deferimento desses pedidos variava conforme justificativa do requerente.

Dentre as atas pesquisadas, foi encontrada uma situação na qual foi decidido em reunião que em caso de fratura na mão ou braço, o estudante poderia solicitar uma funcionária para redigir suas respostas enquanto ele as ditasse (BRASIL, 1963-1977). Em outro encontro, registrou-se a autorização de um requerimento de determinado estudante para concluir a

disciplina de Matemática I na Faculdade de Filosofia, desde que a carga horária e o programa de ensino não o prejudicassem (BRASIL, 1963-1977).

O prazo para realização das provas escritas e orais era de uma hora cada, sendo o seu horário organizado pelo conselho departamental por intermédio dos professores antes do início do ano letivo, conforme o regimento. Elas também deveriam ser aplicadas no 2º horário e não podiam ultrapassar o período de duas horas (BRASIL, 1963-1977). Sobre isso, o D.A. se manifestou solicitando que as questões escritas deveriam ser dosadas pelo docente de tal modo que fosse possível serem desenvolvidas em 50 minutos. (BRASIL, 1966).

Casos não cobertos pelas normas regimentais eram sempre discutidos durante as reuniões. Exemplo disso foi a fixação do prazo para requerimento das provas finais para até quatro horas antes de sua realização (BRASIL, 1963-1977). Ainda é possível citar uma aprovação de chamada especial para estudantes que estavam de dependência e que tinham de lidar com possíveis coincidências de horário entre avaliações de diferentes disciplinas (BRASIL, 1963-1977).

Houve ainda em um desses encontros, a definição sobre estudantes dependentes reprovados na mesma cadeira, que não poderiam matricular-se na série seguinte, conforme regulamento. No entanto, por deliberação ele passou a poder fazer sua matrícula em cadeiras isoladas da série seguinte, desde que não houvesse incompatibilidade didática, ou seja, o estudo de cada disciplina de forma isolada, no tocante à sequência didática (BRASIL, 1963-1977). Partimos do pressuposto de que a prática relatada acima mostrou o interesse da Faceu em ajudar os discentes a concluir os estudos e assim reduzir o número de evasão, como por exemplo.

Foi também encontrado o registro de uma manifestação do D.A. sobre uma taxa de Cr\$3.000,00, que era cobrada para realização de provas orais. No caso, esse valor era aplicado por disciplina, o que foi considerado pelo diretório como excessivo e talvez ilegal. Decidiu-se que o assunto fosse encaminhado para a direção da faculdade. (BRASIL, 1966). No entanto, não obtivemos informações sobre o desfecho desta situação, ou seja, não sabemos se a taxa continuou a ser cobrada ou se talvez tenha sido reduzida.

Em relação ao Estágio, para a aprovação do curso de Administração foi requerida a obrigatoriedade de que estudantes dos 7º e 8º períodos realizassem estágio supervisionado durante o período de seis meses (Parecer realizado pela comissão verificadora integrada designada, em 1968, s/ mês).

Para tanto, foram necessárias aprovações de propostas de emendas no regimento. A primeira alteração referente à avaliação dos estágios definiu que poderiam também ser feitos por meio de avaliação oral. Depois, o professor entregaria à secretaria, nos períodos agendados, apenas as notas referentes a essa etapa e não os trabalhos, quando escritos. Diante disso, ainda ficou determinado:

Art. 34 – Em cada período, o estudante será submetido na disciplina que cursa a uma prova escrita e a um estágio, ministrados pelo professor em exercício.

§ 1º – As provas escritas serão realizadas nos meses de junho ou julho, e novembro ou dezembro, em dia e hora designados pelo diretor.

§ 2º – Cada prova escrita receberá uma nota.

Art. 35. Abrangerá a matéria lecionada no período sendo a realizada digo a realização das provas em junho ou julho, e novembro ou dezembro, de acôrdo com a execução total do programa (art. 29 da Lei 5.540, de 28/11/1968).

§ 3º – Os estágios serão realizados durante os períodos, um em cada período, e executados na faculdade ou fora dela, em horário de aula ou não, a critério do professor.

§ 4º – Cada estágio poderá abranger um ou mais trabalhos escritos ou orais, até o máximo de 3 (três), e receberá uma nota dada pelo professor (art. 35), que deverá entregar à Secretaria da Faculdade, até o último dia dos meses de maio e outubro de cada ano, a nota de cada estágio.

§ 5º – Se o trabalho fôr realizado durante a aula, deverá ser marcado e divulgado o horário pelo professor, com antecedência mínima de uma semana.

§ 6º – O trabalho realizado no horário de aula deverá ser rigorosamente executado dentro do prazo previsto para a mesma, sob pena de ser advertido o professor que ministrar e de ser creditado a favor do professor da aula subsequente, não dada, o pagamento da aula em que se realizar o trabalho⁶¹ (BRASIL, 1964-1976).

Os dados relativos à situação dos estágios da Faceu deveriam ser encaminhados ao IEL/MG⁶² (Projeto de Integração Escola-Empresa-Governo, do Ministério da Educação e Cultura), pois representavam um subsídio indispensável à programação do projeto. Em Minas Gerais, o núcleo responsável pela gestão desse programa era denominado Instituto Euvaldo Lodi⁶³. No entanto, os dados solicitados em novembro de 1973 ainda não tinham sido enviados (OF.IEL.142/74 em 14 de março de 1974).

Talvez um dos motivos por esse atraso ter ocorrido seja a ausência de um regulamento das normas para o estágio supervisionado nos cursos de Administração da Faceu naquela época. Afinal, sua aprovação foi obtida anos depois, em virtude do esforço da professora Lindamar⁶⁴, que recebeu votos de louvor pelo seu empenho durante a organização dessa disciplina na

⁶¹ A citação no faz crer que a Faceu temia de que o estágio fosse apenas figurativo e não efetivo.

⁶² Criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 29 de janeiro de 1969, o IEL iniciou suas atividades com uma proposta avançada para a época: aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio de estágios supervisionados. Hoje, o instituto atua nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. A partir da estrutura nacional do Sistema Indústria, o IEL estimula a autonomia de suas 101 unidades operacionais, que executam os projetos e desenvolvem novos negócios. Mais de 1,5 milhões de estudantes realizaram essa etapa por meio do IEL. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>. Acesso em: 4 de março de 2019.

⁶³ Instituto Euvaldo Lodi foi criado pela Confederação Nacional da Indústria em 29 de janeiro de 1969. Tinha por objetivo aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio do estágio supervisionado.

⁶⁴ Não foi encontrado o nome completo da professora em nenhum dos registros encontrados no arquivo.

faculdade. Nesse sentido, as normas necessárias para realização dessa etapa foram elaboradas por ela, que também propôs a formação de uma comissão para coordenar os estágios. Tais propostas foram, então, aprovadas em reunião do Conselho Departamental, em 17 de agosto de 1977 (BRASIL, 1963-1977).

No tocante à evasão escolar e ao número de vagas oferecidas, quando da necessidade de aprovação do curso de Administração da Faceu, estavam matriculados nos dois cursos antes ministrados (Ciências Contábeis e Ciências Econômicas) o total de 183 estudantes (1967). Quanto à graduação em Ciências Contábeis, foram obtidos os seguintes dados sobre a colação de grau de sua primeira turma:

para que se veja a seriedade dessa escola, basta o seguinte fato: em 1963 matricularam-se no primeiro ano mencionado curso 76 estudantes; destes, apenas 16 estudantes concluíram o curso em 1966, todos com grande preparo profissional e atuando em cargos de responsabilidade. (Correspondência para o Conselho Federal de Educação, em 15 de junho de 1967).

Consideramos que a citação acima merece uma melhor compreensão, pois o autor parte do pressuposto de que os altos índices de reprovação eram sinônimos de qualidade. Mas, sabemos que isso não pode ser analisado de forma isolada. Os cursos eram planejados num processo de avaliação centrado em provas o que causa muito nervosismo e tem muitas limitações. Altos índices de reprovação podem ser consequência de cursos ruins e/ou pouco atraentes, não necessariamente de rigor e alto padrão de exigência. Sem contar a questão econômica. Eles cobravam taxas adicionais para fazer prova oral, segunda época e por aí vai, o que sabemos são mecanismos de seletividade social-econômica.

Com o passar do tempo, foram atingidos os seguintes resultados sobre os concluintes dos cursos de Economia e Administração da Faceu:

Quadro 25: Demanda e conclusão dos cursos de Economia e Administração da Faceu

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Número de estudantes na demanda pelos cursos de Economia e Administração	76	80	65	50	66	86	103	99
Número de estudantes na demanda pelos cursos oferecidos	76	172	149	155	183	-	-	-
Número de estudantes que concluíram o curso	-	-	-	-	16	28	12	37

de Economia								
Número de estudantes que concluíram o curso de Administração	-	-	-	-	-	-	-	14

Fonte: Livros de atas e frequências.

Como pode ser percebido no quadro 25, houve uma demanda decrescente de estudantes, principalmente após a abertura de dois novos cursos no âmbito da Faceu. Além disso, a exemplo do ano de 1970, os prognósticos eram muito preocupantes, quando se leva em consideração que ingressaram 99 estudantes e formaram somente 51, ou seja, no decorrer da metade do curso, em média 80% não conseguiram acompanhar a turma inicial. Essas observações também podem ser constatadas no quadro a seguir:

Quadro 26: Quantidade de estudantes matriculados nos três cursos oferecidos

Ano	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª série
1967	78	54	13	20	16
1968	105	65	27	13	21
1969	122	80	40	14	-

Fonte: Correspondência para a Delegacia Regional de Ensino, em 23 de dezembro de 1969.

Nessa perspectiva, a quantidade de estudantes que conseguia se graduar era considerada muito baixa, diante do número de matrículas atingido no primeiro período, o que também não era elevado. Essa evasão pode ser representada por diferentes fatores, dentre estes é possível citar o custo financeiro dos cursos ou dificuldades em seu processo avaliativo, como mostrado em outras seções. Inclusive, esse assunto merecia ser muito bem estudado, pois foram observados registros até mesmo de bolsistas que contribuíram para o aumento dos índices de evasão, conforme deferimento de substituição de bolsistas desistentes por outros (BRASIL, 1963-1977).

Tais suposições podem ser facilmente comprovadas, a partir de vestígios encontrados nos arquivos pesquisados. Por exemplo, em 1968 houve a suspensão das aulas da disciplina de Matemática do 3º ano, devido à baixa frequência dos estudantes e, conseqüentemente, ao seu elevado custo (BRASIL, 1963-1977). Esse problema pode ainda ser melhor visualizado por meio de outros dados, como o número de estudantes matriculados durante os períodos de eleição do D.A.

Quadro 27: Quantidade de estudantes matriculados durante as eleições do D.A.

Período em que os estudantes matriculados estavam	1971	1972	1973
---	------	------	------

1º Ano	131 estudantes	173 estudantes	165 estudantes
2º Ano	64 estudantes	118 estudantes	140 estudantes
3º Ano	69 estudantes	91 estudantes	88 estudantes
4º Ano	55 estudantes	82 estudantes	83 estudantes

Fonte: Registro sobre comparecimento para eleições no D.A. (23 de junho de 1973).

Aqui cabe esclarecer que esses dados fazem parte da relação de estudantes que iriam votar nas eleições do Diretório Acadêmico, ato obrigatório para esse público, conforme visto. Assim, nota-se que as taxas de evasão foram de 58,02%, 42,60% e 49,70%, respectivamente de 1971 a 1973.

Nesse contexto, o rigor representado no início como uma vantagem e uma garantia de idoneidade da Faceu, tornou-se um problema. Para tentar entender e solucionar o caso, foi feita a recomendação de suspensão das aulas em uma sexta-feira de cada bimestre, para estudos, conferências e debates entre estudantes e professores (BRASIL, 1969b).

Em outra ocasião, um dos conselheiros sugeriu que o diretor da instituição solicitasse aos professores de Estatística e Sociologia um estudo sobre o índice de estudantes desistentes, para verificar se uma das hipóteses estaria relacionada com a deficiência no ensino. Em seguida, o diretor propôs que a assessoria didática, juntamente com os departamentos, prosseguisse com o trabalho indicado e apresentasse relatório ao conselho (BRASIL, 1963-1977).

Além disso, foi determinada a fusão de duas turmas do 1º ano (cursos diferentes) em virtude da desistência de vários estudantes, o que motivava a perda de arrecadação financeira (BRASIL, 1963-1977). Um adendo é que o regimento previa a divisão das turmas, quando o número de estudantes excedesse “o limite compatível com a eficiência do ensino e a possibilidade de aprendizagem individual” (Art. 11, regimento). No entanto, frente à evasão, ao invés da separação das aulas, foi necessário o contrário: a fusão das turmas.

Assim, existiam duas situações preocupantes: a evasão e a demanda reprimida. Nesse sentido, um parecer destacava: “Tendo em vista às exigências legais que condicionam o limite de matrícula à capacidade das instalações, isto é 1 metro quadrado por estudante em sala de aula, opina a Comissão Verificadora que seja determinado o número de 80 estudantes por série”. (Parecer elaborado pela comissão verificadora integrada designada, para aprovação do curso de Administração na Faceu (1968, s/mês). Para tanto, a congregação seguiu essa norma para o 1º ano de 1968 (BRASIL, 1964-1976).

Posteriormente, o número de estudantes por curso foi reduzido para 50 e assim foi relatado: “A Universidade de Uberlândia, cumprindo diligência ordenada pela Câmara do Ensino Superior desse Egrégio Conselho – Processo 1.949/70 de reconhecimento de cursos da Faculdade de Ciências Econômicas [...] O referido parecer mandou que fosse reduzida a matrícula inicial a 150 estudantes, a partir de 1972”. (Correspondência expedida ao Presidente do Conselho Federal de Educação, Professor Clóvis Salgado, em 12 de agosto de 1971).

Em relação a esses índices de acesso e permanência dos estudantes, tem-se aqui como expectativa que tenham sido melhorados, de forma vigorosa, a partir da federalização (1978) da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia. Esse aspecto pode assim demonstrar se as taxas de evasão eram oriundas dos custos pagos pelos estudantes ou pelo rigor ou imperícia pedagógica existentes no processo avaliativo. E, para uma melhor compreensão dos processos vivenciados na vida escolar, convém ressaltar o funcionamento da Faceu no que concernem as alterações regimentais.

Em relação a isto, foram encontradas cópias de dois regimentos completos: Um deles intitulado: Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, datado e aprovado em 28 de dezembro de 1965. Apesar de não estar assinado constavam os nomes do Cônego Antônio Afonso da Cunha, enquanto Presidente da Fundação Educacional de Uberlândia e também de Juarez Altafin - Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, com 64 páginas datilografadas, com 202 artigos. Nele, continham os seguintes títulos:

- Dos fins da Faculdade;
- Da Matrícula inicial – Do Exame de Habilitação;
- Da vida escolar;
- Da organização administrativa;
- Do corpo docente;
- Do corpo discente;
- Da organização dos serviços administrativos;
- Do regime disciplinar;
- Do regime econômico financeiro;
- Disposições gerais e transitórias.

O outro regimento, intitulado Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia, sem datas e sem espaços e nomes para assinatura, continha 78 páginas datilografadas, os mesmos 202 artigos e definição dos mesmos títulos do regimento acima.

Além destes dois regimentos, foram encontradas folhas contendo alterações regimentais necessárias no transcorrer do tempo. Ao que tudo indica, o primeiro regimento da Faceu foi aprovado em reunião no dia 21 de dezembro de 1965 pela Fundação Educacional de Uberlândia e pela congregação de professores⁶⁵. Seguindo os trâmites legais, o documento seria encaminhado para o Conselho Federal de Educação (atual Conselho Nacional de Educação) para apreciação e aprovação final.

Convém aqui ressaltar que a congregação, órgão da Faceu, tinha como atribuição propor à fundação a modificação do regimento ou de artigos dele, para posterior aprovação pelos órgãos federais competentes, nos termos da lei. (ART. 79, alínea p). Inclusive em reunião foi determinado que os estudantes dependentes seriam submetidos à disciplina do regimento da faculdade vigente naquele momento, uma vez que o regimento proposto ao Conselho Federal de Educação ainda não havia sido aprovado (BRASIL, 1963-1977).

No capítulo das “Disposições transitórias” desse documento, constava: “Enquanto este Regimento não fôr aprovado pelo Conselho Federal de Educação continua em vigor o anterior”. Em relação a isso, foram encontrados resquícios da existência de outro regimento que estava sendo seguido nesses dois anos de implantação do primeiro curso da Faceu, mas é possível que era utilizada a normatização de um regimento que não havia sido criado, em especial para essa faculdade. Nesse sentido, podem ser traçadas algumas suposições. Por um lado, é possível partir do pressuposto de que como a Fundação Educacional de Uberlândia, sua mantenedora era responsável pelo Curso de Direito na cidade de Uberlândia e por outros cursos de graduação em funcionamento na cidade, então teria oferecido as bases regimentais necessárias para a Faceu. Por outro, poderiam estar sendo utilizados os trâmites da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Minas Gerais⁶⁶, por esta ter oferecido as bases para a constituição e especificidade exigidas pelos cursos da Faceu, no que tange, por exemplo, à matriz curricular. Por último, e talvez o mais provável, é que tenham sido aproveitadas e combinadas às contribuições de ambos os regimentos. Em relação a isso, na reunião da congregação, foi informado que as reformas do regimento interno haviam sido aprovadas (BRASIL, 1964-1976)⁶⁷.

Outra comprovação sobre esse assunto refere-se a um registro de atendimento à determinação contida no Parecer nº 400/65, da Câmara de Ensino Superior do Conselho

⁶⁵ Congregação de professores: órgão superior da direção didática e pedagógica da Faceu (Art. 65, Regimento).

⁶⁶

Se trata da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Esse nome foi adotado em 1965.

⁶⁷ Atas da Reunião da Congregação dos Professores da Faceu.

Federal de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 (Correspondência para o Conselho Federal de Educação, 30 de junho de 1965). Em suma, as alterações são referentes aos artigos 129 ao 132, que legislam sobre os professores “auxiliares de ensino”. No que se refere ao primeiro regimento da Faceu, somente o artigo 129 trata das questões relacionadas a essa categoria de profissionais. Um adendo é que provavelmente essa solicitação de alteração ocorreu devido ao processo de autorização ou reconhecimento dos cursos da faculdade.

Outro vestígio referente a mudanças regimentais também foi encontrado no relatório de um dos professores: “Julgo necessário proceder-se rapidamente a uma mudança no regimento interno pra tornar mais eficiente nosso regime-didático. Por serem muitas as observações que tenho a apresentar deixo-as para uma reunião de congregação” (BRASIL, 1963-1968).

Em 19 de janeiro de 1965, foi endereçado à Faceu um telegrama comunicando que o regimento interno da faculdade ainda não tinha chegado ao Rio de Janeiro. Posteriormente, em 25 de maio de 1965, outro telegrama do MEC declarava o recebimento desse documento.

Além disso, no curto prazo de dois anos, de 1963 a 1965, e frente aos meios de comunicação da época, era demandado muito tempo para apreciações e aprovações. Além disso, também partimos do pressuposto da demora envolvida nas questões políticas e capazes de atrasar o processo. Sobre isso, é necessário considerar que a Faceu, em seus primórdios, havia preparado o recebimento do curso de Economia e que a aprovação do curso de Ciências Contábeis deve ter causado uma verdadeira correria em busca dos trâmites específicos e curriculares para que seu início acontecesse o mais rápido possível.

É correto afirmar que existia na Faceu uma preocupação em relação ao cumprimento dos procedimentos legais. Uma representação dessa prática estava contida na ata de uma reunião que foi convocada para que os conselheiros apresentassem a melhor interpretação sobre os parágrafos quarto e quinto do artigo 31 do regimento interno. Isso ocorreu em virtude de vários estudantes da faculdade estarem doentes e com as provas em segunda chamada já agendadas, de onde pressupomos a preocupação com uma atuação justa nas decisões da Faceu. A partir disso, chegou-se à seguinte conclusão:

Se marcadas ou realizadas as provas em segunda chamada, o impedimento anterior ou concomitante à primeira, por motivo de moléstia, ainda persistir para qualquer estudante, regularmente matriculado, poderá haver nova chamada, desde que, não seja realizada, no período da prova subsequente ou depois desta. (BRASIL, 1963-1977).

Em outra situação, foi verificado este registro: “Aprovou o novo Regimento com todas as alterações decorrentes de dispositivos legais, do MEC. e do parecer 1013/65, devendo constar do Regimento: o estudante poderá cursar concomitantemente os dois cursos da

faculdade” (BRASIL, 1964-1976). Para tanto, constaram nesse regimento as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e Econômicas.

Após um breve período de calma em relação a algumas alterações regimentais, surgiu nesse cenário a necessidade de atendimento ao Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967⁶⁸, que trazia alterações na legislação sobre representações estudantis. Para tanto, em 20 de abril de 1967, foi feito um aditivo ao regimento, o qual foi aprovado pelo presidente da Fundação Educacional de Uberlândia, o cônego Antônio Afonso da Cunha, que também atuava como professor da Faceu, e pelo diretor da faculdade, senhor Juarez Altafin. (Documento, 20 de abril de 1967).

Convém salientar que no documento aprovado em 1965 constavam as regulamentações para funcionamento de ambas as graduações: Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, esta última estava no aguardo do parecer de autorização para o seu funcionamento. No tocante ao curso de Administração, foi necessário fazer uma nova adição. A esse respeito, foram encontradas nove folhas com as alterações, as quais haviam sido autorizadas pela congregação de professores. Nessas alterações, foi inclusive acrescentado o curso de Administração (BRASIL, 1964-1976). Em suma, essas mudanças inseriram as devidas reformulações curriculares para o atendimento das matérias do currículo mínimo e complementar para inserção das diretrizes curriculares dessa graduação. Dessa forma, era seguida a normatização do Parecer nº 307/66 do CEE, responsável por fixar o currículo para o curso de Administração.

As disciplinas do currículo mínimo seriam: Matemática; Estatística; Contabilidade; Teoria Econômica; Economia Brasileira; Psicologia (aplicada à Administração); Sociologia (aplicada à Administração); Instituições de Direito Público e de Direito Privado (incluindo noções de Ética na Administração); Legislação Social; Legislação Tributária; Teoria Geral da Administração; Administração Financeira e Orçamentária; Administração de Pessoal; Administração de Material; Administração de Vendas e Direito Administrativo ou Administração da Produção. Essas duas últimas disciplinas alternantes eram oferecidas de modo optativo a partir do sétimo período. Enquanto matérias complementares constavam: Contabilidade de Custos e Organização e Métodos.

⁶⁸ No período da ditadura Civil Militar, o decreto-lei 228 de 28 de fev. 1967 veio atender ao art. 9º & 2º do Ato Institucional nº 04, o qual convocou o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de constituição apresentado pelo Presidente da República.

A partir de então, era incluso no regimento a obrigatoriedade de estágio supervisionado com duração de seis meses, somente para os estudantes do curso de Administração, nos termos do artigo 2º, § único, letra c, da portaria ministerial nº 159 de 1965. Convém salientar que essa mesma portaria foi utilizada como parâmetro para o regime didático do regimento anterior, antes da implantação do curso de Administração na Faceu. Em 5 de julho de 1968, as alterações já haviam sido aprovadas pela entidade mantenedora, diretoria da faculdade, e encaminhadas aos órgãos superiores junto ao requerimento para sua autorização.

É ainda importante enfatizar que, além das atribuições da diretoria que constaram no regimento aprovado em dezembro de 1965, foi ordenado pela comissão verificadora integrada, designada para aprovação da graduação em Administração da Faceu, em parecer datado de 1968 (sem mês e ano) para que fosse incluso na alínea g, do artigo 95, o seguinte texto: “Cabe ao diretor apresentar relatório anual à congregação, à fundação educacional de Uberlândia e ao Conselho Federal de Educação”.

Entretanto, foi necessário um novo regimento, a partir do momento em que a Fundação Universidade de Uberlândia passou a ser a mantenedora da Faceu (Decreto-lei 762 de 14 de agosto de 1969) procedeu-se a elaboração de um novo documento nesse sentido, intitulado: “Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia”. Além disso, de forma contrária ao texto anterior, nesse não constava a data de aprovação emitida pela entidade mantenedora.

Em seu primeiro artigo constava: “A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia é mantida pela Fundação Universidade de Uberlândia e destinada a ministrar os cursos de Contador (Ciências Contábeis), de Economia (Ciências Econômicas) e de Administração.” Até aqui, percebem-se mudanças relevantes comparadas ao regimento anterior, ou seja, a adesão à UnU, a mudança da mantenedora e a inclusão da graduação de Administração na grade curricular.

Além dessas alterações, comparadas com o regimento anterior, em dezembro de 1970, os conselheiros recomendaram outras alterações para que fossem inclusas na ocasião de adaptação ao regimento da Universidade de Uberlândia. Os dispositivos propostos foram:

- 1) É dever do professor aplicar provas e trabalhos.
- 2) A ausência do professor às provas e trabalhos constitui falta funcional, salvo justificativa de impossibilidade física, por motivos de doença, devidamente comprovada.
- 3) Na eventualidade da ausência do professor a trabalhos e provas, inclusive orais, o mesmo deverá comunicar à secretaria o fato encaminhando à mesma, em tempo hábil, as questões do trabalho ou prova, para a designação de substituto, sob pena de cometer a falta referida no item 1.

4) A atuação e participação do estudante nas aulas poderá influir, a critério do professor, nas notas dos estágios.

5) Designou uma comissão composta do Diretor, sob a sua presidência dos professores tais, para proceder à adaptação do Regimento da Faculdade ao da Universidade de Uberlândia (BRASIL, 1963-1977).

Posteriormente, em janeiro de 1971, os conselheiros aprovaram por unanimidade de votos a adaptação do regimento da faculdade ao regimento geral da UnU. Isso aconteceu após aprovação das seguintes alterações a serem incorporadas ao artigo 65, em seus respectivos incisos:

3º- Somente poderá participar do ato coletivo de colação de grau o estudante aprovado em todas as disciplinas do curso.

4º- O ato coletivo de colação de grau será realizado em sessão solene da Congregação, sendo obrigatório o comparecimento de seus membros.

5º- Toda a programação da Comissão de Festas deverá ser de conformidade com a Diretoria e as suas contas prestadas perante o Conselho Departamental, sob pena de não ser considerado quite com a Faculdade, para os devidos fins, o estudante em mora na prestação das aludidas contas.

6º- O Diretor poderá designar professor para representar a Diretoria em suas relações com a Comissão de Festas escolhida pelos Formandos (BRASIL, 1963-1977).

Propostas foram também surgindo até, em novembro de 1972, haver outra votação e aprovação das modificações abaixo especificadas para o regimento a serem implantadas a partir do ano letivo de 1973.

Artigo 31 & 1º – As notas referidas no artigo 31 serão ponderadas observando o seguinte critério: para disciplina anual, 1º estágio, peso 01, 2º estágio, peso 02, primeira prova parcial: peso 03 e segunda prova parcial: peso 04. Para a disciplina semestral, o estágio terá peso 4 e a prova parcial peso 6. O parágrafo único do artigo 31 passará a ser o 2º.

Art. 40. A segunda chamada para as provas parciais poderá ser autorizada pelo C.D. (Conselho Departamental), em casos excepcionais a serem devidamente comprovadas e aprovadas pelo prazo de 48 horas, e mediante o pagamento da taxa de 1/10 do salário mínimo. (grifo nosso).

Art. 41 – Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para os trabalhos de estágios.

Art. 47 – As provas serão escritas, versando sobre toda a matéria lecionada em cada disciplina na qual tinha sido o estudante reprovado. & 2º – O professor formulará na hora da prova escrita questões ou questão pertinente ao ponto sorteado da matéria lecionada.

Art. 48 – A nota final para aprovação será a nota cinco (5,0).

Foram incluídos nos currículos dos cursos de Contador e Administração as seguintes disciplinas: Matemática III e Análise Microeconômica, para o 5º e 6º períodos. (BRASIL, 1963-1977).

Conforme documentos avaliados, as mudanças regimentais implantadas até esse momento contemplaram os anseios dos docentes, discentes e outras pessoas envolvidas. Prova disso foi que passados quase quatro anos desde a última aprovação para alteração no regimento, foi enviado à Faceu um projeto para implantação de um novo estatuto da Fundação Universidade de Uberlândia. É certo que não se tratava de um novo regimento, mas havia possibilidades de ocorrer mudanças que poderiam vir a favorecer outras alterações nesse

documento. Entretanto, após distribuição do texto aos conselheiros para apreciação e sugestão, foi aprovada a decisão em reunião de 28 de outubro de 1976 de que “tendo em vista a não apresentação de propostas pelo corpo docente desta faculdade, fica o mesmo aprovado de maneira como nos foi apresentado”, ou seja, sem alterações.

Considerações Parciais

Ao analisar as questões envolvidas com a vida escolar e implementação das medidas ressaltadas pelas leis de diretrizes e bases da educação nacional de 1961 e 1971, faz se necessário considerar o contexto político da época. Afinal, a ditadura civil militar deixou marcas e influências nas instituições escolares.

Nesse contexto, por mais que o ensino tenha sido discursado como livre, trouxe contestações, em sua maioria, pelo movimento estudantil. Sobre isto, não foi percebido nos relatos, nenhuma manifestação dos professores. Mas, merece destaque alguns professores que relataram que o ensino deveria servir para tornar os alunos mais críticos sobre a realidade do país.

Outro fato recorrente percebido foi à formação para o trabalho, mas isto parecia ser o clamor também dos estudantes que relataram que o ensino deveria atender as exigências da nação, que nessa época, eram pautadas na formação da força de trabalho e mercantilização da educação.

Vimos que, naquela época, uma reclamação recorrente era com a quantidade reduzida de aulas para ministrar os conteúdos curriculares. Esses conteúdos curriculares eram fixados pelo Conselho Federal de Educação e a partir daí regulamentada a partir de decretos para as diferentes formações, que no contexto da Faceu, naquela época favoreceu a inter-relação entre os conteúdos.

Vimos ainda, o caráter rigoroso do processo de avaliação da aprendizagem, que em um primeiro momento, se mostrou confuso, pelas possibilidades de diferentes cursos de ação.

Em relação à hipótese para esse capítulo de que não foram encontrados sérios empecilhos em torno das orientações e normas de ambas as LDBs, no contexto da Faceu, a consideramos como aceita. Nesse contexto, devemos considerar que eram as duas primeiras

tentativa de implementação das leis de diretrizes e bases da Educação Nacional e a Faceu tomou decisões que permitiram um bom funcionamento da vida escolar, dentro de suas possibilidades e limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo geral investigar o processo de gênese, implantação e consolidação da Faceu entre 1962 e 1978. Para tanto, foram estabelecidos cinco objetivos específicos, os quais foram desdobrados em cinco capítulos.

O primeiro capítulo intitulado: Pré-história, reconhecimento dos cursos da faceu e correlação disciplinar entre os cursos permitiu demonstrar a tese de que a Faceu foi privilegiada com a implementação de três cursos superiores, devido à proximidade teórica e metodológica dos três cursos relacionados entre si, gerando assim economia de recursos e permitindo a expansão do ensino superior na cidade de Uberlândia pela integração de três cursos em um mesmo espaço acadêmico.

O segundo capítulo: Lideranças locais e institucionais no processo de expansão e interiorização do ensino superior no contexto da faceu também ressaltou a demonstração da tese, pois ficou caracterizado que a Faceu teve sua gênese e desenvolvimento a partir do empenho de lideranças locais e dirigentes da instituição para buscar atender a demanda por matrículas e profissionais, que seriam necessários para a implementação de melhorias para a cidade de Uberlândia e região.

No terceiro capítulo: Professores da faceu: aspectos formais, prática docente, perfil e homenagens, a tese de que a maioria dos professores da Faceu foi reconhecida por suas atuações na Faceu foi demonstrada, com restrições, pois na verdade, ao nos referirmos ao termo “maioria” deveria ter no mínimo mais da metade de professores homenageados, o que não aconteceu, apesar de termos encontrado um grande legado dos ex-professores da Faceu.

No quarto capítulo: Diretório acadêmico da Faceu: contribuições para a instituição e aspirações pela reforma e integração universitária ficou demonstrada a tese de que o diretório acadêmico da Faceu contribuiu com o desenvolvimento desta instituição e que a comunidade universitária, aspirava, desde o início da Faceu, uma reforma nos moldes da Reforma Universitária de 1968, e em especial, a integração da Faceu à UnU.

Por fim, o último capítulo, intitulado: A vida escolar na Faceu na vigência das leis de diretrizes e bases da educação nacional também demonstrou a tese de que não foram encontrados sérios empecilhos em torno das orientações e normas de ambas as LDBs, no contexto da Faceu.

Nessa perspectiva, na busca por respostas para aceitar ou refutar as hipóteses estabelecidas em cada um dos cinco capítulos foi necessário buscar os antecedentes históricos à sua implantação, representados pela experiência dos fundadores da Faculdade de Direito em Uberlândia, em 1960, os quais aliados às lideranças políticas da região e incentivo financeiro de uberlandenses se tornaram os idealizadores da Faceu. A motivação pela implantação dos três cursos foi devida às experiências de sucesso de outras faculdades do Brasil, como por exemplo, a UFMG que optou por integrar os três cursos na mesma faculdade, por terem disciplinas, em comum, em assim gerar economia de recursos. No entanto, cremos que se tornou insustentável frente à expansão dos três cursos mencionados e as perspectivas que se abriram a partir de 1978. Mas essas questões e seus desdobramentos só poderão ser confirmados a partir de estudos futuros sobre cada um dos três cursos após a federalização da Universidade de Uberlândia (1978).

A pesquisa também evidenciou que a criação de cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas no Brasil foi potencializada pela influência marcante dos Estados Unidos da América no Brasil na época da Ditadura Civil-Militar.

Os registros nos documentos mostraram que as lideranças locais, os dirigentes da Faceu, o corpo docente e o Diretório Acadêmico dos estudantes foram fundamentais na busca de soluções e superação de obstáculos ao desenvolvimento da Faceu. Foram muitas reuniões em que foram buscadas as melhores alternativas para a aplicação das legislações vigentes, acesso e permanência dos estudantes e para a interlocução tanto com público interno como externo.

A integração da Faceu à Unu – Universidade de Uberlândia, em 1969 e consequentemente, a substituição das mantenedoras, da Fundação Educacional de Uberlândia para a Universidade de Uberlândia, trouxe novos desafios como adaptações ao regimento e à estrutura física. No decorrer desse da existência da Faceu, tivemos a ditadura civil-militar, duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1961 e 1971), bem como, a Reforma Universitária (1968), responsáveis por promover diversas mudanças no Ensino Superior e, nesse contexto, fomos nos certificando da relevância da Faceu para a formação de mão de obra e desenvolvimento da cidade de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro.

Em termos de avanços no campo do estudo das instituições escolares, em especial, universitárias, podemos nos referir a algumas dimensões sociais e culturais que foram discutidas ao longo do texto. Nesse sentido, as contribuições para o perpetuar da memória institucional da Faceu e formação de sua identidade, enquanto lugar de sujeitos que contribuíram para que a Faculdade de Ciências Contábeis, a Faculdade de Gestão e Negócios e o Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia viessem a abrigar, a partir de 1978, diferentes níveis de cursos, número significativo de estudantes e professores e ter inscrito em sua trajetória a formação de inúmeros formandos na área de ciências empresariais que serviram ao desenvolvimento da cidade e região.

Enquanto limitações dessa tese, relacionadas com os resultados e discussão, é necessário esclarecer que, muitas vezes, não foi possível identificar todos os atos legislativos e ações em que a Faceu esteve envolvida no seu período de existência, por inconsistência, das informações presentes na documentação ou ausência de indicadores que permitissem ampliar

o horizonte da pesquisa documental. No entanto, esclarecemos que tais limitações não comprometeram a análise e nem a possibilidade de compreensão do processo.

Ainda, infelizmente, não foi encontrado um levantamento sobre os egressos da Faceu, que havia sido solicitado pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura: “localizar os diplomados, nome, endereço, filiação, idade, curso feito, especialização, etc.” (Correspondência remetida pelo diretor do serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 6 de junho de 1969). Mas, em relação a isso, supõe-se que não houve providência, pois não foi verificado indício algum sobre essa questão nos arquivos. Ainda, embora citadas em um índice de uma documentação, as plantas arquitetônicas da Faceu também não foram encontradas. O mesmo ocorreu com os livros em que eram lavrados seus editais.

Mas, convém ressaltar que, para este estudo, o principal fator de limitação foi representado pela descontinuidade do registro de fatos que poderiam ser melhor elucidados, em especial, relacionados aos eventos que ocorreram entre 1975 e 1978. Esse recorte temporal seria decisivo para fornecer valiosas informações sobre como se deu o processo de transição para a federalização da Faceu. Para superar essa limitação documental, teria sido interessante a colheita de entrevistas com testemunhas desse processo, mas essa iniciativa não estava no escopo desta pesquisa. Fica a sugestão para estudos posteriores. No entanto, resta uma dúvida: esses documentos não existiram, foram perdidos ou estão armazenados em outros acervos do arquivo da UFU que não fazem menção à Faceu?

Finalmente, gostaria de destacar que um dos desafios para esta tese foi dispor no texto todas as informações coletadas nos documentos, pois a grande preocupação foi informar e disponibilizar ao leitor todas as circunstâncias da trajetória da Faceu, cronológicas e temáticas, pois por mais insignificantes que pudessem parecer, poderiam mostrar práticas e representações significativas para a compreensão do processo em seu todo.

Assim o trabalho que aqui se encerra procurou ampliar e aprimorar nosso conhecimento sobre a Educação Superior em Uberlândia e também no Brasil a partir deste estudo da interiorana cidade de Uberlândia. Verificou-se que a História da Educação precisa de mais trabalhos com fontes primárias que consigam esclarecer, ainda que parcialmente, o cotidiano dessas instituições. Afinal, a Educação Superior no Brasil apenas poderá tomar novos rumos quando as escolhas do passado forem conhecidas e interpretadas à luz dos fatos presentes.

REFERÊNCIAS

- AFRÂNIO consegue verba de 1 milhão para a F.C.E. **O Triângulo**, 03 de dezembro de 1961.
- ALBUQUERQUE, F. F. Luna de. Cronologia da criação dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil. In: **Reunião da Conferência Nacional de Educação**. 4, 1969, São Paulo. Anais... São Paulo: Instituto de Energia Atômica; Ministério da Educação e Cultura; INEP, p. 297-320, 1969.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio-junho, 2012.
- ALTAFIN, Juarez. **Primeiros tempos**: depoimentos sobre pessoas e fatos do início da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU. 154 p. il. 1997.
- ANDERSON, D. **Management education in developing countries**: the Brazilian experience. Boulder: Westview Press, 1987.
- ARAÚJO, J. C. S. O ensino superior em Minas Gerais entre 1889 e 1968: cenários, problematizações e desafios para a pesquisa. p. 251 a 300 In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos H. **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República. Volume 3 - República. Edufu: Uberlândia. 2019.
- ATCON, Rudolph. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966.
- BARCELOS, Armando. **[correspondência]** 22 de ago. 1963. Minas Gerais [para] Secretário Faceu, Uberlândia. 1 f. Solicita remessa de procuração e atestado.
- BARROS, A. N. **Uma narrativa sobre a História dos Cursos de Administração da FACE-UFMG**: às margens do mundo e à sombra da FGV? Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. TESE. Belo Horizonte, 2013.
- BORGES, Diélen. **UFU completa 38 anos**: Federalização da antiga UnU aconteceu em 24 de maio de 1978. Disponível em: < <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2016/05/ufu-completa-38-anos>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

BRASIL. Setor de Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia. **Atas** da Reunião do Conselho Departamental da Faceu/UnU. 1963-1977.

BRASIL, Setor de Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia. **Atas** da Reunião do Diretório Acadêmico da Faceu, 1966.

BRASIL. Setor de Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia. **Atas** da Reunião do Segundo Departamento da Faceu. 1969b.

BRASIL. Setor de Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia. **Planos de Ensino** da Faculdade de Ciências Econômicas da Faceu. 1963-1970.

BRASIL. Setor de Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia. **Relatórios Anuais** da Faculdade de Ciências Econômicas - Faceu. 1963-1968.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2ª edição revisada, Campinas: Alínea, 2013.

CACETE, Nuria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 40 n. 04, p. 1061-1076, out-dez, 2014.

CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury, editores. **A UFU no imaginário social**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1988.

CANABRAVA, A. P. “As condições sociais, econômicas e políticas da fundação”. CANABRAVA, A. P. (Org.) **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo 1946/1981**. São Paulo: FEA-USP. 1984.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. (Coleção educação contemporânea). (Memória da Educação).

CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da Unicamp**. SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CATEDRÁTICO da F.C.E.U na cidade: Prof. J. Machado. **Correio de Uberlândia**, de 31 de dezembro de 1961.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. SP: Estudos avançados v. 11 n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni ramos. Porto Alegre: EdUfrgs, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9ª ed. Barueri: Manole, 2014.

CINTRA, E. P. de U. Cursos comerciais em colégio católico feminino: uma aparente contradição? Curitiba, 1940-1950. **Educar**. Curitiba, n. 33, p. 235-252, 2009.

CLÓVIS Salgado presta grande serviço à Uberlândia: Ciências Econômicas. **Correio de Uberlândia**, 01 de novembro de 1961.

COELHO, F. de S. **Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público**: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2006. 151 f.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. [**Correspondência**] 30 de junho de 1965. Faceu para CFE. Atende determinação de Parecer. 1965.

COOKE, B. Managerialism as knowing and making Latin America: International development management and world bank interventions. In: FARIA, A.; GUEDES, A. (Eds.). **International Management and International Relations A Critical Perspective from Latin America**. London: Routledge, 2010. p. 161-184.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CURI, Luciano Marcos. História do Ensino Superior em Araxá – 1965 a 1975. **Evidência**, Araxá, n. 06, p. 15-42, 2010.

O ECONOMISTA, v. I, nº I, setembro. Diretório Acadêmico dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia: Uberlândia, 1963.

EX-REITOR da UFU receberá título de 'Doutor Honoris' em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**. Triângulo Mineiro, 08 de julho de 2013. Disponível em: <[FISCHER, Tânia ; FACHIN, Roberto . ANPAD 30 anos: o ensino como direção estratégica. In: Fachin, Roberto Costa. \(Org.\). **Construindo uma associação científica: trinta anos da ANPAD ? memória, registro, desafios**. Porto Alegre: ANPAD, 2006, v. , p. 179-183.](http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/ex-reitor-da-ufu-recebera-titulo-de-doutor-honoris-em-uberlandia.html#:~:text=Natural%20de%20Uberl%C3%A2ndia%2C%20Juarez%20Altafin,Universidade%20do%20Brasil%2C%20em%201949.&text=Juarez%20Altafin%20tamb%C3%A9m%20foi%20Desembargador,Regi%C3%A3o%20(aposentado%20em%201977)>. Acesso em 12 de agosto de 2020.</p></div><div data-bbox=)

FISCHER, T. O ensino de administração pública no Brasil: da tutela estrangeira à autonomia necessária. In: Reunião nacional da Anpad, Belo Horizonte, 1985. **Anais...** Florianópolis-SC: 1985. Ed. da UFSC, p. 165-170. 1985.

FISCHER, T. M. A difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas para o decênio 2000/2010. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição Especial, p. 123-129, 2001.

FISCHER, T.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro v. 45 n. 04 p. 911-939, jul./ago. 2011.

FRANCO, Hilário, **A Evolução dos Princípios Contábeis no Brasil**, São Paulo, Atlas, 1988.

FRENKEL, M.; SHENHAV, Y. From Americanization to Colonization: the diffusion of productivity models revisited. **Organization Studies**, v. 24, n. 9, p. 1537-1561, 2003.

FRENKEL, M.; SHENHAV, Y. From Binarism back to Hybridity: a postcolonial reading of management and organization studies. **Organization Studies**. v. 27, n. 06, p. 855-76, London, June, 2006.

GERMANO, J. W. **Estado militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; SOUSA NETO, Miguel Rodrigues (Orgs.) **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003.

GRAHAM, L. S. **Clash between formalism and reality in the Brazilian civil service**, (Thesis doctor of philosophy). University of Flórida, 429 f. 1965.

JORNAL o repórter, Uberlândia, nº **1.468**, 19 de janeiro de 1952.

KELLEY, E. S.; MILLS, A. J.; COOKE, B. Management as a Cold War phenomenon? **Human Relations**, v. 59, n. 5, p. 603-610, 2006.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

MACHADO, Maria Clara Tomaz, UFU: a dinâmica de uma história. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (Orgs.). **Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, p. 27-31. 2003.

MACHADO, M. **O Ensino de Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1966.

MARANHÃO, C. M. **Indústria cultural e semiformação: análise crítica da formação dos administradores**. 2010. 249f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, C. B. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. São Paulo: Cortez, 1988.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1, Posfácio da segunda edição, São Paulo: Abril Cultural, Os economistas, 1983.

MASETTO, Marcos Tarciso. (Org.). **Docência na universidade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

MATOS, E. A. O programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: *Simpósio Internacional proceso civilizador*, 11, 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 360.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed. 2011.

MOTTA, F. C. P. A questão da formação do administrador. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, n. 23, v. 04, p. 53-55, out./dez. 1983.

NAS MÃOS do 1º Ministro a sorte da FCE. **Jornal O Triângulo**, 21 de dezembro de 1961.

OLIVEN, Arabela Campos. Origem, características e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Brasil. In: MOROSINI, M; LEITE, D. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre, Ed. da Universidade, p. 89-94, 1992.

OLIVEIRA, Gelva Bernardes. Reforma Universitária. **O Economista**, v. I, n. 1, setembro. Diretório Acadêmico dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, 1963.

PAULA, J. A. **Passado e presente de uma Instituição**: memória da Faculdade de Ciências Econômicas/UFGM. Belo Horizonte: UFGM/FACE/CEDEPLAR, 1991.

PREPARAÇÃO para o Exame de Habilitação. **CORREIO**, 04 de janeiro de 1962.

PRIETO, É. C. Os 50 anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia** v. 38 n. 02 383-406, 2010.

REZENDE, Granja. [correspondência] 11 jul. 1969. Uberlândia [para] Faceu. Uberlândia. 1 f. Solicita parecer.

REZENDE, M. A. P. de. **A educação mineira nos anos 60/70**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

RIBEIRO, R. A. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. (Tese, doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. 1. O Ensino De Economia e as origens da profissão de Economista no Brasil”. *Locus: Revista De História* v. 6 n. 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20501>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

SANSON, J. R; NICOLAU, J. A. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de economia em Santa Catarina. **Análise**, v. 17 n. 02, p. 297-312, jul/dez. 2006.

SCHMIDT, Paulo, **História do Pensamento Contábil**, Porto Alegre, Globo, 2000.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Paz e Terra, p. 219-225, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SILVA, Laércio Baptista, **A contabilidade no Brasil**: aspectos do desenvolvimento por influência da legislação e da contabilidade, São Paulo, 1980, Dissertação - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SIMÃO, Regis Elias. Homenagem da Universidade... **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 02 de maio de 1973.

SOUZA, N. J. **O economista**: a história da profissão no Brasil. Análise. Porto Alegre, v. 17 n. 02 p. 377-383 jul-dez, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/316/253>..> Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

STORM, W. B; MARKEY, B. **Technical Assistance in Public Administration**. The Domestic Role II: a report on the Brazilian program. University of Southern Carolina 1952-1954. January, 1959, p. 68. Disponível em: <<http://Handle.net/2027/mdp.39015081239066>> Acesso em 14 fev. 2018.

SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 08 n. 04, out./dez., p. 5-16, 1988.

TAYLOR, D. A. **Institution building in business administration**: the Brazilian experience. East Lansing: Michigan State University 1968.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. e trad. Antônio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

O TÍTULO foi Catedrático da F.C.E.U na cidade: Prof. J. Machado Sob. O. **Correio de Uberlândia**, 31 de dezembro de 1961.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TREZENTOS mil para F.C.E.U. **O TRIÂNGULO**, 2 de dezembro de 1961.

UNITED NATIONS, **Contribution of the United Nations to the Improvement of Public Administration** A 60-Year History. New York: United Nations, 2008.

VARGAS, J. T. **Ordem liberal e relações de trabalho na primeira república**. (Tese – doutorado em História). Universidade de Campinas, departamento de história, 1999.

VIEIRA FILHO, Geraldo. **O Ensino Superior no município de Uberlândia – 1957-1978: o papel das lideranças locais e do Governo Federal**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. (293 f.)

YAZBECK, Lola. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, EDUJF, 1999.

ZANETTI, A; VARGAS, J. T. **Taylorismo e Fordismo na Indústria Paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920-1940**. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2007.

LEGISLAÇÕES

BRASIL, **Decreto** nº 1.339, de 09 de Jan. de 1905. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/214141.pdf>> Acesso em 18 de fev. de 2018.

BRASIL, **Lei nº 956** de 07 de set. de 1927. Cria a Universidade de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1927-09-07:956>>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

BRASIL, **Lei** nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, **Decreto** nº 19.850 de 11 de abril de 1931a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 06 de fevereiro de 2019

BRASIL, 1931. Diário Oficial - 15/4/1931, Página 5800 (Publicação Original). **Decreto** nº 19.851 de 11 de abr. de 1931b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 06 fev. 2018.

BRASIL, **Decreto** nº 19.852 de 11 de abril de 1931c. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19852> Acesso em: 15 de Jul. de 2019.

BRASIL, **Decreto** nº 20.158, de 30 de junho de 1931d. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências <Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>> Acesso em: 06 fev. 2018b.

BRASIL, **Decreto** nº 6284, de 27 de jan. de 1934. Considera de utilidade pública o Instituto de Organização Racional do Trabalho (I.D.O.R.T). Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/130437>> Acesso em: 14 de agosto de 2020.

BRASIL, **Decreto** nº 1.155 de 19 de outubro de 1936. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D1.155.htm Acesso em 01 de março de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei** n.º 6.141 - 28 dez. 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 31 dez. 1943.

BRASIL, 1945 **Decreto-Lei** 20.068 de 30 de novembro de 1945. Reconhece a confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20068-30-novembro-1945-480483>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei** nº 7.988 de 22 de setembro de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

BRASIL, 1965. **Lei** nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, (1961). **Decreto** nº 50.420, de 07 de abril de 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=472991&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>.> Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

BRASIL, 1962. **Decreto do Conselho de Ministros** nº 1.108, de 30 de maio de 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1108-30-maio-1962-353091-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

BRASIL, 1964. **Lei** nº 4464 de 09 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

BRASIL, 1965. **Lei** nº 4.769, de 09 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14769.htm> Acesso em: 04 de fev. de 2018.

BRASIL, 1967. **Lei** nº 62.024 de 29 de dezembro de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

BRASIL, 1968. **Lei** nº 5540 de 28 de nov. de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

BRASIL, 1969. **Decreto-Lei** nº 477 de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei** nº 762, de 14 de agosto de 1969a. Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_109500_DECRETO_LEI_N_762_DE_14_DE_AGOSTO_DE_1969.aspx> Acesso em 15 de agosto de 2020.

BRASIL, 1971. **Lei** nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

BRASIL, 1985. **Lei** nº 7.321, de 13 de junho de 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7321-13-junho-1985-367922-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Gabinete do Ministro (2015). Aprova a concepção política do Projeto Rondon. **PORTARIA NORMATIVA** nº 2.617 /MD, de 7 de dez. de 2015. Disponível em: <file:///D:/Users/user/Downloads/PORTARIA%20NORMATIVA%20Concep%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2020.